



MIRIAM PILLAR GROSSI
SIMONE LIRA DA SILVA
PATRICIA ROSALBA SALVADOR MOURA COSTA

TECENDO REDES EM ANTROPOLOGIA FEMINISTA E ESTUDOS DE GÊNERO

30 anos do NIGS UFSC



O livro **"Tecendo redes em antropologia feminista e estudos de gênero: 30 anos do NIGS UFSC"** lança às leitoras e aos leitores o privilégio de ler e experienciar depoimentos feitos com muito carinho, a partir dos entrelaçamentos intelectuais e afetivos produzidos em 30 anos de história do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Em suas pesquisas, atividades de ensino e de extensão e em seu engajamento político na formação de movimentos sociais e na avaliação e formulação de políticas públicas, formou-se uma importante rede de investigadoras e investigadores, espalhados pelo Brasil e pelo mundo. Parte significativa delas e deles trazem aqui o testemunho do impacto que teve a passagem pelo NIGS em suas carreiras pessoais e em projetos institucionais. Apresentamos, neste livro que comemora os 30 anos do núcleo, artigos e imagens que revelam uma grande tela desta história, pintada com as tintas da ciência, do afeto e da transformação de vidas. Boa leitura e aprendizados à todes.

**TECENDO REDES EM
ANTROPOLOGIA FEMINISTA
E ESTUDOS DE GÊNERO**

30 anos do NIGS UFSC

COLEÇÃO FEMINISMOS E CIÊNCIAS

Coleção do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que apresenta resultados de pesquisas individuais e coletivas com perspectiva feminista sobre a história e presença de mulheres e pessoas LGBTQIA+ nos campos científico, educacional, político e artístico.

Coordenação: Miriam Pillar Grossi e Tânia Welter

CONSELHO EDITORIAL

Alinne de Lima Bonetti (UFSC)
Anna Carolina Horstmann Amorim (UEMS)
Anna Paula Uziel (UERJ)
Anelise Fróes da Silva (UNDP Brasil)
Carla Giovana Cabral (UFRN)
Carmelita Afonseca Silva (UNICV)
Caterina Alessandra Rea (UNILAB)
Claudia Regina Nichnig (UNESPAR)
Crishna Mirella Correa (UEM)
Eduardo Steindorf Saraiva (UNISC)
Elisete Schwade (UFRN)
Fátima Weiss de Jesus (UFAM)
Flávio Luiz Tarnovski (UFMT)
Isadora Vier Machado (UEM)
Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)
Jimena Maria Massa (Universidad Nacional de Córdoba)

Luiz Mello (UFG)
Marcelo José de Oliveira (UFV)
Mareli Eliane Graupe (UNIPLAC)
Marlene Tamanini (UFPR)
Maria Begoña Sanchez (Universidad de Cadiz)
Marinês da Rosa (UNEMAT)
Melissa Barbieri de Oliveira (UNIOESTE)
Miriam Adelman (UFPR)
Miriam Pillar Grossi (UFSC)
Myriam Aldana Vargas Santin (Católicas pelo direito de decidir)
Maria Violeta de Siqueira Holanda (UNILAB)
Olga Regina Zigelli Garcia (UFSC)
Patrícia Rosalba Moura Costa (UFS)
Pedro Rosas Magrini (UNILAB)
Paula Pinhal de Carlos (UNILASALLE)
Rosa Blanca Cedillo (UFSM)
Rozeli Maria Porto (UFRN)
Simone Nunes Ávila (Aids Healthcare Foundation – AHF Brasil)
Tânia Welter (Instituto Egon Schaden)

LIVROS PUBLICADOS

Pensamento lésbico contemporâneo: decolonialidade, memória, família, educação, política e artes
Organização: Bárbara Elcimar dos Reis Alves e Felipe Bruno Martins Fernandes
Edição: Editora Tribo da Ilha. Ano: 2021.

Jeito de freira: uma etnografia da vocação religiosa feminina no século XX
Autora: Miriam Pillar Grossi
Edição: Editora Tribo da Ilha. Ano: 2020.

Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil
Organização: Miriam Pillar Grossi, Leandro Castro Oltramari e Vinicius Kauê Ferreira
Coedição: ABA Publicações e Editora Tribo da Ilha. Ano: 2020.

Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado: Ciências Humanas, Biológicas, Exatas e Engenharias
Organização: Miriam Pillar Grossi e Caterina Alessandra Rea
Coedição: Editora Tribo da Ilha e Editora Devires Ano: 2020

Trabalho de Campo, ética e subjetividade
Organização: Miriam Pillar Grossi, Elisete Schwade, Anahi Guedes de Mello, Arianna Sala
Coedição: Editora Copiart e Editora Tribo da Ilha. Ano: 2018

Caminhos feministas no Brasil: teorias e movimentos sociais
Organização: Miriam Pillar Grossi e Alinne de Lima Bonetti
Coedição: Editora Copiart e Editora Tribo da Ilha. Ano: 2018

MIRIAM PILLAR GROSSI
SIMONE LIRA DA SILVA
PATRÍCIA ROSALBA MOURA COSTA
(Organizadoras)

TECENDO REDES EM ANTROPOLOGIA FEMINISTA E ESTUDOS DE GÊNERO

30 anos do NIGS UFSC



Florianópolis, 2022

© 2022, Miriam Pillar Grossi, Simone Lira da Silva e Patrícia Rosalba Moura Costa

ORGANIZAÇÃO

Miriam Pillar Grossi
Simone Lira da Silva
Patrícia Rosalba Moura Costa

GRAFISMOS DA ORELHA

Felipe Bruno Martins Fernandes

EQUIPE EDITORIAL

Simone Lira da Silva
Tânia Welter

REVISÃO

Gerusa Bondan
Inês Bernal

EDIÇÃO

Editora Tribo da Ilha

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO e CAPA

Rita Motta / André L. Dias – Ed. Tribo da ilha

ARTE DA CAPA

Elisa Riemer é artista gráfica e colagista, constrói sua arte em meio a própria autodescoberta e coloca em imagens a arte de adentrar o próprio universo. Sua arte e seu caminho na militância a levaram a representar o Brasil em exposições internacionais sobre gênero e sexualidade.

Para conhecer mais: <https://www.elisariemer.com.br/>

T255 Tecendo redes em Antropologia feminista e estudos de gênero [recurso eletrônico on-line] : 30 anos do NIGS UFSC / Miriam Pillar Grossi, Simone Lira da Silva, Patrícia Rosalba Moura Costa (organizadoras).
– 1. ed. – Florianópolis (SC) :
Tribo da Ilha, 2022.
355 p. : il. – (Feminismos e Ciências)

Formato: PDF

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <https://nigs.ufsc.br/publicacoes/livros/>

ISBN: 978-65-86602-41-8 (e-book)

Inclui referências

1. Antropologia feminista – História. 2. Estudos de Gênero.
 3. Sexualidade. 4. Diversidade. 5. Sociologia educacional.
- I. Grossi, Miriam Pillar. II. Silva, Simone Lira da. III. Costa, Patrícia Rosalba Moura.

CDU: 396

SUMÁRIO



Tecendo redes e construindo o campo da antropologia feminista e dos estudos de gênero no Brasil e no mundo9
Miriam Pillar Grossi

PARTE 1. NUCLEAÇÃO DO NIGS

Afrodite: O primogênito do NIGS na UFSC29
Olga Regina Zigelli Garcia

LASUB/UFMS – Laboratório de arte e subjetividades: Um espaço para a arte, a pesquisa, a extensão e a amizade.....33
Rosa Maria Blanca

Caminhos cruzados entre UFSC e UFRN38
Carla Giovana Cabral

FEMPOS/UNILAB/Malês: oito anos de pesquisa e resistência.....43
Caterina Alessandra Rea

NEG/UFPR e NIGS/UFSC, sobre encontros felizes e redes que reverberam: os estudos de gênero na região Sul do Brasil47
Miriam Adelman
Marlene Tamanini

UFMA/UEMA - Laboratório de Estudos em Antropologia Política.....54
Martina Ahlert

As práticas participativas e interseccionais do Grupo PIPA (UEMG/Divinópolis).....58
Letícia Cardoso Barreto
Mara Salgado

Uma Fogueira no Oeste de Santa Catarina: 20 anos de história63
Myriam Aldana Vargas

A experiência do Tuna – Produzindo saberes, provocando transformações na campanha e nos pampas gaúchos.....68
Alinne de Lima Bonetti
Fabiane Ferreira da Silva
Suzana Cavalheiro de Jesus

GCS/NIGS: Memórias e Afetividades	74
<i>Elisete Schwade</i>	
<i>Rozeli Porto</i>	
O GIRA/UFBA - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação: engajamento e compromisso feminista na pesquisa e na extensão em política e educação	79
<i>Felipe Bruno Martins Fernandes</i>	
GESECS/UFAM e NIGS/UFSC: Diálogos, trocas e colaborações entre norte e sul	83
<i>Márcia Regina Calderipe Farias Rufino</i>	
<i>Fátima Weiss de Jesus</i>	
Do NIGS ao XiqueXique-UFSC: o impacto da boa formação acadêmica para a educação brasileira.....	88
<i>Patricia Rosalba Salvador Moura Costa</i>	
NUMAPE/UEM e NIGS/UFSC: “Saberes localizados” para além da geografia	92
<i>Crishna Mirella de Andrade Correa</i>	
<i>Isadora Vier Machado</i>	
Sobre práticas de ensino/aprendizagem, contornos, retornos e costuras de um núcleo de estudos e pesquisa.....	98
<i>Juliana Cavilha</i>	
 PARTE 2. EXPERIÊNCIAS DE INTERIORIZAÇÃO DO NIGS	
Debates sobre gênero e sexualidade na UEMS, uma universidade “de interior”.....	107
<i>Anna Carolina Horstmann Amorim</i>	
A inclusão das temáticas gênero e sexualidade no curso de Licenciatura em Ciências Sociais e em projetos de extensão na UFFS/Chapecó.....	112
<i>Ari José Sartori</i>	
Presença e escuta de estudantes indígenas: percepções de uma professora cis-branca	116
<i>Claudia Regina Nichnig</i>	
Gênero, diversidades e as marcas da construção de um trabalho na UNISC, no interior do RS.....	120
<i>Eduardo Steindorf Saraiva</i>	
Cultivando as sementes do NIGS no interior do Brasil: relatos de experiências de gênero em institutos federais	126
<i>Francine Pereira Rebelo</i>	
Gênero na Zona da Mata mineira	131
<i>Marcelo José Oliveira</i>	
Desafios na interiorização da formação em Gênero em Santa Catarina	136
<i>Mareli Eliane Graupe</i>	
<i>Tânia Welter</i>	
Metodologias feministas para o desenvolvimento da extensão em uma universidade no centro-oeste.....	145
<i>Marinês da Rosa</i>	

Transtornando Francisco Beltrão-PR: Impactos da experiência do NIGS no Curso de Direito da Unioeste.....	151
<i>Melissa Barbieri de Oliveira</i>	
Expansão do Ensino Superior e Educação em Gênero e Sexualidades: experiências em uma Universidade no interior do Ceará	155
<i>Violeta Maria de Siqueira Holanda</i>	
<i>Francisco Vitor Macedo Pereira</i>	
<i>Luma Nogueira de Andrade</i>	

PARTE 3. EXPERIÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO NIGS

O NIGS e o mundo: notas para uma biografia coletiva	163
<i>Vinicius Kauê Ferreira</i>	
O NIGS como meu Sehnsuchtsort (Lugar de Saudade)	174
<i>Izabela Schlindwein</i>	
Carta a las y los NIGSs de ayer, hoy y de siempre	180
<i>Dina Susana Mazariegos García</i>	
Entre redes intelectuais e afetivas no Brasil e no México: a produção de conhecimento coletiva.....	183
<i>Gabriela Pedroni</i>	
Feminismo, pesquisa e internacionalização: um relato pessoal	190
<i>Fernanda Azeredo de Moraes</i>	
Tecendo redes internacionais cabo verdianas com e a partir do NIGS	195
<i>Carmelita Afonseca</i>	
Mi “década ganada” en el NIGS: relato de una experiencia transformadora.....	202
<i>Jimena Massa</i>	
El NIGS y la Red LIESS	208
<i>José María Valcuende del Río</i>	

PARTE 4. AS COMEMORAÇÕES DOS 30 ANOS

Resistindo em tempos sombrios: os últimos cinco anos do NIGS	213
<i>Miriam Grossi</i>	
Constelação NIGS – tecendo o infográfico da rede.....	219
<i>Bárbara Michele Amorim</i>	
Artesenar, organizar e divulgar: NIGS 30 anos	227
<i>Carolina Giordano Bergmann</i>	
<i>Francine Costa</i>	
<i>Pâmela Laurentina Sampaio Reis</i>	
Os 30 anos do NIGS: analisando um evento científico feminista.....	239
<i>Priscilla Gusmão P. Pereira</i>	
<i>Miriam Pillar Grossi</i>	

Docência e Metodologias de Ensino na Pandemia250

Miriam Pillar Grossi

Francine Costa

Carolina Giordano Bergmann

Felipe Bruno Martins Fernandes

Izabela Schindwein

Marcelo José Oliveira

Mareli Eliane Graupe

Olga Regina Zigelli Garcia

Pâmela Laurentina Sampaio Reis

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa

Rosa Maria Blanca

Rozeli Porto

Winny Gabriela Pereira de Santana

Vitória da Silveira Alves

Contribuições para o acervo audiovisual do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da UFSC.....268

Suzana Morelo Vergara Martins Costa

Somewhere over the rainbow Carta para amigo secreto das atividades de comemoração dos 30 anos do NIGS272

Bernadette Grossi dos Santos

PARTE 5. LEGADOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E POLÍTICOS DO NIGS

O modo NIGS de saber-fazer Antropologia Feminista no sul do Brasil281

Alinne de Lima Bonetti

Momento Lilás no NIGS: práticas de *autocuidado* para o *ser-corpo* desde a Pandemia Covid-19294

Marinês da Rosa

TRANS DAY NIGS – Contribuições para a despatologização das identidades trans .303

Simone Avila

A transgressão da linguagem no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades .307

Aleixo Fonseca Bueno dos Santos

Miriam Pillar Grossi

Alinne de Lima Bonetti

Parentalidades e conjugalidades LGBT: duas décadas de pesquisas das redes lideradas pelo NIGS320

Atina Natine Schipitoski Esteves

Miriam Pillar Grossi

Organização do 18º IUAES: uma metodologia de ensino e de política científica331

Simone Lira da Silva

Sobre as autoras e os autores336

TECENDO REDES E CONSTRUINDO O CAMPO DA ANTROPOLOGIA FEMINISTA e dos estudos de gênero no Brasil e no mundo



MIRIAM PILLAR GROSSI

Apresentação

Foi com muita alegria que este livro foi produzido ao longo dos dois últimos anos. Nele é retratado o legado da formação em antropologia feminista e estudos de gênero do NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, em seus 30 anos de existência (1991-2021) na Universidade Federal de Santa Catarina¹. Traço, neste texto inicial, algumas das grandes linhas desta história institucional, me detendo em alguns grandes eixos da contribuição teórica, metodológica e política do NIGS ao campo dos estudos feministas.

¹ Cursei um ano de mestrado na UFSC em 1984, quando participei da criação do primeiro núcleo de estudos da mulher, através de estímulo de Fanny Tabak que na época estimulava a criação de núcleos de estudos da mulher em todo o Brasil. Em 1988 defendi minha tese de doutorado na Paris V e voltei à UFSC, em março de 1989 como bolsista “recém doutora” do CNPq e engajei-me imediatamente na reconstrução de uma articulação interdisciplinar no campo dos estudos de gênero. Após minha contratação como professora adjunta da UFSC, em 1991, que foi possível consolidar o projeto de um núcleo específico de estudos de gênero no PPGAS articulado com o Laboratório de Antropologia que estava sendo criado como um espaço coletivo da pesquisa em antropologia na UFSC.



Os primeiros tempos

O NIGS foi fundado em novembro de 1991, durante o terceiro encontro da “Abinha Sul”, importante articulação dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia da UFRGS, UFSC e UFPR no final dos anos 1980, início dos anos 1990², quando se completava uma década dos programas de pós-graduação da região sul do Brasil³. Neste encontro, organizamos um grupo de trabalho que se chamava “Trabalho de Campo e Subjetividade”, no qual apresentamos publicamente, pela primeira vez, as reflexões que havíamos iniciado internamente na UFSC sobre as temáticas de gênero e subjetividade. O encontro foi realizado em uma sede campestre da UFPR, onde ficamos alojadas em um dormitório coletivo, e passamos muitas horas conversando e sonhando com os novos campos da antropologia que queríamos produzir no sul do Brasil⁴. Consolidamos ali o “núcleo de gênero”, que seria a semente do que mais tarde chamaríamos de “antropologia feminista”⁵ e que só uma década mais tarde viria a se automear NIGS⁶.

² A 1a Abinha-Sul ocorreu em 1987 no Museu Antropológico da UFSC, a 2a Abinha-Sul foi realizada no Campus do Vale na UFRGS em 1989, a 3a Abinha-Sul em 1991 no campus agrícola da UFPR em Curitiba e a 4a Abinha Sul foi realizada na praia do Campeche em Florianópolis. Este último encontro acolheu vários colegas do Uruguai e Argentina e se decidiu que a 5a Abinha-Sul se transformaria na 1a Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), tornando o encontro que era inicialmente uma forma de articulação das e dos antropólogos da região sul do Brasil para um diálogo mais amplo, com colegas da Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Desde a 1a RAM, realizada na praia de Tramandaí em 1995, até 2022, já tivemos 13 reuniões, sendo a última realizada em julho de 2019 em Porto Alegre, no campus central da UFRGS.

³ A História dos programas de pós-graduação em antropologia da UFRGS, UFSC e UFPR é distinta mas os três programas tiveram início no final dos anos 1970. Já em 1976/77 é criado na UFSC o primeiro curso de especialização que logo levaria à criação do programa de pós-graduação em Ciências Sociais, no qual a Antropologia teve um papel fundamental em sua criação sob a liderança de Silvio Coelho dos Santos, vindo a se separar da Sociologia Política entre 1985/1988. Também na UFPR a pós-graduação inicia com um curso de especialização que vai formar uma dezena de turmas antes de se consolidar seu curso de mestrado no final dos anos 1980. A UFRGS foi o único dos três programas de pós-graduação da área que foi fundado como mestrado em Antropologia, em 1980.

⁴ Nossa principal interlocução era o núcleo de estudos de relações interétnicas, coordenado por Ilka Boaventura Leite, que mais tarde tomaria o nome de NUER.

⁵ A auto-denominação de nosso campo como “antropologia feminista” surgiu em uma concorrida reunião no Seminário Internacional Fazendo Gênero, em 2007, e se concretizou em uma lista de e-mails coordenada por as então doutorandas Alinne Bonetti, Rozeli Porto e Soraya Fleischer.

⁶ Bernadette Grossi conta, aqui neste livro, sua versão do batismo do núcleo com o nome NIGS, no final dos anos 1990.

As três décadas da história institucional do NIGS se mesclam com o desenvolvimento da pós-graduação, da pesquisa e do campo de estudos feministas e de gênero no Brasil e, portanto, contar nossa história é também contar um pouco da história recente da ciência brasileira.

Pós-Graduação

Pioneira como disciplina de excelência na pesquisa na UFSC desde o final dos anos 1950⁷, foi em 1988 que a Antropologia deixou definitivamente a articulação que havia estabelecido por uma década com a Sociologia, consolidada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais para se estabelecer em programa específico na área, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. A antropologia da UFSC tinha já uma sólida tradição de pesquisas no campo dos estudos indígenas⁸, camponeses⁹, de cultura popular¹⁰ e arqueologia¹¹ e, na criação de seu programa de pós, acolheu duas novas áreas de conhecimento que se desenvolviam já há uma década no campo da antropologia urbana brasileira,

⁷ A cátedra de antropologia havia sido criada pelo médico e antropólogo autodidata Osvaldo Rodrigues Cabral, no início da faculdade de Filosofia da UFSC, e era ensinada para o curso de Geografia e História. Na década de 1960, com vários de seus ex-estudantes, integrados no staff da Universidade, foi criado o Museu Universitário, onde eram desenvolvidas pesquisas em Arqueologia e Antropologia Cultural. Já na década de 1970, com a reforma universitária, a Antropologia é integrada como disciplina ao ser criado o curso de Ciências Sociais.

⁸ Liderados por Silvio Coelho dos Santos e reforçados pelo ingresso, no início dos anos 1980, dos professores Dennis Werner, Rafael Bastos, Anelise Nacke e Esther Jean Langdon.

⁹ Campo que já havia sido iniciado por Giralda Seyferth junto à população imigrante alemã do vale do Itajaí e que teve continuidade nas décadas seguintes através das pesquisas de Anamaria Beck sobre comunidades pesqueiras e de Maria José Reis sobre camponeses atingidos por barragens.

¹⁰ Com as pesquisas e ações de extensão realizadas no Museu de Antropologia por Luiz Carlos Halfpap e Alroíno Eble em torno de coleções museológicas de cultura popular, como a obra do folclorista Franklin Cascaes, que foi funcionário do Museu por várias décadas.

¹¹ Área inicial de pesquisa de Anamaria Beck que, nos anos 1980, era dirigida por Mariland Goulart, que coordenava grande projeto arqueológico financiado pela ELETROSUL nas zonas de construção de barragens hidroelétricas em Santa Catarina.



os estudos de gênero¹² e de relações étnico-raciais¹³. A implantação dos estudos de gênero no PPGAS UFSC respondeu a uma demanda crescente de estudantes que desejavam realizar pesquisas nesta área e foi no bojo desta demanda que o NIGS foi criado. Nas décadas que se seguiram, os estudos de gênero ajudaram a consolidar a excelência do PPGAS UFSC em suas regulares avaliações pela CAPES. A formação de recursos humanos do PPGAS UFSC também se refletiu na nucleação em diferentes universidades brasileiras e estrangeiras, que, por sua vez, criaram programas de pós-graduação em Antropologia em todas as regiões do Brasil. Graças a um forte investimento estatal na educação superior pública, planejamento e investimento para o crescimento da pós-graduação, houve, nestas últimas três décadas, um crescimento exponencial de cursos de pós-graduação em Antropologia em todo o Brasil. No início dos anos 1990, havia, no Brasil, menos de 10 programas de pós-graduação em Antropologia e, em 2022 já são mais de 30 programas em nossa área.

No ano de 2000, durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero, decidimos abrir uma outra frente de formação de pós-graduação no campo dos estudos de gênero na UFSC. Em diálogo com colegas da Psicologia, História e Sociologia que já atuavam no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Ciências Humanas (PPGICH), criamos a área de estudos de gênero. Iniciamos, assim, uma nova fase no NIGS, de maior articulação teórica e conceitual entre a Antropologia e outras áreas de conhecimento com as quais já tínhamos afinidade devido ao fato de os estudos de gênero serem interdisciplinares.

O NIGS teve forte investimento na formação de pós-graduação, contribuindo na formação de mestres, doutoras/es e pós-doutorandas/es no campo mais geral dos estudos de gênero no PPGICH e da antropologia feminista no PPGAS. Graças a vários programas de apoio à formação pós-doutoral como o REUNI, PRODOC, PNPD, PRONEM e outros editais do CNPq e CAPES, formamos mais de duas dezenas de jovens doutoras e doutores, que vieram ao NIGS em busca de complementação às suas formações anteriores em outras universidades do Brasil e do exterior.

¹² Os norte-americanos Dennis Werner e Esther Jean Langdon tinham sido formados nos Estados Unidos nos anos 1970, período pioneiro da antropologia feminista, e tinham, respectivamente, pesquisas sobre homossexualidade e mulheres indígenas, mas não tinham este campo como central em suas pesquisas. Foi com meu ingresso no PPGAS que esta área foi criada.

¹³ Área que veio a ser ocupada por Ilka Boaventura Leite, formada na USP, e que também chegava na UFSC como bolsista recém-doutora, iniciando pesquisas sobre quilombos e populações negras em Santa Catarina.

Lideranças em seus campos de pesquisa, parte significativa das 26 pós-doutorandas/es, 30 doutoras/es e 28 mestres formadas no NIGS está presente hoje em programas de pós-graduação em Antropologia da UFRN, UFBA, UFS, UFAM, UFV, UFMT, em Ciências Sociais e Sociologia na UFPR, UFMA e UERJ, em Educação na UNIPLAC, em Artes na UFSM, em Direito na UNILASALLE, em Psicologia na USC e na liderança de programas interdisciplinares na UFBA, UNILAB e UFRN. Temos também egressas e egressos do NIGS atuando em cursos de graduação em Comunicação (Universidade de Córdoba na Argentina), de Direito (UEM, UNOESTE e CESUSC), na licenciatura indígena (UFRO), em Ciências Sociais (UFG), em Enfermagem e Psicologia (UFSC e CESUSC), em vários cursos da UNEMAT e no ensino de ciências sociais no Ensino Médio de escolas públicas e privadas.

Pesquisa

No que diz respeito à pesquisa, testemunhamos, nestas últimas três décadas, o vertiginoso crescimento de pesquisas feministas e de gênero, trazendo esta área de conhecimento para o campo científico brasileiro. Até o início dos anos 1990, os principais investimentos para os estudos sobre mulheres e gênero vinham de instituições estrangeiras, como a Fundação Ford, que teve um papel importante através dos editais para Pesquisas sobre Mulher/es e Gênero, que iniciaram em 1978 e que foram essenciais para a construção das primeiras levas de pesquisadoras deste campo de estudos¹⁴. Este modelo de financiamento e construção de redes, que marcou a primeira geração de pesquisadoras da área no Brasil, foi uma das inspirações para a criação do programa Gênero e Ciências, elaborado em parceria entre a SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres¹⁵ e o CNPq, nos Governos Lula e Dilma. Concorrendo aos 4 (quatro) editais deste programa, muitas doutoras egressas do NIGS puderam financiar suas pesquisas e consolidar núcleos de pesquisa sobre mulher, gênero e sexualidades em várias

¹⁴ Algumas das pesquisadoras mais antigas do NIGS, como eu, Miriam Grossi, Sonia Malheiros Miguel e Bernadette Grossi dos Santos, fomos bolsistas deste programa que era coordenado pela Fundação Carlos Chagas, sob a liderança de Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini.

¹⁵ Sonia Malheiros Miguel foi uma das criadoras deste programa, como gestora da SPM. Tive o prazer de atuar na equipe de consultores que ajudaram a formular a proposta do Programa Gênero e Ciências em suas diferentes áreas de atuação, do Ensino Médio aos editais de apoio à pesquisa.



universidades do país. No NIGS, os recursos destes editais foram cruciais para a formação de pesquisadoras de graduação, mestrado e doutorado até 2016, quando este e outros programas de apoio a núcleos, publicações e ações feministas foram encerrados após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff.

Data de 1990 a implantação do programa de Iniciação Científica, o PIBIC, com recursos do CNPq, na UFSC. Concorremos, já em sua segunda edição, a duas bolsas PIBIC que foram a base para a formação de recursos humanos de graduação, que se tornou uma das marcas da história do NIGS¹⁶. Articulado com o programa PIBIC da graduação, investimos também na formação de estudantes de Ensino Médio, através de nosso engajamento no programa PIBIC EM, por meio do qual nos dedicamos a ensinar gênero e sexualidades e a sensibilizar estudantes de escolas públicas da grande Florianópolis a questões de violências¹⁷. Nas três décadas do programa PIBIC CNPQ na UFSC, formamos uma centena de estudantes de graduação e de ensino médio. Esta vasta experiência de formação à iniciação científica confirmou os indicadores do CNPq de que a bolsa PIBIC e a formação correspondente são cruciais para a continuidade de carreiras científicas: seja para estudantes de Ensino Médio entrarem na universidade, seja na continuidade de formação na pós-graduação para estudantes de graduação.

Na estrutura científica das ciências humanas no Brasil, valoriza-se imensamente a originalidade e autoria individual das pesquisas que desenvolvemos. Esta perspectiva é particularmente importante na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, nas dissertações de mestrado e nas teses de doutorado. Neste sentido, criamos o Seminário de Tese como um espaço de acompanhamento coletivo e horizontal das pesquisas individuais da equipe. Mensalmente, ao longo de todo ano, estudantes de todos os níveis leem, fazem comentários e sugestões aos projetos de pesquisa e capítulos em elaboração das e dos colegas neste espaço privilegiado de apoio coletivo aos projetos individuais.

Todavia, para além do acompanhamento das pesquisas individuais, um dos compromissos institucionais do NIGS foi o de envolver suas equipes em

¹⁶ As duas primeiras bolsistas PIBIC do NIGS foram Carla Dagostin e Marisa Debatin, em projeto de pesquisa sobre violências contra as mulheres e delegacia da mulher, seguidas de Maria Aparecida Facchini e Karine Antunes Pereira, que trabalharam sobre feminilidade e masculinidade.

¹⁷ O primeiro projeto PIBIC EM que fizemos foi articulado com o projeto de extensão Papo Sério, inicialmente elaborado por Anelise Frões, mas executado sob a coordenação de Tânia Welter, entre 2010 e 2012. O segundo projeto PIBIC EM foi articulado com o projeto de avaliação das Políticas Públicas em gênero e questões raciais e foi coordenado por Alexandra Alencar entre 2018 e 2019.

grandes projetos coletivos de pesquisa. Vários foram os grandes projetos desenvolvidos nestes 30 anos do NIGS. O primeiro foi desenvolvido sob encomenda de uma instituição canadense que apoiava projetos de ONGs brasileiras, a Association Catholique pour le Développement et la Paix, que desejava conhecer o campo do ativismo feminista no Brasil. Esta pesquisa foi realizada em 1995, ano de preparação à conferência mundial das mulheres, organizada pela ONU, em duas frentes de pesquisa. A primeira delas foi um levantamento de notícias de jornal sobre as atividades realizadas no dia 8 de março de 1995 e a segunda foi a aplicação de um questionário enviado à ampla lista de grupos feministas e de mulheres, ONGs e núcleos acadêmicos. Iniciamos, com este projeto, um modelo de pesquisa multissituada que se torna a marca de outras pesquisas do NIGS, com pesquisadoras que realizaram levantamento de dados em várias cidades ao mesmo tempo.

Neste mesmo período, fomos responsáveis pelo relatório brasileiro sobre violências, levado à Conferência da Mulher em Beijing¹⁸, desenvolvemos alguns projetos com apoio do CNPq com foco na temática das “violências contra mulheres e contra grupos minoritários”¹⁹ e estabelecemos uma sólida parceria com o NEPEM da UnB, que desenvolvia, naquele momento, um grande projeto sobre violências de gênero no Distrito Federal²⁰. No início dos anos 2000, realizamos uma grande pesquisa, sob demanda da Fundação Ford²¹, intitulada “Mapeamento de Pesquisas sobre Violências contra as Mulheres”. A pesquisa ampliou o modelo que tínhamos criado de pesquisa multissituada, visitando universidades de várias capitais brasileiras nas quais havia núcleos de pesquisa sobre mulheres e gênero e programas de pós-graduação com produção intelectual neste tema. As teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação ainda não

¹⁸ Projeto financiado pela delegação brasileira à conferência, no qual contei com o apoio de Teresa Franzoni, na época recém-mestra pelo PPGAS UFSC.

¹⁹ Projetos Pq e PIBIC.

²⁰ A convite de Lourdes Bandeira (pioneira dos estudos de gênero no Brasil, falecida em 2021), fui professora visitante na UnB no ano de 1995, participando das atividades do projeto do NEPEM e orientando pesquisa de Nivio Caixeta. No quadro desta colaboração, organizamos, em Pirenópolis, um seminário de integração entre as duas equipes, no qual participaram Juliana Cavilha e Raquel Wiggers, na época bolsistas de Iniciação Científica na UFSC.

²¹ Devemos a demanda deste projeto à Denise Dora, companheira feminista da ONG Themis, de Porto Alegre, que era representante da Fundação Ford no Brasil e antevia a importância deste levantamento de trabalhos acadêmicos na área de violências contra as mulheres em vista das políticas públicas que estavam sendo implantadas pelo primeiro governo Lula e que resultaram na Lei Maria da Penha, promulgada em 2006.



estavam disponíveis on-line como atualmente e fomos pessoalmente em bibliotecas de todo o Brasil para xerocar trabalhos acadêmicos e para entrevistar, pessoalmente, as principais pesquisadoras feministas da área de violências²².

No início dos anos 2000, participamos do RIZOMA, um grande projeto interinstitucional, financiado por um edital da CAPES em equipe coordenada por Ilse Scherer-Warren²³, no qual iniciamos novos eixos de pesquisa: sobre movimentos sociais feministas e LGBT e educação, e aprendemos a construir grandes redes interdisciplinares de interlocução.

Em 2007, concorremos a dois editais simultâneos, do Ministério da Saúde e do PROSARE, e iniciamos pesquisas no espaço escolar com os projetos Representações sobre a Iniciação sexual e Gênero e Ensino religioso nas escolas de Santa Catarina. A partir dos resultados e das demandas destes projetos, iniciamos as oficinas do projeto Papo Sério, que se tornaram também um espaço de pesquisa sobre gênero, sexualidades e violências nas escolas.

Dando continuidade a esta linha de pesquisa-ação, a partir de 2010, desenvolvemos vários projetos sob o grande guarda-chuva de “Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina”. Um deles foi desenvolvido por meio do programa PROEXT FAPESC CNPq, articulando equipes da UNIPLAC, UFFS e UNISUL. E tivemos dois importantes projetos de pós-doutorado através do edital REUNI-UFSC e projeto PNPd CAPES que permitiram a formação pós-doutoral de sete jovens doutoras/es entre 2012 e 2016²⁴.

Nosso interesse pela escola e pelo ensino sempre esteve intimamente ligado com nossos interesses de pesquisa. Criamos uma metodologia que articula atividades de extensão em escolas, como foram as oficinas do projeto Papo Sério, com nossa reflexão teórica sobre as relações de gênero no espaço escolar. Neste projeto, todas as participantes – da pós e da graduação – eram instadas a escrever

²² Dois livros resultaram deste projeto: *Gênero e Violência: Pesquisas acadêmicas brasileiras* e *Depoimentos: Trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violências*, editados em parceria com Luzinete Simões Minella, Juliana Cavilha e Rozeli Porto. Ambos foram publicados em 2006, pela Editora Mulheres, editora criada por Zahidé Muzart e que foi referência no campo dos estudos feministas e de gênero até sua morte, em 2015.

²³ Participavam deste projeto 4 núcleos de pesquisa de Antropologia, Sociologia, Educação e Interdisciplinar da UFSC e FURB. Como resultado deste projeto, publicamos o livro *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*, em parceria com o CLAM/UERJ, em sua coleção de livros pioneiros sobre sexualidades no Brasil, pela editora Garamond, em 2005.

²⁴ Mareli Graupe, Fernando Pocahy, Barbara Arisi, Arianna Sala, Felipe Fernandes, Marisa Naspolini e Jair Zandoná.

diários de campo, com observações que alimentavam a reflexão coletiva sobre como as questões de gênero, sexualidade e violências eram vividas nas escolas da Grande Florianópolis. Ao mesmo tempo que sensibilizávamos estudantes do ensino básico sobre estas questões, refletíamos sobre as situações pedagógicas que eram vividas durante nossa permanência nas escolas. Junto com o compromisso teórico, nossas pesquisas sempre tiveram como objetivo que seus resultados fossem compartilhados com os grupos estudados, visando, também, à intervenção feminista em situações de violência, discriminação e opressões. Para isso, sempre demos feedback às escolas e apoiamos professoras e gestão escolar através de seminários, encontros e cursos de formação.

Articulada com esta linha de Educação, desenvolvemos, também neste período, um grande projeto guarda-chuva no campo de “Gênero e Ciências”. Projeto iniciado com a pesquisa sobre as mulheres na história da antropologia francesa, que se ampliou na elaboração de verbetes para o *Dictionnaire des Femmes Créatrices*²⁵, quando foi ampliado para outros campos da antropologia no mundo, e para o estudo da produção científica no campo dos estudos de gênero em diferentes áreas de conhecimento²⁶. Nesta linha, desenvolvemos também um grande projeto intitulado “Avaliação do Concurso Igualdade de Gênero”, uma importante política pública desenvolvida pela SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres – em parceria com o CNPq. Nesta pesquisa, que seguiu o modelo de pesquisa multissituada, avaliamos o impacto desta política para o campo dos estudos de gênero, lendo centenas de redações de Ensino Médio e artigos científicos premiados nas diferentes edições do concurso, visitando escolas em todas as regiões do Brasil, entrevistando gestoras e jovens premiadas nas diferentes modalidades do concurso. Infelizmente, devido ao golpe contra a presidenta Dilma e às mudanças significativas pelas quais passaram as políticas públicas para mulheres desde 2016, os resultados desta imensa pesquisa permanecem inéditos.

Sabemos que sem política não há ciência e buscamos formar, no NIGS, pesquisadoras/es engajadas/os tanto em instâncias de representação e política científica quanto na formulação de políticas Públicas. Neste sentido, nos engajamos em diferentes frentes de atuação científica: na ABA – Associação Brasileira

²⁵ Este projeto foi liderado pela então pós-doutoranda Carla Cabral, no qual atuaram inúmeras pesquisadoras em formação de Graduação e Pós-Graduação no NIGS entre 2008 e 2010.

²⁶ Caterina Rea e Felipe Fernandes realizaram estágio pós-doutoral e Bruna Kloppel, Julia Godinho, Francine Rebelo, Giovanna Licia Triñanes e Vinicius Kauê Ferreira desenvolveram projetos de Iniciação Científica com resultados publicados no livro *Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado: Ciências Humanas, Biológicas, Exatas e Engenharias*, publicado em 2020.



de Antropologia, na IUAES – *International Union of Anthropological and Ethnological Studies*, na ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, na SBPC – Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência. E também participamos ativamente, contribuindo com propostas e na elaboração de relatórios nos processos local, regional e nacional das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, para População LGBT, para a Política de Ciência e Tecnologia, que foram uma das marcas da participação popular nos Governos Lula e Dilma. Em sintonia com este engajamento, concorremos a edital da SPM de avaliação do processo preparatório da 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e, com uma equipe de 45 pesquisadoras, acompanhamos a preparação da Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que foi realizada em dezembro de 2012, observando tanto as articulações e disputas políticas na conferência, quanto os impactos das políticas para mulheres do período Lula e Dilma. Nesta mesma perspectiva, nosso último projeto coletivo avaliou as políticas de gênero e diversidades das últimas duas décadas no Brasil, com apoio do Edital de Direitos Humanos e Educação da CAPES-SECADI²⁷.

Ensino dentro e fora da UFSC

O ensino e as atividades de formação não acadêmica sempre foram uma de nossas prioridades. Desde 1989, ministramos a disciplina de Antropologia da Mulher e das Relações de Gênero no PPGAS, sempre atraindo pós-graduandas de outros cursos, que iniciavam suas pesquisas na área. Criamos, também, no início dos anos 1990, a disciplina optativa para o curso de Ciências Sociais – Relações de Gênero –, iniciativa pioneira na UFSC. No decorrer de três décadas, ofertamos inúmeras disciplinas de graduação nos cursos de graduação em Ciências Sociais, Antropologia, Serviço Social e outros, e de pós-graduação nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e interdisciplinar em ciências humanas (PPGICH). O ensino remoto, modalidade implantada durante a pandemia, permitiu o acolhimento de estudantes de todo o Brasil em turmas outrora reservadas a estudantes da UFSC. Mas, para além do conteúdo, buscamos também implantar metodologias pedagógicas feministas em nossas experiências de ensino, sobretudo na graduação: classes em círculo, trabalhos em grupo, jogos e

²⁷ Alexandra Alencar e Clarissa Melo foram bolsistas de pós-doutorado e Leonardo de Miranda Ramos desenvolveu sua dissertação de mestrado no quadro deste projeto.

atividades fora de sala de aula foram algumas das propostas aplicadas nestas três décadas, e muitas experiências de ensino compartilhado com estagiárias docentes, monitoras e colegas. Experiências pedagógicas ampliadas para fora da UFSC através dos intercâmbios PROCAD com a UFBA, UFRN, UFAM, UFRGS e UFG e fora do Brasil: na França, em Portugal, nos Estados Unidos.

Um dos primeiros cursos para um público não acadêmico que ministramos aconteceu em dezembro de 1990, em Chapecó, para o movimento de mulheres camponesas (MMC) de Santa Catarina. Na continuidade desta formação, na década de 1990, recebemos muitas demandas de atividades junto a movimentos sociais e ONGs. Um deles, para o CESEC, foi ministrado em várias edições nos meses de férias de verão em São Paulo, para um público ecumênico oriundo de várias regiões do Brasil e do exterior. Na continuidade desta formação junto a um público vinculado à corrente da Teologia da Libertação, foram realizadas oficinas e aulas em cursos da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, com quem colaboramos por vários anos. Também foi no bojo desta primeira década do NIGS que ministramos um curso concentrado sobre Antropologia Feminista na UFRN, em uma atividade conjunta com ONGs locais²⁸.

Nos anos 2000, tivemos uma importante ação de consultoria ao GEEM-PA²⁹, pela equipe do NIGS, ao projeto de formação de professoras/es alfabetizadoras/es. A participação no projeto nos permitiu aprofundar nossa reflexão sobre os processos de ensino e aprendizagem. Neste mesmo período atuamos, junto ao Instituto de Estudos de Gênero da UFSC, nas três edições do curso Gênero e Diversidades na Escola – o GDE, curso EAD que teve, em suas três edições, mais de 500 formados. O GDE foi uma das mais importantes políticas públicas na área de gênero e educação, com foco na formação de profissionais de educação e ativistas de movimentos sociais nos governos Lula e Dilma.

Os eventos

Outra das marcas destes 30 anos do NIGS foi nosso compromisso e empenho na organização de eventos, uma atividade de extensão particular ao campo científico brasileiro. Aprendemos, ao longo destas três décadas, a fazer tanto

²⁸ Organizado por Elisete Schwade e Analba Brazão Teixeira, vinculada, na época, à casa Renascer.

²⁹ Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação (<https://geempa.com.br/o-geempa/>).



pequenos eventos de formação como grupos de estudos, debates de filmes e oficinas quanto megaeventos no campo de estudos de gênero e congressos de Antropologia. Além de serem atividades de mobilização das equipes em formação em diferentes épocas, os eventos foram também espaços que permitiram a ampliação das redes acadêmicas nacionais e internacionais do NIGS, sobretudo os que foram organizados em parceria com Congressos da ABA, RAM, ANPOCS, IUAES e Fazendo Gênero.

O primeiro evento que organizamos, ainda não existindo enquanto núcleo de pesquisa, foi o evento comemorativo ao 8 de março de 1989, organizado por Anamaria Beck, então diretora do Centro de Ciências Humanas da UFSC. No verão de 1989, antes mesmo de assumir atividades no PPGAS, fui chamada para ajudar na organização deste evento, que viria a ser um marco nos estudos de gênero na UFSC³⁰. Este encontro abriu as portas para a constituição do NEG – Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero da UFSC –, grupo que se reuniu ao longo de todo este ano para apresentações das pesquisas de professoras e estudantes da Antropologia, Letras, Jornalismo, Sociologia e Psicologia. Este grupo deu origem ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG), que seria criado muitos anos mais tarde. Também deste encontro se deu a articulação do grupo EnCanto, que produziu o artigo “Gênero: um novo coração de mãe nos estudos sobre mulher no Brasil?”³¹, texto apresentado em Caxambu, na Reunião Anual da ANPOCS de 1989, no qual analisamos como o conceito de gênero estava sendo utilizado naquele momento no Brasil. Neste mesmo ano, graças aos encontros do NEG, integramos a comissão organizadora do Encontro Mulher e Literatura, que foi realizado em Florianópolis, em novembro daquele ano e no qual organizamos uma mesa-redonda³² sobre o aporte das ciências sociais aos estudos sobre mulher e gênero. Também neste encontro, criamos, sem muita clareza da importância dos espaços informais de socialização acadêmica, uma atividade de lazer que chamamos de “tour da Ilha” e que se encerrou com um almoço no Bar do Arantes, no Pântano do Sul. Nas décadas posteriores, ampliamos esta proposta facilitadora de criação de redes intelectuais com muitas refeições compartilhadas, idas ao teatro, caminhadas, passeios e outras atividades culturais em nossos eventos.

³⁰ Ana Vicentini, professora de Letras da UnB, atualmente psicanalista, foi a conferencista deste primeiro encontro de gênero na UFSC.

³¹ Texto publicado em Calhamaço, Publicação do Curso de Especialização em Estudos Culturais, Florianópolis, UFSC, 1995.

³² Participaram desta mesa-redonda Albertina de Oliveira Costa, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, e Maria Luiza Heilborn, então doutoranda no Museu Nacional.

Logo ao chegarmos na UFSC, nos integramos na organização da Reunião Brasileira de Antropologia, que foi realizada em abril de 1990, na UFSC³³, e na qual organizamos um GT sobre Relações de Gênero e ficamos responsáveis pela publicação diária do boletim *Antropodicas*. Esta seria a primeira de várias reuniões brasileiras de antropologia³⁴ que organizamos posteriormente. Ainda no quadro de reuniões da ABA, alguns anos depois, em novembro de 1993, organizamos a 4ª Abinha-Sul, evento memorável na Praia do Campeche, no qual também ampliamos nossa rede latino-americana de antropologia feminista. Na presidência da ABA, organizamos a 25ª RBA, em Goiânia, em 2006, seguida de um pós-evento de Antropologia Feminista realizado na cidade de Goiás Velho, com a presença de Sherry Ortner, Monica Tarducci, Verena Stolcke e colegas antropólogas brasileiras. A rede NIGS esteve presente, através da liderança de Elisete Schwade, na organização da 29ª RBA na UFRN, na gestão de Carmen Rial na ABA, e no pós-evento realizado na Praia de Pipa, que contou com a presença de colegas estrangeiras/os como Miguel Vale de Almeida (ISCTE) e Monica Heller (da WCAA), Assumpta Sabuco, Carmen Gregorio Gil, Mario Pecheny, Susana Rostagnol, Rafael Cáceres (da Rede LIESS), e foi o início da articulação para o projeto CAPES-COFECUB Gênero Ameaçado, com a presença de Eric Fassin (Université de Paris 8).

Na década de 1990, o cinema ainda era algo raro em Florianópolis e não havia ainda canais de filmes na TV. Em 1991, fizemos nosso primeiro evento público, o ciclo de debates sobre gênero e sexualidades intitulado “Sexo, Mentiras e Video-tapes”, no cinema do SESC, na Prainha, centro de Florianópolis. Vários outros ciclos se seguiram a este, em geral vinculados a datas comemorativas de lutas feministas. Entre muitas sessões de cine-debate, lembramos de um encontro sobre aborto, onde uma participante desmaiou no meio do filme. Nos anos 2000, em parceria com o NAVI, organizamos o Café Antropológico, que aconteceu em vários lugares da cidade: no CIC – Centro Integrado de Cultura, no Centro Cultural Badesc, no Centro Cultural Bento Silvério, da Lagoa da Conceição, na UFSC e na UDESC, e que se compunha de apresentação de documentários e debates com especialistas nos temas apresentados. E após 2018, quando o Espaço Cultural Gênero e Diversidades foi aberto, também promovemos este tipo de

³³ A 9ª RBA foi realizada logo após o “congelamento da poupança” por parte do recém-empossado presidente Fernando Collor de Mello e foi coordenada por Silvio Coelho dos Santos, que soube realizar uma RBA praticamente sem recursos.

³⁴ Alguns anos depois, apoiamos a gestão de Bela Feldman Bianco na organização da 28ª RBA na PUC-SP e a 29ª RBA, na UFRN, na gestão de Carmen Rial.



debate. Durante a pandemia, esta proposta se tornou virtual, através do projeto de extensão Cine DDHH.

Os anos 2000 foram intensos de atividades no campo de estudos de sexualidades. No quadro dos projetos ligados à rede Parentalidade e Conjugalidade, coordenada por Anna Uziel, Luiz Mello e Miriam Grossi e às questões LGBT, organizamos, na primeira década dos anos 2000, inúmeros encontros que buscavam colocar em contato estudantes vinculados à UERJ, à UFG e à UFSC e pesquisadoras/es que buscavam se associar à rede. Entre eles, lembramos do primeiro encontro da rede, realizado em dezembro de 2005, no clube ASSEFAZ, na Praia do Campeche, e do Seminário Homofobia e identidades LGBT, que realizamos em setembro de 2007, na UFSC, assim como encontros de grupos de trabalho em eventos maiores, como os da ABEH ou do ENUDS, realizados em Belo Horizonte, em Goiânia e em Campinas. Na continuidade deste projeto e em diálogo com Agnès Fine e Jérôme Courduriès, da Université de Toulouse, desenvolvemos um projeto CAPES-COFECUB que gerou inúmeras teses, artigos e eventos realizados em conjunto.

Em 17 de maio de 2007, realizamos, no hall do CFH, uma “roda viva”, com a liderança trans Luana Cottrofi, para marcar nossa luta no Dia Internacional contra a Homofobia, que serviria como pressão à instituição do dia contra a Homo-lesbo-transfobia pela Câmara Municipal de Florianópolis alguns anos depois. A questão trans emergiu com força na segunda década dos anos 2000, com o ciclo de eventos “Trans Day”, organizado anualmente entre 2010 e 2015 que, por meio de rodas de conversa, seminários, debates e instalações artísticas, marcou a luta contra a Transfobia e pela despatologização das identidades Trans na UFSC.

Data também de 2007 a criação do projeto Papo Sério³⁵, que foi o principal projeto de extensão da história do NIGS e que, no início, tinha como objetivo realizar oficinas em escolas públicas de Florianópolis e, em 2009, passou a integrar o concurso de cartazes contra a lesbo-homo-bi-transfobias nas escolas³⁶.

Em dezembro de 1994, Zahidé Muzart teve a ideia de fazer um pequeno encontro reunindo pesquisadoras de gênero de diferentes cursos da UFSC e

³⁵ Gicele Sucupira, então bolsista de Iniciação Científica, foi a “mãe” do nome do projeto, que durou 7 (sete) anos.

³⁶ O projeto Papo Sério acolheu inúmeras gerações de estudantes e produziu muitos artigos e capítulos de livros que se encontram disponíveis na página <https://projetopaposerio.paginas.ufsc.br/>.

realizou o que viria a se tornar o primeiro Fazendo Gênero na UFSC. O evento foi um sucesso e, a partir dele, decidimos fazê-lo a cada dois anos, circulando entre o CCE, CFH e CCS. Muito rapidamente, deixou de ser um evento “local”, com a presença de colegas de outros lugares do Brasil, sendo que, em 2000, assumimos que se tornaria o Seminário Internacional Fazendo Gênero, convidando para todas as edições diferentes pesquisadoras estrangeiras. Como os Fazendo Gênero passaram a atrair cada vez mais colegas de muitos lugares do mundo, passamos a organizar pré e pós-eventos específicos das várias articulações institucionais do NIGS, em diferentes edições. Em 2017, articulamos o Fazendo Gênero com o Congresso Mundo de Mulheres e recebemos 10 mil participantes, nos levando a consolidar a UFSC como um dos grandes centros mundiais dos estudos feministas. Nosso engajamento coletivo na organização dos Fazendo Gênero aumentou nossa expertise em produzir megaeventos e foi assim que sediamos, em 2018, o *18th IUAES Congress*, o congresso mundial de Antropologia que recebeu antropologues de 55 países do mundo.

Os aprendizados com a organização de tantos eventos se refletiu, também, na produção dos eventos “internos” do NIGS. Comemoramos os 15 anos do NIGS em jantar no restaurante Macarronada Italiana, com colegas que tinham vindo de vários lugares. Os 20 anos foram comemorados em evento sobre “Questões LBGT na França e no Brasil”, na Maison du Brésil em fevereiro de 2012, que reuniu várias estudantes que estavam estudando em instituições europeias e em estágios sanduíche e pós-doutorais na França. Em 2016, na celebração dos 25 anos, fizemos um seminário de 3 (três) dias, no alojamento da ASSEFAZ, na Lagoa da Conceição, lugar que se tornou um dos espaços regulares de reuniões de projetos envolvendo grande número de pesquisadoras/es. Este seminário reuniu diversas gerações de antropólogas e pesquisadoras no intuito de compartilhar suas trajetórias acadêmicas e resultados de suas investigações e combinamos que, a partir de então, faríamos comemorações anuais. Conseguimos fazer, no ano seguinte, em 2017, durante o Fazendo Gênero em torno das “Maternidades Reais e Simbólicas” e, em 2018, nos encontramos no Congresso Mundial de Antropologia e não pudemos nos encontrar nos anos da pandemia.

Foi assim que chegamos aos 30 anos, em 2021, quando estávamos em isolamento social e os 30 anos foram desenvolvidos em uma série de eventos e encontros virtuais que iniciaram em atividades realizadas em fevereiro, no Congresso da UFBA, articuladas com a Comissão da IUAES *Feminist Theory and Queer*



*Activisms*³⁷ e à Rede LIESS e tiveram continuidade em evento sobre violências, organizado pelo NUMAPE na Universidade Estadual de Maringá, no mês de março.

Estrutura do livro

Apresentamos, neste livro, artigos que retratam o legado do NIGS em diferentes dimensões.

Na primeira parte – **Nucleação** –, mapeamos os núcleos de pesquisa “filhotes” do NIGS, criados em diferentes universidades brasileiras, buscando retratar os desdobramentos da formação acadêmica do NIGS. Os textos mostram o impacto de nucleação do NIGS, em suas múltiplas diversidades regionais e temáticas.

Na segunda parte – **Experiências de Interiorização** –, pesquisadoras e pesquisadores que atuam em universidades no interior do Brasil relatam suas experiências de implantação de áreas de conhecimento e propostas pedagógicas inovadoras em cidades de médio e pequeno porte do interior do Brasil.

Na terceira parte – **Experiências de Internacionalização** –, trazemos relatos de pesquisadoras oriundas de outros países e de egressas e egressos que deram continuidade à sua formação acadêmica em universidades estrangeiras.

A quarta parte do livro – **As comemorações dos 30 anos** – é dedicada ao relato sobre as atividades comemorativas realizadas no segundo semestre de 2021³⁸ na UFSC, organizadas em rodas de conversa, mesas-redondas, oficinas, lançamento de livros e celebrações fechadas e abertas, em torno dos seguintes eixos: “História da antropologia no sul do Brasil”, “Docência e Metodologias de Ensino na Pandemia”, das “Parentalidades e Conjugalidades LGBTQIA+”, “Violências de Gênero”, “Questão Trans”, “Autocuidado como Perspectiva Teórica e Metodológica”, encontro da rede NIGS em torno do compartilhamento de memórias individuais e coletivas através das “Cartas Niguianes” e do “Happy Hour dos Afetos”.

³⁷ Coordenada por Felipe Fernandes e Susana Rostagnol.

³⁸ Uma delas só pôde ser realizada em julho de 2022, sobre a temática Trans.

A quinta e última parte do livro – **Legados Teóricos, Metodológicos e Políticos** – aprofunda as contribuições trazidas nos itens anteriores em torno de alguns dos grandes eixos teóricos de atuação do NIGS, ligadas a metodologias e transmissão de legados feministas. Questões que estão no próprio nome do NIGS – Identidade de Gênero e Subjetividades – e que são nossa marca intelectual no campo da antropologia e dos estudos feministas no Brasil.

Por fim, gostaria de agradecer ao apoio de Tânia Welter, Simone Lira da Silva e Patricia Rosalba Salvador Costa para a edição deste livro e à imensa rede NIGS que se mobilizou nas comemorações de nossos 30 anos e que se dispôs a contribuir com textos para este livro. Nesses momentos de tantos ataques ao campo de estudos de gênero e sexualidades, os depoimentos e as reflexões publicadas aqui atestam a vitalidade dos estudos de antropologia feminista e estudos de gênero hoje no Brasil e no mundo. Os diálogos, memórias e trocas de experiências que este ano de mobilização nos permitiu foi um espaço de afeto e de crescimento intelectual e fortalecimento no momento político e sanitário que vivemos em 2021, no Brasil. Compartilhamos agora, publicamente, as análises e reflexões que fizemos inicialmente no espaço mais privado de nossa rede e esperamos contribuir, com nossa história, à continuidade e o crescimento da antropologia feminista do século XXI.

Parte I

NUCLEAÇÃO DO NIGS

AFRODITE: O primogênito do NIGS na UFSC



OLGA REGINA ZIGELLI GARCIA

Enfermeira, docente do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1982, ingressei no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – área de Concentração – Estudos de gênero em 2003, quando tive oportunidade de fazer parte do NIGS, onde aprendi, entre outras coisas, a importância do trabalho interdisciplinar e em equipe.

Apesar do conselho da Prof.^a Miriam Grossi, coordenadora do NIGS e minha coorientadora, para que eu criasse um grupo de pesquisa na temática da sexualidade, com a qual eu trabalhava desde meados da década de 90, essa oportunidade só ocorreu em meados de 2020, ano marcado pela pandemia mundial da COVID-19.

Em maio de 2020, questionada por uma estudante de enfermagem sobre a existência ou não de um grupo de estudos na temática de sexualidade, percebi que era chegado o momento de criar um grupo de pesquisa institucional registrado no diretório de pesquisas do CNPq nesta temática.

Partindo da premissa de que o mesmo deveria ser marcadamente interdisciplinar, iniciei os primeiros contatos com Ale Mujica Rodriguez (médico, doutor em Saúde Coletiva, pessoa trans não binária), Lino Gabriel dos Santos (Prof. do IFSC, doutorando em antropologia, pessoa trans) e com a Prof.^a da UFSC Laís Antunes Wilhelm (enfermeira obstétrica, mulher cis), a fim de construirmos juntos o Laboratório de pesquisa e inscrevê-lo no diretório de grupos de pesquisa



do CNPq. Assim, em 26 de junho de 2020, nasceu oficialmente o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades – AFRODITE-UFSC-CNPq.

Nesta construção conjunta, parti dos mesmos princípios que norteavam o NIGS e, para tanto, estabelecemos que o Laboratório deveria ser marcado pela interdisciplinaridade, trabalho em equipe e ancorado na pauta feminista, o que me leva a afirmar que o AFRODITE é um filho do NIGS.

Partindo da premissa de que não há UMA sexualidade e, sim, uma diversidade de sexualidades, e tendo em vista que quem trabalha com a temática da sexualidade tem que estar aberto/a todas as possibilidades de ser/estar no mundo, o AFRODITE escolheu o unicórnio para representar sua logo. Em sua crina, foram colocadas as cores de todas as bandeiras relativas à sexualidade. O roxo está marcado nas duas versões por ser a cor que representa o feminismo, tema transversal a todas as discussões do grupo.

O laboratório tem por objetivo o fomento das discussões sobre gêneros e sexualidades, visando ao respeito às diferenças, tendo em consideração os marcadores socioculturais e o direito de as pessoas vivenciarem suas sexualidades em suas singularidades, livres de discriminação e preconceito, entendendo-as como um dos aspectos do viver humano que compõe o ser/viver saudável e, portanto, demandando um cuidado e assistência à saúde qualificada para o atendimento das questões a ela relacionadas.

São seis linhas de pesquisa, a saber: Corporalidades, gêneros, diversidade sexual e saúde; Educação continuada em gêneros e sexualidades no sistema educacional e assistência à saúde; Gêneros e sexualidades: interseccionalidades e interferências culturais; Gêneros e sexualidades no ciclo grávido puerperal; Gêneros, sexualidades, direitos sexuais e reprodutivos; Saúde e afetos: monogamia, amor romântico e não monogamia: discursos e práticas.

Destaca-se que, tal qual o NIGS, por seu caráter interdisciplinar, o laboratório está aberto a estudantes, servidoras/es docentes e técnico-administrativos interessados/as nos estudos da sexualidade. Entre as/os atuais componentes, possui pessoas da área da antropologia, medicina, enfermagem, psicologia, linguística, educação, administração, jornalismo; pessoas trans e cis, hetero e homossexuais, brancas e negras, servidoras/es docentes e técnico-administrativos, estudantes de graduação e pós-graduação de vários estados do Brasil – o que é possível pelo fato de as reuniões serem virtuais, uma vez que o Laboratório nasceu na pandemia. Atualmente, optamos pelo formato híbrido para possibilitar a continuidade da participação de pessoas de outros estados. Visando à articulação

com redes de pesquisas locais, nacionais e internacionais, firmamos parceria com o Instituto de Estudos de Gênero – IEG/UFSC, passando também a fazer parte dos núcleos e laboratórios a ele ligados.

As reuniões são quinzenais. Em seus dois anos de existência, o AFRODITE realizou 15 formações nas temáticas relacionadas às suas linhas de pesquisa, com convidados/as externos e também do próprio laboratório. Comemorando seu primeiro aniversário, foi realizado o I Simpósio Interdisciplinar em Sexualidades, Gêneros e Diversidades, com palestrantes de vários estados do Brasil e também do próprio Afrodite, com carga horária total de 20h e temas relacionados a cada linha de pesquisa e um total de 878 visualizações, no canal que mantém no YouTube.

Ainda em 2021, o Laboratório publicou o Dossiê Gênero e Sexualidades em Pauta na revista *Cadernos de Gênero e Diversidade*. Dele constaram oito artigos de seus membros nas linhas de pesquisa do grupo e uma entrevista, frutos das atividades nele desenvolvidas. Ainda em 2021, dois outros artigos e um capítulo de livro foram publicados por pesquisadores e estudantes em outros periódicos, somando, ao todo, 12 publicações. Em 2022, até o momento, já contamos com três publicações, uma delas na *Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*, e estamos com mais três no prelo. O Afrodite também participou de vários eventos, apresentando trabalhos e/ou formando parceria na organização, como foi o caso do evento em comemoração aos 30 anos do NIGS. Por fim, para comemorar o aniversário de dois anos de existência, foi realizada a roda de conversa “Corpos, afetos e diversidades”, tendo como participantes pesquisadoras da USP, Universidade Federal do Mato Grosso e do próprio laboratório.

Nestes dois anos de vida, foram orientadas/os por pesquisadoras/es do Afrodite e defendidos cinco Trabalhos de conclusão de curso nas temáticas de gênero, diversidade e sexualidades. Estão em andamento dois projetos de pesquisa e um projeto de extensão em construção.

Muito ainda há por fazer, mas não há como negar que foram muitas e potentes realizações em seu curto tempo de vida. O Afrodite é, sim, orgulhosamente, o primogênito do NIGS na UFSC, mas é também um recém-nascido, que traz em seu DNA, além de todo potencial de ensino, pesquisa e extensão de seu progenitor, a inspiração no exemplo do compromisso da academia com a mudança da realidade social, aprendido com a criadora e coordenadora do NIGS, minha eterna mestre Prof.^a Miriam Pillar Grossi.



Figura 1 – Logo do Grupo de Pesquisa Afrodite

Fonte: UFSC (2020). Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/09/departamento-de-enfermagem-da-ufsc-recebe-certificacao-pelo-cnpq-para-novo-grupo-de-pesquisa/>.

LASUB/UFSM – LABORATÓRIO DE ARTE E SUBJETIVIDADES: Um espaço para a arte, a pesquisa, a extensão e a amizade



ROSA MARIA BLANCA

O Laboratório de Arte e Subjetividades (LASUB/CNPq-UFSM)¹ foi criado no ano de 2015, sob minha coordenação. O LASUB pertence ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGART) da Universidade Federal de Santa Maria. O LASUB pesquisa como se produz a subjetividade na(o) sujeito artista. Sugere-se que o processo artístico durante a confecção de uma obra de arte transforma a subjetividade da(o) artista, problematizando noções de identidade, entre outras discussões não menos importantes. Acredita-se que, no campo da arte, expande-se a dimensão da subjetividade, indo ao encontro de outras formas de constituição e projeção de si e das(os) outras(os).

A partir do LASUB, propõem-se disciplinas da Graduação do Curso de Artes Visuais – Bacharelado e Licenciatura, e da Pós-Graduação em Artes Visuais, da Universidade Federal de Santa Maria. Também são orientados Projetos de Pesquisa de Trabalhos de Conclusão de Curso – Graduação –, Dissertações – Mestrado – e Teses – Doutorado. Destacam-se Trabalhos de Conclusão de Curso como: “A cor rosa como contra-discurso na arte contemporânea”, de Willian Rogério Nunes (2019); “Existência poética em meio à subjetividade: Criatura negra, mulher e sapato”, de Letícia Alves Honório (2019); e dissertações como: “O queer e o camp na arte contemporânea latino-americana em um contexto de

¹ O LASUB localiza-se na Universidade Federal de Santa Maria Campus Sede, Centro de Artes e Letras, Prédio 40 – Sala 1338, Av. Roraima No. 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria, RS, Brasil, CEP: 97105-900.



globalização”, de Jacks Ricardo Selistre (2018); e “(Des)cobrir-me: minhas impressões afro-brasileiras”, de Thais Oliveira da Rosa (2022), entre outras de igual relevância.

A ideia inicial do LASUB era discutir leituras, filmes e autoras(es) focadas(os) nos estudos de subjetividades e de área, como estudos feministas e *queer*. No entanto, ao longo dos anos viu-se a necessidade de executar ações concretas que pudessem dar lugar a reflexões tanto no campo das Poéticas Visuais, como da História, Teoria e Crítica da Arte, pensadas e realizadas dentro dos interesses do LASUB. As Poéticas Visuais consistem em pesquisas onde se desenvolvem produções plásticas articuladas com produções textuais. Já no campo da História, Teoria e Crítica da Arte, são pesquisadas obras e artistas plásticas(os) dando lugar a análises e interpretações das propostas estudadas. O LASUB atua como vetor de ações por meio do estudo e proposições de arte que surgem pensadas no laboratório, principalmente na interface da curadoria, mas também no campo das poéticas visuais, pesquisando o trabalho plástico de integrantes artistas do laboratório que problematizam identidades de gênero, nacionais, sexuais e étnicas.

Uma disciplina gerada a partir do LASUB, na Graduação do Curso de Artes Visuais, é Arte e Subjetividades. Na disciplina, há uma ênfase em obras que bem poderiam fazer parte do que Michel Foucault (1996) denomina como descontinuidades, porque se trata de produções que não se inserem na lógica da História da Arte Canônica. São obras de artistas que têm permanecido oclusas ao não estão dentro do escopo tradicional ocidental: branco e masculino. Desta maneira, são estudadas a vida de artistas mulheres, gays e lésbicas. Destaca-se a biografia de artistas mulheres desde a Idade Média até a Idade Contemporânea. A importância da vida de artistas mulheres faz parte do meu aprendizado com a minha ex-orientadora, a saber, a antropóloga Miriam Pillar Grossi (GROSSI; REA, 2020). Ao fazer relevante a obra de artistas mulheres, pode ser visto o papel fundamental das poéticas visuais e teorias da arte do feminino, inferindo em determinados modos de produzir conhecimento que explicariam o surgimento da liberdade na arte moderna, a partir de artistas mulheres que pintavam fora dos espaços masculinos como academia, ou, bem, o estudo do corpo e da vida cotidiana na arte contemporânea, precisamente, quando as mulheres artistas negras questionam o racismo no sistema da arte.

Nas disciplinas geradas na pesquisa do LASUB, e também mediante os estudos de subjetividade, estudam-se afetos e relacionamentos entre artistas, artistas e docentes, artistas e amigos(os), que nascem muito além das expectativas

institucionais, logo, dos processos de subjetivação. A amizade, por exemplo, é um dos tipos de relacionamentos que se estuda na disciplina, analisando a inquietude que surge, na época em questão da história da arte, quando dois ou duas artistas se amam, ou no momento em que existe um coleguismo, uma cumplicidade entre um homem e uma mulher, fora da heteronormatividade. Um autor fundamental para estudar este afeto é Michel Foucault (1981). O amor ou o carinho fora da norma é temido em uma cultura onde domina a heteronormatividade.

O LASUB continua Projetos de Extensão como a Contemporânea – Revista do PPGART da UFMS, bem como pensa e propõe a Exposição Internacional de Arte e Gênero (BLANCA, 2021b).

A curadoria da Exposição Internacional de Arte e Gênero (2013; 2017; 2021) é um desdobramento da minha tese doutoral bilíngue, intitulada “Arte a partir de uma perspectiva queer / *Arte desde lo queer*” (2011), sob orientação de Miriam Pillar Grossi, supracitada. Produzida pelo LASUB, a exposição sempre conta com o apoio do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/CNPq-UFSC). A curadoria caracteriza-se pela pesquisa em museologia feminista, assim como incursões experimentais no que se refere à expografia: ao desejar abrir espaços para artistas e propostas minorizadas, amplio os espaços entre as obras montadas, permitindo a livre circulação e visão desde ângulos criativos e inusitados – pelo menos, essa tem sido a minha intenção.

A curadoria da Exposição Internacional de Arte e Gênero (2013; 2017; 2021) é um contradiscurso frente a um sistema de arte dominante, que pretende solapar a cumplicidade viril e misógina institucional. Ao estar inserida em um projeto de pesquisa e extensão acadêmico e em um laboratório como o LASUB, a mostra tem contribuído para a criação e desenvolvimento do campo de arte e gênero, arte e feminismo, arte e estudos queer, arte e estudos de área, no Brasil e no mundo. A maioria das artistas participantes atua como discentes e docentes nos cursos de Graduação e Pós-Graduação do Brasil, fazendo-se importante a participação da Espanha na última edição.

É possível constatar, ao longo desta reflexão, que, tanto nas disciplinas, como nos projetos de pesquisa e de extensão pertencentes ao LASUB, retomam-se alguns dos fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos, assim como vivências e experiências do NIGS.

Assim, o LASUB produz conhecimento em artes visuais, aprofundando a dimensão da subjetividade, ao mesmo tempo que problematiza categorias de identidade. Pensa-se que a noção de subjetividade permite operar e produzir



ações muito além da identidade (BLANCA, 2021a). Ao partir do pressuposto de que a subjetividade é um produto dos processos de subjetivação gerados por instituições médicas, judiciais e educacionais (FOUCAULT, 2017), assim como por instituições culturais, museísticas, midiáticas e tecnológicas, pensa-se que, na arte, e especificamente em laboratórios de pesquisa como o LASUB, a noção de subjetividade é uma possibilidade de produção e projeção de si – e das(os) outras(os). Isso quer dizer que o LASUB produz conhecimento em arte ampliando a noção de sujeito, de sensibilidade e de modos de sentir e pensar da(o) sujeito, sugerindo (des)identificações estéticas (BLANCA, 2018).

A partir do ano de 2022, o LASUB passou a desenvolver pesquisas focadas exclusivamente no campo da História, Teoria e Crítica da Arte, devido à importância que está atualmente conferindo à linguagem da escrita.

Não pode deixar de ser reflexionado que, um dos objetivos do LASUB, e que provavelmente transcenda os projetos mencionados, tem a ver com a formação de suas integrantes. Almeja-se a constituição de sujeitas autônomas, livres, críticas e responsáveis consigo mesmas e com o coletivo. Isso é, quiçá, um dos aprendizados mais significativos ao longo da minha trajetória no NIGS, o fato de pensar no coletivo, de ajudar e retribuir, porque sem a participação em comum, sem a partilha, não existem grupos, núcleos ou laboratórios de pesquisa institucionais.

Referências

BLANCA, Rosa Maria. Subjetividades en arte contemporáneo: Lo proscrito y lo utópico. *Contemporânea: Revista do PPGART/UFSC*, v. 1, n. 1, 2018.

BLANCA, Rosa Maria. Identidades importam? In: PIQUINI, Paulo Cesar. 35ª Jornada Acadêmica Integrada. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: FACOS-UFSC, 2021a.

BLANCA, Rosa Maria. Argumentos curatoriales: esbozo de una genealogía. In: BLANCA, Rosa Maria. *Arte e subjetividades: curatorias, leituras e identidades*. Santa Maria: PPGART, 2021b.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, la Généalogie, l'Histoire (1971). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits – 1954-1988*. Paris: Gallimard, 1996.

FOUCAULT, Michel. De l'amitié comme mode de vie. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccatty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal *Gai Pied*, em 25 de abril de 1981, p. 38-39. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em Espaço Michel Foucault: www.filoesco.unb.br/foucault. Acesso em: jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Los anormales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

GROSSI, Miriam Pillar; REA, Catarina Alessandra. *Teoria feminista e produção de conhecimento situado: ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias*. Florianópolis: Tribo da Ilha; Salvador: Devires, 2020.

CAMINHOS CRUZADOS ENTRE UFSC E UFRN



CARLA GIOVANA CABRAL

*Como pois ser continente
se fui nascida no mar? [...]*

(Zila Mamede, *Canções do sonho
oceânico*, Salinas, 1958)

O trabalho de professora em uma universidade pública no Brasil transcende ministrar aulas e pesquisar. Envolve abraçar um papel de cidadã ativa no compromisso social de transformar o diferente em diversidade, igualdade e equidade; a injustiça em luta contra preconceitos e discriminações; o silêncio, na conquista de voz, direitos. Minha passagem pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina (Nigs/UFSC) consolidou esse compromisso na minha formação e trajetória de vida. E ele foi na minha bagagem quando parti para o trabalho docente que realizo há mais de uma década na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Entre os anos de 2008 e 2009, a professora Miriam Grossi me acolheu no Nigs para desenvolver o projeto de pós-doutorado “O avesso da tecnologia: um olhar antropológico sobre a vida de Helena Amélia Oehler Stemmer, a primeira professora de engenharia da UFSC”. Ele foi o liame da minha atuação em atividades de pesquisa, ensino e extensão no Núcleo. No projeto “*Dictionnaire des créatrices*”, contribuí na coordenação da escrita de verbetes por pesquisadores/as

do Núcleo, e redigi alguns, posteriormente publicados pela *Edition des Femmes*. Coordenei um grupo interdisciplinar de estudos, que se debruçou sobre questões epistemológicas, antropológicas, históricas, culturais e sociais inter-relacionadas a gênero e ciência.

Tive, também, a honra de coordenar, com a professora Luzinete Simões Minella, a primeira edição do programa nacional de Formação de Professores em Gênero e Diversidade na Escola, conduzido, em Santa Catarina, pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Ainda lá, fui convidada a colaborar em uma disciplina de pós-graduação do DICH, na área de concentração em Estudos de Gênero e Feminismo.

Foram ricas experiências que não podem ser lidas de maneira isolada, tal qual as colocamos em um currículo acadêmico, mas entrelaçadamente, pois representam movimentos de um sujeito a compreender as dinâmicas e rituais da construção do conhecimento de forma situada e a buscar significados para a sua prática acadêmica e de vida. Em outras palavras, constituem-se em (inter) subjetividades. Na UFSC, aprendi com mulheres sábias a dialogar com as novas gerações.

Um novo espaço de saber e poder me esperava a mais de três mil quilômetros dali, para construir minha carreira e meu viver. Na Escola de Ciências e Tecnologia da UFRN (ECT), no ano em que iniciei minhas atividades docentes, 2010, criei o Grupo de Pesquisa Democracia e Gênero em Ciência e Tecnologia¹, depois (re)nomeado Pandora.

Naquele momento inicial, o grupo definiu duas linhas de pesquisa: “Gênero, Ciência e Tecnologia” e “Política, Científica e Tecnológica”. De lá para cá, a dinâmica de projetos e pesquisadoras/es alterou esse escopo. Atualmente, como linhas ativas, temos “História da Ciência e da Tecnologia e Gênero”; “Educação e Relações de Gênero”; “Educação em Ciência, Tecnologia e Sociedade”; e “Políticas Públicas em Ciência e Tecnologia”. O Pandora integra projetos de abrangência local, nacional e internacional, ensino de graduação e pós-graduação, formação continuada de professores e eventos.

“Indicadores em Ciência, Tecnologia e Gênero” foi um dos primeiros projetos de pesquisa do grupo. Tem sido desenvolvido desde 2010, com o objetivo de construir indicadores e analisar espaços de segregação territorial e hierárquica

¹ O grupo foi criado em parceria com o professor Guilherme Reis, que alguns anos depois deixou a universidade para assumir trabalho de outra natureza.



na ciência brasileira, com foco na região Nordeste e na UFRN. No primeiro edital “Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo”, lançado pelo Conselho Nacional de Pesquisa, em 2010, aprovamos o projeto “Mapeamento Nacional de Publicações do Campo dos Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia”, executado de 2010 a 2014.

Na mesma linha de “História da Ciência e da Tecnologia e Gênero”, integramos o projeto internacional “Rede Ibero-Americana de Ciência, Tecnologia e Gênero”, entre os anos de 2011 e 2017. Financiado pelo Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (Cyted), contou com pesquisadoras de nove países. O Grupo do Brasil ficou sob a minha coordenação. Nesse projeto, buscamos nos articular em torno do campo dos estudos feministas da ciência e da tecnologia; editamos o “Boletim da Rede Ibero-Americana de Ciência, Tecnologia e Gênero/BRASIL”; escrevemos biografias de cientistas brasileiras; e realizamos um levantamento de indicadores brasileiros de gênero, ciência e tecnologia e políticas públicas.

No Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos da UFRN (Tirésias), no período em que o coordenei, 2013 a 2015, fui responsável pela segunda etapa da investigação, “Gênero e Diversidade Sexual na UFRN”.

Algumas dessas pesquisas reuniram todas/os integrantes que circulavam no Pandora naquele momento, promovendo um compartilhar de saberes entre pesquisadoras/es em diferentes níveis de formação, uma dinâmica de construção e divulgação do conhecimento que resulta em grande riqueza para a prática científica, evidenciando, entre outras coisas, o caráter coletivo da edificação de saberes. Já havia observado essa dinâmica em outros espaços acadêmicos da UFSC. Entretanto, foi no Nigs que a aprendi.

Desde o início de 2022, o Pandora contribui com o projeto “*WIS: UK-Brazil Gender Equality Partnerships*”, no grupo da UFRN, coordenado pela professora do departamento de Informática e Matemática Aplicada da UFRN, Mônica Pereira. Temos participado de reuniões com diversas instituições brasileiras e britânicas e realizamos uma etapa de coleta de dados estatísticos para compreender os cenários das assimetrias de gênero e políticas de nossa universidade. Este ano também marca o início da segunda etapa do projeto “Mapeamento Nacional de Publicações [...]” e a primeira etapa da pesquisa sobre “Pioneiras da Ciência na UFRN”.

Na inter-relação gênero e educação em ciências, orientamos três dissertações, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática (PPGECNM), e uma em gênero e sustentabilidade, e odontologia e sustentabilidade, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema)

O grupo de pesquisa também atua em “Educação em Ciência, Tecnologia e Sociedade”. Nessa linha, executamos os projetos “Educação CTS” e “Ciência, Tecnologia e Sociedade e Paulo Freire: inter-relações e desafios para uma educação contextualizadora em ciências”. Tivemos três dissertações defendidas nessa linha.

Considerando os registros dos projetos, orientamos mais de 25 trabalhos de iniciação científica e oito mestrados, um deles em andamento. Abrangendo disciplinas optativas e obrigatórias do Bacharelado em que atuamos desde 2010, fomos responsáveis pela orientação de mais de 30 estudantes.

Profundamente entrelaçadas às pesquisas estão as atividades de ensino, tanto no campo dos Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia quanto dos Estudos Ciência, Tecnologia e Sociedade. “Relações de Gênero em Ciência e Tecnologia” foi criada em 2013 como componente curricular optativa do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia (BICT). Procuramos ofertá-la, pelo menos, uma vez por ano.

No Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática (PPGECNM), sou responsável pela criação e oferta da componente optativa “Relações de Gênero e Diversidade na Educação em Ciências: teoria e prática docente interdisciplinar”. Nesse programa, nosso público são professores de ciências da Educação Básica (EB). A grande maioria nunca estudou temáticas relacionadas a gênero em sua formação inicial ou teve oportunidade de contato com dimensões epistemológicas, pedagógicas, históricas, sociais ou culturais das inter-relações gênero e ciência. Assim, essa componente tende a sensibilização e construção de uma perspectiva crítica, trabalhando elementos para que as relações de gênero possam ser incorporadas nas aulas de ciências da Educação Básica do Rio Grande do Norte.

A formação de professoras/es é um dos objetivos principais do Pandora. Uma das mais importantes ações nessa direção foi a gestão adjunta, em 2011 e 2012, das duas edições do Programa de Formação de Professores em Gênero e Diversidade na Escola, cuja coordenação geral ficou sob a responsabilidade da



professora do departamento de Antropologia da UFRN Elisete Schwade, que já havia sido pesquisadora no Nigs.

Nos anos de 2012 e 2014, o Pandora realizou, respectivamente, a primeira e a segunda edições do Seminário Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia. Evento associado ao projeto de pesquisa “Mapeamento Nacional de Publicações do Campo dos Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia”, que contou com a participação de pesquisadoras brasileiras e da Argentina.

Uma prática educativa feminista é o modelo de formação que me guia. Como escrevi em um ensaio (CABRAL, 2021), os grupos e núcleos de pesquisa que estudam mulheres, gênero e feminismos acabam por se constituir em lugares de movimento social e transformação existencial das pessoas. O Pandora se tornou esse lugar de acolhimento para estudantes interessadas/os, curiosas/os e até mesmo desconfiadas/os com as nossas temáticas e questões, e aquelas/es feridas/os pela discriminação e pelo preconceito – pessoas que buscavam conhecimentos e afetos para se empoderar e combater práticas injustas; que ansiavam construir discursos de luta, os mais diversos. Vidas foram ressignificadas por meio do diálogo e das subjetividades partilhadas.

A pandemia de Covid-19 me cobriu de reflexões. Isolada, insegura, senti-me incerta. Dois anos... Em 2022, de volta às aulas presenciais: vontade de mudar! De maneira muito inusitada, ao escrever este texto, fui reconhecendo os caminhos trilhados, possibilidades de transformar práticas, abolir trajetos e repensar percursos – reestruturar o trabalho e colorir mais a vida. Mais especialmente, que esses caminhos trilhados são também caminhos cruzados, em que se sentam a todo momento para dialogar as mulheres sábias e as das novas gerações.

Referências

CABRAL, Carla. Diálogos sobre a prática acadêmica feminista em uma universidade brasileira. In: OLVERA, Alma Rosa Sánchez; BRINGAS, Silvia Evelyn Ward; NAVIA, Alizon Rodriguez (Coords.). *Diálogo Global de Saberes y Experiencias Entre Científicas-Académicas*. México/Perú: Red de Ciencia, Tecnología y Género UNAM/Universidad Privada San Juan Bautista, 2021.

FEMPOS/UNILAB/MALÊS: oito anos de pesquisa e resistência



CATERINA ALESSANDRA REA

Comecei a escrever este textinho no oitavo aniversário do Campus dos Malês da UNILAB, situado no Município de São Francisco do Conde, no Recôncavo baiano. Oito anos de trabalho acadêmico intensos e de lutas desta comunidade universitária, da qual faz parte o grupo de Pesquisa Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas/FEMPOS, criado no final de 2014, alguns meses depois da inauguração do nosso campus, em 12 de maio de 2014. Falar do FEMPOS e da sua trajetória me parece impossível sem uma referência à comunidade acadêmica do campus dos Malês e às suas lutas, à sua resistência cotidiana para seguir existindo como comunidade acadêmica de excelência, em meio a tantas dificuldades de infraestrutura, espaço físico, precariedades das condições de trabalho que afetam xs professorxs, xs técnicxs e, sobretudo, xs estudantes, mesmo após esses oito anos de atividades.

O FEMPOS foi criado em dezembro de 2014 e, desde então, desenvolve atividades de pesquisa centradas no mapeamento, no estudo e na divulgação do pensamento elaborado por autorxs pertencentes a grupos minoritários e subalternizados, particularmente, de feministas pós-(de)coloniais e de teorixs Queer of Color. Lembro, em particular, que as atividades do FEMPOS começaram quando, no trimestre da integração do verão 2014-2015, ministrei o primeiro componente curricular sobre feminismos e questões de gênero, na UNILAB: “Debates e correntes dos feminismos pós-coloniais”. Uma pequena turma de estudantes motivadx acompanharam a disciplina, que apresentava autoras feministas do Sul global. Tive, então, a percepção da importância de fortalecer o FEMPOS no



campus dos Malês e da necessidade de criar disciplinas sobre estas temáticas que pudessem ser parte integrante do PPC (Projeto Político Pedagógico) do Bacharelado em Humanidades.

O FEMPOS tem como objetivo resgatar o pensamento, as elaborações teóricas e construções epistemológicas de grupos tradicionalmente marginalizados e, como tais, excluídos do campo da produção de conhecimento. Atualmente, suas pesquisas focam nas correntes feministas e no desenvolvimento da teoria queer racializada, com um olhar especial para os contextos africanos, realizando traduções do inglês das principais autoras envolvidas com propostas feministas-queer na África.

O FEMPOS pretende, assim, encarnar algumas das diretrizes inspiradoras do projeto da UNILAB ao trazer à tona perspectivas epistemológicas que fortalecem o diálogo Sul-Sul e produções teóricas desde as margens, elaboradas por grupos historicamente marginalizados e subalternizados em termos de gênero, raça, sexualidade, colonialidade e classe. Do ponto de vista metodológico, os projetos que desenvolvi no FEMPOS têm privilegiado uma abordagem de estudos bibliográficos e de revisão de literatura baseados na compreensão, interpretação e até na tradução de textos na área dos estudos feministas, queer na perspectiva pós-(de)colonial. Entre as últimas contribuições, lembramos os dois volumes de textos africanos sobre questões de dissidência sexual no continente, que traduzimos do inglês e publicamos pela Editora Devires, em 2018 e 2020. Os projetos desenvolvidos pelo FEMPOS se colocam em um diálogo interdisciplinar com as Humanidades e as Ciências Sociais e visam consolidar o embasamento teórico das pesquisas conduzidas pelos estudantes da UNILAB. A riqueza do FEMPOS está em seu perfil de pesquisa interdisciplinar, mas também na participação de estudantes brasileiros e africanos que trazem questionamentos e inquietações de pesquisa a partir de seus diferentes horizontes culturais.

Mas, o FEMPOS também é, em boa parte, fruto de aprendizados que pude adquirir durante minha estadia de pós-doutorado na UFSC e, particularmente, no Núcleo de Pesquisa em Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), sob a orientação da professora Miriam Pillar Grossi. No NIGS, aprendi os prazeres, mas também as agruras, do trabalho coletivo, a importância das redes e do trabalho em equipe. Também, aprendi a me situar no campo acadêmico brasileiro, entre a pesquisa teórica e a abertura para os movimentos sociais e suas pautas de maior justiça social e inclusão. Levei estes aprendizados e experiências para a UNILAB e para a criação do FEMPOS, ciente de que, porém, não podemos confundir estes diferentes campos de atuação da academia e da militância. Os

encontros, as tensões e, às vezes, os desencontros entre esses dois campos de atuação constituem um desafio constante para o trabalho do FEMPOS.

Atualmente, o FEMPOS conta com a participação de várias docentes/pesquisadorxs da UNILAB e externxs à UNILAB, sob minha coordenação e da professora Clarisse Goulart Paradis. Várias das docentes deste grupo de pesquisa cadastram, anualmente, seus projetos em editais da PROPPG/UNILAB e da PROEX/UNILAB e desenvolvem projetos com a participação de bolsistas do programa de Iniciação Científica e de Extensão, Arte e Cultura.

Menciono, a seguir, alguns dos projetos de PIBIC desenvolvidos pelo FEMPOS sob minha coordenação. Entre 2015 e 2016, desenvolvemos o projeto PIBIC/UNILAB “Interseccionalidade, uma categoria útil de análise da dominação: gênero, orientação sexual, raça e classe no entrecruzamento das relações de poder”. Izzie Madalena Santos Amancio foi bolsista deste projeto, enquanto Solange Cabral e Tais Lago colaboraram como voluntárias. Entre 2017 e 2018, foi desenvolvido o projeto PIBIC/UNILAB com título “Diversidade sexual, homofobia e debate sobre teoria Queer em contextos africanos: uma primeira abordagem”, com a participação da bolsista Izzie Madalena Santos Amancio. Este projeto pretende conduzir um primeiro mapeamento do campo de estudo sobre práticas feministas, diversidade sexual e teoria queer em contextos africanos. A África está se delineando como um laboratório de produção de práticas teóricas, no campo do feminismo e das sexualidades dissidentes. Este projeto se integra no projeto guarda-chuva de fluxo contínuo “Sexualidades dissidentes, Interseccionalidade e Teoria Queer na África: um primeiro mapeamento”, cadastrado na PROPPG, no ano anterior. Na continuidade, entre 2018 e 2019, foram desenvolvidos dois projetos PIBIC: o PIBIC/UNILAB teve por título “Traduzindo a África Queer: ampliação do mapeamento”, cujo bolsista foi João Bosco da Fonseca Fonseca e o projeto PIBIC/FAPESB “Discutindo gênero e sexualidades: traduções e trajetórias queer no eixo sul-sul”, que teve como bolsista Izzie Madalena Santos Amancio. Estes projetos resultaram na publicação do primeiro volume de traduções, “Traduzindo a África Queer”, pela Devires (2018), sob minha organização, da professora Clarisse Goulart Paradis, e com a participação da bolsista Izzie Madalena Santos Amancio. Depois deste primeiro mapeamento da dissidência sexual africana, começamos a analisar a questão das guerras culturais e dos fundamentalismos evangélicos em contextos africanos. Entre 2019 e 2020, cadastramos o projeto de pesquisa PIBIC/UNILAB “Guerras culturais e novos imperialismos em contextos africanos: dissidência sexual e de gênero à prova do novo conservadorismo cristão”, no qual João Bosco Soares da Fonseca Fonseca continuou atuando como



bolsista, e entre 2020 e 2021, seguimos com o projeto “Fundamentalismo cristão e conservadorismo social: a expansão das guerras culturais estadunidenses e as minorias sexuais em contextos africanos”, por meio de bolsa PIBIC/CNPq, desempenhada pela estudante guineense Cidália Mendes Tavares.

Do ponto de vista metodológico e da organização do trabalho, o desenvolvimento destes projetos implica a participação dxs respetivxs bolsistas e de outrxs estudantes interessadx nas temáticas em grupos de estudos e de leitura sob minha orientação, durante a qual realizamos a leitura e o comentário de um texto. Segundo este modelo, também realizamos traduções de algumas das contribuições da coletânea africana *Queer African Reader*, que foram publicadas nos dois volumes de *Traduzindo a África Queer*. Foram anos de esforços e de luta, pois o FEMPOS, como os demais grupos de pesquisa do Campus dos Malês, não tem espaço para organizar suas atividades e enfrenta as várias precariedades que marcam esta comunidade acadêmica.

Gostaria de terminar este breve texto compartilhando um pouco da nossa esperança de que, em breve, possamos implementar um Mestrado em “Gêneros e Feminismos Plurais” na UNILAB (Bahia e Ceará), esforço pelo qual já foi criada uma Comissão de Proposta de Novos Cursos (APCN), com ampla participação de docentes/pesquisadoras do FEMPOS.

Em nome do FEMPOS, parabenizamos o trabalho do NIGS durante seus trinta anos de vida, agradecendo pelos seus engajamentos pioneiros que possibilitaram que novos caminhos fossem trilhados e que novas experiências e abordagens fossem realizadas no campo dos estudos sobre gênero, teoria feministas e sexualidades dissidentes.

NEG/UFPR E NIGS/UFSC, SOBRE ENCONTROS FELIZES E REDES QUE REVERBERAM: os estudos de gênero na região Sul do Brasil



MIRIAM ADELMAN

MARLENE TAMANINI

Participar com um pequeno texto no livro sobre a história dos 30 anos do NIGS/UFSC é uma responsabilidade e uma honra para nós. Esta história guarda parte de nossas conexões, nossos afetos e de nossas interfaces, tanto como estudantes orientadas pela professora Miriam Pillar Grossi, à época, no doutorado interdisciplinar da UFSC, quanto como profissionais na UFPR. Inseridas no Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR/PR, somamos produção científica à área, como coletivo de pesquisadoras, e, individualmente, ao longo de três décadas e, é precisamente neste período de institucionalização acadêmica da área de estudos de gênero no Brasil, que o NIGS/UFSC e o NEG/UFPR emergem. Esta construção dos grupos de pesquisa conectou, em diversas partes do país, estudos que mulheres feministas estavam realizando, articulou-se em um momento – em um verdadeiro movimento –, conforme narra Hildete Pereira de Melo (2017); tomando forma e consolidando-se algumas décadas após a ‘revolução feminista na academia’ (ADELMAN, 2009). Pode-se afirmar que este contexto significou tanto pioneirismo (no sentido de amadurecimento de processos brasileiros) quanto revigoração político acadêmico para com estes temas, numa relação que também ligava o Brasil a muitas outras partes do mundo.

Neste sentido, celebrar os 30 anos do NIGS enlaça uma série de conexões entre o NEG/UFPR e o NIGS/UFSC, o que também segue o fluxo da multiplicação de grupos de pesquisa na área, no interior das universidades brasileiras.



Poderíamos ressaltar uma relação de ‘parentesco’ particular, ao se tratar de núcleos que emergiram em duas das três grandes universidades federais da Região Sul do Brasil. Este aspecto foi construído a partir de convivência direta e intensamente compartilhada, unindo trabalho cotidiano, troca de ideias, reuniões presenciais, amizades pessoais e afetos, num compromisso de criar e fazer expandir redes entre pessoas e pesquisadoras que acreditavam em uma área de conhecimentos interdisciplinares, que não é reconhecida sem esforço, e cuja produção acadêmica ficava e, por vezes, ainda fica, à margem de outras áreas. As pesquisadoras se inseriram neste campo, alimentaram sua episteme com palestras, cursos, seminários, orientações, relatórios, disciplinas, pareceres, mesmo se frente à escassez de recursos institucionais e ao fato de que estes conteúdos sempre estiveram sob suspeição, exigindo luta acadêmico-política, para mantê-los viáveis e inseridos nas instituições e nos cursos. A solidariedade entre os membros dos grupos, estar em lugares institucionalizados e o trabalho em conjunto foram condições necessárias à sua consolidação.

Do ponto vista de nossa história pessoal, no caso da Miriam Adelman, que chegou ao Brasil após estudos de sociologia no México, na UNAM, e em Nova Iorque, ter conhecido a Miriam Grossi logo em seguida à sua vinda a Curitiba, em 1991, tornou-se uma marca de inestimável importância. Nesse momento, ainda um ano antes de ter a possibilidade de fazer concurso para ocupar uma vaga como professora assistente, na área de Sociologia, na UFPR, realizou uma pesquisa, para uma tese de doutorado na área de gênero e família (vinculada a uma universidade dos EUA, NYU) e teve a sorte de participar de um seminário regional de pesquisadoras/es da área em que Miriam Grossi, já professora da UFSC, estava presente. Foi a partir da conversa entre as duas que ela começou a entender a dinâmica de configuração dos núcleos e grupos de pesquisa sobre gênero que vinham surgindo dentro das universidades brasileiras, e, desta maneira, foi estímulo direto à formação posterior do NEG/UFPR, fundado por ela, em 1994, como professora dessa instituição, ao lado da colega e professora Ana Paula Vosne Martins, do departamento de história, numa universidade que, na época, ainda carecia de tradição e interesse manifesto na área, apesar da atividade vigorosa e combativa dos estudos de gênero/feministas em outras partes do país.

Marlene Tamanini trazia em sua história de formação forte inserção na Teologia Feminista e nas Pastorais Sociais da Igreja Católica com temáticas na área dos estudos de gênero desenvolvidas nas décadas de 80 e 90. Após sua graduação como bacharel em ciências políticas e sociais na escola de sociologia política em São Paulo e uma especialização em Saúde e Trabalho na Medicina

Preventiva da USP/SP, voltou à Santa Catarina para fazer o mestrado no programa de pós-graduação em sociologia política da UFSC. No mestrado, trabalhou com faxineiras e diaristas sob a perspectiva de gênero, e foi orientada pela professora Luzinete Simões Minella, que também seguiu sendo sua coorientadora no doutorado. Uma vez aprovada para o doutorado Interdisciplinar da UFSC (DICH/UFSC), após uma troca de orientação, e em conversa com a nova orientadora, professora Miriam Pillar Grossi, seguiu na área com o tema das Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas. Anteriormente como professora da UNISUL, trabalhava conteúdos de gênero em suas disciplinas, e assim o fez até o presente. Desde 2004, com sua inserção na Universidade Federal do Paraná, recém-chegada, encontrou nesta instituição um grupo de pesquisa consolidado, no qual se inseriu e continuou os processos de formação e orientações com estas epistemes, na graduação em Ciências Sociais e na pós-graduação em Sociologia, juntamente com Miriam Adelman.

Em relação ao NEG, desde sua fundação, foram anos de muita atividade, em formatos diversos, incluindo a organização, durante os anos 90, de dois congressos de escopo nacional (I Encontro Paranaense de Estudos de Gênero: Mulheres, Homens e Relações de Gênero no III Milênio, Curitiba, 1998; Simpósio Brasileiro de Gênero e Mídia, Curitiba, 2005), assim como no cotidiano da universidade, por meio de orientações, seminários mensais, ininterruptos e abertos à comunidade, pesquisas e publicações. A inserção dos e das profissionais que foram orientados/orientadas por nós, em outras instituições, tanto do Paraná, quanto de fora dele, expandiu o trabalho local, aspecto bastante importante também, no caso do NIGS, o que levou este campo para várias universidades do país e, inclusive, àquelas da Região Sul. As pesquisadoras egressas ou membras do NEG/UFPR criaram seus próprios grupos de pesquisa, criaram novas linhas nos seus programas de pós e nos cursos de graduação dentro e fora da UFPR. Dentro da própria UFPR, foram surgindo outros grupos, como o LABIN (Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividades na Educação), fundado por Maria Rita César, membro do NEG, para a área específica de educação, e o grupo Mulheres e Produção Cultural. Este segundo une professoras e acadêmicas cujas pesquisas se voltam para as temáticas de mulheres como criadoras nas esferas da arte e da cultura, e cujas pesquisadoras se mantêm, de forma paralela e convergente, vinculadas ao NEG/UFPR. Por outro lado, dentro da comunidade mais ampla da UFPR, a partir dos anos 2000, o interesse em questões teóricas e políticas relacionadas a gênero, sexualidade e feminismos cresceu de forma notável, expressando-se pela criação de novos grupos e pelo enraizamento nos cursos



e programas de pós-graduação diversos, por exemplo, entre alunas e alunos da graduação em psicologia, e entre um grupo muito dinâmico de professoras/es e estudantes da Faculdade de Direito. Estes desdobramentos, com certeza, são parte e reflexo do que Heloísa Buarque de Hollanda menciona no seu livro de (2018), *Explosões Feministas*, de um clima de demandas e reivindicações sociais cada vez mais ativas no país, e também tiveram uma certa dívida com as atividades pioneiras do NEG, que – inspiradas nas frutíferas trocas com as pesquisadoras da UFSC – colocaram estas questões na pauta da instituição.

Animadas por esta formação, que começou antes da UFSC para as duas autoras, mas que se conectou com o DICH e com o NIGS por causa do doutorado e da orientação da professora Miriam Pillar Grossi, foi fundamental o entendimento que nós sempre tivemos, de que havia necessidade de introduzir disciplinas do campo, no currículo de ciências sociais e dos cursos diversos. No caso das ciências sociais, assim se fez. Manteve-se e recriou-se as disciplinas da área dos estudos de gênero, dos estudos de teorias e epistemologias feministas, da família, da sexualidade, no interior de pelo menos 5 reformas curriculares. O mesmo processo foi repetido na pós-graduação em Sociologia.

Recentemente, depois de três anos de discussões, de idas e vindas com as vagas para concurso, que foram surgindo por meio de aposentadorias, conseguimos abrir um concurso em dezembro de 2021, para a área dos estudos de gênero e da sexualidade no Departamento de Sociologia da UFPR. Um colega foi contratado no início de 2022, e está se inserindo; na sequência, articulamos a contratação da segunda pessoa aprovada no mesmo concurso. O processo da sua contratação está em andamento, em maio, no momento da escrita deste texto, juntamente com o pedido de aposentadoria da professora Marlene Tamanini.

Desde 1994 até 2022, celebramos os 20 anos do NEG, os 25 anos e vamos celebrar os 30 anos em 2023. De nossa contribuição com a celebração dos 30 anos do NIGS, devemos dizer que este período da criação dos grupos de pesquisa que se seguiu nos reporta sempre ao NIGS/UFSC, como relação pessoal e coletiva. Estivemos inseridas em diversas de suas atividades, tanto como continuidade de nossa formação, como em suas celebrações. Ambos os grupos se mantêm pelo trabalho intelectual e docente de pesquisadores e de pesquisadoras de diferentes áreas. No caso do NEG, ele se forma com pessoas vindas do setor de ciências humanas da UFPR e que são docentes das áreas de história, sociologia, educação, literatura e artes, agregando estudantes de graduação e pós-graduação. Tem como desafio, de um lado, estimular a produção teórica no campo interdisciplinar dos estudos de gênero, construindo espaço para temas de interesse acadêmico e

social; de outro lado, atuar em programas de pós-graduação, contribuindo com a formação em nível de mestrado e doutorado, bem como na graduação, com a orientação de pesquisas de iniciação científica e de conclusão de curso (MARTINS, 2017). Diferente do NIGS, que fez muita formação também para professores no Estado de SC, o grupo do Paraná se inseriu menos nestes processos do Estado, fê-lo apenas com alguns cursos pontuais, a convite da Secretaria da Saúde e do Sindicato dos professores do Estado, mas está inserido em programas de pós em nossa licenciatura e bacharelado por meio das disciplinas, seminários e iniciação científica; o que também se repete a partir de outros programas que dele participam, já que Marlene e Miriam são da sociologia.

Para encerrar, devemos dizer que as gerações mudam e renovam histórias! Miriam gostaria de ressaltar que sempre encontrou apoio do NIGS, e da Miriam Grossi – amiga, orientadora, colega – na sua trajetória de pesquisadora, que fluiu através de linhas diversas e entrecruzadas, desde incursões iniciais sobre gênero e família e gênero e esporte até uma tese de doutorado sobre teoria feminista e sociologia contemporânea, e, posteriormente, novos eixos relativos a mulheres e produção cultural (literatura, cinema, fotografia) e estudos humano-animais (incluindo a abertura de um novo GT sobre essa temática na ANPOCS). Neste momento, fica muito contente ao ver antigos alunos e alunas multiplicando ideias e sendo protagonistas na expansão do olhar feminista em diversos espaços acadêmicos do país – e circulando também por terras ainda mais distantes.

Marlene já havia realizado disciplinas com a professora Miriam Grossi durante o mestrado em Sociologia Política na UFSC; em 2000, encontrou na professora Miriam Grossi uma nova orientação para o doutorado no programa interdisciplinar em ciências humanas, cujo coordenador, à época, era o saudoso professor Héctor Ricardo Leis. Com sua orientação e da professora Luzinete Simões Minella, do programa de pós em sociologia, desenvolveu o projeto de pesquisa na área da reprodução humana, com casais que estavam em tratamentos por diagnóstico de infertilidade e com especialistas da área que ofereciam os tratamentos. Este projeto abriu interseccionalidades, numa perspectiva interdisciplinar, para o campo das feministas da ciência, para concepções de família, maternidade, paternidade, gênero, tecnologias. Permitiu a publicação do livro da tese pela UFSC, em 2009, mesmo se havia sido aprovado em 2004 – demora comum nas editoras universitárias da época. Esta foi a primeira tese a ser defendida no DICH/UFSC e a primeira na área dos estudos de gênero. Na ocasião da defesa da tese, em 2003, havia 11 pesquisadoras discutindo novas tecnologias reprodutivas no Brasil. E estas foram reunidas em uma jornada, coordenada pela



professora Miriam Grossi na UFSC, com a ajuda de Roseli Maria Porto, atualmente professora Associada II no Departamento de Antropologia (DAN) e no programa de pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, onde se encontra desde 2010. Durante dois dias, discutimos as questões vinculadas às NTRc e os desafios para o seu conhecimento, para a política, os desafios e problemas que suscitavam para as mulheres envolvidas. Foi um tempo de riquezas acadêmicas compartilhadas que se completavam pelos fóruns internos do NIGS, do qual eu era membro. Fizemos debates no Centro Integrado de Cultura de Florianópolis (CIC), como parte da programação do doutorado interdisciplinar em ciências humanas – as chamadas “Quartas Transdisciplinares” – e como parte da programação do programa de pós em Antropologia, por meio do NIGS. Fui debatedora na mesa intitulada “As Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas: Olhares Interdisciplinares”. A jornada denominou-se *Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas: Questões e Desafios*, e resultou na publicação de um livro de mesmo nome, lançado na V RAM, em dezembro de 2003, cujo mérito de organizar e conduzir a publicação é das professoras Miriam Grossi e Roseli Maria Porto, também por todo trabalho empreendido. O pós-doutorado, em 2010, também foi, de certa maneira, influenciado por pessoas do NIGS, neste caso, Flávio Tarnowski, que me ajudou com informações, e a professora Miriam Grossi, que me ajudou com seu tempo e energia na leitura do projeto, assim como o foi com o doutorado sanduíche no IRESCO. Durante o pós-doutorado, estive no departamento de antropologia social da Universidade de Barcelona, Espanha, no grupo “Familia Y Parentesco”, com bolsa da CAPES e com a colaboração estrangeira do Dr. Joan Bestard. Também fui acolhida, em 2019, quando novamente estive na UFSC, por 90 dias em pesquisa, formalmente em licença capacitação em um momento em que me encontrava com sérios problemas de saúde e precisava sair do meu local de trabalho.

Tem muito a ser narrado e muita gratidão a expressar, mas encerramos dizendo que, celebrar os 30 anos do NIGS, é um tempo de memórias agradecidas pelo lugar de estímulo, de afeto e de acolhida deste grupo de pesquisa. Mesmo se o dia a dia nos torna distantes de suas muitas atividades, as conexões perduram a seu modo na sinergia do tempo; e sempre há conexões e, de alguma maneira, sempre são retomadas.

Referências

ADELMAN, Miriam. *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. São Paulo: Edgard Blücher, 2016.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão Feminista: Arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MELO, Hildete Pereira de. Reflexões e vivências sobre a militância feminista na segunda metade do século XX: Rio de Janeiro/Brasil. In: TAMANINI, Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima (Org^{as}.). *Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2017. p. 65-87.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Institucionalização dos estudos de gênero no Brasil: a contribuição do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná para a memória de um desafio. In: TAMANINI, Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima (Org^{as}.). *Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2017. p. 15-38.

UFMA/UEMA - LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM ANTROPOLOGIA POLÍTICA



MARTINA AHLERT

Em 2018, Karina Biondi e eu (Martina Ahlert), com a parceria de algumas alunas e alunos, formamos o Laboratório de Estudos em Antropologia Política (LEAP). Karina era então professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão há cerca de um ano, e eu, desde 2014, lecionava na Universidade Federal do Maranhão. Estávamos, ambas, em São Luís, muito embora as duas universidades tenham *campi* em diferentes cidades do interior do estado. Hoje o LEAP tem duas sedes, uma na cidade universitária da UFMA e outra na UEMA, na capital ludovicense.

O LEAP reúne cerca de 35 estudantes de graduação e pós-graduação vinculados, ainda que não exclusivamente, aos cursos de Ciências Sociais, História e Cartografia Social. Nossas pesquisas estão associadas a temas relativos ao estudo da antropologia política ou antropologia *da* política. Sob esse guarda-chuva se assentam diversos interesses que se relacionam aos estudos sobre pobreza, criminalidade, Estado, gênero e religião. O Laboratório tem três linhas de pesquisa: agenciamentos prisionais, movimentos sociais e saberes minoritários.

A formação do LEAP passa também pela nossa constituição como docentes no Maranhão. Karina e eu nos aproximamos da Antropologia Política por caminhos diversos. Estudamos em instituições diferentes, tivemos orientadoras e orientadores distintos, e viemos a nos conhecer no Maranhão. Entretanto, durante nosso percurso acadêmico, passamos a integrar uma rede de pesquisadoras e pesquisadores chamada Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). Fundado

em 1997, hoje integra o NuAP um vasto conjunto de discentes e docentes de universidades brasileiras.

Na minha trajetória, antes disso, tive a oportunidade de integrar outros grupos de pesquisa – o Núcleo de Antropologia e Cidadania, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação de Claudia Fonseca; o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, na Universidade Federal de Santa Catarina, com a professora orientadora Mirian Grossi; e o Grupo de Estudos em Teoria Antropológica, na Universidade de Brasília, sendo acompanhada por Antonádia Borges. No NIGS, entre os anos de 2006 e 2008, durante a realização do meu mestrado em Antropologia Social na UFSC, pude participar de projetos, compor equipes que organizavam eventos importantes e construir relações que se estendem até hoje.

Muitas das atividades nas quais pude participar nesse Núcleo foram importantes como discente e são ainda inspirações que desenvolvemos no Laboratório de Estudos em Antropologia Política. Ainda que não seja simples recortar elementos que vão nos constituindo durante nossa formação – e que colaboram e somam às experiências vividas em diferentes momentos das nossas trajetórias –, penso ser possível identificar algumas dessas inspirações. Elas têm relação com as abordagens teórico-metodológicas dos projetos que participei; outras ainda se relacionam aos modos de pensar o trabalho e a interlocução na Universidade ou a partir da Universidade.

No que se relaciona ao primeiro desses elementos, importante mencionar que ainda que o LEAP não se constitua como um grupo de estudos sobre gênero ou estudos feministas, ele reúne um conjunto de estudantes que possuem pesquisas diretamente relacionadas a esse campo de estudos ou cujo recorte se estabelece em interlocução com essa abordagem. Na nossa breve trajetória como Laboratório, temos pesquisas sobre a penitenciária feminina em São Luís, sobre o funcionamento da Casa da Mulher Brasileira, sobre a socialidade lésbica na cidade, sobre gênero e sexualidade no contexto escolar, por exemplo. Articulações entre gênero e política marcam ainda uma pesquisa nossa sobre coletivos feministas e sua atuação entre profissionais do sexo no Centro Histórico de São Luís.

Considerando o segundo elemento acima mencionado, os modos de pensar nossa experiência na e a partir da Universidade, cabe recordar de algumas atividades que realizamos no período que estive no NIGS. Escolho enfatizar duas iniciativas que considero inspiradoras: a interlocução entre universidade, Estado e movimentos sociais que marcou a realização do “Seminário Homofobia,



Identidades e Cidadania LGBTTTT” (em 2007); e a interlocução com os professores de ensino religioso da rede pública de educação, realizada como devolutiva de uma pesquisa que conduzimos em escolas nas diferentes regiões de Santa Catarina (parte do projeto “Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina”, realizado entre 2007 e 2008). A promoção da interlocução e do debate, a responsabilidade na execução e no retorno de dados de pesquisa são parte das experiências memoráveis de aprendizado no Núcleo.

Nessas inspirações tomou forma a constatação da importância do trabalho conjunto na vida acadêmica. O LEAP surge dessa percepção: a despeito das forças individualizantes e de ênfases hierarquizantes que podem marcar a universidade, a participação em um grupo de estudos promove o caráter coletivo e horizontal do aprendizado. Com esse intuito desenvolvemos um conjunto de atividades na UFMA e na UEMA. Além de reuniões periódicas para discussão de autoras e autores, trabalhos das membras e membros do grupo, realizamos minicursos sobre Antropologia da Política (com convidadas e convidados de diferentes universidades brasileiras) e oficinas sobre escrita e produção acadêmica. Em 2019, realizamos o V Encontro Nacional de Antropologia da Política, celebrando nossa interlocução com integrantes do NuAP de diferentes universidades brasileiras e do exterior.

Atualmente realizamos quatro projetos de pesquisa no âmbito do Laboratório. O projeto “Políticas da vida: uma etnografia sobre cotidiano, pobreza e estratégias populares” conta com a participação de 10 pesquisadoras e pesquisadores, e apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O projeto “Ser quebradeira de coco babaçu: vivências e desafios em tempos de pandemia de Covid-19” reúne membras do LEAP com um conjunto de professoras de diferentes cursos da área da saúde na UFMA. Já na UEMA temos o projeto “Gestão estatal, relações íntimas e disputas faccionais na Penitenciária Feminina de Pedrinhas, em São Luís, Maranhão” com oito pesquisadoras e apoio do CNPq. Além desse, temos o projeto “Outra prisão é possível? O modelo APAC [Associação de Proteção e Assistência aos Condenados] em São Luís, Maranhão, Brasil” que conta com a participação de estudantes de graduação.

Paralelamente, temos dois projetos de extensão, um deles realizado no ambiente da carceragem feminina de São, Luís, chamado “Escritos do cárcere: oficinas de escrita etnográfica na prisão” e outro que tem como lócus o interior do estado e se chama “Arquivo digital e comunitário do Terecô” [uma religião afro-brasileira local]. Nos anos de existência do Laboratório, formamos uma doutoranda, quatro mestras, dez graduandos e graduandas e orientamos dezesseis

bolsas de Iniciação Científica. Hoje, temos em andamento 16 orientações na pós-graduação (sendo seis de doutorado e dez de mestrado), oito na graduação e cinco dessas bolsas.

Nos últimos anos, publicamos – coordenadoras e estudantes – vinte e um artigos em periódicos científicos, quatro livros e vinte capítulos de livro. Entre eles, destacamos “Authoritarianism and confinement in the Americas” (de autoria de Karina Biondi, Jennifer Curtis e Randi Irwin), “Encantoria” (de Martina Ahlert) e os “Anais do V Encontro de Antropologia da Política: Etnografias das Práticas de Estado e das Resistências”.

AS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS E INTERSECCIONAIS DO GRUPO PIPA (UEMG/DIVINÓPOLIS)



LETÍCIA CARDOSO BARRETO

MARA SALGADO

As linhas que sustentam o PIPA: a criação do grupo e as influências

O Grupo PIPA (Práticas Interseccionais e Participativas) foi criado por Letícia Barreto e Mara Salgado em setembro de 2020, quando foi também registrado junto ao CNPq, e é sediado na Universidade do Estado de Minas Gerais, na cidade de Divinópolis. Foi criado com o intuito de fortalecer os debates feministas na região e produzir ações transformativas a partir de nossas pesquisas e intervenções. É um grupo ainda novo, mas que remete a toda a nossa trajetória e à nossa passagem por diferentes instituições e grupos de pesquisa. Letícia fez sua formação em Psicologia a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde realizou graduação, mestrado e pós-doutorado e participou de grupos como o Núcleo de Psicologia Política (NPP) e o Núcleo Conexões de Saberes. Realizou seu doutorado em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), período em que esteve vinculada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Mara tem formação nos campos da Psicologia e da Educação, participando de grupos fundamentados na Psicologia Social como o PRISMAS – Modelos de crítica social (UFSJ), e nos estudos da Sociologia, como o Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (UFSC).

O Grupo PIPA é marcado por estas diversas influências e nossas vinculações a diferentes grupos e espaços. Aqui, ressaltaremos o impacto do NIGS. O Grupo PIPA, assim como o NIGS, é um grupo feminista, que dialoga tanto com as teorias quanto com os movimentos sociais e que visa, a partir de métodos coletivos e participativos de bases etnográficas, produzir impactos sociais de redução das desigualdades. Embora nosso grupo seja hoje formado basicamente por discentes da Psicologia, inspiradas pelo NIGS, visamos favorecer a participação de estudantes e profissionais de diferentes áreas e níveis de formação, bem como de movimentos sociais, a partir um diálogo interdisciplinar. Os projetos são também debatidos constantemente no grupo, possibilitando a formação de discentes para debater os mesmos e de um sentido de grupo que produza e intervenha de maneiras coletivas.

As bases que constroem o PIPA: bases teóricas e linhas de pesquisa

O Grupo PIPA é um grupo de pesquisa e extensão que se identifica com a perspectiva da Psicologia Social Crítica, assumindo tanto a possibilidade de diferentes articulações teóricas e metodológicas quanto o necessário compromisso ético e político com a transformação social, a redução das desigualdades e a democratização das relações sociais (BOCK, 2003; MARTÍNEZ, 2003; MONTERO, 1982).

A participação é central à produção de diferentes práticas no âmbito da investigação científica, da produção teórica e da intervenção junto à comunidade acadêmica e não acadêmica. Sendo assim, propõe uma relação não hierárquica nos processos de pesquisa-intervenção, de forma que todas as pessoas são parte ativa e fundamental dos processos de mudança pensados e construídos coletivamente. Há uma abertura ao diálogo e à prática interdisciplinar, possibilitando a compreensão e intervenção frente a fenômenos que são complexos e multifacetados.

A opção por uma perspectiva interseccional demanda ferramentas teórico-metodológicas que se debruçam sobre a construção e manutenção de desigualdades sociais nos mais diversos âmbitos, abarcando questões de classe, gênero, raça, deficiência, dentre outras. Neste sentido, visa compreender como estas desigualdades se articulam na produção de formas de opressão, mas também



em possibilidades de agência e transformação (CRENSHAW, 2002; NOGUEIRA, 2017; PISCITELLI, 2008). A participação de pesquisadoras, figuras públicas, representantes de movimentos sociais se mostra como fundamental para que desigualdades estruturais compoñham a pauta de reivindicações por políticas democráticas em favor do reconhecimento dos direitos humanos (CARNEIRO, 2011).

Possei duas linhas de pesquisa, que são coordenadas, cada uma, por uma das líderes do grupo, mas que se articulam constantemente:

- **Feminismos, interseccionalidade e direitos humanos** – Coordenada por Letícia Barreto, visa à compreensão e à intervenção sobre as diversas formas de articulação entre categorias sociais que produzem e mantêm opressões e desigualdades a partir de uma perspectiva feminista que promova o debate, acesso e garantia a direitos humanos.
- **Crítica social, formação e resistências** – Coordenada por Mara Salgado, tem como objetivo o fomento do estabelecimento de espaços coletivos e participativos voltados às estratégias de resistências e à reflexão acerca das manifestações regressivas da cultura, em especial, das violências e dos preconceitos que (de)formam os indivíduos e mantêm a barbárie contra as diferenças expressas nos gêneros, nas raças, nas classes, nas etnias.

O que faz o PIPA voar: projetos e participação discente

O surgimento do grupo é indissociável do contexto em que se deu, marcado tanto pela então recente chegada das professoras como docentes desta universidade quanto pela pandemia de COVID-19. As atividades até então desenvolvidas foram todas realizadas neste contexto de maneira remota. Além dos projetos individuais desenvolvidos pelas coordenadoras, o grupo realizou dois projetos de extensão, “Encontros Virtuais PIPA”, que articulavam toda a equipe e que eram também projetos abertos à comunidade externa e sua participação remota por meio do nosso canal no YouTube.

No âmbito da pesquisa, o grupo PIPA desenvolve os seguintes projetos de iniciação científica: “Psicologia, Maternidade e Feminismo: gestão de uma política do cuidado?” – coordenado por Mara Salgado; “Trabalho doméstico remunerado e formação identitária em Divinópolis/MG”; “Psicologia social, feminismo e suas interfaces” – coordenados por Letícia Barreto. Somados, os projetos já

formaram 13 pessoas para a prática científica. Dentre estes projetos, ressaltamos o “Psicologia Social, feminismos e suas interfaces”, que almeja traçar as e compreender as diversas interfaces entre a Psicologia Social Crítica e os Feminismos. Tem como objetivo analisar as diferentes formas em que estas áreas se aproximaram a partir da consolidação de ambas em território nacional, compreendendo os impactos metodológicos, teóricos e epistemológicos. Para tal, o projeto está identificando pesquisadoras, mapeando grupos de pesquisa e construindo as linhagens das áreas. Destacamos este projeto por sua relação com os aprendizados feitos durante a inserção junto ao NIGS, mas também pela importância que o Núcleo tem obtido nos diferentes levantamentos realizados, se apresentando como centro fundamental de formação de pesquisadoras na área.

Os projetos de extensão coletivos “Encontros virtuais: Diálogos da Psicologia para uma crítica social” e “Encontros virtuais entre discentes: participação crítica em formação” foram ambos desenvolvidos de maneira remota e atingiram tanto a comunidade interna quanto a externa à universidade. O primeiro teve como objetivo estabelecer um espaço para diálogos interseccionais, por meio de encontros virtuais entre pesquisadoras(es), docentes, discentes do curso de Psicologia da Universidade do estado de Minas Gerais – UEMG/Divinópolis, representantes de movimentos sociais e público em geral. Foram realizados, assim, encontros virtuais aos quais foram convidadas a participar pessoas de referência nos estudos feministas e de gênero ou que atuam na área. Nossa primeira convidada, antes ainda da formalização do projeto, foi Miriam Grossi, que debateu com os/as presentes sobre “Histórias dos Feminismos”. Foram quatro encontros que contaram cada um com cerca de cem inscrições para participação e até 300 visualizações do material. O segundo teve como objetivo dar continuidade aos diálogos interseccionais, por meio de rodas de conversas, realizadas remotamente, entre discentes de diferentes áreas de formação universitária. Nesta proposta, o foco estava na mobilização discente para a pesquisa, produção e divulgação de práticas e conhecimentos interseccionais e críticos das desigualdades sociais. Ao todo, participaram das rodas de conversa discentes envolvidas e envolvidos em onze projetos de extensão e pesquisa de oito universidades públicas das regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Ressalta-se, em ambos os projetos, o alto número de inscritos e visualizações dos eventos, indicando a necessidade de difusão dos espaços para discussão e reflexão acerca das produções acadêmicas voltadas ao enfrentamento das opressões sociais.

O grupo PIPA foi modificando sua constituição durante este período da pandemia e busca, com o início das atividades presenciais, se reestruturar



e reorganizar como grupo para pensar novas formas de pesquisa-intervenção. Visamos consolidar bases mais sólidas de participação de integrantes, alinhando um forte debate teórico-metodológico com encontros periódicos de trabalho e de produção prática e escrita.

Referências

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-28.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjans. Psicologia e compromisso social: desafios para a formação do psicólogo. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.

MONTERO, Maritza. La Psicología Comunitaria: Orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Boletín de la AVEPSO*, v. V, n. 1, p. 15-22, 1982.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

UMA FOGUEIRA NO OESTE DE SANTA CATARINA: 20 ANOS DE HISTÓRIA



MYRIAM ALDANA VARGAS

Em 1998, desenvolvia uma pesquisa, financiada pela Fundação Carlos Chagas, sobre o grupo parlamentar católico que atuava no Congresso Nacional, o qual tinha, entre seus objetivos, interferir, de acordo com seus posicionamentos conservadores, em projetos de lei relativos à sexualidade e à vida reprodutiva. Precisava ter mais de perto um acompanhamento para o desenvolvimento desta pesquisa e tive, então, a grande oportunidade de contar com Miriam Grossi, quem me convidou a discutir esta temática no NIGS.

A minha dificuldade era o fato de estar morando em Xanxerê-SC, cidade do interior do Estado, trabalhando como docente no campus local da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, uma das poucas, talvez a única universidade da região, na época. Participar semanalmente do NIGS impulsionou as minhas escolhas teóricas e metodológicas assim como modelo de atuação no mundo acadêmico e social, mesmo que, para isso, precisei percorrer os 500 km de ônibus até Florianópolis semanalmente. E neste espaço de trocas, de aprendizagem, discussões, amizades, se concretizou o projeto de pesquisa que me permitiu ingressar no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, orientada também por Miriam. Assim começa a história que contarei a seguir.

O Campus de Xanxerê, com cursos de arquitetura, medicina veterinária, administração, educação física, pedagogia, direito, dentre outros, dedicava-se exclusivamente ao ensino, sem desenvolver pesquisa. Uma das minhas funções foi desenvolver a pesquisa, iniciando o programa de PIBIC, e fortalecer o setor da



pesquisa. No primeiro ano, já contando com apoio do NIGS, tivemos um evento que envolveu todo o município, não somente os/as docentes e discentes da Universidade, mas diversas instituições do Município e até do setor empresarial, no teatro da cidade. Miriam palestrou sobre a pesquisa e a importância da universidade para o desenvolvimento do município, focando na diversidade de temáticas possíveis de serem pesquisadas.

Em 2000, quando já estava no doutorado, comecei a trabalhar na Uno-chapécó, universidade que nasceu como desmembramento da UNOESC. Isso ocorreu pois havia um interesse genuíno em investir em pesquisa. No entanto, a temática de gênero, sexualidades e feminismos não era considerada relevante nem pertencente à produção do “conhecimento científico” local. Formamos o grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero Fogueira, que se propôs a desenvolver estudos de gênero e sexualidade como forma de contribuir para a ampliação de análises nos diferentes contextos da ação acadêmica, bem como interferir criticamente nas relações sociais. As linhas de pesquisa e temas correspondentes eram: 1. Pensamento Político-social e Teoria de Gênero: identidade de gênero e sujeitos sociais, cidadania, público e privado e direitos humanos; 2. Gênero, Educação e Saúde: natureza e cultura, pedagogia e multiculturalismo, saúde sexual e reprodutiva; 3. Gênero, Mídia e Poder: mídia e sujeição, corpo, imagem e mercadologização, processos de remasculinização e refeminização, homossexualidade e comunicação. Tinha caráter interdisciplinar e interinstitucional, pois era difícil encontrar dentro de um só curso e universidade vários docentes que se interessaram por estes temas. A composição inicial contava com professor/as dos cursos de direito, biologia, enfermagem, educação física, história e pedagogia, de três universidades da região UNC de Concórdia, UNOESC Xanxerê e Joaçaba e Uno-chapécó.

Por vários anos, os temas do Fogueira foram considerados desimportantes, reduzindo-os pejorativamente a “assuntos relativos a mulheres”. Foi um longo processo, mas, aos poucos, foram sendo reconhecidos como temas transversais nas diferentes disciplinas. Um ponto importante a ser destacado nesta conquista foi a articulação com o NIGS, o que conferia legitimidade ao grupo dentro da universidade.

Esse começo foi difícil. Quando se propunham temas de pesquisa como aborto, não eram aprovados pelos editais de financiamento de pesquisas da universidade. Houve uma mudança quando conseguimos ser contempladas no edital do Fundo de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, externo à universidade, para poder financiar as pesquisas do grupo.

O projeto aprovado era sobre aborto inseguro. Nele foram entrevistadas profissionais do fórum, trabalhadoras de saúde das unidades básicas e professores do curso de direito, medicina e psicologia. Essa pesquisa permitiu o reconhecimento da importância do tema e permitiu que fôssemos contempladas nos editais de pesquisas internos da universidade.

Orientadas pelo tripé de ensino, pesquisa e extensão, o Fogueira desenvolveu pesquisas e intervenções sobre violência contra mulheres, direitos sexuais, direitos reprodutivos e outros temas afins. Acumulou experiência significativa nessas áreas, que lhe permitiram participar ativamente no conselho estadual e municipal dos direitos da mulher, na luta pela instalação da delegacia da mulher, na construção da casa abrigo e na implementação da lei Maria da Penha em Chapecó. Também apoiou diversos movimentos sociais em seus debates e intervenções sociais relativos a estes temas. O Fogueira passou a ser referência na região oeste de Santa Catarina em gênero, estudos feministas, sexualidades, violência e direitos, assim como dentro das universidades e escolas.

A participação do Fogueira na pesquisa organizada pelo NIGS em 2008, sobre as representações de professoras e professores a respeito das sexualidades de jovens estudantes em escolas estaduais de Santa Catarina, trouxe para o Fogueira debates e inspiração para as pesquisas que realizamos sobre homofobia nas escolas. Algo bem significativo para trabalhos posteriores foi conhecer, através desta pesquisa, os Núcleos de Educação e Prevenção-NEPRES da Secretaria Estadual de Educação. Igualmente importante foi a participação no Seminário Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina.

Sempre participamos do Fazendo Gênero. No ano em que foi programado por este congresso que palestrantes de outros países pudessem ir para o interior, esteve conosco a Francesa Jules Falquet, que realizou diversos seminário e debates em diferentes espaços acadêmicos e da sociedade. Um dos temas que ganhou destaque nestes debates foi a interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

Houve um investimento significativo do Fogueira na participação dos cursos Gênero e Diversidades na Escola GDE, promovidos pelo NIGS e o Instituto de Gênero da UFSC-IEG.

Além de trabalhos de conclusão de curso e diversas modalidades de pesquisa, foi se produzindo uma acumulado de conhecimento que contribuiu para a reformulação das grades curriculares dos cursos exigidos pelo MEC, que deveriam incluir os temas de gênero e raça de forma transversal aos conteúdos.



Ao longo de 20 anos de atuação, fica difícil elencar os eventos, seminários, palestras das diversas atividades realizadas. Destaco o Projeto de Extensão Cinema Gênero e Cultura, onde se apresentava um filme por mês que era disparador de debates e movimento cultural na universidade, assim como o apoio à preparação para as Conferências de Políticas Públicas para mulheres e para população LGBT.

Muitos estudantes que participaram do Fogueira seguem vinculados de alguma maneira com essas perspectivas teóricas, seja por continuarem os estudos nessas áreas ou por incorporá-las em suas vidas e práticas profissionais. Isso pode ser observado no trecho do relato feito por egressos do grupo que iria compor o livro de comemoração aos 20 anos do Fogueira, que não teve possibilidade de ser realizado:

Ter tido a oportunidade de discutir sobre gênero e participar de um grupo de pesquisa durante nossa formação acadêmica redirecionou nossos olhares e práticas profissionais. Carregamos conosco a compreensão de gênero como uma categoria de análise da realidade imprescindível para problematizar as relações de saber e poder que produzem sujeitos, lugares sociais, modos de exclusão e violência. Ao considerar as perspectivas de gênero, aprendemos a pensar sobre como somos interpelados na relação com o outro e como nos posicionamos em relação às tramas sociais, a considerar os efeitos de nossas intervenções. A produção de um compromisso com a luta política e com a transformação social proporcionaram lugares de “pertencimento” em relação aos anseios pessoais e políticos, promovendo uma reinvenção da relação com o nosso próprio corpo, resistência aos modos de subjetivação de nossa cultura de interior. O engajamento nas lutas feministas e os questionamentos das normas de gênero, da necessidade de desconstrução das masculinidades hegemônicas, foram fundamentais nessa caminhada acadêmica, pessoal e de militância.

Em 2018, se iniciou um processo de mudança radical na direção da Unochapecó. A nova diretoria eleita começou a fechar os espaços democráticos da universidade, eliminando as eleições de coordenadores de curso e direções de área. O reitor, inclusive, é nomeado pela fundação mantenedora da universidade. Esta mudança está alinhada com os direcionamentos nacionais e estaduais de educação, que vêm sendo modificados atendendo aos interesses neoliberais dos governos atuais.

No final de 2019, como efeito dessa reestruturação e guiados por valores mercadológicos, foram eliminados da universidade muitos espaços não

produtivos dentro dessa lógica, tais como o Programa de Mestrado de Políticas Sociais e de Dinâmicas Regionais, com nota 4 no CNPq. Em seus 12 anos de existência, muitas das dissertações e pesquisas desse programa desenvolviam as temáticas do grupo Fogueira, que também foi eliminado nesse processo de reestruturação. Importante destacar o método e a forma de extinção deste programa com três turmas em andamento, com uma média de cinco orientandos por professor/a. Em um mesmo dia, no intervalo de uma hora e meia, sem prévio aviso, fomos chamadas – uma a uma das integrantes deste programa – no setor de recursos humanos que, por meio de uma técnica desta área, foi informando o desligamento, proibindo aproximação com os estudantes e dando pouco tempo para retirarmos nossos pertences das salas. Não importaram o cancelamento das aulas e a angústia dos estudantes, que ficariam sem orientação.

O Fogueira não acabou. Mesmo com sua extinção na Unochapecó, ainda existem e se reproduzem muitas fogueiras, fogueirinhas e fogueirões espalhados pelo mundo acadêmico e pela militância em diversos espaços, queimando o machismo, sexismo, segregação, racismo e as punições aos corpos desviantes das normas.

A EXPERIÊNCIA DO TUNA – Produzindo saberes, provocando transformações na campanha e nos pampas gaúchos



ALINNE DE LIMA BONETTI
FABIANE FERREIRA DA SILVA
SUZANA CAVALHEIRO DE JESUS

As sementes

O grupo de pesquisa Tuna – gênero, educação e diferença, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), nasceu do encontro de quatro docentes, oriundas de diferentes áreas de formação, que convergiram em torno de temas em comum. Num primeiro momento, as afinidades temáticas em torno dos estudos de gênero e de sexualidade fizeram com que Fabiane¹ e Alinne se encontrassem no campus Uruguaiana. A partir da partilha de componentes curriculares como o de Corpo, Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-raciais em diferentes cursos de especialização oferecidos pela Unipampa e de ações extensionistas que já vinham sendo implementadas por Fabiane, passaram a construir um pequeno grupo de estudos e a congregar estudantes interessadas/os na temática. O desejo de formalizar o grupo emergiu e passamos a planejar nosso campo de atuação e, na esteira, seu

¹ Importa registrar uma preciosa intervenção, que ilustra muito da característica da grande e potente rede afetivo-científica do NIGS. Ao saber de minha mudança para a Unipampa, Felipe Fernandes, atualmente professor do Departamento de Antropologia da UFBA, que tinha sido colega de Fabiane no GESE – Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob orientação de Paula Ribeiro, fez questão de nos colocar em contato, já sabendo de nossos interesses em comum.

nome. Fabiane apostava numa sigla; Alinne, em um nome que pudesse representar a especificidade da atuação do grupo, suas características interdisciplinares e seus pertencimentos a linhagens acadêmicas. Em meio a essas reflexões, lá da região da campanha, do campus de Dom Pedrito, Suzana² se junta ao grupo. Recém-chegada na Unipampa, em seu primeiro contato com o grupo já foi inserida na programação do III Seminário Corpos, Gêneros, Sexualidades e Relações Étnico-Raciais na Educação, organizado por Fabiane e Alinne no campus Uru-guaiana. Por fim, mais um docente soma-se ao grupo, Joacir, do campus Itaquí, interessado em agregar à sua área de atuação – políticas educacionais e currículo – a perspectiva dos estudos de gênero e de sexualidade.

Estava, então, composto o núcleo docente originário do grupo de pesquisa³. Faltava sistematizar seu perfil de atuação e batizá-lo. Alinne sugeriu o nome Tuna, que é como os cactos abundantes na região são chamados. Fabiane ainda preferia uma sigla, seguindo as tradições dos núcleos de pesquisa em que fomos formadas. Joacir, simpatizando com o nome e o argumento por trás dele – uma planta resistente, com espinhos que a protegem e flores que embelezam, que nasce em solo rochoso e sobrevive muito tempo sem água – passou a apoiar a sugestão. O simbolismo da tuna tem tudo a ver com a vocação do Tuna: um grupo de pesquisadoras e pesquisadores em seus diferentes níveis de formação, atuando em temas que encontram oposição ativa no contexto conservador em que está situado. Sob a liderança de Alinne e Suzana, num primeiro momento, e atualmente de Suzana e Fabiane, desde 2017, inspirado pela resistência, força e beleza da tuna, o Tuna tem resistido e existido na paisagem dos pampas e campanha gaúchos, atuando na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo uma pedagogia da amorosidade, numa perspectiva solidária, ética, colaborativa e comprometida com a comunidade em que a Unipampa está inserida. Tem desenvolvido atividades de ensino, pesquisa e extensão em três diferentes linhas: Gênero, alteridades e práticas sociais; Gênero, corpo e sexualidade e currículo, políticas e gestão da educação.

No processo de nucleação do Tuna, identifica-se o legado dos diferentes processos formativos trazidos nas bagagens das docentes do grupo originário. O

² Mais uma vez a rede NIGS foi responsável por esta feliz comunhão: Miriam Grossi foi quem colocou Suzana e Alinne em contato.

³ Deste núcleo docente originário, permanecem na Unipampa apenas Fabiane e Suzana; Joacir encontra-se atualmente na Universidade Federal de Santa Maria, onde fundou o grupo de pesquisa Rizoma – políticas, currículo e educação, e, Alinne, na Universidade Federal de Santa Catarina, onde se reintegrou ao NIGS.



investimento no coletivismo do processo de aprendizagens, o caráter engajado da produção de conhecimento, o comprometimento com as interlocutoras e interlocutores da comunidade e o esforço no desenvolvimento de atividades extensionistas associadas à pesquisa são características presentes na formação de Alinne, com especial destaque para o legado niguiano. Soma-se a estas características o investimento no diálogo com escolas da rede pública e o esforço de produção de materiais didático-pedagógicos e a organização de eventos, práticas incorporadas por Fabiane, a partir da sua trajetória no GESE/FURB. Do mesmo modo, espaços de debate sobre epistemologias plurais, formação política e investigação acadêmica, como os Encontros “Mulheres e Direitos Sociais” e o Ciclo de “Diálogos Ameríndios”, são aprendizagens trazidas das experiências de ensino, pesquisa e extensão que Suzana vivenciou junto ao Núcleo de Estudos sobre Populações Indígenas (NEPI), em diálogo com o NIGS e com a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, na Universidade Federal de Santa Catarina. Foram dos diálogos entre pesquisadoras do NEPI e do NIGS que surgiram uma série de pesquisas que buscaram aprofundar interfaces entre etnologia indígena e estudos de gênero no PPGAS/UFSC – uma rede que fortalece estudos interseccionais, também na campanha gaúcha e fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Brotos e ramificações

O conjunto das atividades desenvolvidas pelo Tuna segue uma metodologia pós-constructivista aliada a uma práxis feminista. No que tange às atividades de ensino, mantêm-se reuniões sistemáticas de estudos temáticos que se traduzem na eleição de um tema de estudos semestralmente, relacionado às atividades de pesquisa e de extensão desenvolvidas no grupo e, a partir de uma programação de encontros quinzenais, textos são estudados e debatidos. Ao longo dos anos de 2017 e 2018, foi realizado o Projeto “Ge pẽ ãg nỹtĩ: aprendendo com a cultura Kaingang no campus Uruguaiana” (2017-2018), uma atividade de tutoria e monitoria ao grupo de estudantes Kaingang e Xetá, dos cursos de Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia, associada a estudos sobre educação intercultural.

No que diz respeito às atividades extensionistas, foco do grande esforço do coletivo do Tuna, têm sido realizadas atividades de divulgação científica como o “Seminário Corpos, Gêneros, Sexualidades e Relações Étnico-Raciais na Educação” – que está na sua quarta edição –; as “Jornadas de Pesquisa do Tuna”, encontros dialógicos com grupos de pesquisa parceiros para apresentação das

pesquisas em desenvolvimento; as “Oficinas Formativas”, realizadas em escolas da rede pública de educação básica em torno das temáticas de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades e direitos humanos das mulheres e meninas; “Rodas de Conversa Temáticas”, a exemplo da sobre assédio sexual no ambiente acadêmico, e desenvolvimento de jogos didáticos como o “Varal das Mulheres Superpoderosas que transformaram o Brasil”; os jogos de tabuleiro “Direitos das mulheres: onde procurar ajuda?” e “Trilhas das conquistas das mulheres”. Além disto, há um conjunto de ações e intervenções em datas significativas do calendário ativista como o 8 de março, dia internacional das mulheres e os 21 dias de ativismo pelo enfrentamento da violência contra as mulheres e as meninas.

No início da nuclearização, foram dois projetos de pesquisa que contribuíram para a consolidação do Tuna como grupo de pesquisa. O projeto “Marcadores da diferença, interseccionalidades e a produção de alteridades nos processos educativos e de socialização” (2017-2020), envolvendo três estudantes de iniciação científica, a produção de um trabalho de conclusão de curso de graduação e três de especialização, resultando em diferentes tipos de produções bibliográficas. Já o Projeto “Estudos da judicialização da “violência de gênero” e difusão de práticas alternativas numa perspectiva comparada entre Brasil e Argentina” (2018- 2020) tratou-se de um projeto interinstitucional e multissituado do qual participam cinco universidades brasileiras e duas argentinas, coordenado pelo Laboratório de Estudo das Violências (LEVIS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e envolveu quatro estudantes de iniciação científica e um trabalho de conclusão de curso. Atualmente, o Tuna desenvolve o projeto de pesquisa “Crianças, mães e ensino remoto: retratos de uma pandemia vivida e estudada no campo e na aldeia”, voltado aos estudos pós-doutorais de Suzana Cavalheiro de Jesus, junto à CLACSO/RedINJU, e está iniciando o projeto “Corpos, Políticas e Conhecimentos: investigações a partir do sul”, congregando pesquisas de iniciação científica e pós-graduação, no âmbito da Unipampa.

No que diz respeito às atividades de extensão, atualmente, desenvolve dois projetos. O “LerTuna” e o “Interseccionando a conversa: diálogos sobre gênero, antropologia e educação”. O primeiro refere-se a um projeto de extensão que visa à criação de um espaço-tempo virtual reservado para a leitura e debate de obras que abrangem as questões de gênero e raça em suas interseccionalidades com outros marcadores sociais, tais como corpo, sexualidade, etnia, classe social, geração e regionalidade. E o segundo possui foco em ações de divulgação científica sobre feminismos; literatura; cuidado; produção de conhecimento em contextos



ameríndios; e educação escolar – todos temas trabalhados em uma perspectiva interseccional.

Ao longo dos seus cinco anos de existência, o Tuna formou 16 estudantes de graduação em iniciação científica; 17 trabalhos de conclusão de curso de graduação, sete de especialização e cinco de mestrado. Conta, atualmente, com 28 pesquisadoras e pesquisadores, em diferentes níveis de formação. Estas trajetórias formativas resultaram em inúmeras publicações, sendo 25 resumos expandidos e 24 trabalhos completos em anais de eventos científicos; 18 capítulos de livros e 17 artigos completos em periódicos.

Por fim, gostaríamos de destacar, como principais produções, os quatro livros com resultados das diferentes frentes de atuação do Tuna: “Gênero, Diferença e Direitos Humanos – é preciso esperar em tempos hostis” (Florianópolis, Editora Tribo da Ilha, 2020) e “Gênero, interseccionalidades e feminismos: desafios contemporâneos para a Educação” (São Leopoldo, Oikos Editora, 2016), ambos organizados por Fabiane e Alinne, e “Gênero, etnicidades e educação: por outros modos de enxergar, sentir e produzir conhecimentos na fronteira e campanha gaúcha” (Belém, Editora e Gráfica Santa Cruz) e “Gênero, Narrativas e Territórios: investigações desde a fronteira oeste e a campanha gaúcha” (Florianópolis, Editora Tribo da Ilha) – ambos no prelo, organizados por Fabiane e Suzana.

Raízes

As metáforas do germinar, inspiradas pela potência da cactácea *Opuntia*, referida como tuna no forte acento “portunhol” de onde o Tuna emerge, nos inspira a resistir e a deitar raízes cada vez mais profundas no solo das universidades públicas brasileiras. Em um contexto de escassez e de cortes orçamentários, o que impacta diretamente a produção de atividades de pesquisa e de extensão, além de colocar em xeque o cotidiano do ensino, os desafios se exponencializam. Resistimos no esperar e na perspectiva política de trabalhar para uma universidade cada vez mais plural. Atualmente, além dos projetos já descritos, temos nove pesquisas de mestrado e uma pesquisa de doutorado vinculadas ao Tuna. São investigações que incidem diretamente sobre o acompanhamento e avaliação de ações afirmativas, o ensino das temáticas de gênero e sexualidade na educação básica e nos cursos de licenciatura, sobre o cotidiano de mulheres trabalhadoras,

da maternagem, de narrativas de mulheres latino-americanas, da educação escolar indígena e da educação escolar quilombola. Tratam-se de pesquisas engajadas, que, desde uma perspectiva feminista e de gênero, buscam contribuir para o fortalecimento de processos educacionais socialmente referenciados e das liberdades democráticas – o solo é árido, mas temas espinhosos à atual conjuntura nos acompanham desde sempre. Cultivamos a troca, defendemos esses espaços com nossos corpos e palavras. Esperamos as flores e nos alastramos.

GCS/NIGS: MEMÓRIAS E AFETIVIDADES



ELISETE SCHWADE

ROZELI PORTO

Escrever sobre o GCS implica acionar memórias de encontros, trocas e experiências subjetivas e práticas acadêmicas que se cruzaram ao longo das últimas três décadas, nas singularidades de tessituras, tramas e afetos.

O Grupo de Pesquisa Gênero, Corpo e Sexualidade foi registrado oficialmente no Diretório do CNPq em 2006. Não obstante, o GCS nasce de atividades anteriores. Desde o meu ingresso na UFRN, em 1994, eu, Elisete Schwade, líder do GCS, busquei dar continuidade à rede NIGS. Em 1995, organizamos, na UFRN, um curso de extensão com o tema “Antropologia e relações de gênero”, com 20 horas, ministrado por Miriam Grossi. Por meio desse curso, buscamos uma articulação, na sua efetivação, com diferentes organizações feministas na cidade de Natal. Interessante documentar que as construções de redes de pesquisa envolvem diferentes experiências subjetivas. Nesse caso, vale mencionar que Miriam Grossi já havia estabelecido contato, em 1993, com Analba Brazão Teixeira, que foi uma importante incentivadora do curso e que articulou a participação de diferentes organizações feministas. Com meu ingresso na UFRN, busquei articular essa atividade com o NEPAM – Núcleo Nísia Floresta de Estudos e Pesquisas na Área de Mulher e Relações Sociais de Gênero. Esse núcleo, multidisciplinar, era um espaço de referência na área na UFRN.

Um segundo momento importante dos antecedentes históricos foi a minha conclusão do doutorado e ingresso na pós-graduação, em 2002, quando

passamos a nos reunir em um grupo de estudos envolvendo estudantes de mestrado, na época, do programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Esse registro também é importante por refletir um dos aprendizados fundamentais do NIGS, a organização de atividades em espaços de diálogo, de troca, de discussão coletiva. Foi nesse processo que Analba Brazão Teixeira concluiu seu mestrado em Ciências Sociais, sob minha orientação (Elisete Schwade), com a defesa da dissertação intitulada “Nunca você sem mim: homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais”, tema que agrupa questões importantes sobre violência contra mulheres e de gênero.

Na continuidade, até a criação oficial do GCS, as atividades e estudos de gênero e sexualidade foram se articulando com as linhas de pesquisa do PPGAS/UFRN, programa que iniciou as suas atividades em 2005. De 2006 a 2010, éramos dois docentes, Elisete Schwade e Carlos Guilherme O. Do Valle. Em 2010, Rozeli Porto, também egressa do NIGS, foi contratada como professora efetiva da UFRN. Em 2016, tivemos mais um acréscimo, com o ingresso de Angela Facundo e, em 2017, de Paulo Vitor Leite Lopes. Hoje, portanto, são cinco docentes da UFRN, o que tem ampliado o campo de atuação do GCS, diversificado o escopo de pesquisas nas suas linhas temáticas e ampliado significativamente as possibilidades de reflexão nas interseccionalidades e atravessamentos de gênero, corpo e sexualidade, com impacto também em pesquisas sobre saúde. Compõe o GCS, além dos pesquisadores professores, doutores e mestres egressos que atuam em diferentes instituições. E ainda, estudantes de doutorado, mestrado e iniciação científica.

O grupo se consolidou fundamentado em uma história de reflexão e pesquisa envolvendo seus membros, docentes e discentes, considerando as referências teórico-metodológicas da antropologia na abordagem das relações sociais de gênero, da sexualidade, do corpo e das questões tratando da saúde e doença. Através de contato com outros grupos de pesquisa, realizamos eventos e atividades acadêmicas em favor da produção científica docente e discente, estimulando o diálogo entre pesquisadores de diferentes instituições universitárias e de pesquisa. As atividades do grupo compreendem projetos de pesquisa e extensão, as quais propiciam um contanto intenso entre os docentes e os discentes em diferentes níveis de formação. Atualmente, o grupo conta com o registro de 11 pesquisadores e 27 estudantes.

Destaque para a relação com políticas públicas e movimentos sociais, bem como a construção de redes e intercâmbios. Para efetivação dessas articulações, contamos, especialmente no período de 2006 a 2015, com algumas referências



importantes, como exemplo, as possibilidades abertas pelo incentivo de editais de pesquisa e extensão na área de gênero (como os editais SPM/CNPq e PROEX). Isso facilitou diálogos sobre gênero e educação, efetivados na continuidade dos aprendizados do NIGS, em atividades nos cursos de aperfeiçoamento “Gênero e Diversidade na Escola” e também no “GEEMPA”, em que publicamos o texto “O Ensino de Antropologia na Capacitação de Educadoras/es: experiências subjetivas em processo”¹. Outra possibilidade de intercâmbio se efetivou por meio de um projeto de edital PROCAD UFRN/UFSC/UFAM, que proporcionou, entre 2010 e 2015, um período intenso de trocas e interações, mobilidades docente e discente.

Esse processo de trocas repercutiu em participações de atividades de reuniões científicas, tais como RBA, ANPOCS, RAM, nas quais organizamos simpósios, GTS e mesas-redondas em diferentes momentos. Essa organização em redes foi ampliada, com a articulação da rede NIGS para além das fronteiras nacionais, processo no qual estamos participando efetivamente no que diz respeito à construção da RELIESS – Rede do Laboratório de Estudos Sócio-históricos das Sexualidades, desde 2012. Consolidamos nossa participação nessa rede a partir da organização de um pós-evento na RBA de 2014, em Pipa/Natal/RN. Em 2015, Rozeli Porto iniciou estudos de pós-doutorado na Espanha, no âmbito da mesma rede. E ainda, seguimos participando, Rozeli Porto e Elisete Schwade, dos Congressos bianuais da Rede (CIEDSI, Granada/Espanha, em 2016, e UNAM/México, em 2018). Na continuidade da articulação, o GCS ficou responsável pela organização do V CIEDSI, previsto para 2020, adiado em razão da pandemia da COVID-19. Não obstante, realizamos, no decorrer de 2021, atividades virtuais com vários integrantes da rede. E, nesse momento, em 2022, todas/os pesquisadores e estudantes do GCS estão ativamente engajados na organização do V CIEDSI, que deverá acontecer na UFRN entre 14 e 17 de setembro de 2022.

O GCS tem se articulado com outros núcleos e atividades na UFRN, de modo especial o Núcleo Tirésias, que esteve sobre a coordenação do Prof. Paulo Vitor Leite Lopes, de 2018 a 2020 e, atualmente, é coordenado pelo também integrante pesquisador do GCS, Francisco Cleiton Vieira (egresso do PPGAS, desde 2022 professor da FACISA) e vice-coordenado por Rozeli Porto.

Não obstante todas essas ramificações e redes, o GCS tem dado continuidade à organização de atividades locais, fundamentais na formação acadêmica. Desde 2015, realizamos, junto com orientandos/as de Iniciação Científica, graduação,

¹ *Revista Antropológicas*, ano 20, v. 27, n. 1, p. 132-154, 2016.

mestrado, doutorado e pós-doutorado, grupos de estudos para discussão de textos teóricos, assim como discussões e debates sobre os trabalhos de pesquisa de cada estudante, ao que informalmente foi cunhado por Rozeli Porto como “Orientações coletivas afetivas”, numa tentativa de aproximação entre estudantes de todos os níveis e docentes. Essa prática acolhedora de ensino tem apresentado resultados importantes e de alto impacto na formação dos/as alunos/as. Além da troca de saberes entre os/as próprios/as estudantes, também procuramos trazer convidados/as locais e nacionais para ajudá-los/as a pensar metodologicamente e teoricamente em suas investigações. Normalmente, esses convidados realizam pesquisas com temas similares aos temas das/os orientandos/as, criando um clima de valorização de suas pesquisas. Os eventos são abertos à comunidade acadêmica e a sociedade civil, sendo que discentes e docentes de diferentes instituições podem participar.

Eventos GCS (2015/2022):

2015 – I Ciclo de Debates GCS sobre “Família, Reprodução e Aborto”.

2016 – Mesa-Redonda “Saúde, Risco e Doenças Crônicas: Abordagens Antropológicas”.

2017 – Colóquio Saúde, Sexualidade e Ativismo Biossocial: “Perspectivas e Estudos Antropológicos”.

2017 – “Gênero, Sexualidade e Parentesco: Questões a partir das Famílias Homoparentais”.

2017 – Oficina Gênero e Violências.

2017 – Gênero e Impeachment.

2017 – II Ciclo de Debates do GCS: Antropologia, relações de gênero e sexualidades.

2017 – Violência de Gênero em Contextos e Políticas: dez anos da Lei Maria da Penha.

2017/2018/2019 – Cine Tirésias e Calourada.

2019 – III Seminário GCS de Antropologia das Relações de Gênero e Sexualidades: Possibilidades Antropológicas.

2019 – III Reunião de Antropologia da Saúde: Saúde, Movimentos Sociais e Direitos (em parceria com o grupo de Pesquisa ETAPA/UFRN).

2021 – IV Ciclo de debates GCS: Grupo Corpo, Gênero e Sexualidades.



2021 – I Simpósio de Antropologia e Saúde Coletiva UFRN.

2022 – GCS e a Pandemia da COVID-19: Trabalho De Campo, Metodologia e Afetos.

2022 – Antropologia e educação: interseccionalidades e diálogos.

Também organizamos eventos, cursos de extensão, grupos de estudos, projetos de pesquisa e de extensão, envolvendo colegas do departamento de antropologia que pertencem a outros grupos internos (ETAPA – Grupo de estudos Etnologia, Tradição, Ambiente e Pesca Artesanal; CIRS – Grupo de Pesquisa Cultura, Identidade e Representações Simbólicas), assim como parcerias externas com outras universidades (UFRGS, UFPB, UFPE, UnB, UFMT, UERJ, UFAM, UFSC, REDE LIESS/Espanha).

O GCS, dessa forma, acabou por se espelhar fortemente nos aprendizados do NIGS, onde aprendemos a valorizar um trabalho em grupo comprometido e sério, preocupado com a formação de excelência dos/das estudantes, em consonância e em colaboração com a sociedade.

O GIRA/UFBA - GRUPO DE ESTUDOS FEMINISTAS EM POLÍTICA E EDUCAÇÃO: engajamento e compromisso feminista na pesquisa e na extensão em política e educação



FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES

O Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação (GIRA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) surge em maio de 2015, junto ao Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD), curso pioneiro na América Latina que forma analistas de políticas públicas. O BEGD foi criado no bojo do governo de frente popular do presidente Lula, período em que se valorizou e pautou, também no nível internacional, a gestão de políticas para as mulheres, indígenas, LGBTQIA+, negros e negras e deficientes. Em 2021, após a minha mudança de departamento, o grupo passa a se vincular ao Departamento de Antropologia e Etnologia, momento em que atravessa uma grande revisão, inclusive de suas linhas de pesquisa e atuação, ainda em curso. Neste texto abordarei, primeiramente, o contexto de sua criação para, em um segundo e terceiro momentos, apontar os principais projetos executados coletivamente, os trabalhos monográficos e publicações oriundos do grupo e, por fim, o impacto do *modus operandi* do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC) em seu funcionamento.

Tomei posse na UFBA no dia 10/03/2014, momento em que solicitei cadastramento junto ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM). Intensifiquei minhas relações com as pesquisadoras do Núcleo, principalmente com uma de suas fundadoras, a Profa. Ana Alice Costa, que infelizmente faleceu no final daquele ano. Em novembro de 2014, um mês antes de sua morte, ela me apresentou o projeto do Instituto de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (INEIM), ao qual, como me apresentou, se filiariam grupos de pesquisa, o que exigiria, do conjunto de pesquisadoras do NEIM, que se articulassem em duplas



ou trios e criassem, conforme grandes linhas temáticas de pesquisa, seus próprios grupos. Após a sua morte, no compromisso de dar seguimento ao que haviam planejado as fundadoras do NEIM, iniciamos a reflexão sobre a possibilidade de um novo grupo.

Em maio de 2015, criamos o GIRA: Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação, que visava, naquele momento, produzir reflexões engajadas a partir da antropologia feminista, estudos de gênero e sexualidades, teoria queer e decolonialidade. Em um primeiro momento do grupo, contamos com o apoio da equipe da cientista política Mariângela Nascimento, que se desligou do grupo em 2020 para coordenar o Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados (NAMIR/UFBA). Além disso, nosso foco, desde a fundação, se concentrou no encontro entre política e educação, formais e informais, em espaços institucionais de governos, escolas/universidades e movimentos sociais. Desta forma, o grupo sempre esteve aliado às lutas sociais, principalmente dos movimentos feministas e LGBTQIA+, além do feminismo negro e das lutas antirracistas e, mais recentemente, junto ao movimento indígena, em razão de minha atuação como tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas (UFBA), no qual venho desenvolvendo pesquisa sobre educação escolar indígena no estado da Bahia.

O primeiro projeto coletivo do grupo, nos anos de 2015 e 2016, se intitulou “Observatório Feminista da Política” e buscou, em anos eleitorais, monitorar a participação de mulheres, LGBTQIA+, negros e negras, indígenas e deficientes nos processos eleitorais na Bahia e no Brasil. Também em seu início o grupo manteve projeto sobre a História do Ensino de Antropologia na Bahia, que, ao longo de seu curso, passou a focar prioritariamente na trajetória da socióloga/antropóloga Zahidé Machado Neto, pioneira no estudo da condição feminina na Bahia. Entre 2017 e 2020, o GIRA manteve o projeto Pensamento Lésbico Contemporâneo, que objetivou produzir o estado da arte das teorias lésbicas no Brasil, particularmente a partir das reflexões de autoras lésbicas para as quais essa posição de gênero é relevante no processo de produção de conhecimento e saber. Em 2018, realizou o projeto Gestantes Universitárias, com estudantes do BEGD, que buscou diagnosticar a situação das meninas e mulheres grávidas e puerperas na UFBA, tendo percebido que ainda se mantêm muitas barreiras para grávidas e mães na universidade. No que tange a outras atividades de extensão, o grupo manteve, durante os anos de 2015 e 2016, uma rádio on-line e, entre 2015 e 2022, uma revista científica “Cadernos de Gênero e Diversidade”, em processo de migração para o grupo Xique-Xique, da Universidade Federal de Sergipe, também

da Rede NIGS, após articulação e decisão da necessidade de circulação da editoria do periódico.

Até o momento, o grupo produziu 09 monografias de graduação, 06 dissertações de mestrado e 01 tese de doutorado, além de três obras coletivas, uma delas, em formato e-book, resultado do projeto Pensamento Lésbico Contemporâneo e duas em formato de relatórios de pesquisa.

São as monografias de graduação: 1) “As concepções de conjugalidade e as convenções de gênero e sexualidade de negra/o(s) homossexuais soteropolitana/o(s)”, de Fabiana Eloi de Amorim; 2) “Mulheres Masculinizadas: um estudo de gênero e sexualidade sobre corporalidades e estética em Salvador”, de Victoria Zaccani Aquino; 3) “‘Pode tudo mas não é obrigada a nada’: swing e poliamor e o papel da mulher soteropolitana nesses novos arranjos afetivo-sexuais”, de Fernanda Oliveira da Silva Santos Oliveira; 4) “Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais”: análise da aderência das políticas públicas, de autoria de Marília Novais Rios Santana; 5) “Mulheres Negras com Baixa Escolaridade: excluídas da Educação”, de Marcos Antônio Santos (*in memoriam*); 6) “O nome que me deram não fala quem eu sou: as dificuldades enfrentadas pelas travestis e pessoas trans na cidade de Salvador/BA no uso do Nome Social”, de Marcos de Jesus dos Santos; 7) “Assassinatos de Pessoas LGBT na Bahia (2014): dinâmicas de gênero, raça e classe na violência letal homofóbica”, de Sônia Maria Santos Soares (primeiro TCC do BEGD/UFBA publicado em forma de livro) e 8) “Conflitos e ação política nos movimentos LGBTQ de Montreal/Quebec e Salvador/Bahia”, de Igor Leonardo de Santana Torres.

São as dissertações de mestrado: 1) “As formas que moldam os gêneros: o Design como tecnologia de gênero no projeto de brinquedos infantis”, de Laila Raiana Santana Borges; 2) “Transgeneridades entre arte e identidade: uma etnografia sobre o que é ser mulher”, de Dafne Marcelle de Almeida Ramos Campos; 3) “Como as avós ou entre os doutores: Memórias de Parto e Identidade, Corpos e Territórios em Disputa no Quilombo do Kaonge, Recôncavo da Bahia”, de Naiara Maria Santana dos Santos Neves; 4) “(In)visibilidades (des)territorializadas na experiência escolar: Gênero, sexualidades e masculinidades negras de estudantes do subúrbio ferroviário de Salvador/BA”, de Almerson Cerqueira Passos; 5) “Zahidé Maria Torres Machado Neto: colocando ‘retratos’ nas ciências sociais e estudos das mulheres na Bahia”, de Maiara Diana Amaral Pereira e 6) “A Solidão da Mulher Trans, Negra e Periférica. Uma (auto) etnografia sobre relações sócioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal”, de Ariane Moreira de Senna.

É a tese de doutorado: “Autonomia Reprodutiva entre as Nkento Angolanas: narrativas e escolhas”, de Florita Cuhanga Antônio Telo. É a obra coletiva em



formato de e-book: *Pensamento Lésbico Contemporâneo: decolonialidade, memória, família, educação, política e artes*, organizada por Bárbara Elcimar dos Reis Alves e Felipe Bruno Martins Fernandes. São os relatórios de pesquisa: 1) “A Eficácia do Acesso ao Regime de Exercício Domiciliar para Gestantes Universitárias na UFBA”, organizado por Taísa de Sousa Ferreira et al. e 2) Um estudo multicêntrico sobre os perfis socioeconômicos, geográficos, culturais e de vulnerabilidades de travestis e transexuais (POP-Trans): relatório dos bolsistas de Salvador/BA redigido por Ariane Moreira de Senna, Igor Leonardo de Santana Torres, Felipe Bruno Martins Fernandes, Victor Valadares Summers e Hevi Aqualtune.

Como vemos acima, apesar da diversidade temática e de objeto dos trabalhos produzidos pela equipe, consideramos o viés engajado e a etnografia feminista como um fio condutor que tem possibilitado, ao longo dos anos, o diálogo entre diferentes gerações de pesquisadoras e pesquisadores do grupo.

Além destes, a equipe do GIRA atuou em diferentes frentes na produção de conhecimento e junto aos movimentos sociais, cujas obras estão espalhadas em revistas científicas e coletâneas em todo o Brasil. No que tange aos projetos de internacionalização, a equipe do GIRA tem atuado junto às equipes da UERJ e UFSC no projeto Gênero Ameaça(n)do (CAPES-COFECUB) e Combate às Desigualdades Sociais Extremas e Duráveis (CAPES PrInt/UFBA). Por fim, mais recentemente, fomos contemplados junto ao projeto universal da Professora Miriam Grossi, para estudarmos as dinâmicas de diversidade nos processos de gestão universitária, momento em que prevemos grandes contribuições do grupo, já que o coordenador se encontra, no momento, na coordenação do Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO/UFBA) e na vice-coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA).

Toda essa produção científica e engajamento político que encontramos no GIRA só foram possíveis pelo diálogo do grupo com a matriz teórica e de gestão que aprendemos no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da UFSC. O Gira, assim como o núcleo do qual descende, tem no trabalho coletivo e no crescimento simétrico entre diferentes gerações em formação com pesquisadores e docentes sua característica estruturante. Além disso, encontramos no pós-construtivismo geempiano, que também marca muitos grupos e núcleos que descendem do NIGS, nosso viés pedagógico orientador, fazendo com que tenhamos no estudo sistemático e nas trocas com pesquisadoras de todo o Brasil o monitoramento necessário para que alcancemos não apenas o sucesso no letramento científico de nossos pesquisadores, mas, principalmente, na busca de respostas aos problemas do presente.

GESECS/UFAM E NIGS/UFSC: Diálogos, trocas e colaborações entre norte e sul



MÁRCIA REGINA CALDERIPE FARIAS RUFINO

FÁTIMA WEISS DE JESUS

O convite para elaborar esse texto e participar de uma coletânea comemorativa aos 30 anos do NIGS tem o tom de festa! São décadas de trabalho, pesquisa, extensão e ensino reunindo alunes, professoras, TAEs e colaboradores que têm atuado no NIGS desde sua fundação. Tivemos a alegria de fazer parte de sua história acadêmica e articular mais um nó dessa rede ao criarmos o Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades – GESECS na Universidade Federal do Amazonas.

Enquanto estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, participamos do NIGS em diferentes períodos e formas de inserção e vemos que essa é uma característica que identifica o núcleo – sua capacidade de acolhimento a pessoas com inserções diversas que somam ao trabalho e às reflexões coletivas como um lastro teórico-metodológico feminista. Assim, reconhecemos e admiramos o intenso esforço e capacidade de promover redes que o núcleo tem realizado desde sua criação, em 1991.

Desse modo, consideramos que, na vida acadêmica, a participação em redes de pesquisa faz parte do aprendizado profissional e nos leva a trocas de saberes, envolvimento que se inicia na graduação, quando nos inserimos em um núcleo/grupo/laboratório de pesquisa. Neste lugar de trocas, fazemos os ensaios de produção de textos, apresentação de trabalhos, aprendendo a falar e pensar sobre nossos temas de interesse e a literatura da área de estudos de gênero.



A participação no NIGS teve esse caráter que tem se desdobrado em intensa colaboração com nossa entrada na UFAM por meio de projetos de pesquisa em conjunto, participação em eventos e em bancas de defesa de trabalhos acadêmicos, publicações. É um aprendizado que se desenvolve de forma contínua e possibilita a participação e contribuição de novas pessoas que vão se somando nas parcerias.

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades – GESECS foi gestado num desses momentos de encontro do NIGS, em 2012, na Praia da Pipa, nas Jornadas Internacionais: Políticas Públicas, Diversidades em Gênero e Educação – Projetos NIGS/LIESS/GCS/PROCAD/PROEXT/CNPq. Enquanto professoras no Departamento de Antropologia – DAN e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ambos do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, sentimos necessidade de institucionalizar nossos interesses pelos estudos de gênero em um núcleo de pesquisa¹.

A partir de então, o GESECS tem delineado suas ações e perspectivas centrando-se na realização de atividades de estudos, de pesquisas, de extensão, de produção de textos, material didático e de eventos relacionados à Antropologia, aos Estudos de Gênero, Sexualidades e suas Interseccionalidades e, como descreveremos um pouco adiante, várias pesquisadoras e pesquisadores do NIGS têm estado presentes conosco.

Na sua constituição, o GESECS organizou-se por meio de quatro linhas de pesquisa, com o propósito de abarcar os projetos que temos realizado e a construção de reflexões inovadoras que se pautem nas teorias feministas e antropológicas sobre relações de gênero. A primeira linha, “Gênero, sociabilidades e subjetividades em contextos urbanos”; a segunda linha, denominada “Gênero, sexualidades, educação e direitos humanos”; a terceira – “Gênero, sexualidades e religiosidades” e, por fim, “Gênero, sexualidades e povos tradicionais”

Na época em que o GESECS foi criado, não havia uma linha específica de gênero no PPGAS/UFAM, o que conseguimos inserir em 2019, com a

¹ Márcia Calderipe entrou na UFAM em 2006 e iniciou o projeto de extensão Políticas de Gênero, nome que foi sugerido pela colega Bernadete Grossi dos Santos, professora na instituição e também parte da rede NIGS. Fátima Weiss entrou na UFAM em 2012 e logo iniciamos a discussão sobre o núcleo de pesquisa. Atualmente, o GESECS conta com 3 docentes e as/os seguintes estudantes: 7 no doutorado, 12 no mestrado e 11 na graduação, além de 7 colaboradoras/es, totalizando 40 pessoas.

denominação “Antropologia de gênero, sexualidades e feminismos”², e se tornou viável perante o número de trabalhos sobre gênero desenvolvidos no PPGAS desde sua criação e o crescente interesse de estudantes pelos temas da linha de pesquisa, fruto de uma construção realizada ao longo desses anos em que os diálogos com o NIGS têm sido fundamentais, assim como com as demais colegas da UFAM³. Conforme levantamento realizado por Márcia Calderipe, houve a orientação de 11 teses e 16 dissertações na área de gênero, boa parte delas ainda em andamento. No âmbito do GESECS, foram defendidas 7 dissertações e 1 tese⁴, além das orientações de Iniciação Científica com a participação de discentes de vários cursos de graduação da UFAM e monografias no curso de Ciências Sociais.

Nos trabalhos conjuntos realizados com o NIGS, destacamos o projeto “A antropologia contemporânea em diálogo com os grupos estudados: repensando o conceito de cultura no Nordeste, na Amazônia e no Sul do Brasil”, pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Ação Novas Fronteiras – Edital Procad-NF N° 21/2009 da CAPES. O projeto foi realizado com a UFRN e UFSC. Esse projeto foi significativo para a consolidação do núcleo e na ampliação no debate na UFAM, pois contamos com missões de trabalho com oferta de disciplinas, diálogos com discentes da graduação e da pós-graduação e com os movimentos sociais da cidade de Manaus. Uma das metas do projeto era formar e ampliar o número de pesquisadores/as interessados/as em realizar pesquisa sobre gênero, sexualidades e suas intersecções no contexto contemporâneo no Estado do Amazonas, dialogando com pesquisas já realizadas no Brasil.

Outro momento significativo de interlocução ocorreu por meio do projeto “Um estudo Interdisciplinar sobre o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2011-2012)”. A pesquisa foi realizada em duas etapas, primeiramente, com a equipe de trabalho em Manaus, que visava observar a III Conferência Estadual e III Conferência Municipal de Políticas para Mulheres. Na segunda fase, observamos a

² O objetivo da linha é refletir sobre marcadores sociais da diferença – tais como sexualidades, classe, raça/etnicidade, geração, religiosidade e regionalidades – a partir de uma perspectiva de gênero/feminista, considerando representações, saberes e práticas, moralidades, subjetividades, sociabilidades, performatividades e normatividades; discutir parentesco, famílias, corpo, sujeitos e políticas da diferença, políticas públicas, conflito e violências, poder, instituições, justiça, Estado, agenciamentos e movimentos sociais, direitos humanos e diversidades.

³ Raquel Wiggers, desde 2006; Luiza Dias Flores em 2019 e Flávia Melo da Cunha em 2020, enquanto membra do GESECS.

⁴ Ver nas referências.



III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. O objetivo era realizar uma análise das políticas voltadas para as mulheres, material solicitado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. Este trabalho foi realizado de forma coletiva pelo NIGS, contando com uma equipe com mais de trinta pessoas entre estudantes de graduação, mestrado, doutorado e docentes. Tanto em Manaus quanto em Brasília a participação nesse projeto permitiu um enorme aprendizado sobre como trabalhar de forma coletiva, seguindo estratégias de colaboração para produção de etnografias.

Em 2015, realizamos o I Seminário Gênero e Sexualidades em debate: Educação, Religiosidades e Direitos Humanos, que contou com a presença de Felipe Fernandes e Tânia Welter, integrantes do NIGS. Nesse evento, houve a presença significativa de docentes da rede pública de ensino de Manaus e a abordagem de temas sobre diversidades e educação, inclusive com oficinas direcionadas às professoras e aos professores, ministradas por Felipe Fernandes.

Importante mencionar o aprendizado com ênfase na articulação entre pesquisa, ensino e extensão, presente no projeto “Bora Lá’?: Oficinas e formação sobre Gênero e Diversidade nas Escolas Públicas de Manaus”. Esse projeto foi inspirado na extensão “Papo Sério”, realizada pelo NIGS, nas escolas de Santa Catarina, inclusive nas dinâmicas para realização das oficinas, seus conteúdos e materiais adaptados para o contexto amazônico. Também como atividades de extensão realizamos, ao longo de 2020 e 2021, o projeto “Encontro Aberto”, uma série de *lives* sobre diversidades, gênero, educação, que contou com a participação de Miriam Grossi.

O NIGS contribuiu imensamente com nossas trajetórias, na produção e compartilhamento de “conhecimentos situados”. Sua rede é de fundamental importância para a consolidação do GESECS e, por consequência, contribui com a linha de pesquisa recentemente criada no PPGAS/UFAM.

Referências (teses e dissertações defendidas)

CAMPOS, Ana Maria de Mello. *O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru: etnografia sobre a assistência obstétrica no município de Benjamin Constant / Amazonas*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil. Orientadora: Márcia Regina Calderipe Farias Rufino.

FERREIRA, Maryelle Inácia Morais. *MULHERES KUMIRÁYÕMA: uma etnografia da criação da Associação de Mulheres Yanomami*. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil. Coorientadora: Márcia Regina Calderipe Farias Rufino.

HONORATO, Isabelle Brambilla. *Entre Tensionamentos e Disputas: Família, Religião e o processo de “se assumir” entre jovens de uma igreja inclusiva de Manaus*. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil. Orientadora: Fátima Weiss de Jesus.

Isabelle Brambilla. *Entre idas e vindas: configurações familiares e a circulação de crianças no Amazonas*. Início: 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil. Orientadora: Fátima Weiss de Jesus.

PERES, Marilene Aicate. *“Mujeres en la venta”*: relações de gênero e família na fronteira Brasil e Peru. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil. Orientadora: Márcia Regina Calderipe Farias Rufino.

SODRÉ, Raimunda Conceição. *“Aqui é uma parentesa só”*: Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa - Capitão Poço/PA. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil. Orientadora: Márcia Regina Calderipe Farias Rufino.

SOUZA, Izabele Lira Queiroz de. *Para Além do Muros: Uma abordagem antropológica sobre os Graffitis Femininos na cidade de Manaus*. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil. Orientadora: Fátima Weiss de Jesus.

WITTMANN, Isabel. *Corpo, gênero e identidade: experiências transgênero na cidade de Manaus*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil. Orientadora: Márcia Calderipe. Coorientadora: Fátima Weiss de Jesus.

DO NIGS AO XIQUEXIQUE-UFS: o impacto da boa formação acadêmica para a educação brasileira



PATRICIA ROSALBA SALVADOR MOURA COSTA

*Se avexe não...
Toda caminhada começa
No primeiro passo
A natureza não tem pressa
Segue seu compasso
Inexoravelmente chega lá...¹*

O encontro com o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) se deu no ano de 2009, quando me candidatei a uma vaga no programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, ocasião em que entrei em contato, por e-mail, com a professora Dra. Miriam Pillar Grossi para me apresentar e pedir orientação para o desenvolvimento de meu projeto de doutorado. À época, eu tinha o desejo de trabalhar com a professora Miriam, porque a mesma é uma referência teórica no âmbito do ensino, pesquisa e extensão em relação aos estudos de Gênero e Sexualidades. Nesse tempo, eu não tinha a menor noção de como funcionava o NIGS.

¹ Música escrita pelo pernambucano Accioly Neto (1950-2000) e gravada por muitos cantores/as, dentre eles/as Zélian Ducan, Zeca Baleiro e Flávio José. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o1jMYOvI-g4>.

O Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades é desses espaços únicos em que somos provocadas a aprender sempre. A ênfase no desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão de forma coletiva é uma das bases do núcleo, por isso, aprendi muito porque tive que lidar frequentemente com o contraditório, por meio do debate de ideias para a formulação de conhecimento que conecte teoria à vida prática.

Fiz amizades através da minha participação no NIGS que levei para a vida, pois Miriam Grossi formou uma rede nacional e internacional de investigadores/as que liga vários lugares e pessoas, e a partir dessa rede, tive a oportunidade de cursar um doutorado sanduíche em Lisboa-Portugal e um pós-doutorado em Sevilha, na Espanha. Com os colegas do NIGS chorei e sorri, e, muitas vezes, consegui vislumbrar a fragilidade e a força que me compõem no processo de formação acadêmica e, sobretudo, pessoal. Participar do NIGS me possibilita estar conectada com ideias e ações que estão na vanguarda da produção de conhecimento, a partir de uma leitura problematizadora das ações sociais. O núcleo contribuiu para que eu aprendesse a base do fazer pesquisa, extensão e ser gestora.

Sou nordestina, nascida no estado de Pernambuco e, desde setembro de 2017, professora do Campus do Sertão da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Programa de Mestrado em Antropologia. O Campus fica localizado na região do semiárido de Sergipe, especialmente, no Alto Sertão. O território é composto por sete municípios, com Índice de Desenvolvimento Humano que varia entre 0529 à 0587.

A interiorização da educação foi fundamental para a região, pois possibilitou às filhas/os de pequenas/os agricultoras/os locais estudarem na única Universidade pública de Sergipe, potencializou o capital político e econômico local e propiciou a inserção de pesquisadoras/es no território em que desenvolvem diversos temas de pesquisa e contribuem para a aproximação da comunidade com a Universidade.

A minha chegada à UFS como professora lotada em um campus do interior do Estado, totalmente em Ciências Agrárias, fez-me perceber a urgente necessidade de promover debates intensos sobre gênero, diversidade, sexualidades, raça, classe, etnia e direitos humanos, por isso, instituí imediatamente o Grupo de Pesquisa XiqueXique, registrado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do qual realizo, com outras pesquisadoras, investigações e atividades de ensino e extensão no campo de estudos de gênero e sexualidades.



Em menos de 5 anos de trabalho no Sertão, já formamos estudantes com produção de trabalho final de conclusão de curso, pesquisa de Iniciação Científica, por meio do qual recebemos três prêmios e também dissertações de mestrados e publicamos livros e artigos em periódicos científicos. Todas as pesquisas produzidas em cidades do Alto Sertão de Sergipe.

Aprovamos dois projetos de pesquisa em edital Universal do CNPq. Um deles no ano de 2012, que teve como fruto a produção do livro *Mulheres do campo: Identidades, Políticas Públicas e Gênero*, pela editora Criação. O projeto atual é resultado direto da minha chegada ao sertão e dos trabalhos que tenho desenvolvido. Trata-se de um projeto de pesquisa e desenvolvimento tecnológico social que abarca as violências domésticas e familiar que acometem mulheres que vivem em regiões do semiárido do estado de Sergipe. Estamos criando um aplicativo de uso emergencial para mulheres em situação de violência. Para isso, contamos com a parceria da Secretaria de Segurança Pública (SSP/SE) e da Procuradoria da República em Sergipe. Nossa proposta é transferir a tecnologia para todo o estado.

No âmbito da gestão universitária, gostaria de afirmar que, com a professora Miriam Grossi, tenho a oportunidade de aprender constantemente a estar e lidar em/com espaços de poder. Miriam sempre esteve em cargos importantes e nunca se eximiu em nos ensinar, sobretudo, através de reflexões que envolvem o gênero e a política. Além disso, sempre abarcou suas redes e suas/seus orientandas/os nessas atividades, possibilitando muitos aprendizados. Atualmente, estou como diretora do Departamento de Licenciaturas e Bacharelados (DELIB). Trata-se de um órgão da Pró-Reitoria de Graduação da UFS que se dedica a articular e coordenar as ações didático-pedagógicas destinadas à melhoria dos cursos de bacharelado e licenciatura da universidade. Também, quando necessário, substituo o Pró-Reitor de graduação na gestão. Não preciso dizer como temos que manobrar barreiras para estar em espaços de poder e sermos ouvidas, e como, muitas vezes, atuamos a partir de scripts que nos ferem, mas também nos fortalecem. Ainda preciso refletir muito sobre esse lugar de fala que ocupo. Por enquanto, o tempo que dedico à gestão não tem permitido, mas, com toda certeza, trago comigo a força do NIGS e da Miriam para lidar com as intempéries e comemorar as vitórias.

Por fim, quero registrar, com muita honra, que ser orientada pela professora Miriam Grossi fez toda a diferença na minha trajetória acadêmica e pessoal, pois, com ela, continuo a aprender cotidianamente a importância de trabalhar a

prática pedagógica, sempre associando-a à reflexão em torno da diversidade com produção de conhecimento que impacte a sociedade.

Desejo vida longa à querida professora Miriam Grossi. Desejo que a professora tenha certeza da importância que tem em minha vida.

Viva o NIGS.

NUMAPE/UEM E NIGS/UFSC: “Saberes localizados” para além da geografia



CRISHNA MIRELLA DE ANDRADE CORREA

ISADORA VIER MACHADO

O NUMAPE/UEM – Núcleo Maria da Penha – constituiu-se como projeto de extensão com objetivo de oferecer atendimento gratuito e especializado a mulheres de baixa renda, em situação de violência doméstica e familiar. A estrutura física e financeira do núcleo é financiada pela Superintendência de Ciência e Tecnologia (SETI) do governo do Estado do Paraná, desde 2015.

No capítulo “Na busca do outro encontra-se a si mesmo” (GROSSI, 1992), que compõe a reunião de textos intitulada “Trabalho de Campo e Subjetividade” (GROSSI, 1992), Miriam Pillar Grossi nos apresenta uma reflexão sobre a importância das trajetórias individuais de pesquisadores/as, para além das marcas da própria história e política, na construção daquilo que realizamos na academia. O texto, escrito em 1992, ainda se mostra importante para a compreensão dos caminhos trilhados por nós dentro da universidade em direção à realização de projetos relevantes para a comunidade e para a pesquisa, como é o caso do NUMAPE/UEM. Dentro dessa perspectiva, podemos dizer que o núcleo surge a partir de diversos encontros fundamentais. Isadora Vier Machado, desde sua graduação, tem se dedicado a compreender a violência contra as mulheres, tendo sido vencedora do prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, ainda enquanto graduanda. Crishna Correa, na graduação, dedicou-se à compreensão da efetivação dos direitos sociais através da perspectiva interdisciplinar, quando, cursando Direito, realizou todos os seus projetos de pesquisa com bolsa dentro do

Departamento de História, trilhando, desde seu início na academia, um caminho marcado pelo diálogo e interação com os cursos de Humanas. Enquanto Isadora fazia mestrado em Florianópolis, Crishna engajou-se nos estudos de gênero (entre 2008 e 2009), a partir de um encontro com a professora Eliane Maio, do Departamento de Educação da UEM, participando da criação e coordenação do NUDISEX/UEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade Sexual). O contato com estudos etnográficos no NIGS também se reflete na segunda sessão, coordenada por Crishna, do livro “Observatório de violência de Gênero. Entre políticas públicas e práticas pedagógicas” (CORREA; MAIO, 2015), publicado pelo NUDISEX, que é ainda anterior aos atendimentos do NUMAPE. A sessão é construída a partir do olhar das pessoas que trabalham na rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar em Maringá.

Podemos dizer que nossa trajetória enquanto pesquisadoras em grupos de estudos interdisciplinares fora do Direito, sobretudo os encontros que tivemos dentro do NIGS/UFSC, foram/são determinantes para a existência do NUMAPE/UEM.

Ao retornar do doutorado, em 2014, e iniciar seus trabalhos como professora da UEM, Isadora, em contato com Crishna, foi contemplada no edital da SETI/PR para a realização do NUMAPE/UEM, estruturando uma equipe de psicólogas, advogadas e estagiárias do Direito e Psicologia que desse conta de acolher e processar demandas jurídicas e psicossociais das mulheres atendidas. O núcleo mobilizou, ao longo do tempo, recursos e experiências que adquirimos sobre estudos de gênero. Nesse sentido, o contato com Miriam Grossi e Mara Lago, assim como as disciplinas oferecidas dentro do PPGICH/UFSC, os seminários de tese e os projetos do NIGS, dos quais participamos, fazem parte das principais inspirações de formação do projeto. Especialmente, podemos citar: “Seminário Internacional Fazendo gênero”, que nos permitiu contato com redes nacionais e internacionais de enfrentamento às violências de gênero, assim como com perspectivas teóricas muito atualizadas dentro da antropologia; “Papo sério”, desenvolvendo em nível bastante aprofundado a capacidade de articulação das áreas do direito, comunicação, psicologia, educação, entre outras, em torno dos eixos de prevenção de violências; “Transday” e participação em comissões de elaboração de resoluções de nome social dentro da UFSC e na UEM, realizando reflexões acerca do cotidiano das mulheres trans em contato com as instituições, assim como as violências de âmbito familiares que acompanham suas trajetórias de vida; seminários interdisciplinares e seminários na área da antropologia, onde tivemos oportunidade de realizar incursões dentro das etnografias realizadas em



estudos de gênero. Para além dos projetos e pesquisas, a quantidade de editais nos quais o NIGS é contemplado todos os anos, somadas às chamadas de que já havíamos participado na UEM, nos forneceu maior expertise em preparar propostas, tanto do ponto de vista de manejo da burocracia, quanto na articulação teórica com a prática extensionista e controle de recursos financeiros dos projetos. Essas vivências refletem diretamente no trabalho que desenvolvemos hoje, tendo em vista que, no cotidiano do NUMAPE/UEM, os maiores desafios que se apresentaram, e que ainda permanecem presentes, estão relacionados à manutenção da estrutura e do projeto em si, o que nos demanda renovar os convênios e recursos anualmente, assim como a preparação de diversos relatórios periódicos indicando resultados obtidos; a desconstrução da hierarquia entre as áreas, principalmente no que se refere à área do Direito em relação à Psicologia e ao Serviço Social. Tal mecanismo mobiliza o que apreendemos em relação à construção coletiva de saberes no NIGS e seminários de tese, submetendo ideias e textos pessoais à apreciação dos/as colegas de outras áreas; construção de metodologias interdisciplinares de acolhimento e processamento das demandas das atendidas e do campo da violência doméstica e familiar, no qual atuamos.

Nesse sentido, as práticas diárias do NUMAPE estão localizadas dentro das conexões que foram sendo constituídas a partir de nossos estudos teóricos e práticas feministas, resultando em um processo de emergência das sujeitas (GROSSI, 1992) e elaboração de saberes localizados (HARAWAY, 1995):

objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados (p.18)

(...)

A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto (p. 21).

O foco nas subjetividades de um modo localizado (no sentido de Haraway (1995)), importante para qualquer trabalho sobre violências de gênero, foi impulsionado em parte dentro das pesquisas que Isadora realizou no doutorado sobre violências psicológicas (MACHADO, 2013), já contemplando autoras latino-americanas como Rita Laura Segato (2003), por exemplo, ao falar das estruturas elementares da violência a partir da perspectiva latina; em parte pelos estudos sobre Direito e Subjetividades, que Crishna aprofundou a partir do tema do controle e cooptação das subjetividades de mulheres trans pelas instituições de ensino superior ao regular o uso do nome social (CORREA, 2017); assim como

pelas mulheres que passaram pelo núcleo e agregaram aos nossos protocolos de atendimento e discussões de grupos de estudos suas vivências e estudos pessoais sobre o tema. Essa interação de saberes também foi fundamental para estruturar uma relação de escuta qualificada nos atendimentos e no acolhimento das mulheres assistidas, auxiliando na estruturação de um projeto/serviço pautado nas epistemologias feministas, conforme demonstraremos a seguir.

As trajetórias pessoais e lutas coletivas se entrecruzam ao trabalho do NUMAPE, refletindo em nossas produções caminhos trilhados por nós dentro da luta pelos direitos das mulheres: direito a uma escuta qualificada e a uma *advocacy* feminista (LIBARDONI, 2000), onde, para além do domínio da técnica, é central o resgate do direito à voz e à cidadania das diversas mulheres que a neutralidade jurídica e as violências de gênero pretenderam silenciar. Para trilhar o caminho das diversidades e melhorar a escuta, incorporamos em nossos protocolos o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1993, como ferramenta teórico-prática de trabalho, preparando a equipe para aberturas metodológicas/epistemológicas no que se refere à compreensão de diferentes trajetórias de vida dentro das violências: de mulheres com deficiência, negras, trans, lésbicas, cis, hétero, brancas, amarelas e imigrantes, entre outras.

Os estudos sobre colonialidades, com os quais tivemos contato dentro do NIGS, em seminários da antropologia e nos estudos pós-doutorado, entraram nas análises do grupo de estudo do NUMAPE, a fim de compreendermos como o machismo estrutural passa a ter lugar na América a partir da colonização e, sobretudo, a compreensão da violação como reprodução do exercício colonizador sobre os corpos das mulheres (LUGONES, 2020).

Como resultado do entrelaçamento de saberes e experiências que formaram o Núcleo Maria da Penha, temos trabalhos publicados que discutem a importância da militância e dos estudos de gênero dentro dos projetos que trabalham com as violências contra as mulheres nas universidades, como: “Uma década da Lei Maria da Penha: práticas e desafios” (MACHADO, 2017), “Na trilha dos feminismos: Lei Maria da Penha, extensão universitária e a constituição de novos atores sociais no enfrentamento às desigualdades de gênero” (MACHADO; CORREA, 2016). Também é importante destacar que a formação dentro do núcleo possibilitou a ida de egressas para programas de mestrado no país – como Maiara Auck (no Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB) e Karen A. Venâncio (no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEM), ambas em 2019, e, mais adiante, de Letícia de Mattos Lessa (no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR) e de Lorena Maria da Silva (no doutorado do Programa de



Pós-Graduação da PUC/SP), assim como as práticas de escuta foram objeto de estudo de mestrado, como é o caso da dissertação de Luciele Franco (2021), pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC. Para além disso, tivemos a participação de mais de 15 alunas/os do Programa PIBIC-ensino médio no NUMAPE, por meio de projetos do eixo educativo, muito inspiradas/os pela experiência do NIGS no projeto “Papo Sério”. Recentemente, o NUMAPE influenciou a formação do ContrAbuso/UEM, projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (no âmbito do Edital Universal de 2018), com foco nas práticas de assédio sexual contra mulheres dentro do *campus* universitário e com o objetivo de construir uma plataforma *online* com informações sobre as pesquisas, além de entregar um protocolo normativo de enfrentamento para a administração universitária.

Finalmente, em 2021, algumas trocas de experiências, encontros, estudos e práticas coletivas entre NUMAPE e NIGS foram sintetizadas em um evento conjunto (UEM/UFSC, 2021) de comemoração de 30 anos do NIGS, quando o NUMAPE completou 7 anos de existência, marcando a continuidade da produção coletiva e localizada de saberes feministas entre os dois núcleos.

Referências

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. *Subjetividades em trânsito: Nome social, travestilidades e transexualidades em duas Universidades Públicas do Sul do Brasil*. 2017. 379p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade; MAIO, Eliane. *Observatório de violência de Gênero: Entre políticas públicas e práticas pedagógicas*. Curitiba: CRV, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Interseccionality, Identity Politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Los Angeles, v. 43, 1993.

FRANCO, Lucieli. *A atuação do Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual de Maringá (Numape/UEM): Estudo de caso pela perspectiva do Feminismo Decolonial*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995.

LIBARDONI, Marlene. Fundamentos teóricos e visão estratégica da Advocacy. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 207-222, 2000.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Pensamento feminista hoje. Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MACHADO, Isadora V.; CORREA, Crishna Mirella de Andrade. Na trilha dos feminismos: Lei Maria da Penha, extensão universitária e a constituição de novos atores sociais no enfrentamento às desigualdades de gênero. In: BIRNFELD, Carlos André; LOIS, Cecilia Caballero (Orgs.). *Gênero, sexualidades e direito II*. Curitiba: Conpedi/UNICURITIBA, 2016. p. 134-150.

MACHADO, Isadora Vier. *Uma década da Lei Maria da Penha: práticas e desafios*. Curitiba: CRV, 2017.

MACHADO, Isadora Vier. *Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha*. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementares de la violencia: Ensayos sobre genero entre la antropologia, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

UEM/UFSC. Abuso sexual nas Universidades: pesquisas e estratégias de enfrentamento. Roda de conversa. NUMAPE, NIGS, *Diversitas* [online], 22 mar. 2022.

VENÂNCIO, Karen Eduarda Alves. *Violências contra as mulheres: afetos envolvidos nos processos de abrigamento*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SOBRE PRÁTICAS DE ENSINO/APRENDIZAGEM, contornos, retornos e costuras de um núcleo de estudos e pesquisa



JULIANA CAVILHA

Meu percurso acadêmico e afetivo no NIGS¹ inicia no século XX, em meados dos anos 90, quando seguia regularmente o curso de Ciências Sociais na UFSC. Não era minha primeira faculdade, mas ocupava meu real interesse.

No decorrer do curso, em meados de 1995, soube da oportunidade de uma bolsa de Iniciação Científica por uma colega de turma². Eram duas vagas para uma pesquisa sobre violência em jornais. Fomos juntas à entrevista, e, felizmente, fomos selecionadas. Logo iniciamos a pesquisa, cujo título oficial era: “Violência contra grupos minoritários: o discurso da imprensa e dos formadores de opinião”³, projeto elaborado em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência⁴ da Universidade de Brasília (UNB), o que nos proporcionou redes de parceria, viagens a Brasília, e outros.

A pesquisa aconteceu de 1995 até 1996. Minha responsabilidade era compreender o discurso sobre violência produzido pelos formadores de opinião em relação aos grupos minoritários veiculados no jornal Folha de São Paulo. Analisei,

¹ NIGS: Núcleo de IdentidadeS de Gênero e Subjetividades. Ainda não se chamava assim, ao que me lembre, quase ganhou outro nome :). Tratava-se de um recente grupo de estudos e pesquisas de gênero, salvo engano o primeiro da universidade, mas tal informação necessita de outra memória.

² Raquel Wiggers, antropóloga, hoje professora da UFAM.

³ Projeto com financiamento da CAPES.

⁴ Neste projeto, foram analisados cinco jornais de circulação nacional, ficando a meu encargo os projetos da UFSC e os jornais Folha de São Paulo, e sob responsabilidade da colega Raquel Wiggers o jornal Zero Hora.

assim, os artigos e reportagens que contemplassem a palavra violência no período entre março e junho de 1995. No total, foram analisados 483 artigos, e, na sequência, a elaboração de categorias e tipologias acerca do tema da violência.

O processo da orientação consistia efetivamente nos primeiros passos de um trabalho acadêmico, o qual envolve desde leituras, confecção de resenhas e relatórios, discussão com professores, aprendizado de apresentação de trabalhos nos eventos científicos, a organização destes eventos. Nesta sequência, como mencionei algumas linhas atrás, dentre todas as atribuições da pesquisa, a recepção de professores era uma ação contínua e rica ali no NIGS, uma vez que promovia a rede de pesquisas, projetos e ideias – foi assim que conhecemos Marguerida Xantakou, professora francesa ligada ao CNRS⁵, que não falava português.

Foi um breve e atraente contato, que me levou às aulas de francês, e, no curso da vida, mais tarde, a um período como *Jeune Fille au pair* em Paris⁶. Neste processo – já em Paris –, a recepção calorosa de Miriam Grossi me pegando no aeroporto⁷.

Neste período pós-adaptação, novamente NIGS *afeto* retoma à cena. Certo dia em Paris, Miriam me apresenta algumas atividades possíveis⁸ na École⁹. Assim, frequentei os seminários¹⁰ dirigidos por Françoise Zonabend e Jean Jamin¹¹, e também Emmanuel Delveaux¹², para citar alguns, sem contar eventos que frequentei, como a comemoração dos 50 anos do *Segundo Sexo*, de Simone de

⁵ Centre national de la recherche scientifique (CNRS) é o maior órgão público de pesquisa científica da França e uma das mais importantes instituições de pesquisa do mundo.

⁶ Onde morei de 1997 até 1998.

⁷ Aqui podemos associar ao mencionado acima, meu percurso narrativo afetivo no NIGS, sim, porque buscar alguém no aeroporto em Paris é sinal de afeto e de cuidados, não há dúvidas. Mas Miriam foi mais adiante. Ela me apresentou ao bairro, acessou o apartamento da família comigo, enfim, deu todas as ‘dicas’ iniciáticas para minha sobrevivência ali. É claro que eu não falava nada de francês, tampouco entendia, assim, não preciso dizer que estas foram orientações bem valiosas.

⁸ Sim, eu ficava com “minhas” crianças (Jeremy, 8; Virginie, 12 e Arnaud, 4) todos os dias, de 16h até 20h, e nas quartas-feiras, todo o dia (as escolas francesas não funcionam neste dia). Além disso, fazia 12 horas de francês por semana, o que reduzia em muito minha disponibilidade.

⁹ *École des hautes études en sciences sociales* (EHESS) é uma instituição francesa de ensino superior e pesquisa em ciências sociais. Trata-se de um estabelecimento público de caráter científico, cultural e profissional voltado para o ensino superior e a pesquisa.

¹⁰ Experiência na École que, mais tarde, costura meu retorno ao período Sanduíche, em 2007.

¹¹ Seminário: Etnografia e Autobiografia.

¹² Seminário: Teorias do parentesco e as realidades etnográficas.



Beauvoir. Sim, foi um período bem movimentado; acho que para compensar os 7m² da minha *chambre de bonne*^{13 14}.

No retorno ao Brasil, fui aceita no mestrado em Antropologia Social na UFSC, segui no NIGS, nas atividades de construção coletiva, grupos de trabalho. Aprendi o que era extensão universitária com as oficinas do NIGS, a organizar eventos, expandi minha rede de relações, e, claro, de afetos. Ali, naquele núcleo com mesa redonda, janelas iluminadas e colegas atentas e afetuosas, construí minha dissertação de mestrado, cujo tema era o ethos militar, uma pesquisa sobre masculinidades¹⁵, a qual rendeu idas a congressos, com discussões em seminários acadêmicos, como, por exemplo, em Toulouse, na França, no *Colloque International des Recherches Féministes Francophones Ruptures & Utopies*, em 2002. Aliás, boa parte da comunidade acadêmica feminista¹⁶ da UFSC estava lá. Assim, foram cerca de 10 eventos em aproximadamente dois anos de mestrado¹⁷.

¹³ A *chambre de bonne* é um tipo de apartamento francês que consiste em um quarto individual em casa ou prédio de apartamentos de classe média. Geralmente, encontra-se no último andar e só é acessível por escada, às vezes uma “escada de serviço” separada. A minha “*chambre*” ocupava o último sexto andar do prédio, e, sim, era uma “escada de serviço” separada. Meu corredor tinha 14 quartos, eram estudantes, garotas *au pair*, como eu, e uma *clochard*. Compartilhamos um único vaso sanitário no corredor.

¹⁴ Minha *chambre de bonne* foi objeto de pesquisa e fotografada pela professora Carmen Rial e Miriam Grossi para um projeto sobre os pequenos espaços em Paris. No texto, sou a Janete.

¹⁵ Interessante acrescentar que, nesse período, as teorias sobre masculinidades ainda eram muito recentes, e teóricos como Connell, Vale de Almeida e Kimmel estavam elaborando suas pesquisas. Esses estudos chegaram ao Brasil em meados de 1997. Desse modo, não lancei mão desses pesquisadores naquele trabalho, porque, de fato, desconhecia-os completamente – para dizer sobre como as pesquisas no NIGS estão na vanguarda.

¹⁶ Sim, nesse momento, minha identidade se reconhecía como feminista.

¹⁷ Importante destacar a relevância de apresentar os trabalhos em eventos, certamente que há o compartilhamento das pesquisas, objetos e métodos. Trocam-se experiências, mas algo além também precisa entrar nessa “conta”: há uma reflexão sobre seu trabalho, sua pesquisa, seu método, o que faz com que o trabalho “em desenvolvimento” avance e seja maturado ao longo deste processo em que apenas “apresentar” é simplificado. Enfim, após tantos eventos e apresentações, defendi a dissertação no prazo, obviamente (MENDES, Juliana Cavilha. *Historias de quartel*: um estudo de masculinidade com oficiais fora da ativa. 2002. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Brasil. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PASO0124.pdf>.

Ainda na narrativa da internacionalização, outra oportunidade provocada e oriunda de minhas atividades no NIGS foi seguir um Doutorado Sanduíche¹⁸ na cidade de Paris/França, em 2007. Tal chance foi ocasionada em razão de um grupo de estudos sobre prostituição, que iniciou seu debate com um livro recém-lançado de Catherine Deschamps: “*Le Sexe et l’Argent des Trottoir*”. Apoiada na leitura e no debate desta obra, acessei minha tutora de Sanduíche, Marie Elizabeth Handmann, professora da École que tinha sido a orientadora desta tese, e que me aceitou como aluna. Ainda, quando já em Paris¹⁹, Miriam Grossi me orientou a procurar uma ONG francesa – mobilizada para as profissionais do sexo: “*Associação les Amis du Bus de Femmes*”. Em outros termos, foi a participação no NIGS que alinhavou esta e outras costuras de meu período de estudos em Paris, e, mais tarde, em Madison/Wisconsin, nos Estados Unidos.

Sim, entrelaçamentos da vida, coincidências, não saberia dizer, mas o fato concreto é que eu e minha família²⁰ estávamos planejando um período nos Estados Unidos para meados de 2014 e 2015. E a universidade de Wisconsin, na cidade de Madison/WI, já definida como destino. E, em 2013, estava em um evento do Pré-Fazendo do Gênero²¹, organizado pelo NIGS, aguardando o início das atividades – naquelas salas em que as mesas estão dispostas em círculos – quando uma mulher jovem, bonita, simpática, alta, pele muito branca, acomoda-se ao meu lado e coloca sobre a mesa uma pasta (aquelas com logos da universidade) e ali o logo era Wisconsin University. Era Katryn Moeller, antropóloga americana, professora da Wisconsin University. Ali, naquele evento, estabeleceu-se uma parceria afetiva que se mantém para além das cercanias acadêmicas.

Iniciei minhas atividades²² como Visiting Scholar no *Center for Research on Gender and Women* na Wisconsin University em fevereiro de 2015.1, com um

¹⁸ O doutorado sanduíche é um programa de estudos no qual o estudante de pós-graduação *stricto sensu* realiza parte de seu trabalho em outra universidade do Brasil ou do exterior. O objetivo principal é que o pesquisador aproveite a infraestrutura de outra instituição de ensino superior para enriquecer o seu trabalho.

¹⁹ Sanduíche financiado pela CAPES.

²⁰ Meu marido, que também é professor, foi bolsista CAPES de pós-doutorado na universidade de Wisconsin/EUA, nos anos de 2014 e 2015.

²¹ Fazendo Gênero 10 – 16 a 20 de setembro de 2013, em Florianópolis/SC, <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/>.

²² Estimulada por Katryn, fiz minha inscrição em meados de outubro de 2014, quando já estava nos Estados Unidos.



projeto²³ para pesquisar a recente produção acadêmica americana sobre as práticas da comercialização do sexo e formas de apreensão.

No retorno, além de ser reintegrada na mesma faculdade, fui também convidada a participar de um projeto de Educação e Direitos Humanos da SPM²⁴, no NIGS. Ali, atuei na coordenação de equipes, na organização de eventos, na mobilização e gestão de recursos financeiros para adequação do projeto em consonância com a proposta do projeto, dentre outros desafios.

Desde 2013, sou professora titular da Faculdade Estácio Florianópolis, com o intervalo de 2014 e 2015, quando estava licenciada para o período em Wisconsin. No retorno, fui reintegrada à faculdade à qual ainda estou atualmente vinculada e assumi, além das disciplinas, a coordenação de Pesquisa, Extensão e Internacionalização, momento em que novamente me foi oferecida a possibilidade de ampliar minhas habilidades/competências apreendidas no NIGS.

No ano de 2017, após experiências em ONGs como parceira, interlocutora e consultora, ao lado de outras colegas, formamos institucionalmente o Abacateiro Instituto de Pesquisa e Formação, uma ONG sem fins lucrativos, que atua na execução de projetos, de pesquisas, de educação, de ensino, de comunicação e eventos. Desde este período, posso afirmar que esta experiência consolidou saberes, vocação, competências e habilidades para gerir equipes, captar recursos, planejar estrategicamente ações de impacto social, habilidades que foram construídas no percurso brevemente descrito acima.

Bom, as décadas apresentadas acima, junto e ao lado do NIGS, compreendem uma trajetória de redes construídas em afetos, de relações longevas estabelecidas, de estudos e de trabalhos organizados aparentemente de maneira seriada, o que impossibilita mediar tal percurso, sendo estes entrecortados pela construção de uma vida profissional a partir da experiência docente, da formação de redes de trabalho, da consolidação de projetos em equipes, de consultorias, do estabelecimento de lideranças focadas em projetos, no envolvimento em redes do terceiro setor, na prática de projetos no Abacateiro, no trabalho direto para captação de recursos, gerenciamento e aprendizados que escapam à formação acadêmica.

²³ Título do projeto: “Intercâmbios sexuais/econômicos e a recente produção sobre (gênero e) prostituição nos USA”.

²⁴ Secretaria de Política para Mulheres.

Sem dúvida que tudo inicia no NIGS e na habilidade ímpar da coordenadora professora Miriam Grossi de estabelecer e compreender que a formação universitária está para além de leituras, está entrecortada pelo dia a dia no afeto, no entendimento que produz impacto na vida de muitas e muitos que por ali deixaram marcas e foram marcados pelo coletivo compartilhamento de ideias, sujeitos e experiências.

Parte II

EXPERIÊNCIAS DE INTERIORIZAÇÃO DO NIGS

DEBATES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA UEMS, UMA UNIVERSIDADE “DE INTERIOR”



ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM

Em 2019, dei início a mais uma etapa da minha vida acadêmica e profissional, tornei-me professora adjunta do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, na Unidade de Amambai. Criada em 1994, a UEMS tem sua reitoria sediada na cidade de Dourados, cuja população estimada é de 240 mil habitantes. Dourados é a segunda maior cidade do Estado e está a 250 km de distância da capital, Campo Grande. Pensada a partir de uma perspectiva descentralizada, a UEMS organiza-se priorizando a interiorização dos seus cursos, em grande parte licenciaturas, que são distribuídos em 15 unidades ao redor do Estado. Desde 20021, a Universidade tem destinado um percentual de todas suas vagas a estudantes indígenas, percentual este que, a partir de 20032, se fixou em 20% para estudantes negros e 10% para estudantes indígenas. Segundo dados apresentados pelo Centro de Estudos, Pesquisa, Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia (CEPEGRE) em 2020, estão matriculados na UEMS 409 estudantes indígenas, ingressos por meio de ações afirmativas.

Na unidade de Amambai, onde atuo como professora, existem, atualmente, dois cursos noturnos de licenciatura, História e Ciências Sociais, ambos preenchidos majoritariamente (cerca de 80%) por estudantes indígenas Guaranis e Kaiowás da região. Amambai é uma cidade de cerca de 37 mil habitantes,

¹ A partir da Lei nº 2.589/2002.

² A partir da Lei nº 5.9411/2003.



distante 130 km de Dourados e 350 km de Campo Grande. Estima-se que, dentre seus 37mil habitantes, ao menos 12 mil são indígenas das etnias Guarani e Kaiowá que moram nas aldeias Limão Verde, Amambai e Jaguarý. Amambai detém importância na região por concentrar uma série de serviços públicos e sediar a única universidade pública em uma pequena região que engloba outras cidades. Anotada a importância local da cidade, vale registrar que, por sua realidade intercultural, a unidade de Amambai da UEMS produz tensões importantes para a reitoria e comunidade acadêmica no geral, já que não foi e segue sem ser pensada como uma unidade intercultural.

Digo isso porque a unidade de Amambai muitas vezes é apontada como tendo uma realidade particular, mesmo no contexto do Estado de Mato Grosso do Sul. Afinal, é quase em sua integralidade ocupada por estudantes indígenas. Se pensar uma universidade localizada fora do eixo sul/sudeste, já desestabiliza nossas representações acerca do que é uma realidade universitária pungente, com investimentos públicos, núcleos de pesquisa ativos, prédios com salas para professores, centro acadêmicos e movimentação estudantil animado, imaginar o contexto de Amambai, no qual grande parte dos estudantes são trabalhadores/as que dependem do transporte cedido pelas prefeituras locais para chegarem à universidade apenas no horário das aulas, indígenas que têm o português como segunda ou terceira língua, moradores/as das aldeias da cidade ou das cidades próximas, muitas vezes sem ou com acesso restrito à internet, computador e/ou celular, podemos imaginar um universo acadêmico bastante distante do que se vivencia nos grandes centros. Para quem vem de fora do Estado do Mato Grosso do Sul e da Região Centro-Oeste, como eu, o impacto é ainda maior.

Vinda do Sul, onde realizei toda minha formação, e recém-saída de uma grande Universidade como a Universidade Federal de Santa Catarina, me parecia certo que (apesar de toda a crise política que assola as políticas educacionais no Brasil atual) encontraria, ao ingressar em qualquer universidade, o mesmo caminho: a continuidade das minhas pesquisas e reflexões já traçadas enquanto antropóloga e pesquisadora no campo de estudos de gênero, sexualidade e parentesco. Acreditava, ao me tornar docente adjunta de um curso superior em Ciências Sociais, que começaria, então, minha própria trajetória como pesquisadora coordenadora de projetos de pesquisa, grupos de estudos e discussões sobre temas de interesse para mim e para área de estudos de gênero, articulados, era evidente, ao novo local de inserção e à realidade local na qual ingressava.

Todavia, ao chegar em Amambai, fui levada para outros lugares. O contexto local me apresentou de forma palpável a realidade, até então distante, das

universidades interiorizadas e descentralizadas. É claro que conhecia de antemão a diferença entre grandes universidades nos centros do Brasil, especialmente aquelas de renome localizadas no sudeste e sul do país, e as universidades menores, localizadas no que convencionamos chamar de interior. Não esperava ver replicado em Amambai o mesmo ambiente de uma universidade de cidade grande e ansiava, mesmo, por outras formas de pensar, produzir e ensinar Antropologia.

Entretanto, a UEMS da unidade de Amambai não é apenas parte de uma universidade do Centro-Oeste, fora do eixo sul/sudeste, ela é parte da interiorização local de uma universidade que, talvez, já poderíamos pensar em interiorizada em termos de Brasil. Ou seja, consegue se deslocar duas vezes de um pretenso centro referência para pensar a universidade, suas políticas, investimentos e possibilidades. Sabemos que a expansão e interiorização do ensino superior no Brasil traz consigo tensões, sobretudo quando pensamos em termos de políticas públicas e investimentos em um ensino superior público e de qualidade. Quando falamos de um campus que se localiza nesta dupla interiorização, nos remetemos a tensões ainda maiores. Em Amambai, por exemplo, não há uma grande ocupação do campus por estudantes nos contraturnos de aulas, tampouco há um montante de estudantes interessados/as e/ou disponíveis para participar de grupos de estudos, de palestras e atividades fora das aulas, colocando desafios para nós, pesquisadores/as que ansiamos ter produções que se vinculem também a atividades docentes e de engajamento de estudantes.

Se antes de chegar a Amambai acreditava que me tornar professora era só mais um passo na carreira acadêmica e nos caminhos teóricos e de pesquisa que vinha traçando já há alguns anos, tenho descoberto que esse não é um caminho linear. O contexto no qual nos inserimos nos afeta, e sabemos disso já há algum tempo na antropologia. Não há pesquisa sem corpo, e, como tenho aprendido aqui, com os Guarani e Kaiowá, especialmente com as mulheres Guarani e Kaiowá, tampouco há corpo sem território; onde estamos fala também do que podemos ser e produzir. Estando em um território indígena de resistência aos domínios do agronegócio, a universidade é mais um campo de disputas, mais um espaço a ser ocupado. E nós, professoras e professores, somos muitas vezes aliados e aliadas nestas disputas. Se estudantes não conseguem participar de nossos grupos de pesquisa e debates que nos parecem interessantes, nos adaptamos um tanto para dar conta dos temas e ações que cabem e emergem do lugar onde estamos.

Assim é que os debates sobre gênero e sexualidade que têm me ocupado por aqui são os voltados à realidade indígena. Instigados, sobremaneira, pela



urgência das estudantes e mulheres Guarani e Kaiowá em denunciarem abusos, feminicídios, perseguições religiosas, estupros e violências sistemáticas que as perseguem por serem mulheres e indígenas (NICHNIG, 2021; SERAGUZA, 2018; ZIMMERMANN; VIANA, 2015). Não por menos, boa parte das pesquisas e debates de que tenho me aproximado por meio de orientações e pesquisas de estudantes e com os quais tenho cruzado fazem alusão a estas temáticas (ALMEIDA, 2019; MORALES, 2021). A violência de gênero nas aldeias Guarani e Kaiowá é forte, bem como a organização das mulheres indígenas, em especial através da Kuñangue Aty Guasu (Grande Assembleia das mulheres Guarani Kaiowá), que tem elencado este como um debate urgente e necessário para o próprio movimento indígena.

Por outro lado, debates mais voltados à sexualidade e a famílias LGBTQIA+ no contexto indígena são ainda pungentes de acontecer, mas temos tentado trazer tais temáticas para as discussões e pesquisas produzidas aqui.

Para além dos debates entrecruzados com a realidade indígena local, tem sido possível realizar pequenas atividades que são promovidas em parceria com a prefeitura e suas secretarias e coordenadorias. Tivemos, a exemplo, no mês de maio deste ano, 2022, o I Seminário Regional de Políticas Públicas LGBT+ Região Sul-fronteira, organizado em parceria entre a UEMS de Amambai e a Secretaria Municipal de Assistência Social da prefeitura. O evento foi organizado por um egresso do nosso curso e contava com a presença de várias pessoas LGBTQIA+ da cidade. Por motivos variados, os/as palestrantes não puderam comparecer, incluindo militantes indígenas LGBTQIA+ e a atividade se tornou uma espécie de palestra minha sobre LGBTQIA+fobia. Durante minha fala, apresentei muito do conteúdo básico do campo de estudos sobre gênero e sexualidade e ouvi de vários/as estudantes que aquele era ainda um tema novo. Ao final da atividade, fui questionada sobre a falta de debates indígenas sobre as temáticas LGBTQIA+ e, de fato, ainda falta. Falta muito para ser pesquisado, falado e debatido nesta intersecção entre estudos de gênero, sexualidade e a etnologia indígena. Entretanto, destaco que falta ainda mais, falta, muitas vezes, interesse nestes universos “distantes dos centros” para quem é pesquisador/a de fora, faltam investimentos e espaço para as produções possíveis nestes locais, distante, talvez, dos grandes centros de referência e excelência em pesquisa e publicação. Talvez, falte, também, estrutura para permanência ativa de estudantes trabalhadores/as, moradores/as do campo, de aldeias, assentamentos nos espaços de ensino superior e grupos de estudos. O que não falta aqui é mobilização política e interesse em debates sobre gênero e sexualidade.

Referências

ALMEIDA, Martina. A luta e os direitos das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowá: Kuñangue Aty Guasu (Grandes Assembleias das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowá). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul, Amambai, Brasil.

NICHNIG, Claudia Regina. Meninas e mulheres guarani e kaiowá: gênero, política e a agenda do enfrentamento às violências. In IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE. Anais... Florianópolis, 2021.

MORALES, Jenifer Rogrigues. Violência Doméstica contra as mulheres indígenas da aldeia Limão Verde em Amambai/MS. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul, Amambai, Brasil.

SERAGUZA, Lauriene. Aty Kuña Guasu – sexualidade e relações de gênero entre os Kaiowá e os Guarani. In: PEREIRA, Levi M.; SILVESTRE, Célia M. F.; CARRIAGA, Diógenes E. *Saberes, sociabilidades, formas organizacionais e territorialidades entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

ZIMMERMANN, Tânia Regina.; VIANA, Ana Evanir Alves. Relações de gênero e violência contra mulheres indígenas em Amambai/MS (2007-2013). *Espaço Ameríndio*, UFRGS, v. 9, p. 105-126, 2015.

A INCLUSÃO DAS TEMÁTICAS GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS e em projetos de extensão na UFFS/Chapecó



ARI JOSÉ SARTORI

Recebi com muito orgulho e lisonjeio o convite para compartilhar a minha trajetória acadêmica e profissional que, em distintos momentos, esteve muito ligada à história do NIGs, nestes seus 30 anos. O meu envolvimento com o NIGs vem de longa data, ainda no início dos anos 1990, oportunidade em que participei de várias atividades do Núcleo e mais, efetivamente, quando entrei no mestrado de Antropologia Social na UFSC, em 1996, com o projeto de pesquisa: “Homens e as políticas de ‘empoderamento’ das mulheres – a emergência do ‘gênero’ entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis”, concluído em 1999. Esta pesquisa resultou em premiações, projetos aprovados com bolsas para pesquisa e também em ações que se materializaram na criação de uma ONG¹, com a participação de muitos integrantes do NIGs, incluindo a profa. Miriam Grossi. Crédito, em grande medida, essas premiações e ações realizadas à excelência das discussões e dos debates nos seminários, bem como pela formação qualificada que recebíamos no NIGS.

O convite para compartilhar esta minha trajetória nos faz refletir também sobre as árduas conquistas realizadas, a partir dos anos 1990, que envolveram, no Brasil todo, fundações públicas e privadas, ONGs, núcleos de estudos nas universidades, políticas públicas em todas as esferas mas, especialmente no âmbito federal, a criação de algumas secretarias, como a Secretaria Especial de Políticas

¹ Fundação da ONG “Genus – Pesquisa e Assessoria de Estudos de Gênero”, em 2002.

para as Mulheres (SPM); Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), entre outras. É oportuno também lembrar do amplo movimento realizado por setores progressistas da sociedade civil organizada e do Governo do ex-presidente Lula que, nos seus dois mandatos, proporcionaram a expansão universitária no Brasil com a criação de inúmeras universidades federais as quais possibilitaram, aos recém-doutores (inclusive alguns mestres), se efetivarem nestas IES em todo o país e, particularmente, como foi o meu caso, na UFFS, na qual sou docente há mais de 10 anos.

Iniciei na UFFS, no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, na área da Antropologia, em janeiro de 2011. A UFFS havia sido criada em 2009 e iniciou as atividades em março 2010, com diversos cursos, muitos deles de licenciatura, como foi o curso de Ciências Sociais. Tão logo me efetivei, saiu o primeiro edital para projetos de extensão universitária, no qual apresentei o projeto “Gênero na Educação: espaço para a diversidade”, para realizar oficinas com professores(as) da rede pública de Chapecó e Região. A importância da seleção deste projeto está no fato de que o mesmo foi o primeiro projeto de extensão do Curso de Ciências Sociais aprovado (e provavelmente de toda a UFFS) com o temática relações de gênero, sexualidade e violência. Depois deste, muitos outros editais saíram e, nos cinco anos seguintes (até 2016), sempre concorri e tive projetos de extensão aprovados sobre o tema, ampliando a atuação para outras escolas e municípios da região oeste. A aprovação dos projetos (e, mais tarde, com os programas de extensão) possibilitaram, em todos eles, a contratação de bolsistas remunerados/as e voluntários/as², trazendo visibilidade para o curso e para a temática, que demandou também que realizássemos algumas oficinas na própria universidade, para os estudantes do curso e de outras licenciaturas. Neste mesmo período, ofereci várias optativas, como “Gênero e Educação” e, mais recentemente, sobre os “Marcadores Sociais da Diferença”, com destaques para as relações de gênero, sexualidade e as questões étnico-raciais.

Uma mudança substancial, na oferta das oficinas, ocorreu ainda em 2012, quando participei de um projeto multidisciplinar³ na UFFS, Campus Chapecó,

² As primeiras bolsistas foram Camila Pelegrini e Ana Paula Wizniewski, ambas já formadas e hoje docentes concursadas de Sociologia, da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina.

³ Projeto Novos Talentos, edital 005/2012 Capes: “Qualificação Científica de Professores e Alunos da Escola Básica da Rede Pública de Municípios do Oeste Catarinense”, envolvendo as áreas da Matemática, Ciências da Saúde, Ciências Agrônômicas e Ciências Sociais.



nas áreas da Saúde e Ciências Sociais⁴. As oficinas Gênero na Educação foram uma das principais atividades deste subprojeto, que buscou a interação entre professores(as) e pesquisadores(as) da UFFS com estudantes e professores(as) da rede pública dos municípios de Coronel Freitas, Seara e Chapecó. Dentre as várias atividades deste subprojeto, destaco especificamente as oficinas sobre gênero, sexualidade e violência realizadas com os professores e professoras da rede municipal de Seara⁵, que abrangeu um conjunto significativo de profissionais da educação de uma mesma localidade, no caso, o município de Seara, possibilitando a participação de aproximadamente 90% dos(as) professores(as) da rede municipal.

Consideramos que as oficinas “Gênero na Educação: espaço para a diversidade” repercutiram e repercutirão na vida da maioria dos participantes com os quais tivemos a oportunidade de discutir com expressivo número de professores(as), de um único município, que compartilharam vários casos e situações vivenciadas por eles/elas.

Muitos depoimentos, nas oficinas e nas aulas, surgiam ora como desafo, ora com empolgação, pois os/as participantes se sentiam incentivados(as) e mobilizados(as) para desempenharem seu trabalho de forma mais segura e consciente.

Para finalizar esse relato, gostaria de compartilhar um depoimento que recebi de uma egressa do curso, muito tempo depois de ela ter cursado a disciplina optativa “Marcadores Sociais da Diferença”, quando já estava atuando como docente de Sociologia da Rede Estadual de Educação. Selecionei este relato porque o mesmo reflete a importância da existência dos Núcleos e Grupos de

⁴ Subprojeto “Gênero, Sexualidade e Diversidade na Educação – ações conjuntas entre Saúde e Ciências Sociais”. Fizeram parte deste o professor e a professora do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Ari José Sartori e Claudete Gomes Soares; as servidoras da UFFS, Campus Chapecó, Marlei Dambros (pedagoga) e Flávia Durgante (jornalista); as alunas licenciandas do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFFS Leandra Batista Azevedo e Renata Daici Rodrigues.

⁵ O município de Seara está localizado na região oeste do estado de Santa Catarina, com população estimada de 17.439 moradores (IBGE, 2013). Praticamente toda a pré-escola e em torno de 50% do ensino fundamental estão sob responsabilidade do município. Os docentes do ensino fundamental, no ano de 2015, eram 167, sendo destes 69 do município, enquanto a pré-escola tinha 39 dos 43 docentes vinculados ao município, alocados em nove das dez escolas existentes. O total de docentes do município, no ano de 2015, era 108, na maioria mulheres (em torno de 90%), que atendiam a aproximadamente 50% dos alunos do município. Realizamos oficinas para aproximadamente 90 docentes.

Estudos, como o NIGS, e que nos animam a continuarmos realizando oficinas, cursos e ofertando disciplinas com esta temática, particularmente, nestes tempos tão sombrios que estamos vivendo.

Olá, professor, já faz um tempo que gostaria de lhe falar sobre isso, mas como há uma correria do dia-a-dia, só hj consegui. O motivo deste, é falar da importância da disciplina Marcadores Sociais que fiz com vc. Tenho usado muito nas aulas com os terceiros anos e vou fazer um relato que considero pertinente.

Em uma das escolas que trabalhei, propus aos estudantes a realização de seminários disponibilizando os textos para leitura. Tinha 8 turmas de terceiro e em uma das turmas tive problema por que os estudantes se recusaram a falar sobre gênero. (...) Em outra turma, que foi a que me marcou, a situação foi a seguinte: na hora que propus, uma garota falou: ‘prof deixa que nós queremos falar sobre este assunto’ (uma menina lésbica). Resumindo, no dia da apresentação um grupo de oito estudantes (todos gays e lésbicas) fizeram uma apresentação a nível universitário: esmiuçaram o texto da Miriam Grossi. Mas, o que mais marcou foi que, na hora de finalizar, eles se dirigiram à turma e falaram o seguinte: ‘até agora falamos sobre a teoria; agora, queremos falar para vcs o que a gente passa no dia-a-dia, por sermos diferentes’. Neste momento eles começaram a ler situações que passavam em casa. Ai veio frases do tipo: “eu preferia que vc tivesse morrido do que ter um filho gay”; ‘você é uma aberração da natureza’; ‘vou te levar num psicólogo para curar vc, pq isso é doença’. Um garoto relatou que os pais cortaram telefone, internet e o mantiveram de castigo durante algum tempo para ver se ele ‘se corrigi’(...) durante os relatos começaram a chorar, a turma era um silêncio só, olhei para os demais estudantes e muitos choravam com os colegas que apresentavam...Foi uma experiência muito marcante. Terminamos a aula nos abraçando...

Precisava te relatar isso, para que percebas a importância desta disciplina...

Muito obrigada pelas excelentes aulas.

Com carinho

Taís Camargo.

PRESENÇA E ESCUTA DE ESTUDANTES INDÍGENAS: PERCEPÇÕES DE UMA PROFESSORA CIS-BRANCA



CLAUDIA REGINA NICHNIG

A experiência no Nigs foi transformadora em minha trajetória profissional. A teoria feminista exercida na prática foi de extrema importância para ter a sensibilidade necessária para ouvir e ser escuta de mulheres indígenas. Foi como professora e pesquisadora em uma universidade federal do centro-oeste que a invisibilidade das narrativas de mulheres indígenas no tempo presente cruzou com a minha trajetória. A aproximação com a temática das violências e as re(existências) das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá somente foi possível a partir do experienciar a presença das mulheres e das crianças indígenas em diferentes espaços naquela universidade. Neste espaço, a presença de estudantes indígenas, tendo em vista a existência de uma Faculdade Intercultural Indígena – FAIND, é uma constante no campus universitário na segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul. No campus universitário, a existência de uma creche – Centro de Educação Infantil, em parceria com a prefeitura do município, acolhe crianças da comunidade local e universitária, sendo um espaço de troca e de aproximação entre crianças de diferentes classes, raças e etnias. Este espaço foi importante para mim, pois minha filha Maya se transferiu comigo para a cidade de Dourados com apenas três anos de idade, e a oportunidade de estudar na instituição de ensino nos anos de 2018 e 2019 me proporcionou conviver com mães e crianças indígenas, e também mães e crianças oriundas da comunidade quilombola próxima da universidade, além de famílias e crianças de alunos/as, servidores/as e professores/as da Universidade. Também nas diferentes atividades realizadas na e pela Universidade, tais como congressos, encontros e seminários, a presença e a temática indígena foram uma constante. A presença dos

estudantes indígenas, mas também das *nandesys* e *nanderus* no espaço universitário, convidadas/os para abrir e encerrar diferentes atividades realizadas no campus, foi uma constante e me chamou atenção para a importância da presença dos estudantes indígenas e da aproximação com os saberes indígenas e o respeito e o reconhecimento dos saberes ancestrais dentro e pelo espaço acadêmico. Em diferentes oportunidades, pude conhecer a música Guarani, como os cantos tradicionais; mas também as músicas contemporâneas realizadas pelos jovens indígenas, a exemplo das apresentações realizadas na universidade pelo grupo de Rap Indígena Bros Mcs, composto por jovens Guarani-Kaiowá, nascidos na Reserva Indígena de Dourados. A oportunidade de realizar o curso de Língua e Cultura Guarani e Kaiowá, com a professora Graciela Chamorro, na instituição cultural Casulo, na cidade de Dourados, também me aproximou da língua guarani e me permitiu visitar terras indígenas, regiões reconhecidas como “áreas de retomada”¹, em que conversei com mulheres e homens indígenas em suas terras tradicionais. Entretanto, foi a participação em duas atividades que me “tocou” profundamente: a participação na organização da Audiência Pública intitulada “Violência obstétrica: mulheres indígenas e negras por um parto humanizado”, realizada em maio de 2019, na cidade de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, em que tive a oportunidade de dialogar com mulheres indígenas no dia da audiência e nas reuniões que antecederam a realização do encontro e a participação na *Kunangue Aty Guasu*, Grande Assembleia de Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, no mesmo ano. Percebi a urgência e a necessidade de atuar como parceira destas mulheres, assim como já atuam outras professoras e professores universitários. Nas duas atividades, me senti afetada e sensibilizada para a necessidade de aliar as questões problematizadas pelos estudos de gênero e feministas a partir de um recorte étnico, em que questões teóricas se ligam a atuações políticas. A participação do VII *Kuñangue Aty Guasu*, realizado entre os dias 16 e 20 de setembro de 2019, em que participei como pesquisadora e facilitadora de uma das oficinas sobre violências, juntamente com a professora Simone Becker, a convite da liderança Jaqueline Gonçalves Porto, foi uma oportunidade de imersão

¹ No Estado do Mato Grosso do Sul e na região do Cone Sul existem especificidades geográficas em relação a população indígena Guarani e Kaiowá. São populações indígenas que residem em reservas demarcadas, como a Reserva Indígena de Dourados – RID e indígenas que residem em áreas de retomadas, que são territórios tradicionalmente ocupados, os quais foram (ou estão em visis) de buscar o reconhecimento do direito de ocupação tradicional destas terras.



nos debates realizados no *tekoha*² *Yvy Katu Potrerito*, localizado no município de Japorã-MS. Na assembleia, me conectei com crianças, jovens e mulheres indígenas, além de perceber a importância da ancestralidade nos saberes e fazeres indígenas, permeados por cantos e rezas, em que as *nandesys* e os *nanderus* iniciavam e encerravam a atividade de cada dia da assembleia.

A aproximação por meio das oportunidades e redes que a universidade me proporcionou junto aos povos indígenas, mas principalmente as mulheres indígenas, é percebida de forma respeitosa, em que suas culturas são valorizadas e enaltecidas. Ainda observei que em publicações bastante extensas sobre as populações indígenas do Mato Grosso do Sul, como a obra monumental organizado por Graciela Chamaro e Isabel Lacomés, não há destaque para a História sobre/com as mulheres através de um recorte de gênero e feminista.

A outra faceta que me impactou subjetivamente se deu a partir da experiência de viver em uma cidade em que as mulheres indígenas transitam sob os olhares dos brancos. São crianças, adolescentes e mulheres que transitam a pé, em carroças ou mesmo de carro, e batem nas portas das casas com objetivo de pedir comidas e roupas, mas também buscando alimentação nos lixos das residências e, muitas vezes, sendo alvo de insultos e desrespeito da população em geral. Foi uma experiência muito impactante, mesmo para uma moradora do litoral de Santa Catarina, acostumada a vislumbrar a presença de crianças e mulheres Guarani vendendo seus artesanatos nas praias e no centro das cidades.

Em Dourados, a pobreza e a fome estão escancaradas, o que acarreta inúmeros episódios de violências e expõe a exclusão e a vulnerabilidade social das populações indígenas, sendo que o racismo cotidiano está presente nas mídias, mas também nas artes, como no poema-denúncia “Genocídio”, do poeta douradense Emmanuel Marinho, que demonstra a invisibilidade em relação às crianças indígenas: “crianças batem palmas nos portões, tem pão velho? não, criança tem o pão que o diabo amassou tem sangue de índios nas ruas e quando é noite a lua geme aflita por seus filhos mortos”³.

² Segundo o professor Thiago Cavalcante, “A definição do conceito de *tekoha* é tema de caloroso debate no campo da etnologia e da história indígena” (CAVALCANTE, 2013, p. 75-84). “Em síntese, considero-a como uma categoria que expressa um dos níveis da organização social Kaiowá e Guarani que engloba algumas famílias extensas unidas por forte aliança política e religiosa. Além disso, o termo é utilizado para se referir ao espaço territorial onde tais relações sociais se desenvolvem no plano histórico” (CAVALCANTE, 2019, p. 27).

³ Disponível em: <https://www.blogdoalexfraga.com.br/post/poesia-genoc%C3%ADndio-um-alerta-antigo-de-emmanuel-marinho>. Acesso em: 22 jul. 2021.

A experiência como moradora e professora nesta região do país, bem como a aproximação com a temática do enfrentamento das violências e as re(existências) de mulheres indígenas diante das violências sofridas, me permitiu fazer um giro no caleidoscópio e perceber o quanto o olhar colonial sobre as legislações e políticas públicas ainda invisibiliza as necessidades dos povos indígenas.

GÊNERO, DIVERSIDADES E AS MARCAS DA CONSTRUÇÃO DE UM TRABALHO NA UNISC, NO INTERIOR DO RS



EDUARDO STEINDORF SARAIVA

Em 1998, recebo o convite de uma amiga e colega de profissão, para lecionar em uma universidade comunitária no interior do estado do Rio Grande do Sul (município de Santa Cruz do Sul) chamada Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), pois estavam iniciando o curso de graduação em Psicologia. Eu acabara de concluir o mestrado em Educação, na UFRGS, em Porto Alegre (minha cidade de origem), com a dissertação intitulada “Paternidade e masculinidade: tradição, herança e reinvenção” (1998), dando continuidade aos estudos de gênero, para os quais fui apresentado ainda na graduação, por meio do trabalho de bolsista de iniciação científica, em 1990, pela Prof^a. Dra. Nara Guazelli Bernardes, na PUCRS.

Aceito o convite, vou para Santa Cruz do Sul, cidade com um pouco mais de 120.000 habitantes, na região central do estado do Rio Grande do Sul, de colonização alemã e economia centrada na exploração do fumo. Início o trabalho na universidade pensando que seria uma rápida temporada, pois não me via com uma vida pessoal e profissional em uma cidade do interior, principalmente por ser um jovem (na época) homem gay, feminista, atravessado pelos estudos de gênero; pensava que não seria possível construir “pertencimentos” naquele contexto. Início como professor no curso de Psicologia, supervisor de estágio curricular em Psicologia Escolar, inserindo os estudos de Gênero nos conteúdos das disciplinas. Além da Psicologia, passo a lecionar em disciplinas dos cursos de Pedagogia, Licenciaturas e, mais adiante, Direito e Medicina. Decido fazer o

concurso público nesta universidade, pois a efetivação só é possível por meio do ingresso por concurso, sou aprovado e por lá sigo até os dias atuais, há 24 anos.

Ingresso no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (DICH) na UFSC no ano de 2002, sob orientação da Prof.^a. Dra. Miriam Pillar Grossi, e coorientação da Prof.^a. Dra. Mara Coelho de Souza Lago, iniciando assim meu percurso no NIGS, que resulta em uma tese intitulada “Conjugando amor e desejo: sobre experiências masculinas do ‘assumir-se’ homossexual” (2007).

Na primeira década dos anos 2000, foi consolidada, no Brasil, uma rede de pesquisadores interessados no tema Parceria Civil, Conjugalidade e Homoparentalidade, coordenada pelas/os professoras/es Miriam Grossi (UFSC), Anna Paula Uziel (UERJ) e Luiz Mello (UFG). A rede congregou pesquisadores do Brasil e da América Latina, de diferentes áreas disciplinares, e contribuiu para visibilidade e aprofundamento dos temas relacionados ao universo das homoparentalidades, conjugalidades homoeróticas, identidades LGBTT. Fui um dos pesquisadores que integrou essa rede, pois, neste mesmo período, finalizei minha tese de doutorado sobre homens com trajetórias afetivo-sexuais heterossexualmente orientadas, todos com filhos, que tinham vivido a experiência do assumir-se homossexual na vida adulta. Experiências atravessadas pelas dimensões do amor e da paixão e da ressignificação identitária, incluindo a identidade paterna. O trabalho da rede Parceria Civil, Conjugalidade e Homoparentalidade foi crucial, inclusive, para o processo de formação de pesquisadores, pois se pautava na interdisciplinaridade, tanto teórica quanto metodológica. Além disso, por meio do imenso e diverso universo de sujeitos pesquisados, fomos conhecendo novos territórios, desconstruindo fronteiras, dando visibilidade para processos de ressignificação de novos modos de ser e viver experiências afetivas, sexuais, familiares.

Finalizado o doutorado, sigo com projetos de pesquisa e extensão na Universidade de Santa Cruz do Sul. A esta altura, já contava com uma rede de colegas professores, inclusive de outros cursos e departamentos, bem como um grande envolvimento de alunos/as da graduação. Um dos trabalhos que destaco foi intitulado “Experiências amorosas e conjugais entre jovens LGBT do interior do estado do Rio Grande do Sul”. Na época, ainda utilizávamos a sigla LGBT, que seria alterada poucos anos adiante. Esta pesquisa teve por objetivo investigar as expectativas sobre os relacionamentos amorosos e sexuais de jovens LGBT de cidades do interior do estado do Rio Grande do Sul. Através dos resultados, foi dada visibilidade ao preconceito sofrido pelos jovens, bem como vários outros conteúdos relacionais, tais como: a diferença percebida entre o universo dos sentimentos e



o sexual; importância de valores como reciprocidade de sentimentos, confiança e ética na relação entre os parceiros.

Também nesse período, no ano de 2012, seguindo com o foco na articulação Psicologia e Educação, criamos o Laboratório de Práticas Sociais (LAPS), com evidente proposta de inserção comunitária, com objetivo de potencializar as formas de organização comunitária e escolar, visando à construção de uma formação acadêmica integral. O processo envolveu aspectos fundamentais, tais como a mobilização com as comunidades, bem como a relação com as políticas públicas e a construção com os acadêmicos sobre saber científico, saber popular, comunidades e escolas, dentro de uma relação indissociável entre pesquisa, ensino e extensão. Por meio do laboratório, articulamos práticas de estágio, projetos de pesquisa e de extensão que são desenvolvidos em diferentes comunidades escolares, em diferentes municípios da região do estado em que a universidade está situada, potencializando a formação universitária dentro de um conhecimento vivencial e reflexivo, envolvendo professores, estudantes, técnicos, gestores e atores sociais.

Desde a criação do LAPS, foram desenvolvidos projetos de pesquisa e extensão que pautaram questões de gênero e diversidades. Na pesquisa, desenvolvemos os projetos “Subjetivação e experiência: análise de ações dirigidas à redução da homofobia e do heterossexismo na educação” (2012-2013), em parceria com o Prof. Dr. Henrique Nardi, do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS; “Sentidos de viver e ideação suicida: como essas questões estão relacionadas na adolescência” (2015-2017); “Aprendizagens interculturais com os Guarani e produção de conhecimentos ameríndios para a educação”, parceria entre os PPGs Mestrado e Doutorado em Educação da UNISC e UFRGS. Na extensão, o projeto “Ações dispositivas na interlocução entre espiritualidade e universidade” e o projeto “Cinema e Diversidade Sexual”.

As discussões sobre Gênero e diversidade sexual ficaram mais fortalecidas e estabelecidas na formação em psicologia e nos espaços em que a Psicologia dialogava com outros cursos, principalmente da Educação, Direito e Medicina.

Passados, praticamente, mais de dez anos da minha inserção como pesquisador na Rede (experiência no doutorado), retomando trabalhos produzidos naquele período, percebo que nos detivemos, principalmente, nas experiências de sujeitos adultos, das camadas médias e **urbanas** dos grandes centros metropolitanos. Especificamente nas pesquisas sobre homoparentalidade, paternidade gay, maternidade lésbica, priorizamos os sujeitos adultos como sujeitos de

pesquisa, assim como grande parte da literatura disponível (PASSAMANI, 2011). Dessa constatação surgiu o interesse em investigar as experiências/vivências de filhos(as) de pais gays, mães lésbicas, ou outros arranjos familiares não convencionais (travestis, transexuais), especificamente em algumas pequenas cidades do interior do estado do Rio Grande do Sul, por meio da pesquisa intitulada “Parentalidades não convencionais em contextos tradicionais do interior do estado do Rio Grande do Sul: experiências de homoparentalidade na perspectiva de pais e filhos” (2017-2019), vinculada ao Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/RS) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Esse projeto foi desenvolvido como pós-doutorado e segue rendendo novas redes e parcerias de trabalho interinstitucionais.

Ao longo da caminhada acadêmica e clínica (psicanalista), aprofundi investigações sobre estudos de gênero, antropologia, sociologia, campos disciplinares que sustentaram minhas compreensões e problematizações teóricas. Enlacados, esses campos me apresentaram a interdisciplinaridade. Do mestrado em Educação, passando pelo doutorado em Ciências Humanas ao pós-doutorado em Psicologia Social (UERJ), investiguei dinâmicas de gênero e da diversidade sexual, relacionadas às parentalidades e conjugalidades, em contextos de interior. Neste percurso, fui me envolvendo com as complexas teias que configuram os **conflitos** e estes se tornaram o centro das minhas inquietações, e, a partir deles, a busca por compreender diferentes formas e práticas de intervenção, “resolução”, enfrentamento. Práticas culturais, sociais e também aquelas oriundas dos saberes tradicionais.

Destas inquietações nasce um projeto de pesquisa vinculado à linha de pesquisa Práticas sociais, organizações e cultura do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Psicologia da UNISC, e ao Grupo de pesquisa Políticas públicas no tratamento dos conflitos (CNPq) do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNISC, intitulado “Práticas sociais no tratamento dos conflitos de parentalidades e conjugalidades: Psicologia e Direito na transformação dos contextos de violência e intolerância” (2019). Essa articulação entre projeto, linha e grupo se estende e contempla as práticas desenvolvidas no projeto de extensão “A crise da jurisdição e a cultura da paz: a mediação como meio democrático, autônomo e consensuado de tratar os conflitos”, por meio do qual realizamos sessões de mediação na Defensoria Pública do município de Santa Cruz do Sul. Além da mediação, outras práticas restaurativas estão agregadas ao projeto, tais como: oficinas de parentalidade, escutatórias, grupo reflexivo para homens que



respondem a processo Maria da Penha, grupo para mulheres, atividades propostas e desenvolvidas pelo CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) no Fórum de Santa Cruz do Sul. Este panorama mostra a teia que vincula a pesquisa com ensino e extensão, bem como diferentes programas de pós-graduação.

Finalizando

As paisagens dos modos de ser e viver dos sujeitos em contextos do interior, quando problematizadas a partir dos estudos de gênero e de diversidade, mostram-se dinâmicas e em transformação, permitindo reflexões complexas sobre a intrínseca relação entre o local e o global.

Através dos estudos de gênero e da inserção comunitária, fomos construindo uma rede de professores de diferentes campos disciplinares, com ações no ensino, pesquisa e extensão. Tais atividades extrapolaram o território da universidade e fizeram pontes com setores da saúde, educação, justiça e assistência do município de Santa Cruz do Sul, e também alguns de âmbito estadual. As questões de gênero puderam ser pautadas nas políticas públicas municipais, no setor cultural, no planejamento de serviços de atendimento às vítimas de violência de gênero e agressores, até o acesso da população LGTBTTQIA+ aos serviços de saúde.

Estamos no interior, mas em diálogos sem fronteiras, principalmente nas questões de gênero e diversidades. A continuidade das parcerias com pesquisador@s do NIGS é de fundamental importância para o fortalecimento das nossas ações, reinvenções e resistências.

Referências

PASSAMANI, Guilherme R. *Na batida da concha. Sociabilidades juvenis e homossexualidades reservadas no interior do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

SARAIVA, Eduardo S. *Paternidade e masculinidade: tradição, herança e reinvenção*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação,

Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

SARAIVA, Eduardo S. Encontros amorosos, desejos ressignificados: sobre a experiência do assumir-se gay na vida de homens casados e pais de família. In: GROSSI, Miriam P.; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). *Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SARAIVA, Eduardo S.; MENEZES, Ana Luisa T. de. Laboratório de práticas sociais (LAPS) – experiências de criação, intervenção e reinvenção. In: AREOSA, Silvia Virginia Coutinho (Org.). *Cenários de práticas em Psicologia*. Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.

SARAIVA, Eduardo S.; AVILA, Juliana S.; MASSMANN, Patrícia B.; SANTOS, Raphaela M.; MALLMANN, Tatiana W. Práticas restaurativas e violência de gênero. In: SARAIVA, Eduardo Steindorf; SPENGLER, Fabiana Marion (Orgs.). *Práticas restaurativas: da pesquisa à extensão universitária*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2021. p. 65-78.

SARAIVA, Eduardo S.; SCHWANTES, Helena; MESQUITA, Jordana S. Violência e mediação conjugal: desafios e (im)possibilidades. In: SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (Orgs.). *Heterocomposição e autocomposição no acesso à justiça*. 1. ed. São Carlos: Pedro & João, 2020. p. 137-159.

SARAIVA, E. S.; LANDIM, F. C. . Lélia Gonzalez: única e plural. In: Alonso Bezerra de Carvalho, Felipe Gustsack e José Alejandro Tasat. (Org.). *Pensar em movimento: pensadores americanos para a sala de aula*. 1ed. São Carlos: De Castro, 2021, v. 2, p. 31-35.

CULTIVANDO AS SEMENTES DO NIGS NO INTERIOR DO BRASIL: relatos de experiências de gênero em institutos federais



FRANCINE PEREIRA REBELO

Ainda na graduação, entre 2008 e 2009, me recorro dos rumores sobre a criação dos Institutos Federais. Lembro que, nos corredores do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), os alunos criticavam a construção de escolas com ensino técnico, visando apenas à “formação de mão de obra trabalhadora” e “sem senso crítico”. Naquela mesma época, eu era bolsista do Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades e confesso que participei pouco dos debates sobre a elaboração dos Institutos Federais.

Muitos anos depois, a história do NIGS e dos Institutos Federais se cruzaram na minha vida. Desde 2018, sou professora do Instituto Federal, primeiramente, como substituta no Instituto Federal de Goiás (IFG), na cidade de Anápolis, e, desde 2021, como efetiva no Instituto Federal do Amazonas (IFAM), atuando nas cidades de Lábrea e, atualmente, em Parintins.

No período de criação dos Institutos Federais, atravessávamos um momento de crescentes investimentos na Educação Federal e o cenário permitia críticas mais contundentes sobre a possibilidade de abertura de novas escolas e o ensino profissionalizante. No entanto, ao contrário do que propagavam meus colegas cientistas sociais, considero que, na prática, os Institutos Federais são um reduto de cidadania e de oportunidade real de renda e aprendizado para a população do interior do Brasil.

Em 2018, ano de eleição com vitória do presidente Jair Bolsonaro, eu iniciava meu trabalho como professora de Antropologia em Anápolis, município

com uma população majoritariamente conservadora, onde o presidente Bolsonaro recebeu aproximadamente 80% dos votos no segundo turno. Lecionando para alunas na Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio Técnico e Ensino Superior de Ciências Sociais, entre outros cursos, eu percebia, no IFG, um respiro ao entorno reacionário. Ainda que os servidores tivessem medo em relação ao futuro da instituição, eu compreendia o Instituto como um local de resistência ao conservadorismo, de liberdade de atuação profissional e de oportunidade para que, em uma cidade do interior, se pudesse discutir gênero, identidade de gênero e sexualidades. Vale mencionar que, ainda que seja considerada uma cidade interiorana, Anápolis tem aproximadamente 400 mil habitantes, sendo próxima a Brasília e Goiânia.

A experiência de ser professora em Anápolis foi muito desafiadora. O momento político e as discussões sobre o projeto “escola sem partido” e o “combate à ideologia de gênero” nas escolas traziam uma tensão prévia aos debates de gênero. Ainda assim, escolhi como tema de uma das disciplinas optativas que ofereci “Tópicos Especiais – Gênero e Antropologia”. A escolha foi inspirada pelos aprendizados com a professora Miriam Grossi e tempos de NIGS. Estavam matriculados na disciplina apenas dois alunos/as, pois apenas os discentes do último semestre de Ciências Sociais cursavam tópicos especiais. Na apresentação da disciplina, solicitei que os/as estudantes se apresentassem e ambos, um homem e uma mulher, relataram que eram pastores/as. Naquele momento, pensei: “como eu vou debater este tema com dois pastores?”.

No decorrer do curso, percebi que, na verdade, aprendi mais com os/as alunos/as do que eles/as comigo. Ambos eram motivados e engajados na disciplina, liam os textos, debatiam e traziam as reflexões para o seu cotidiano. Ao longo das aulas, mudei alguns textos do plano de ensino e inseri referências de uma disciplina que frequentei enquanto estudante da Universidade Federal de Santa Catarina, “História, Gênero, Religião e Teologia Feminista”, ministrada pela professora Claudete Beise Ulrich, em 2008. Considero que meu encontro com estes/estas discentes foi muito significativo e recordo desta turma com muito carinho. Lembro-me, ainda hoje, da alegria que senti quando um dos pastores me disse que usou as discussões da aula em uma de suas pregações, falando da importância da equidade de gênero e que Jesus era, ele mesmo, um defensor da igualdade entre homens e mulheres.

Ainda enquanto professora do IFG, ajudei na organização da Semana da Mulher, em maio de 2019, com uma série de debates, discussões, palestras e oficinas. Encontrei no Instituto uma possibilidade real de reflexão sobre questões



de gênero e feminismo. Destaco as oficinas e conversas exclusiva com mulheres adolescentes do Ensino Médio, onde pudemos compartilhar nossos medos e experiências de vida, ressaltando a importância da união e amizade entre as meninas, ainda que a competitividade entre nós se apresentasse, por vezes, como o caminho mais fácil. Além disso, a atuação das alunas era muito significativa, com destaque para o Coletivo Feminista Manas e sua intensa atuação em Anápolis e no campus do Instituto Federal de Goiás.

Minha primeira experiência docente foi no Instituto Federal e, desde então, tenho imensa – e crescente – admiração pela rede técnica federal. Alguns anos depois, assumi como professora efetiva de Ciências Sociais no Instituto Federal do Amazonas, campus Lábrea. Neste campus, entendi o real significado do impacto dos IFs no interior do país. Lábrea é uma cidade no interior do Amazonas, ao final da Transamazônica, e com pouco menos de 50 mil habitantes. O acesso à cidade é por via fluvial – com uma viagem de aproximadamente sete dias de Manaus, a depender da época do ano e das cheias do rio; por avião, com ofertas de voos semanais – porém com frequentes cancelamentos; ou por terra, com trechos não trafegáveis durante um considerável período do ano. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (PNUD/2010) da cidade é 0,531, considerado baixo¹.

Sendo o índice de educação e a taxa de escolarização componentes do IDH, é mais que evidente a importância dos Institutos Federais no interior do Amazonas. Os recursos do governo federal direcionados para o interior representam uma significativa oportunidade para a população labrense, marcadamente carente e com pouco acesso às políticas públicas. Foi uma grande alegria receber a notícia, ao final do ano letivo, de que alguns/algumas alunos/as, ainda que exceções, tinham conseguido acessar o Ensino Superior.

No breve período em que estive no município de Lábrea, busquei inserir a temática de gênero no conhecido “tripé acadêmico”: ensino, pesquisa e extensão. Assim, além da inclusão dos debates de gênero na grade curricular com as turmas de Ensino Médio, desenvolvi dois projetos relacionados à temática: o primeiro no eixo da extensão e o segundo no eixo da pesquisa, ambos dialogando com a realidade local.

¹ A título de comparação, segundo dados do IBGE de 2010, Lábrea ocupa a posição número 5390 no ranking de IDH dos municípios do Brasil. Melgaço, no Pará, cidade com o IDH mais baixo do Brasil, ocupa a posição número 5565. Florianópolis é o município com o 3º lugar no ranking de melhor IDH do Brasil.

O primeiro projeto, intitulado “Mulheres indígenas expedicionárias: atuação em ações de proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato do sul do Amazonas”, foi desenvolvido no mês de outubro de 2021 e coordenado por mim, em parceria com o servidor da FUNAI e indigenista atuante na Frente de Proteção aos povos indígenas isolados e de recente contato, Daniel Cangussu, além do bolsista de extensão Francisco Henrique Inácio de Souza, estudante do Ensino Médio e indígena da etnia Apurinã. Tratou-se de um projeto de extensão² para oferta de um curso de preparação e qualificação para mulheres indígenas comporem equipes de expedição junto aos povos indígenas isolados e de recente contato, visando à inclusão de mulheres nas atividades de expedição e mobilizando, por meio da participação feminina, novas perspectivas no monitoramento dos povos isolados. Participaram do curso quinze mulheres indígenas, das etnias Paumari, Apurinã, Jarawara e Juma.

Além disso, estou coordenando também um Projeto de Iniciação Científica, PIBIC Jr.³, intitulado “Mães adolescentes e desafios educacionais: uma análise do Ensino Médio do IFAM campus Lábrea”, com a participação da bolsista Maria Fernanda Braga de Souza, discente do Ensino Médio Técnico e mãe. A pesquisa tem como objetivo mapear e traçar um perfil das adolescentes mães/gestantes alunas do Ensino Médio do IFAM campus Lábrea, destacando os seus desafios e possibilidades educacionais. Até o momento, oito alunas do Ensino Médio, com idade entre 14 e 18 anos, participaram da pesquisa. Os dados coletados apontaram que a gravidez na adolescência é realidade para um número significativo de estudantes labrenses, concluindo pela necessidade de iniciativas concretas do Instituto Federal para o acompanhamento das mães adolescentes, evitando a evasão escolar.

Na ocasião dos 30 anos do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, afirmei que o “feminismo é um caminho sem volta e o NIGS foi a linha de partida”. Nestes quase quinze anos desde minha iniciação no Núcleo, considero

² Este projeto de extensão foi efetivado a partir da aprovação no “Edital nº 05 de 2021 – PROEX/IFAM, para apresentação de propostas para projetos de empoderamento de mulheres por meio de cursos FIC (Cursos de Formação Inicial e Continuada)”.

Mais informações sobre este projeto podem ser encontradas em duas reportagens realizadas sobre o curso. Primeiramente, na reportagem intitulada “Falta representatividade feminina nos órgãos de proteção aos povos originários” de 2021 e também na reportagem intitulada “A vez das expedicionárias” de 2022.

³ Este projeto de iniciação científica foi efetivado a partir da aprovação no “Edital 004/2021/DPI/PPGI/IFAM/IC”, de 2021.



que todas minhas frentes de atuação foram marcadas pela perspectiva teórica de gênero e do feminismo. O NIGS está presente – direta ou indiretamente – em todos os trabalhos relatados neste texto. A interiorização das universidades e a criação dos Institutos Federais têm sido uma possibilidade de reproduzir os aprendizados do campo dos estudos de gênero em novas localidades, considerando os/as diferentes sujeitos/as, estudantes e comunidade escolar e cultivando em outras terras as sementes do NIGS.

Referências

DUARTE, Laís. A vez das expedicionárias. *Elástica*, Abril, 30 maio 2022. Disponível em: <https://elastica.abril.com.br/especiais/mulheres-indigenas-povos-isolados-expedicao-amazonia/?fbclid=IwAR1mlVMiIHdWZXdL-FFZf16pg3o-V9FaImyIkavmdQ8GWPU-9HzB6RiVQ-gs> . Acesso em: 31 maio 2022.

TV CULTURA. Falta representatividade feminina nos órgãos de proteção aos povos originários. Jornalismo TV Cultura. *YouTube*, 22 dez. 2021. Disponível em: youtu.be/fwB7Grn3Wxg. Acesso em: 31 maio 2022.

GÊNERO NA ZONA DA MATA MINEIRA



MARCELO JOSÉ OLIVEIRA

Relatos de Viagens

Em janeiro de 2010, tomei posse na Universidade Federal de Viçosa – UFV, Minas Gerais, Zona da Mata Mineira; em meio a uma bolsa de pesquisa de pós-doutoramento – iniciado em 2009 – com o mote em Gênero, Trabalho e Migração Internacional¹. Em pleno campo de pesquisa, vi-me às voltas com a interiorização de minha mobilidade nacional de retorno. Aporto no Departamento de Ciências Sociais da UFV com a bagagem de formação em Ciências Sociais e Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Com a experiência de formação em Gênero a partir das disciplinas ministradas pela professora Miriam P. Grossi, também orientadora no doutorado (OLIVEIRA,

¹ O trabalho de pesquisa contou com a orientação e supervisão da Profa. Dra. Carmen S. Rial, e coorientação da Profa. Dra. Miriam P. Grossi. À época, ambas titulares no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil). E, na Espanha, sob supervisão do Prof. Dr. Francisco Sacristan Romero, vinculado à *Universidad Complutense de Madrid*. Expresso meus agradecimentos às pessoas e instituições supramencionadas, por me concederem todo o apoio, e à Universidade Federal de Viçosa – MG, em especial ao Departamento de Ciências Sociais, pelo apoio ao projeto. Os resultados da pesquisa foram apresentados em dois congressos internacionais com os títulos “Maria: migração internacional de empregadas domésticas brasileiras”, no II Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2011, Salvador; e “Maria”, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diáspora, diversidades, deslocamentos, 2010, Florianópolis. Com publicação nos anais de ambos os eventos.



2008), e de minha participação junto a atividades do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – NIGS, do qual ainda faço parte.

A oferta de cursos da Instituição conta com larga tradição de seus Centros de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde, Exatas e Tecnológicas e de Ciência Humanas, Letras e Artes (CCH). O Departamento de Ciências Sociais (DCS), pertencente ao CCH, foi criado no ano de 2008. Assumo posto no DCS como Professor Adjunto, hoje na condição de Associado II, envolvendo-me com disciplinas de Teoria Antropológica, Antropologia Brasileira, Antropologia da Saúde, Antropologia Visual, Etnografia e Métodos, Sociologia, Metodologia Qualitativa, Práticas de Ensino em Sociologia, entre outras, tanto no curso de CS, além das disciplinas para outros cursos, sendo que o tópico Gênero, na maioria das vezes, faz parte das unidades dos Programas de Ensino. Desde 2011, tenho também atuado como coordenador da área de Sociologia no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Na Extensão universitária, coordeno projetos de relacionados a Comunidades Tradicionais, Populações Afrodescendentes, Memória Social e Patrimônio Cultural na Região da Zona da Mata Mineira, campo no qual também direciono projetos pesquisa. Já atuei em mandatos de coordenador de curso e chefe de Departamento. Em todas as instâncias, o tema Gênero urge nos mais diversos espaços de relações, sendo institucionalmente latente, quando não premente, seja por demanda em termos de debates e cursos de formação, seminários e programas de especialização, na falta, ainda hoje, de um programa de pós-graduação consolidado². Entre as atividades de extensão propostas com a temática Gênero, realizamos, em junho de 2011, em parceria com o Departamento de Economia Doméstica, uma mesa-redonda que foi marco no DCS e sucesso de público para além do CCH. Evento de duração de dois dias, intitulado “Ciências Sociais e Educação em debate: perspectivas em gênero”, tendo como principal palestrante Profa. Miriam P. Grossi. Na época, contamos com mais dois integrantes da Equipe NIGS, Felipe Fernandes e Patrícia Rosalba, como cursistas, juntamente com Miriam Grossi, ministrando oficinas intituladas “Gênero e Relações de Poder”, ocorridas na manhã que sucedia ao evento, assim, na oferta de um “pacote completo”, também lotando as salas de oficina. A partir deste evento, outros ocorreram por demanda interna do próprio Departamento, seguindo então outros desdobramentos acadêmicos. E em dezembro de 2013 saio para outra bolsa de pós-doutorado no exterior (PDE- CNPq). Assim,

² Levando em consideração que lidamos, atualmente, com uma política de Educação nas universidades públicas que pouco faz para esta agenda de formação e com vultosos cortes de verba para este setor.

em março de 2014, desloco-me para Lisboa, junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – ICS/UL. O projeto aprovado intitula-se “Internacionalização Profissional e Trans-Nacionalização de Lares: estratégias e percursos de mobilidade da empregada doméstica brasileira como trabalhadora estrangeira em Portugal”³. O mesmo teve como meta desenvolver investigação etnográfica sobre a presença da trabalhadora brasileira no setor de serviço doméstico em Portugal. Foram dez meses de intenso trabalho de investigação etnográfica, centrado nos dados documentais, na literatura especializada, na mídia impressa e nos percursos sociais destas trabalhadoras em Portugal, detectando contextos de segurança e riscos de precarização profissional e vulnerabilidade social.

De retorno ao Brasil ao final do ano de 2014, retomo a agenda de disciplinas, projetos de Ensino, pesquisa e extensão, agora mais atento às questões de Gênero na temática Povos Tradicionais, Memória Social, Populações Afrodescendentes e Quilombolas, Cultura Popular e Festejos de Congado à Nossa Senhora do Rosário, espaços de campo nos quais é perceptível cada vez mais o protagonismo feminino “nativo”.

Relatos do Campo

A centralidade nas cerimônias e festividades do Congado surge como dado iminente por sua clara evidência na região da Zona da Mata Mineira, levando-nos a seguir suas pistas no tocante aos conhecimentos praticados, notadamente vinculados à tradição étnica afro-brasileira, e sobre certo protagonismo feminino. Como foco temático em aspectos observáveis, delimitamos as performances em torno dos mitos e ritos relacionados às festividades de Nossa Senhora do Rosário e Congado, como um sistema ritual que reza católico, dança tribal e entoação num misto melódico oriundo de cultos afro-brasileiros, sendo a figura de Maria a representação de fé, de obstinação e resignação. Trata-se de um sistema ritual representado em atos, como peças, compondo dramaturgia que encena tempos coloniais, reproduzindo valores religiosos (católicos) e políticos que legitimaram a subjugação de povos africanos escravizados, ao mesmo tempo que se

3 Agradeço à Professora Cristiana Bastos, que gentilmente me recebeu e atuou como supervisora da pesquisa. Os resultados da pesquisa foram apresentados na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia (2016) e no 13º Congresso Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero (2017), ambos com publicação em anais.



presta como manifestação de resistência destes povos, porque encontravam no Congado uma forma de organização social e política (BASTIDE, 1971) que lhes confere certa autonomia em termos dinâmicos e de identidade étnica afirmada e reinventada. As festividades de Nossa Senhora do Rosário na Zona da Mata, que têm seu ponto alto no mês de outubro, envolvem novena, cortejos, encenação de coroação de rei e rainha em representação da corte portuguesa e procissão em culto à Nossa Senhora do Rosário. A narrativa de moradoras e moradores na região é repleta de falas sobre “trabalho duro” pela sobrevivência, de resistência ao preconceito racial, e de conquista de espaços de expressão por meio da prática do Congado, seja na fé ou na organização da vida cotidiana, seja na família, no trabalho, no cultivo da terra, no lazer... na casa, na rua, no templo. Foi neste contexto que investimos no levantamento e registro destas narrativas em torno do festejar e dançar o Congado, do contar suas histórias, de maneira que pudéssemos nos aproximar do imaginário que marca um contexto de cultura regional, tendo como protagonista as mulheres. A figura terrena e central em toda a festividade é a Rainha, como liderança e articuladora da comunidade no período de seu reinado, de duração de um ano, até a entrega da coroa para a próxima postulante. O rei? Um coadjuvante. O Congado se mantém por tradição de relações de parentesco e vizinhança de grupos de famílias que mantêm laços de solidariedade e comprometimento que marcam um estilo de vida e uma visão de mundo. Participar do Congado envolve uma disciplina, em respeito e devoção à Nossa Senhora do Rosário, como um “marianismo”. O rei e rainha congos configuram personagens de destaque em detalhes de posturas, adornos e lisura moral. O ciclo ritual opera um imaginário que representa o encontro entre dois mundos, o “civilizado” e o “selvagem”, politicamente mediado pelo pensamento religioso católico, definindo aspectos históricos da confrontação com as tradições religiosas africanas. Neste contexto, o Congado não remete ao exotismo de um povo pela alegoria que conta, canta, dança e acredita, mas, sim, funda-se no sincretismo pelo experimento da resistência a um mundo opressor, onde o Congado reivindica identidade étnica, tendo o quilombo como sua representação social máxima. Um dos desafios sobre a interpretação do Congado é a sua problematização enquanto movimento de resistência cultural e política, articulando sentidos que se estendem para além do Congado em modos de fazer vizinhança e alianças comunitárias, envolvendo práticas de parentesco consanguíneo, por afinidade e espiritual, tendo as mulheres papel central nesta articulação. Por exemplo, em uma das Associações Quilombola com que temos contato, e atuamos como colaboradores, a gestão é totalmente de jovens mulheres, filhas de mães atuantes nas comunidades. E é nesta agenda que estamos mergulhados, com *locus* na Zona da

Mata Mineira e no Vale do Jequitinhonha – MG, também repensando a inserção etnográfica, afeitos ao campo teórico-metodológico da Antropologia Visual, sobre as possibilidades e limites do recurso da imagem e suas tecnologias de captação, registro e interações de campo⁴.



Figura 1 – Festa de Nossa Senhora do Rosário em Distrito de Airões – MG (2017)

Registro de campo (Créditos: Leandro Oliveira).

Referências

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

OLIVEIRA, Marcelo J. *Entre Amigos: Antropologia da homosociabilidade masculina em camadas populares na periferia metropolitana da Grande Florianópolis*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

⁴ Sobre esta experiência de pesquisa, no ano 2017, lançamos um filme documentário, com vislumbre etnográfico. Trata-se de um curta-metragem intitulado “Soldados de Maria”, que pode ser acessado no link <https://www.youtube.com/watch?v=AksC1WZq1q4&t=20s>.

DESAFIOS NA INTERIORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM GÊNERO EM SANTA CATARINA



MARELI ELIANE GRAUPE

TÂNIA WELTER

Fomos desafiadas a refletir sobre formação feminista no espaço público a partir de nossas experiências como docentes em instituições educacionais. Buscamos seguir, como egressas do NIGS, os princípios fundantes da produção de conhecimento feminista que envolve a articulação entre teoria e *práxis*, que se faz de forma coletiva, solidária e crítica (GROSSI; WELTER; BONETTI, 2021, p. 11). Optamos por seguir os ensinamentos da metodologia pós-construtivista (GROSSI, 2012)¹ e o entendimento de que o conhecimento é construído na troca e interação entre as pessoas. Nesta metodologia, todas as pessoas aprendem e ensinam (FREIRE, 1987) e são corresponsáveis pelo processo.

Na nossa compreensão, um dos principais objetivos da teoria e metodologia feminista é compreender as razões históricas, sociais e culturais da opressão e exploração das mulheres, desafiando a reflexão junto com estudantes e profissionais e construindo coletivamente estratégias de superação e enfrentamento dessa situação.

¹ Entrevista sobre “O método pós-construtivista” com Esther Pillar Grossi publicada em GEEM-PA, 2012. Disponível em: <http://geempadc.blogspot.de/2012/03/esther-pillar-grossi-o-metodo-pos.html>.

Aprendendo e ensinando no NIGS

Nos conhecemos em Florianópolis, em 2011, durante estágio de pós-doutoramento que realizamos no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) com a supervisão da professora Miriam Pillar Grossi². Logo nos aproximamos e nos identificamos nos interesses por gênero e educação. Antes deste momento, Tânia Welter atuava como professora das disciplinas de Ciências Sociais na educação básica e no ensino superior de Santa Catarina e Mareli Graupe realizava sua formação em nível de pós-graduação em Educação no Brasil e na Alemanha.

Tânia iniciou sua atuação como professora da educação básica pública nas disciplinas de Ciências Sociais no fim da década de 1980 e se aproximou das temáticas de gênero na especialização em Educação Sexual, realizada na década de 1990. Esta temática integrou sua atuação como professora a partir de então. Entre 2007 e 2009, participou de duas pesquisas sobre gênero e sexualidade em escolas públicas de várias regiões do estado de Santa Catarina, realizadas pela equipe do NIGS e coordenadas pela professora Miriam Grossi³. A partir destas pesquisas e da constatação de que pouco se abordava as temáticas de gênero e sexualidade nas escolas, o NIGS iniciou uma nova linha de investigação, diretamente articulada com projetos de intervenção junto a estudantes e de formação de professoras e profissionais de escolas públicas. Surgiu, assim, o Projeto de extensão “Papo

² Mareli Graupe realizou dois estágios de pós-doutoramento entre 2011-2012: 1) “Contribuições e impacto do GDE na Educação Básica de Santa Catarina no Programa”, em 2011, junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), com bolsa do Programa REUNI; 2) “Contribuições do Curso de formação a Distância Gênero e Diversidade na Escola – GDE e o Projeto Papo Sério nas discussões sobre gênero e sexualidades nas escolas”, realizado em 2012, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), com bolsa do Programa PNPd-CAPEs. Tânia Welter realizou três estágios de pós-doutoramento entre 2010 e 2016: 1) “Diversidade religiosa e diversidade sexual no Ensino Religioso do sul do Brasil”, desenvolvido com recursos do CNPq (bolsa PDJ) junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), realizado entre outubro de 2010 e fevereiro de 2012; 2) “Antropologia, gênero, educação e políticas públicas”, realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), entre fevereiro a agosto de 2015 e 3) “Gênero, Educação e Políticas Públicas”, realizado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), entre agosto e dezembro de 2016.

³ Para conhecer mais sobre estes projetos, ver Grossi, Fernandes e Cardozo (2017).



Sério – Gênero, Antropologia e Educação”⁴, que visava à realização de oficinas sobre gênero, sexualidade e violência em escolas da Grande Florianópolis, e o curso de formação a distância, direcionado a professoras e profissionais da educação básica – Gênero e Diversidade na Escola –, mais conhecido como GDE⁵.

De forma semelhante, Mareli iniciou sua atuação como professora da educação básica e se aproximou das temáticas de gênero e sexualidade no campo educacional na década de 1990, durante a graduação em Pedagogia.

Durante os estágios de pós-doutoramento, tivemos a oportunidade de atuar como professoras, pesquisadoras,icineiras e autoras de materiais didáticos nos dois projetos mencionados – Papo Sério e GDE, e de implantar o projeto de iniciação científica de estudantes do Ensino Médio (2010). Foram experiências revolucionárias para todas as pessoas que participaram dela, desde estudantes de ensino médio de escolas públicas da Grande Florianópolis, até estudantes de graduação, pós-graduação e profissionais da educação.

No NIGS, tivemos o privilégio de organizar, participar e coordenar inúmeros projetos, eventos e formações, em diálogo com a professora Miriam Pillar Grossi e a equipe multidisciplinar composta por estudantes de diferentes níveis de ensino (ensino médio, graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado) e de várias áreas do conhecimento (Pedagogia, Fisioterapia, Museologia, Antropologia, Psicologia, Direito, Saúde, Serviço Social, Ciências Sociais, entre outras). Nenhuma de nós imaginava o quanto estas experiências, vividas de forma coletiva e plural, iriam nos envolver e afetar. Com a Rede NIGS, tivemos contato com novas teorias e metodologias feministas, reforçamos e ampliamos nossos contatos, aperfeiçoamos nossas práticas docentes e de pesquisa, entendemos a importância da teoria e da *práxis* na ação feminista e a necessidade de extrapolar os muros da universidade.

⁴ O Projeto Papo Sério, principal projeto de Extensão do NIGS, foi realizado entre 2007 e 2015, com cinco eixos de atuação: 1) Oficinas nas escolas; 2) Concurso de Cartazes sobre Homo-Lesbo-Transfobia e Heterossexismo nas Escolas; 3) Realização de eventos de datas comemorativas e de lutas contra discriminações no campo dos estudos de gênero e sexualidades; e 4) Iniciação Científica no Ensino Médio e 5) Oficinas de formação da equipe de bolsistas do projeto intituladas “Corpo, performance e gênero”. Mais informações sobre este projeto, ver Grossi e Welter (2021).

⁵ Entre 2009 e 2016, foram realizadas três edições do GDE na UFSC, envolvendo centenas de profissionais da educação das redes públicas municipais, estaduais e federais do estado de Santa Catarina. Duas no formato aperfeiçoamento (2009 e 2012/2013), com 200 horas de formação, no período de 4 (quatro) meses, e outra no formato especialização, com 420 horas, no período de 24 meses (2015/2016). Para uma reflexão sobre este projeto, ver Graupe e Grossi (2014).

Da capital para o interior

Ter atuado como docente, pesquisadora e extensionista no NIGS, em Florianópolis, certamente nos qualificou para assumir, em 2012 e 2013, os cargos de professoras doutoras em cidades do interior de Santa Catarina. Tânia assumiu como professora adjunta na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Chapecó⁶, e Mareli na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), em Lages⁷.

Estas experiências foram fundamentais para que Tânia criasse e coordenasse, entre 2012 e 2014, na UFFS, dois importantes programas de formação. O primeiro, Programa de Iniciação à Docência em Ciências Sociais (PIBID – Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação), envolveu, como bolsistas, uma professora da UFFS, um professor de Sociologia da Educação Básica e catorze estudantes da Licenciatura em Ciências Sociais da UFFS⁸. O segundo, Programa de Iniciação Científica Júnior (PIBIC-EM/CNPq) – Projeto “Antropologia, Educação e Diversidade – Iniciação Científica no Ensino Médio”, envolveu duas professoras da UFFS, dez (10) estudantes da Licenciatura em Ciências Sociais da UFFS e dez (10) estudantes de Ensino Médio de quatro escolas da educação básica pública de Chapecó⁹.

Foram fundamentais para que Mareli criasse e coordenasse o grupo de pesquisa “Gênero, Educação e Cidadania na América Latina” (GECAL/UNIPLAC), em Lages. Entre 2013 e julho de 2022, integraram o GECAL trinta e seis (36) estudantes de mestrado, trinta (30) estudantes de iniciação científica em nível de graduação, seis (6) estudantes de iniciação científica em nível de ensino médio, sete (7) professoras de graduação da UNIPLAC, cinco (5) professoras da educação básica e três (3) professoras doutoras de outras instituições. Por sua importante atuação, o GECAL ocupa uma cadeira no Conselho dos Direitos da

⁶ A cidade de Chapecó está localizada na região oeste de Santa Catarina, distante 550 quilômetros da capital, Florianópolis.

⁷ A cidade de Lages está localizada na região serrana de Santa Catarina, distante 225 quilômetros da capital, Florianópolis.

⁸ Para uma reflexão sobre este projeto, ver Welter e Brighenti (2017). Este projeto foi coordenado por Tânia Welter e o professor da educação básica Tarcísio Brighenti.

⁹ Para conhecer mais sobre este projeto, ver Welter, Lewer, Ames (2017). Este projeto foi coordenado pelas professoras da UFFS Tânia Welter e Maria Alice Canzi Ames, e pelo estudante da Licenciatura em Ciências Sociais Rafael Fernando Lewer.



Mulher de Lages desde 2017. São recorrentes as atividades que o GECAL realiza em parceria com outras instituições de ensino superior e da educação básica de Santa Catarina, do Brasil e exterior, com instituições públicas como o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a entidade SOS Lady, a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Movimentos das Mulheres Camponesas. O GECAL integra a RED LIESS (Laboratório Ibero-Americano para o Estudo das Sexualidades) desde 2014, tendo realizado importantes intercâmbios internacionais.

Ter atuado no NIGS foi decisivo para que a UFFS e a UNIPLAC fossem inseridas no projeto “Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina”, realizado entre 2013 e 2016 com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina (FAPESC/CNPq). Durante quatro anos, o projeto chancelou, equipou e apoiou a realização de pesquisas, publicações, criação de núcleos, organização e realização de eventos, e participação em eventos no Brasil e exterior, de estudantes e profissionais da educação básica e superior vinculados ao GECAL/UNIPLAC (Lages), ao Grupo Educação, Infância e Gênero (GEDIG/UNISUL, Tubarão), ao PIBID e PIBIC-EM da UFFS e ao NIGS/UFSC. Foram envolvidas nas atividades do projeto 140 pesquisadoras (professoras, estudantes e consultoras) vinculadas às quatro instituições de ensino superior de Santa Catarina – UFSC, UFFS, UNIPLAC, UNISUL – e a outras instituições do Brasil e exterior¹⁰.

Desafios da formação feminista no interior

São inúmeros os desafios da formação feminista no interior, tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Um dos desafios é garantir o acesso de estudantes a uma formação ampla, considerando suas condições de vida como trabalhadores e trabalhadoras, com tripla jornada, sem tempo, nem recursos financeiros para estudar. Como atender às exigências próprias do mundo acadêmico (leituras, discussões, estudos, participação em eventos científicos, dedicação ao estudo) com estas condições?

Outro desafio enfrentado, especialmente nos últimos anos, foi abordar temáticas como feminismos, gênero e sexualidades, considerando as políticas e

¹⁰ Para conhecer os resultados deste projeto, ver Welter, Grossi e Graupe (2017).

os ataques neoconservadores realizados pelos movimentos antigênero¹¹. Em diversos momentos, fomos advertidas de que deveríamos evitar o debate de “certos temas” em atividades na educação básica e no ensino superior. Este exemplo indica que não temos a liberdade de cátedra na “prática”, como é assegurado na legislação brasileira e educacional.

Formações e pesquisas em rede

Entendemos que a realização de projetos de pesquisa e extensão na universidade e nas escolas de educação básica, especialmente interinstitucionais, com financiamento e envolvendo instituições públicas e comunidade, contribui na reflexão e na produção de conhecimentos sobre as desigualdades sexuais e de gênero, nos processos de enfrentamento às violências e de luta por uma vida sem violação dos direitos humanos. Entendemos, também, que a realização e participação de atividades acadêmicas é uma estratégia potente no processo de interiorização da formação feminista, especialmente em locais onde o índice de feminicídio e de violência contra as mulheres e a população LGBTQIA+ é alto, como Lages e Chapecó.

Apenas para exemplificar, vamos citar alguns eventos e projetos organizados e coordenados por nós em Lages e Chapecó. Entre 2013 e 2017, foram realizados diversos cursos de extensão e eventos de formação sobre diversidades e educação envolvendo as comunidades universitárias, mais de uma centena de integrantes do Projeto “Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina”, estudantes e profissionais da educação básica. Além de especialistas do Brasil, os eventos envolveram integrantes da Red LIESS, especialmente da Espanha, como Rafael Cáceres Feria (Universidad Pablo de Olavide) e Begoña Sánchez Torrejón (Universidade de Cádiz).

A partir da solicitação de gestoras de escolas, foram realizadas, nos anos de 2014 e 2015, trinta e sete (37) palestras sobre gênero, educação, sexualidades, direitos humanos e enfrentamento de violências nos municípios de Lages, São Joaquim e Bom Retiro, para professoras/es da educação básica, estudantes e famílias. Em 2015, foram realizados dois minicursos sobre gênero e educação para

¹¹ Sobre este movimento internacional, ver <https://stringfixer.com/pt/Anti-gender-movements>. Acesso em: 13 jul. 2022.



estudantes das licenciaturas na UNIPLAC, visando à redução de violências nas escolas.

Entre 2014 e 2015, foi realizado, com recursos da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Petrobrás, o projeto “Mulheres nos cursos de Engenharias na UNIPLAC/SC: promoção da igualdade de gênero”. Além da pesquisa, foram realizadas oficinas na Escola Estadual de Educação Básica Vidal Ramos Júnior, em Lages, corresponsável pelo projeto. Este projeto envolveu quatro (4) bolsistas mulheres de Ensino Médio, uma professora da educação básica (bolsista com licenciatura em Matemática) e em torno de 300 estudantes da escola.

Entre 2016 e 2017, foram realizadas, com recursos do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU)¹², as pesquisas “Políticas públicas de gênero: uma análise dos currículos de Graduação e Pós-Graduação no Estado de Santa Catarina” e “Violência educacional nas escolas municipais e estaduais de Lages”. Nestas pesquisas, foram envolvidas seis (6) estudantes de graduação, quatro (4) mestrandas e duas (2) professoras doutoras.

Mareli Graupe atuou como coordenadora local do projeto internacional e multissituado “Judicialização da violência de gênero e difusão de práticas alternativas de justiça, numa perspectiva comparada entre Brasil e Argentina” (2018 e 2020). O foco central deste projeto foi a judicialização e as práticas alternativas de produção de justiça no campo da “violência de gênero”, com a finalidade de colaborar com a definição de diretrizes para a formulação de políticas públicas voltadas à área.

Em 2021, iniciou outro projeto interinstitucional e multissituado, coordenado por Mareli, envolvendo professoras de três (3) universidades e um instituto de Santa Catarina: Mareli Eliane Graupe (UNIPLAC), Miriam Pillar Grossi, Luciana Patrícia Zucco, Teresa Kleba Lisboa e Ingrid Regina Bragagnolo (UFSC), Vera Márcia Marques Santos e Gabriela Maria Dutra de Carvalho (UDESC) e Tânia Welter (Instituto Egon Schaden). Trata-se do projeto “Enfrentamento de Violências nas Escolas de Santa Catarina: Inovações Educacionais no Contexto

¹² “O UNIEDU é um programa do Estado de Santa Catarina, executado pela Secretaria de Estado da Educação (SED), por meio da Diretoria de Planejamento e Políticas Educacionais – Gerência de Planejamento e Gestão, que agrega diferentes programas de bolsa fundamentados pelos Artigos 170 e 171 da Constituição Estadual, para atendimento a estudantes da educação superior”. Mais informações sobre o programa, ver: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

da Pandemia/Covid-19 (2021-2023)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESC).

Buscando concluir

Em síntese, nossa formação no NIGS e a integração de nossos grupos de pesquisa à Rede NIGS, formada por especialistas e profissionais atuando em todas as regiões do Brasil e do exterior, nos qualificou e possibilitou realizarmos inúmeras atividades de formação, contribuir na construção de saberes feministas e encontrar formas de enfrentamento às violências de gênero, especialmente no campo educacional. A produção de conhecimento e atuação em rede certamente contribui na constituição de uma cultura dos direitos humanos.

Inspiradas também pela pedagogia feminista¹³, buscamos promover conjuntamente ações acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, em parceria com organizações e entidades da sociedade civil, instituições públicas e escolas de educação básica. A formação ampla inclui conhecimentos teóricos e metodológicos, engajamento, ativismo, planejamento e avaliação constante.

Para que possamos avançar na interiorização da formação feminista em contextos neoconservadores, será necessário lutar por financiamento de projetos de pesquisa e extensão e pelas parcerias interinstitucionais com universidades públicas e reconhecidas nestas temáticas, como é o caso do NIGS, sediado na UFSC.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAUPE, Mareli E.; GROSSI, Miriam P. Superando obstáculos: a implementação do GDE em Santa Catarina. Gênero e Diversidade na Escola. *In*: GARCIA,

¹³ A pedagogia feminista valoriza “o trabalho coletivo, comunitário e cooperativo facilitando o desenvolvimento de uma solidariedade feminina, oposição ao espírito de competição e o individualismo dominante na sala de aula tradicional” (SILVA, 2002, p. 97).



Olga Regina Z.; GROSSI, Miriam P.; GRAUPE, Mareli E. (Orgs.). *Desafios da formação em Gênero, Sexualidades e Diversidades Étnico-raciais em Santa Catarina*. Tubarão: Copiart, 2014.

GROSSI, Miriam P.; WELTER, Tânia (Orgs.). *Oficinas de Gênero, Sexualidade e Violências: Metodologia de Formação Feminista*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021.

GROSSI, Miriam P.; WELTER, Tânia; BONETTI, Alinne de L. Conhecimento não se produz solitariamente. In: GROSSI, Miriam P.; WELTER, Tânia (Orgs.). *Oficinas de Gênero, Sexualidade e Violências: Metodologia de Formação Feminista*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021.

GROSSI, Miriam P.; FERNANDES, Felipe B. M.; CARDOZO, Fernanda (Orgs.). *Sexualidade, Juventude e Representações Docentes: Uma etnografia da educação básica em escolas públicas de Santa Catarina*. Florianópolis/Tubarão: Tribo da Ilha/Copiart, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam P.; GRAUPE, Mareli E. (Orgs.). *Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina*. Tubarão/Florianópolis: Copiart/Mulheres, 2017.

WELTER, Tânia; BRIGHENTI, Tarcísio. Reflexões sobre experiências de ensino em Ciências Sociais na educação básica em Chapecó, Santa Catarina. In: WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam P.; GRAUPE, Mareli E. (Orgs.). *Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina*. Tubarão/Florianópolis: Copiart/Mulheres, 2017.

WELTER, Tânia; LEWER, Rafael F.; AMES, Maria Alice C. Reflexões sobre os desafios e experiências do projeto de iniciação científica no ensino médio da UFFS, Santa Catarina. In: WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam P.; GRAUPE, Mareli E. (Orgs.). *Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina*. Tubarão/Florianópolis: Copiart/Mulheres, 2017.

METODOLOGIAS FEMINISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO em uma universidade no centro-oeste



MARINÊS DA ROSA

Introdução

O artigo versa sobre a relação entre os Estudos de Gênero e Sexualidades junto à Universidade Estadual do Mato Grosso, situada no interior da região centro-oeste, e as experiências em “práticas” de “extensão”, elaboradas no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC), especificamente as abordagens “metodológicas feministas”.

Ao tensionar a reflexão sobre a importância da “extensão universitária” com destaque para “metodologias de intervenção” e ação criadas neste importante objetivo da universidade que é a formação profissional, geração e disseminação de novos conhecimentos, é necessário considerar as referências conceitual e prática adotadas, já que interferem expressivamente no “pensar” e no “fazer” dentro e fora da Universidade, sobretudo em instituições interioranas. Da mesma maneira, a abordagem dessas práticas sob as perspectivas dos “Estudos Gênero e sexualidades” requer noções de “interdisciplinaridade”, como alternativa de diálogo, ponderando o custoso e complexo espaço para estes assuntos, especialmente, nos últimos anos de enfrentamento e lutas em defesa da Diversidade e Direitos Humanos em nosso país.



A dialogicidade como estratégia na relação entre interdisciplinaridade e prática de extensão

Discutir a universidade a partir de seus objetivos básicos de formação humanística, de geração e de disseminação de conhecimentos passou a ser uma inquietação constante em minha trajetória acadêmica de atuação interdisciplinar, por dois motivos. Primeiro, parto do princípio de que refletir sobre essa atitude metodológica é um desafio pertinente e constante na prática docente na UNEMAT, pois ela acontece como prática da “dialogicidade”, inclusive, porque não havia/há outra maneira de “pensar em fazer” “extensão”, em respeito aos diferentes saberes, da universidade e da comunidade, que é plural. Então, compreendo e comungo o que é apontado por Joana Pedro e Luiz Fernando Scheibe (2011) ao pensar a interdisciplinaridade no contexto específico da pesquisa para além do plano teórico.

Segundo, por atuar como docente em um campus onde não havia/há um “lugar” para as Ciências Humanas, necessariamente. Desde a formação doutoral, encontrei no NIGS/UFSC a interface com as abordagens de Paulo Freire (2006), relacionadas à “extensão”, justamente, pela crítica às práticas antidialógicas e mecanicistas, consideradas pelo teórico como forma de invasão cultural que manipula, submete e domestica os outros. Para o teórico, a “extensão” pressupõe a compreensão do outro como sujeito histórico, cultural, social e político.

Segundo Maria das Dores Pimentel Nogueira (2000), o conceito de “extensão”, ao longo da história das universidades brasileiras, principalmente das públicas, passou por diversas matizes e diretrizes conceituais. Da extensão de cursos, à extensão de serviço, à assistencial, à “redentora da função social da Universidade”, à mão dupla entre universidade e sociedade, além da extensão cidadã, pode-se identificar uma resignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e em sua relação com a comunidade em que está inserida.

Desde dois mil e vinte, tenho acompanhado as discussões sobre e participado da reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação na UNEMAT¹. Dentre as principais adequações, está a creditação da extensão prevista na Resolução Federal de dois mil e dezoito, do Conselho Nacional de

¹ Resolução Federal nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Nela, dispõe-se sobre a reserva mínima de 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (BRASIL, 2019).

Educação (CNE). Destaco essa inovação, justamente, para enfatizar a importância da “extensão” na articulação de distintos saberes de acordo com as demandas e os interesses da sociedade. Especificamente, teóricas feministas como Marlise Matos (2018) têm refletido sobre a “extensão comunitária”, inclusive como estratégia de ação na desconstrução de feminismos canônicos com vistas à promoção de outros saberes e formas de ação pressupostos em práticas feministas decoloniais.

Nessa esteira, Gabriela Pedroni (2018), ao analisar o projeto “Papo Sério”, que promovia a problematização sobre os assuntos gênero e sexualidade na escola, destaca os marcos legais que consolidam a extensão universitária como prática de caráter nacional. Essa experiência desenvolvida no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC), reconhecido como referência em metodologias de extensão, é um exemplo da “prática dialógica” entre universidade e comunidade, sendo que esse processo transforma ambos. É, necessariamente, sobre essa interação, que tratarei como uma das experiências metodológicas feministas no campo dos “Estudos Gênero e sexualidades” denominada “escuta sentida”.

A escuta sentida em uma experiência metodológica feminista de extensão desde o NIGS/UFSC

As noções das “epistemologias feministas” como possibilidade de resistência à ciência androcêntrica e burguesa que, por muito tempo, negou o reconhecimento de outros sujeitos políticos e morais, portanto, constituídos em histórias de vida, sustentam a fundamentação teórica do que entendo por perspectiva feminista, tal como considera Sandra Harding (1993), para quem o sujeito do conhecimento deve ser considerado como efeito das determinações culturais, inserido em um campo complexo de relações sociais, sexuais e étnicas. Essa reflexão, segundo ela, revela a riqueza teórico-metodológica para a história do pensamento das Ciências Humanas. Assim, considero que o campo de teorias feministas assume a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva do conhecimento, pois, nas práticas de extensão, as relações são construídas no campo empírico, entre participantes (pesquisadoras/es e interlocutoras/es) da “interação”.

Nesse sentido, a experiência ao longo de anos no NIGS/UFSC tem a ver com a “agenda de estudos”, como propõe Rita Segato (2006), que sinaliza os limites e



as possibilidades do Estado Democrático de Direito, sobretudo na abordagem de assuntos relacionados aos “Estudos Gênero e sexualidades”. Então, objetivamente, é preciso observar as metodologias escolhidas na interação com “as outras”. Portanto, o núcleo de pesquisa e extensão mencionado opera como um “ateliê de aprendizagens” coletivas, diversas e interdisciplinares, voltadas à intervenção social. Exemplos são as oficinas constituídas por dinâmicas e produção coletiva que impulsionam a reflexão teórica e prática social das/os participantes, pois, de algum modo, todas/os vivem a experiência da “escuta sentida”.

Portanto, ilustro as “metodologias feministas” apreendidas no NIGS, relacionadas à extensão na UNEMAT, desde o estudo sobre a “escrita de si” de mulheres no cárcere², realizada no período de dois mil e dezessete e dois mil e vinte e um, no Presídio Feminino da Capital Catarinense, motivada pelas experiências de extensão e pesquisa realizadas nas travessias entre o centro-oeste e o sul do país, iniciadas em meados de dois mil e catorze, no decorrer do projeto “Rádio Comunicação: relações de gênero em pauta e na práxis”, vinculado ao Grupo de Pesquisa no CNPq “Relações de gênero, Violências e Comunicação”.

A “escuta sentida” é um recurso teórico-metodológico na interação com as interlocutoras, que pressupõe a ação dos cinco sentidos, configurando-se em um “sexto sentido” como atitude e prática de pesquisa e extensão alicerçada na subjetividade que constitui as atrizes sociais envolvidas. A propósito, um recurso metodológico que potencializa a aprendizagem de percepções subjetivas no NIGS como processo que desencadeia uma importante competência reflexiva, já que são dois procedimentos, é o que conhecemos como “caderno de notas e caderno de campo”, desenvolvido por Miriam Pillar Grossi (1992).

Na interação com as interlocutoras, uma das oficinas de aprendizagem forjadas no NIGS, denominada “Momento Lilás”, foi o lócus dentro do cárcere para as práticas de intervenção tendo em vista a “escuta sentida”: a escrita de cartas para o 8M-SC, a yoga, as lágrimas insubmissas, o baralho “Marias no Cárcere” e o piquenique de sentidos. O alicerce teórico-metodológico contempla perspectivas de “estudos interdisciplinares” e as “metodologias feministas” como possibilidades de transcender o que designo como “clausura epistêmica”, por meio da extensão universitária.

² Categoria desenvolvida durante a tese doutoral, intitulada Escrita de si das “Marias no cárcere: escuta sentida” como proposta teórico-metodológica decolonial, em 2021, junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

Desse modo, a experiência discutida elucida a relação entre os Estudos de Gênero e Sexualidades junto à Universidade Estadual do Mato Grosso, situada no interior da região centro-oeste, e as experiências em “práticas de extensão”, elaboradas no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC), uma vez que contribuem para o debate sobre a fragilidade de metodologias para o campo da extensão universitária, por vezes, circunscritas do lado de dentro da academia. Por outro lado, vislumbro a oportunidade de aprendizado possível diante das inúmeras metodologias para a prática, desenvolvidas no NIGS, que estão espalhadas mundo afora, ao longo dos trinta anos, fomentando Políticas Públicas para a intervenção e transformação no contexto dos Estudos de Gênero e Sexualidades. O momento de creditação da extensão universitária parece ser um caminho profícuo, ainda que sempre permeado por disputas políticas.

Referências

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do outro encontra-se a si mesmo. *Trabalho de campo e subjetividade*, Florianópolis, p. 7-18, 1992.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, p. 7-31, 1993. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>.

MATOS, Marlise. Pedagogias feministas decoloniais: o desafio da implementação de uma agenda de extensão universitária crítico-feminista. In: MATOS, Marlise (Org.). *Pedagogias feministas decoloniais: a extensão universitária como possibilidade de construção da cidadania e da autonomia das mulheres de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987-2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

PEDRO, Joana Maria; SCHEIBE, Luiz Fernando. Construção coletiva do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. In:



PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri, SP: Manole, 2011. p. 426-446.

PEDRONI, Gabriela. Gênero e Sexualidade nas escolas: análise do projeto de extensão universitária Papo Sério. In: *31ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*. Brasília, *Anais...*, 09 e 12 de dezembro de 2018.

ROSA, Marinês da. *Escrita de si das "Marias no cárcere": escuta sentida como proposta teórico-metodológica decolonial*. 2021. 313f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

SEGATO, Rita. Antropologia e Direitos Humanos: Alteridade e Ética no Movimento de Expansão dos Direitos Universais. *Mana*, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/tRYDbBv8ZQf9SJmpvSywtjb/?lang=pt>.

TRANSTORNANDO FRANCISCO BELTRÃO-PR: Impactos da experiência do NIGS no Curso de Direito da Unioeste



MELISSA BARBIERI DE OLIVEIRA

Neste texto, pretendo descrever e refletir sobre os impactos que a experiência como integrante do NIGS e aluna do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, na área de concentração dos Estudos de Gênero, causaram na minha formação profissional e no desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão. Desde 2008, sou professora no Curso de Direito, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão¹. Até então, minha formação acadêmica e atuação profissional seguiam o curso disciplinar, na área jurídica. Em 2012, ingressei no NIGS e nas disciplinas do PPICH com a professora Miriam Pillar Grossi e, em 2014, comecei o programa do doutorado. Inclusive, alguns trechos deste texto são extraídos da tese “*Trans tornando o campo do direito*”, orientada pelas professoras Miriam Pillar Grossi e Mara Lago, defendida em setembro de 2017.

Para descrever tais impactos, também preciso descrever os motivos que me levaram a sair do campo disciplinar do Direito para me aprofundar em um campo novo, que permitiu o diálogo com outras áreas do conhecimento que já haviam se debruçado sobre o tema principal da pesquisa e que concederam elementos e instrumentos para analisar a transexualidade e os motivos que impedem alguns avanços no campo social e jurídico.

¹ A Universidade Estadual do Oeste do Paraná conta com 5 *campi*, nas cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Candido Rondon e Francisco Beltrão, cidade localizada no sudoeste do Estado do Paraná que hoje conta com uma população de 80.000 habitantes.



Após a defesa da tese e o retorno para a universidade no interior do Paraná, procurei colocar em prática todas as experiências possíveis apreendidas no período em que estive vinculada à UFSC, que se materializaram na Uniãoeste por meio do projeto de extensão “Diálogos Interdisciplinares para Promoção da Cidadania da População Trans: Direitos Humanos, gênero e sexualidades”, em andamento desde 2018. A construção deste projeto, que já está no quinto ano de atuação, não seria possível sem as experiências vivenciadas dos trânsitos propiciados pela interdisciplinaridade.

Na escrita da tese, acabei nomeando parte deste processo como uma aventura e, só depois de realizar a pesquisa e escrever a tese, foi que entendi o título de um dos livros indicados por ocasião da prova para ingresso no programa, *A Aventura Interdisciplinar*, organizado por Carmem Rial, Naira Tominello e Rafael Rafaelli, publicado em 2010, em comemoração aos 15 anos do PPGICH. Carmem Rial se refere à experiência ímpar do programa, que se constituiu como um lugar privilegiado e um *locus* singular para pesquisa. A singularidade talvez esteja ligada ao fato de que a aventura se revela quando descobrimos que não há um campo interdisciplinar pré-constituído, e que a tarefa de construir o campo é daquelas que escolhem esta perspectiva de análise.

A interdisciplinaridade, aliada aos estudos de gênero no NIGS, na pesquisa e escrita, revelou a necessidade da interdisciplinaridade na prática – não conseguiria desenvolver o projeto de extensão que coordeno contando apenas com o conhecimento jurídico, nem mesmo sozinha, pois um dos maiores aprendizados da minha experiência foi a construção coletiva do conhecimento e das atividades desenvolvidas. Assim, posso afirmar que, apesar das dificuldades, a interdisciplinaridade foi uma escolha e bancar esta escolha nem sempre é fácil, especialmente se a atuação profissional da pesquisadora continua se dando numa área e entre pares que se mantêm dentro dos limites do campo disciplinar. Por isso, quando trouxe a bagagem da interdisciplinaridade para minha prática e atuação no curso de direito, tanto na dinâmica das aulas, como na proposta de desenvolvimento de um projeto de extensão, encontrei resistências que só foram superadas quando o projeto foi selecionado, no Edital 07/2017, para receber financiamento, fomentado pela SETI – Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná. Porém, o objetivo central do projeto continuou sendo visto com estranhamento, pois, dentro das universidades públicas do Estado, não havia iniciativas como a que propomos.

Certamente, fui inspirada por uma das atividades do NIGS, o Seminário Trans Day-NIGS/UFSC, Seminário Transfobia, Cidadania e Identidades Trans², idealizado por Simone Ávila. O evento trazia discussões sobre políticas públicas para a saúde da população *trans*, uso do nome social como estratégia de inclusão e as (in)visibilidades que contornam a questão das transexualidades e, assim, passei a ter uma dimensão mais concreta das difíceis relações com o Estado, na compreensão das demandas das pessoas *trans*. A participação no Trans Day foi fundamental para a desconstrução de muitos paradigmas e conceitos que integraram minha formação inicial. Além de aprender com a organização do evento, pude dialogar e conviver com pessoas sem as quais minha pesquisa não seria possível. Desde a primeira edição, o evento foi estruturado a partir da dinâmica das rodas de conversa, em que participavam tanto representantes e pesquisadoras da academia como ativistas e formuladoras de políticas públicas, articulando estudos sobre diferentes referenciais disciplinares que permeiam as experiências *trans*, com as reivindicações políticas dos movimentos sociais e das demandas específicas das pessoas *trans*, sendo um espaço em que as vozes mais interessadas na matéria eram privilegiadas.

A partir de então, comecei a constatar as diferentes percepções sobre a temática, e a inserção no grupo também me fez pensar o meu lugar enquanto pesquisadora e as diversas formas pelas quais poderia contribuir com o debate. Além disso, permitiu a experiência de conviver efetivamente com pessoas *trans*, ouvir suas angústias, suas experiências durante a transição e as dificuldades de diálogo com as/os operadoras/es do direito, nas suas demandas de retificação de seus documentos, o apoio da família, os casos de contraposição dos pais, os contratempos do início da transição, as dificuldades pessoais e subjetivas, que não se resumiam ao uso de documentos adequados.

Quando retornei para a Uniãoeste, além de encontrar muitos/as estudantes interessados na temática, também me deparei com uma demanda específica que já havia mobilizado a Prefeitura Municipal, a Polícia Militar e a OAB, pois os moradores de uma rua específica da cidade solicitavam providências para evitar que algumas mulheres *trans* e travestis circulassem à noite pelo local. Após algumas reuniões, nas quais elas também participaram, foi que passamos a construir o projeto, que tem como objetivo: promover um canal de diálogo entre a população

² O Seminário Trans Day surgiu no circuito internacional de atividades que marcam a luta pela despatologização das identidades *trans* ao redor do mundo. Com a campanha *Stop TransPathologization - 2012*, foi o primeiro evento realizado no Brasil relacionado a essa campanha para retirada dos catálogos de doenças, o DSM, da APA, e do CID, da OMS.



trans* (pessoas transgênero: travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas trans não binárias) e a universidade, bem como as demais instituições afetas ao tema no estado e no município, a fim de realizar um diagnóstico sobre a situação e capacitar as/os profissionais envolvidas/os, visando a garantia de cidadania, acesso à educação, segurança, saúde, convívio familiar e mercado de trabalho.

Para tanto, montamos uma equipe interdisciplinar, com docentes e estudantes dos cursos de Direito, Serviço Social, Pedagogia, Geografia e Psicologia. Buscamos parcerias com órgãos públicos e privados, como a Prefeitura Municipal, a OAB, a Polícia Militar e com representantes da população trans do município e da região sudoeste do Paraná. Passamos a ofertar formações, propor rodas de conversa, eventos acadêmicos, desenvolver materiais e atender tanto a população trans como toda comunidade LGB, de acordo com demandas específicas, como uso do nome social e retificação de registro civil para pessoas trans, que hoje configura nossa maior área de atuação.

Desde 2018, quando iniciamos as atividades no campus, apesar das resistências iniciais, estamos tendo uma ótima aceitação e sendo referência para encaminhamentos de demandas na região. O projeto proposto tem caráter permanente e ainda não alcançamos todos os objetivos, porém seguimos desenvolvendo atividades que, durante a pandemia da Covid-19, foram adaptadas para o modo remoto e atendimentos on-line. Atualmente, seguimos com atividades híbridas. Infelizmente, com a pandemia, também tivemos a redução do financiamento, mas contamos com uma equipe de voluntários engajados e seguimos atuando.

Para concluir, todas as experiências de convívio, estudos, pesquisas e atividades de extensão junto ao NIGS propiciaram que este projeto se materializasse, possibilitando atendimento a uma população vulnerável que tem conseguido superar preconceitos, colaborando com conscientização e sensibilização da sociedade. Essa abertura impacta toda a estrutura social, pois os debates que estão sendo realizados são relevantes para a promoção de direitos e garantias para a população LGBT.

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO EM GÊNERO E SEXUALIDADES: experiências em uma Universidade no interior do Ceará



VIOLETA MARIA DE SIQUEIRA HOLANDA

FRANCISCO VITOR MACEDO PEREIRA

LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI, documento elaborado pela UNESCO, resultante da Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em Paris, no ano de 1998, dispôs-se a pensar políticas educacionais transformadoras na viragem do século. A integração cultural, “num contexto de pluralismo e diversidade”, se destacava, então, como perspectiva central. No âmbito dos novos desafios para as IES de todo o mundo, emergia a necessidade da abertura de fronteiras, de se fazer circular ideias e ações mais inclusivas e de se propor soluções mais efetivas de enfrentamento às contradições sociais nos diferentes espaços. As perspectivas de fomento internacional e de integração regional às práticas de cooperação solidária presentificam-se, desde então, em valores educacionais os quais passam a priorizar maiores aproximação e oportunização às relações com países da América Latina e da África. Estimular, nesse sentido, a composição de um intercâmbio Sul-Sul acarreta, em oposição à hegemonia epistemológica e tecnológica do norte, a redefinição de perspectivas da geopolítica do conhecimento. No que atine à Educação Superior, essa disposição converge à necessidade de se conceber modelos e propostas de resistência a velhas estruturas de opressões racistas e sexistas, com vistas à potencialização de valores e práticas educacionais emancipatórios e de superação aos epistemicídios vigentes (SILVA; HOLANDA, 2022).



Gestada na ideia dessa internacionalização solidária da Educação Superior, sob a premissa geopolítica da colaboração Sul-Sul, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) assume no escopo de seu projeto o desejo de se tornar centro de formação e disseminação de políticas e produções educacionais antirracistas e antissexistas. No bojo dessa cooperação internacional contra-hegemônica, entrevê-se o envolvimento da pesquisa, da extensão e do ensino superior – inovadores e de qualidade – em um desafiador ambiente (marginal e periférico) de interiorização e internacionalização afroperspectivadas. Essa criação se insere no cometimento, a um só tempo, da política exterior e de expansão da Educação Superior, instituída no Brasil durante os governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com ênfase, por meio do Decreto Federal nº 6.096/2007, criou-se um programa denominado REUNI, dedicado à reestruturação e à expansão das universidades federais. Sua existência possibilitou a ampliação do quadro de professoras/es e estudantes, conforme a previsão de sucessivas dotações para a infraestrutura, a expansão das IES existentes – com a construção de novos campi – e a criação de novas universidades, com destaque ao processo de interiorização. Concomitantemente a isso, o Brasil se aproximava cada vez mais do continente africano, no reconhecimento histórico de sua dívida ante a escravização e no vislumbrar de fecundas, e antes impensadas, parcerias e termos de cooperação.

A Unilab se insere originalmente, desde o ano de 2010, como ponta de lança desse projeto dinâmico de interiorização e internacionalização Sul-Sul, marcado estrategicamente – entre inúmeras conjunções políticas – pela cooperação externa brasileira com países parceiros dos continentes africano e asiático, pertencentes à CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), quais sejam: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Em meio às tantas turbulências desse curto espaço de tempo, essa parceria não só se torna representativa dos laços históricos partilhados, mas também das agências descoloniais que –lentamente– se constroem, no que pesem todas as reconfigurações de metas e prioridades. Ao considerarmos esse projeto educacional de redesenho epistemológico das relações do Sul Global, de materialização de políticas educacionais afro-brasileiras, antirracistas e antissexistas, o horizonte que se divisa – a despeito das investidas de retrocessos anti-democráticos – é o do (re)conhecimento gerado e marcado pelo diferencial das diretrizes de nossa Universidade: na potência da formação de professoras/es e pesquisadoras/es comprometidas/os com a superação das injustiças cognitivas, sociais, raciais e de gênero da realidade que as/os cerca (UNILAB, 2017).

Como elemento imprescindível de articulação dessa trajetória, interessamos o destaque das experiências de ações e pesquisas na área de Gênero e Sexualidades, levadas a efeito – na institucionalização dos projetos político-educacionais da Unilab – especialmente por um grupo de docentes e estudantes, originalmente organizadas/os em torno do Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades – NPGS/Unilab, localizado no campus sede da Universidade, na cidade de Redenção, interior do Ceará, tendo atuado entre os anos de 2013 e 2018. Desde o ano de 2018, no entanto, esse grupo se viu compungido a (re)organizar-se/reconfigurar-se no atual Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero – CIEG DANDARA (Grupo do Diretório de Pesquisa CNPq-Unilab).

Em se tratando das relações entre a interiorização do ensino superior e as ações de fomento ao ensino, pesquisa e extensão no campo das discussões de Gênero e Sexualidades, a universidade desempenha um papel central na formação para a convivência com as diferenças, em razão do seu alcance em diferentes âmbitos (estudantes, professores/as, técnicas/os da educação e comunidade em geral). Destaca-se, também, especificamente na Unilab, o importante papel da formação de estudantes africanos/as, advindos/as dos países da integração internacional. Diante dessa complexidade, a universidade tem buscado pautar, a partir de suas diretrizes, progressivas políticas de ações afirmativas¹, contemplando a inclusão de uma pluralidade de sujeitos/as os/as quais, antes, não eram vislumbrados/as em sua composição, dentre eles/as: indígenas, negras/os, quilombolas, ciganas/os, povos e comunidades tradicionais, refugiadas/os, pessoas com deficiência, pessoas com identidades trans e pessoas em situação de privação de liberdade ou egressas do sistema prisional.

Diante desse cenário, mediante a inclusão de diálogos na perspectiva da educação e da cultura em direitos humanos, as temáticas de Gênero e Sexualidades (como imprescindíveis premissas educacionais) têm se constituído na Unilab de forma interseccional², nomeadamente na interface com as relações étnico-

1 RESOLUÇÃO CONSUNI/UNILAB N° 40, 20 de agosto de 2021. Aprova a instituição e regulamentação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/08/Acoes-afirmativas1.pdf>. Acesso em: 19 de maio, 2022.

2 O princípio da interseccionalidade trata especificamente das formas segundo as quais o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios estabelecem e mantêm desigualdades essenciais: estruturantes das posições relativas (subalternizadas) de mulheres, raças, etnias, classes e outras ante a hegemonia patriarcal branca e ocidental. Além disso, a interseccionalidade trata dos modos conforme os quais ações e políticas específicas geram e incitam opressões em torno dessas desigualdades, constituindo dispositivos de dominação e injustiça social de difícil superação (CRENSHAW, 2002, p. 177).



raciais, considerando-se – em simultâneo – o combate ao racismo, sexismo, capacitismo, xenofobia e todas as formas correlatas de preconceito e discriminação. A compreensão do fenômeno da violência machista³ contra as mulheres e a população LGBTQIAPN+⁴ focaliza – sob essa perspectiva interseccional – os diversos sistemas e práticas discriminatórios: como o patriarcalismo, o racismo, as opressões de gênero e classe, dentre outros. Isso contribui para a auto-afirmação e o fortalecimento de diversos segmentos feministas, dentre eles o feminismo negro, lésbico, trans, indígena, dentre outros.

Em meio às vivências, militâncias e atuações múltiplas em Gênero e Sexualidades, uma das primeiras realizações do então Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades (NPGS) foi a articulação, junto ao Conselho Superior Universitário (Consuni), para a aprovação da Resolução nº 31/2014, a qual dispõe sobre o uso e a inclusão do nome social, por servidores/as, estudantes e colaboradores/as da Unilab, nos registros oficiais e acadêmicos. Tal decisão foi impulsionada pelas diretrizes nacionais de fomento ao uso do nome social nas instituições federais, então instituídas no governo da Presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016), e deflagradas na Unilab pela professora Luma Andrade, que é a primeira doutora e docente travesti das universidades federais do país.

Outra articulação importante foi a criação da disciplina obrigatória do núcleo comum “Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos (60 h/a)”, componente da grade de todos os cursos de graduação da Unilab. A sua ementa assume como proposta a discussão das “temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências), do Movimento Pan-africanista e da Negritude, das Relações étnico-raciais e racismo, do Movimento Negro e Indígena no Brasil e das políticas de ação afirmativa, além das temáticas de Gênero, Sexualidade, Movimentos Feministas e LGBTQIT e Tolerância religiosa” (UNILAB, 2016). Essa

³ Feministas espanholas cunham o termo “violência machista”, para definir as opressões de gênero em contextos sociais. Segundo Francés e Tapía, “la violencia machista se articula en y desde un aparato ideológico que comprende valores, creencias y acciones, traducidas en roles asociados a características diversas, que pueden variar en función del sistema político, económico, social y cultural (...), donde la figura del varón se postula como suprema, absoluta y contenedora de todo poder, construyéndose a sí mismo como sujeto activo político y tornando a todo aquello que, bajo su cosmovisión, no es natural, activo o sujeto, en antinatural, pasivo y objeto; en este caso la figura de la mujer” (2018, p. 56).

⁴ Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pan-sexuais, Não-binários e de todas as outras diversidades e dissidências sexuais. Oficialmente, muitas instituições adotam a sigla LGBT, respeitando o marco histórico e conceitual das conferências sociais organizadas pelo público em questão.

disciplina se assenta em um contexto bastante desafiador de conflitos e denúncias de violências cotidianas entre estudantes no espaço acadêmico e fora dele, como assédios sexuais, racismos, denúncias de estupros e até tentativas de feminicídio.

Nossa parceria com o Instituto Maria da Penha (IMP) nos impulsionou, por sua vez, ao desenvolvimento de diversas atividades educativas de extensão, mediante a realização do Curso “Defensoras e Defensores dos Direitos à Cidadania (CDDDC)”, durante três anos consecutivos (2016-2018). O curso teve por finalidade a formação de lideranças feministas no Maciço de Baturité, atendendo às demandas da comunidade acadêmica e da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres na região. Um dos diferenciais da proposta do curso foi o debate das relações étnico-raciais e da problemática da violência doméstica contra mulheres negras. No evento de celebração da parceria entre Unilab e IMP, contamos com a participação da cearense Maria da Penha, personalidade que inspirou a Lei Nacional de Proteção à Mulher em Situação de Violência Doméstica. Na ocasião, lançamos a campanha “Chega de Violência de Gênero!”, uma iniciativa em parceria com o Grupo Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas (FEMPOS) do Campus dos Malês, na Bahia. A campanha contou com a ampla presença da comunidade acadêmica e a adesão da prefeitura de Redenção.

Em 2017, o NPGS elaborou uma proposta de Curso de “Especialização EAD em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos”, mediante a garantia de recursos por meio de edital publicado pela CAPES. Entretanto, a crise instaurada nas instituições públicas brasileiras desde o golpe de 2016 atrasou o cronograma de execução dos projetos aprovados. Desse modo, a efetivação do Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos só veio a acontecer no período de 2020 a 2022. Apesar das dificuldades, o curso teve grande repercussão, apresentando 442 candidaturas discentes para 150 vagas abertas (entre brasileiros/as e africanos/as). Vale destacar que o Instituto de Educação à Distância (IEAD/Unilab) nunca tinha recebido tantas candidaturas discentes para um curso à distância. Ao final, foram aproximadamente 100 TCCs concluídos, contemplando temáticas de Gênero e Sexualidades, feminismos, masculinidades positivas, enfrentamento às formas de violência contra as mulheres e a população LGBTQIAPN+, educação e direitos humanos, dentre outras. Definitivamente, o curso colaborou com a formação crítica de profissionais das áreas da Educação, da Saúde e do Direito, entre outras, por meio do debate qualificado e da promoção de uma base teórica sólida. A partir desta experiência exitosa, um grupo de professores/as do CIEG DANDARA (Redenção/CE) e do FEMPOS (Malês/BA) se



organiza, atualmente, em torno do projeto de criação do Mestrado Interdisciplinar em Gêneros e Feminismos Plurais na Unilab.

No contexto do avanço dos ideais conservadores e fundamentalistas do governo federal e da instabilidade da gestão superior da Unilab, até então constituída por reitorias pró-tempore, os/as docentes do NPGS decidiram romper com a institucionalidade do grupo (atrelado ao organograma da gestão universitária) e fundam, em 06 fevereiro de 2019, o Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero – CIEG DANDARA. O evento de fundação do CIEG DANDARA teve significativa repercussão na Unilab e contou com a colaboração e parceria de integrantes do NIGS/UFSC. Desde então, o grupo segue resistindo, acolhendo e encaminhando denúncias de violências sexistas e lesbo-homo-transfóbicas, além de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para o fortalecimento da luta em defesa da vida e da liberdade, – a exemplo das Dandaras Negras e Travestis.

Referências

BRASIL. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab). *Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Bacharelado em Antropologia (PPC)*, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002.

FRANCÉS, López Inma; TAPÍA, Pablo. *Violencia machista en las aulas de las universidades*. *Cuestiones Pedagógicas*, n. 27, p. 53-66, 2018/2019.

SILVA, Anaxsuell Fernando da; HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira. A antropologia e a Integração Cultural: a experiência de resistência e recriação da Educação Superior a partir da UNILA e UNILAB In: LIMA NETO, Avelino Aldo de; PERERA, Eric; FERREIRA, Flávio Rodrigo Freire (Orgs.). *Diversidade e Educação: experiências de resistência e de criação*. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

Parte III

EXPERIÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO NIGS

O NIGS E O MUNDO: notas para uma biografia coletiva



VINICIUS KAUÊ FERREIRA

Tendo crescido em uma pequena cidade do interior de Santa Catarina, pensava eu que a capital do estado, a pacata cidade de Florianópolis, era “o mundo”. E eu não estava errado. Afinal, desde muito cedo na minha graduação na UFSC, descobri no NIGS um espaço verdadeiramente cosmopolita por onde o mundo circulava. Foi neste microcosmo de vida intelectual intensa e vibrante, sob orientação de Miriam Grossi, que emergiram interesses de pesquisa por outras latitudes e projetos globais que tenho perseguido. Este texto recupera memórias de minhas experiências internacionais, mas tendo em vista uma biografia coletiva que conecta uma rede viva de indivíduos, projetos e instituições em torno do núcleo de pesquisas homenageado neste livro.

Cosmopolitismo ou: “In this context”¹

É preciso dizer que o NIGS sempre foi um espaço especialmente cosmopolita. Estive associado a ele durante quase toda minha graduação em ciências sociais, entre 2007 e 2011, além de mais um ano após meu mestrado, entre 2013 e 2014. Durante este período, mantive diálogos intensos com colegas graduandos e

¹ “In this context” é uma referência ao artigo homônimo de Mariza Peirano (2004) no qual, homenageando George Stocking Jr., a autora discute o papel da contextualização histórica de trajetórias e ideias.



pós-graduandos de diversas partes do país e do mundo. As leituras dos diversos grupos de estudos também incluíam autoras e autores de diversos continentes, tendo sido no contexto de minha formação na crítica feminista à ciência que se daria minha iniciação à crítica ao eurocentrismo e outras formas hegemônicas do pensamento. As parcerias com outros lugares do país e do mundo eram muitas, por meio de projetos PROCAD e CAPES-COFECUB, respectivamente, além de inúmeras palestras de pesquisadoras da América Latina, Estados Unidos, África, Europa e Ásia, realizadas no contexto de diferentes congressos e convênios. Em suma, a formação intelectual proporcionada pelo NIGS sempre fomentou a curiosidade em relação ao mundo.

Um dos projetos que me formou à pesquisa foi o *Dictionnaire des Femmes Créatrices* (DIDIER; FOUQUE; CALLE-GLUBER, 2013), um dicionário de mulheres pioneiras em diferentes áreas do saber, publicado na França pela *Éditions des Femmes*, e cuja seção de antropologia foi cocoordenada por Miriam Grossi. A magnitude do projeto não era negligenciável e envolveu muitos dos membros do NIGS na redação de verbetes sobre a trajetória e a obra de antropólogas latino-americanas, estadunidenses e europeias. Sob orientação de Carla Cabral, fiquei responsável pela redação de sete verbetes, quatro dos quais foram publicados: Franziska Boas (1902-1988), Ruth Cardoso (1930-2008), Larissa Lomnitz (1932-2019) e Theodora Kroeber (1897-1979). Especialmente relevante é o fato de que, não dominando inglês à época, minhas pesquisas dependiam em grande medida de dicionários e tradutores eletrônicos muito menos precisos do que os atuais. Se conto isso é porque foi a partir deste projeto que iniciei, ainda que a duras penas, o aprendizado de línguas estrangeiras. Sobretudo, foi através desta experiência que percebi que aprender outras línguas era importante e possível e onde desenvolvi o gosto pelo ato de decifrá-las. Entendi ali que se aprender uma língua era difícil, aprender antropologia também o era; e que se era possível aprender um, o mesmo valia para o outro.

Foi neste contexto que se consolidou meu interesse pela antropologia indiana. Naquele espaço onde o mundo circulava, fui apresentado ao campo intelectual indiano para além de Homi Bhabhas e Gayatri Spivaks. Tem lugar especial em minha trajetória uma conferência ministrada por Miriam Grossi em 2010, quando do retorno de seu pós-doutorado no exterior, na qual ela abordava dilemas e controvérsias no campo da antropologia em diferentes lugares do mundo. Um desses lugares era a Índia. Chamou-me atenção então debates a respeito da legitimidade que tinham antropólogos indianos trabalhando no Norte junto à comunidade acadêmica indiana na Índia. Resumidamente, ela mostrava como

antropólogos e sociólogos indianos questionavam a representatividade da produção de conterrâneos baseados nos Estados Unidos e na Europa, cuja posição, segundo eles, era de pouco diálogo com a comunidade acadêmica indiana. Após dois anos como bolsista no NIGS, leituras de diversas partes do mundo e uma formação epistemológica densa sobre o campo científico, estas questões ecoaram em mim de modo muito apaixonado. Em conversas com Miriam, decidimos que este seria um bom tema de pesquisa, e ao qual acabaria me dedicando por muitos anos. Na verdade, de diferentes modos, até hoje.

A este respeito, acho importante pontuar que minha formação inicial nesses debates deve-se ao trabalho de pesquisadores que li e admiro: Mariza Peirano, Sujata Patel, Gustavo Lins Ribeiro e Shiv Visvanathan são certamente os principais. Seus textos foram, para mim, janelas para o mundo.

França e Índia

Ao final da graduação, tive o ímpeto de viajar e aprender línguas. Não digo isso de modo a reproduzir narrativas egocêntricas centradas no ideal do homem explorador; este desejo foi fruto do ambiente cosmopolita no qual se constituía o NIGS e que marcou a trajetória de muitos de nós. De um ponto de vista propriamente sociológico, ou de um esboço muito rudimentar de autoanálise, preciso dizer que foi precisamente a pedagogia transformadora que sempre pautou o trabalho desse núcleo que contribuiu para que se formasse em mim um “senso das ambições legítimas” (BOURDIEU, 2013, p. 212) que permitiu a um jovem do interior autorizar-se a se imaginar fazendo estudos no exterior – e foi certamente a formação bourdieusiana que recebi que me permite hoje elaborar isso sociologicamente. Contribuiu para isso também, é claro, um momento histórico e político de valorização da pesquisa, recursos e perspectivas promissoras em relação ao futuro e à carreira acadêmica; fruto, por sua vez, não apenas de escolhas governamentais, mas, sobretudo, de lutas e trabalho duro pela conquista desses recursos que permitiram que, pela primeira vez, ao menos de modo sistemático, os estudos no exterior deixassem de ser um projeto apenas para as elites – e muitos de nós, jovens de diversas origens sociais, beneficiamo-nos tanto do momento quanto do universo niguiano.

Neste contexto, passei o último ano da minha graduação procurando por bolsas de mestrado em basicamente qualquer lugar do mundo: Canadá, México,



Espanha, África do Sul, Estados Unidos etc. Busquei também informações sobre uma bolsa da embaixada da Índia para a Universidade de Delhi, mas não tive sucesso. Acabei conseguindo uma bolsa de mestrado do Conseil Régional Île-de-France para a École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, sob a orientação de Jean-Claude Galey. Inicialmente, cometi o equívoco de postular para o mestrado em *Asie Méridionale et Orientale*, o que me daria um diploma excessivamente exótico para o contexto brasileiro. Mas com o apoio de meu orientador, que me acolheu de modo muito generoso, fiz a mudança para *Anthropologie Sociale et Ethnologie*. A generosidade de Galey se expressou de diversos modos. Lembro de nossa primeira conversa, logo de minha chegada, quando meu francês era ainda rudimentar e, com um sorriso acolhedor – e seu tom *bon vivant* – me diria “*vous inquiétez pas, ça vient avec le temps*”.

Além disso, ele foi de grande generosidade intelectual, especialmente diante de nossas divergências teóricas. Estudante e herdeiro de Louis Dumont, Galey encarnava a tradição mais clássica dos estudos indianistas, enquanto que meus interesses giravam em torno da crítica pós-colonial e do que havia de mais contemporâneo naquele debate. Não obstante essas divergências, o tempo que dedicou a mim e a liberdade que me garantiu me permitiram construir um trabalho sobre a história das ciências sociais na Índia que, sem dúvida, representava o que eu desejava desenvolver.

Com Miriam e o NIGS, mantive diálogos e colaborações que levaram a iniciativas internacionais durante meu mestrado na França. Em 2010, realizamos um evento organizado entre o NIGS e a Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros da França (APEB-Fr), à qual eu começava a me integrar naquele momento – e da qual eu me tornaria, em seguida, vice-presidente e presidente. A instituição passava por uma fase difícil, e o trabalho de Leticia B. R. Leite foi fundamental não apenas na sua sobrevivência, mas também na viabilização de uma nova fase de florescimento da associação. De Leticia veio a ideia de organizarmos um evento em parceria com o NIGS, intitulado *Journée d'Etudes APEB-NIGS – Questions LGBT: Recherches au Brésil et en France – Questions Théoriques et Politiques*, realizado em 10 de fevereiro de 2010, na Maison du Brésil da Cité Internationale Universitaire de Paris. Deste evento participou um grande número de pesquisadoras brasileiras e francesas que compõem ainda hoje a rede transnacional do NIGS: Anna Paula Uziel, Eric Fassin, Felipe Fernandes, Jérôme Courduriès, Luiz Mello, Michel Bozon, Martine Gross e Simone Ávila. O evento não apenas mostrou a força do NIGS na construção de redes transnacionais, mas representou, sobretudo, um momento de inflexão para a APEB-Fr: esta foi,

certamente, uma contribuição do NIGS, através do trabalho sempre engajado de Miriam, para um novo momento desta instituição tão importante para a comunidade acadêmica brasileira na França.

No segundo ano de meu mestrado, fiz minha primeira viagem à Índia, onde realizei trabalho de campo sobre a história da antropologia e da sociologia no país. Lá, pude encontrar muitos pesquisadores indianos cujo trabalho são até hoje referências para mim, como S.M. Dahiwale, Sanjay Srivastava, Sujata Patel, T.N. Madan, Vivek Kumar e Vidyut Bhagwat. Uma de minhas lembranças mais vivas é de meu encontro com T.N. Madan, decano da sociologia indiana, que, já bastante idoso, lembrava de seu encontro com esta “very fine Brazilian anthropologist” Mariza Peirano, que foi, para mim, uma de minhas primeiras leituras sobre as ciências sociais na Índia (PEIRANO, 1991).

Infelizmente, não pude entrevistar Sharmila Rege, da Universidade de Pune, nome fundamental da sociologia feminista indiana e a quem devo muitas de minhas reflexões. Logo do meu retorno à França, eu teria a notícia de seu falecimento em decorrência de câncer, o que foi lamentado pela comunidade acadêmica como uma perda para a disciplina e o feminismo indiano. Ao mesmo departamento de Women’s Studies daquela universidade pertencia Vidyut Bhagwat, socióloga pioneira dos estudos sobre mulheres no país (BHAGWAT, 2012) e que me recebera em sua casa. Já aposentada, ela continuava a trabalhar em escritos sobre os quais conversamos em torno de uma xícara de chá.

Apesar de distante, o NIGS estava presente em minhas pesquisas na Índia. Afinal, foi lá que aprendi que a crítica feminista à ciência não serve a pensar apenas relações de gênero enquanto um tópico de pesquisa. A crítica feminista, como argumento em minha dissertação de mestrado – a parte que menos agradara a Jean-Claude Galey, como ele me confessara –, foi fundamental para que a sociologia indiana saísse, a partir dos anos 1990, de uma situação de “crise” que a marcava por mais de uma década (FERREIRA, 2016). Foram autoras feministas, dentre as quais Sharmila Rege, que demonstrariam que a sociologia do país, outrora fulgurante, havia chegado numa situação de aridez teórica porque seus grandes centros haviam se recusado a enfrentar os desafios postos pela expansão numérica e diversificação social do alunado. Da denúncia à “mediocridade” do novo público que acessava as universidades graças às políticas de quotas, a teoria feminista desenvolveu uma abordagem refinada da pedagogia, necessária à superação da crise pela valorização dessas experiências encarnadas que passavam a compor uma sociologia historicamente elitista.



Ce que ne pas parler veut dire

É preciso dizer que todas essas experiências franco-indianas foram marcadas por angústias linguísticas. Primeiramente, meu domínio de francês era bastante rudimentar no momento de minha partida para o mestrado. Minha competência para a expressão oral em francês era limitada a algumas aulas que havia feito em Florianópolis, claramente insuficientes para um mestrado nessa língua. O mesmo valia para o inglês, língua que eu falava com grande dificuldade. Aos olhos do leitor, isso pode parecer irresponsável, mas minhas escolhas eram baseadas na convicção de que eu tinha o mesmo direito que meus colegas do Norte de aprender línguas ao longo do processo. Parece-me que somos mais complacentes com estudantes estrangeiros brasilianistas que vêm fazer pesquisa no Brasil falando apenas o básico de português do que conosco. Sempre considerei que avançar no conhecimento linguístico durante o processo da pesquisa era um caminho possível e legítimo para todos.

O domínio parcial da língua tem consequências concretas na França. O uso considerado correto da gramática, construção frasal, adjetivos e entonação confere grande legitimidade ao que é dito naquele contexto. Não raramente, presenciei sorrisos não tão sutis durante minhas intervenções e conversas com colegas e professores. Naquele contexto, o domínio adequado do francês determina de modo muito claro a capacidade de se fazer ouvir. O inglês também gerava desconfortos para mim e, durante meu trabalho de campo na Índia, encontrei colegas generosos, como Soumodip Sinha, da Universidade de Hyderabad, com quem pude estabelecer trocas importantes, apesar de minhas dificuldades iniciais com o inglês.

Para além de seus efeitos comunicacionais concretos, minhas incompetências linguísticas me lembravam de minhas origens sociais. Minha relação com a vida acadêmica sempre foi de disputas e conflitos internos porque sempre soube que minhas ambições eram maiores do que os recursos simbólicos dos quais dispunha. Minha formação inicial sempre foi, para mim, uma corrida contra o tempo perdido, pois sabia que outros pesquisadores gozavam de um capital escolar e linguístico que me fazia falta e que eu precisava adquirir na medida do possível. Dito de outro modo, sabia de onde vinha e sabia onde queria chegar. Retrospectivamente, acho que novamente Sharmila Rege (2011) foi importante nesse sentido, sobretudo seu texto sobre o que chamou de “language question”, onde teoriza de modo positivo sobre trajetórias de estudantes não anglófonos numa academia onde o inglês exerce hegemonia. Mas, sobretudo, Miriam, sensível às trajetórias

e aos desejos, sempre incentivou incursões como esta, onde o aprendizado se impunha pela necessidade. E uma pedagogia feminista, que aprendera no NIGS, sempre foi a base teórica e vivida destas escolhas.

Foi com Miriam que publiquei meu primeiro texto em inglês, justamente sobre diversidade linguística na antropologia (GROSSI; FERREIRA, 2015), e que foi também nosso primeiro escrito em coautoria. Seu convite generoso à colaboração aconteceu num momento em que eu trabalhava no NIGS na gestão de projetos, entre meu mestrado e meu doutorado. Naqueles dias, o trabalho conjunto era intenso e os diálogos também. Acredito que aquele pequeno texto expressa essas trocas de modo singelo, mas significativo, afinal, compartilhamos ali muitas de nossas ideias a respeito das complexas relações acadêmicas entre o Brasil e a França.

Novos Debates

Dos meus estudos sobre as ciências sociais indianas e seus debates também veio minha inspiração para o projeto editorial de Novos Debates. Minha dissertação de mestrado se concentrou, em grande medida, nos debates próprios ao desenvolvimento da disciplina na Índia: a luta por autonomia intelectual no contexto de descolonização do país, novos conceitos de modernidade, os fundamentos teórico-epistemológicos de uma ciência voltada à compreensão da sociedade indiana, os caminhos da universidade e das ciências sociais, o papel do feminismo nesses desenvolvimentos, entre outros tópicos. Para isso, analisei longos debates que se desenvolveram em importantes publicações ao longo de diferentes momentos da segunda metade do século 20, notadamente *Contributions to Indian Sociology* (anos 1950 e 1960), *Sociological Bulletin* (anos 1970 e 1980), além de *Economic and Political Weekly* e *Seminar* (anos 1990 e 2000). Logo compreendi que, no caso indiano, as revistas sempre foram espaços privilegiados de debates e embates, algo que Mariza Peirano (1990) já havia demonstrado para as controvérsias franco-indianas nos anos 1950-60 nas páginas de *Contributions to Indian Sociology*. Para além do fato de estas revistas serem ricas fontes de análise para um historiador das ciências sociais, fascinava-me o fato que revistas fossem fóruns de críticas e embates diretos entre colegas nas disputas pelos termos de construção do campo disciplinar. Dito de outro modo, descobri ali que revistas podem ter um papel diferente daquele ao qual estamos acostumados no Brasil, a



saber, como plataformas de publicação de artigos individuais ou dossiês compostos de artigos que se conectavam apenas tematicamente.

Em 2013, Carmen Rial, então presidente da Associação Brasileira de Antropologia, convidou-me para criar um boletim de divulgação das pesquisas em andamento na pós-graduação. O que deveria ser algo similar a um magazine foi tomando ares de uma revista ao longo de sua concepção, apesar de este não ter sido o plano inicial – nem de Carmen, nem meu. O que me parecia importante, então, era a construção de um espaço de debates, como no melhor estilo indiano, algo que inicialmente chamávamos de plataforma. O projeto acabou ganhando a denominação de revista, um pouco à revelia do meu desejo, pois eu sabia que, com este título, viria certas regras e exigências que eu temia poderem minar o projeto de um periódico em formato alternativo. O fato é que Carmen sempre apoiou o projeto e suas ideias pouco ortodoxas em termos de formato e proposta, o que certamente faz jus ao seu espírito sempre inovador e aberto. Entre as inovações que trazíamos, podemos citar a existência de textos mais curtos, uma publicação multilíngue e a incorporação de filmes etnográficos como artigos.

Mas, certamente, a mais importante delas foi a criação de uma seção intitulada Fórum, destinada ao debate de questões candentes da antropologia. O desafio colocado então, inspirando-nos na revista indiana *Seminar*, era de se organizar debates em torno do que denominamos O Problema. Diferentemente do dossiê, modelo dominante nos periódicos brasileiros, quisemos propor debates provocados por questões levantadas por colegas. É verdade que temos conseguido diferentes níveis de sucesso nessa empreitada, em parte devido à dificuldade das mudanças em nossas práticas coletivas de produção de conhecimento. Mas seguimos tentando. Nossos números recentes trouxeram debates importantes através de fóruns sobre: a produção de antropólogos negros e geopolítica da antropologia brasileira (2021); as mudanças nas políticas de avaliação dos periódicos pela CAPES (2020); corpos, gênero e sexualidades a partir da antropologia da região Norte do país (2019).

O NIGS e o mundo

No ano de 2020, publicamos o livro *Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil*, organizado por Miriam Grossi, Leandro Castro Oltramari e eu mesmo. A obra resulta do projeto CAPES-COFECUB,

desenvolvido entre 2010 e 2013, e conta com a contribuição de um grande número de pesquisadores baseados no Brasil e na França. De certo modo, a publicação deste livro representou, para mim, a elaboração de um longo ciclo de formação cuja temporalidade cíclica encapsula uma história bastante representativa de muitos anos de minha participação – primeiramente intensa e local, e, num segundo momento, esparsa e expatriada – no NIGS.

O projeto CAPES-COFECUB iniciou em 2010, quando eu era graduando em ciências sociais e muitos de meus dias se passavam nos espaços do NIGS. Tenho vivas lembranças das visitas dos pesquisadores franceses em Florianópolis e do tipo de abertura que essas relações promoviam. Não gostaria de deixar margem, aqui, à ideia de que este projeto teve um papel maior na minha abertura ao mundo pelo fato de serem esses pesquisadores franceses, nem mesmo que este projeto representou uma abertura maior do que outros, com pesquisadores de outras partes do mundo. O eurocentrismo nunca foi um tipo de atitude promovida por Miriam Grossi e o círculo mais amplo de pesquisadoras do Instituto de Estudos de Gênero. O que interessa, aqui, é que este projeto conecta pontas que certamente remetem ao fato de eu ter realizado meus estudos de pós-graduação na França que, ao lado de muitos outros países do Sul e do Norte Global, tinha uma presença particular em nossa formação.

Nele, contribuí com um capítulo intitulado “A Casa e o Mundo: Família e trajetórias educacionais entre pesquisadores indianos na Europa” (FERREIRA, 2020), onde analiso o modo como trajetórias individuais e familiares se conectam na construção de circulações acadêmicas de pesquisadores indianos. Trata-se de um texto resultante de minhas pesquisas doutorais na França, onde realizei uma etnografia das circulações acadêmicas entre a Índia e a Europa, especialmente o Reino Unido e a Alemanha, no tempo presente². Em minha tese, diligentemente orientada por Véronique Bénéï, na École des Hautes en Sciences Sociales, analisei as dinâmicas mutantes de carreiras de pesquisadores indianos em ciências sociais que buscam se instalar na Europa (FERREIRA, 2019). Nela, abordo temas como desigualdades (de gênero, classe, casta e origem regional), articulação entre políticas científicas e culturais, precariedade acadêmica e circulações Norte-Sul Global, neoliberalismo e economia do conhecimento, entre outras questões caras às transformações contemporâneas do campo acadêmico.

² Esta pesquisa contou com financiamento da CAPES por meio de bolsa de doutorado pleno entre 2014 e 2018.



Este livro cumpre, neste contexto, um duplo papel. Por um lado, ele retoma um momento recuado no tempo, que, para mim, representa minha graduação e minha filiação ao NIGS, e que dá origem ao livro publicado, por razões diversas, tardiamente, em 2020. Por outro, ele encerra um ciclo de pesquisas sobre o campo acadêmico indiano que se iniciaram também naquele momento. Mas o que gostaria de sublinhar, aqui, é o fato de que essas pesquisas têm uma história que remete à minha graduação na UFSC, à minha filiação ao NIGS e aos meus diálogos com Miriam que, se nem sempre livres de incompreensões, sempre foram pautados pelo sentimento de aprendizado mútuo e abertura ao mundo.

Esta é, inevitavelmente, uma restituição muito parcial – e injusta – de muitos anos de diálogos, trabalho conjunto e circulações de ideias. Por falta de espaço, preciso deixar de fora referências a eventos, publicações, períodos e pessoas que formam uma biografia coletiva ainda mais complexa que mobiliza uma constelação ampla de colegas, instituições e ideias que remetem ao lugar que o NIGS ocupa em minha trajetória. Mas o que gostaria de deixar registrado aqui é que, em qualquer lugar do mundo, carrego sempre comigo o NIGS.

Referências

BHAGWAT, Vidyut. *Women's Studies: The Interdisciplinary Perspectives*. Pune: Diamond Publications, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. 2. ed. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

DIDIER, Béatrice; FOUQUE, Antoinette; CALLE-GLUBER, Mireille (Orgs.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes – Antoinette Fouque, 2013.

FERREIRA, Vinicius Kauê. A casa e o mundo: família e trajetórias educacionais entre pesquisadores indianos na Europa. In: GROSSI, Miriam Pillar; OLTRAMARI, Leandro Castro; FERREIRA, Vinicius Kauê (Orgs.). *Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil*. 1. ed. Brasília/Florianópolis: ABA Publicações/ Tribo da Ilha, 2020. p. 266-293.

FERREIRA, Vinicius Kauê. *Anthropologie politique de la vie académique: Ethnographie des circulations de chercheurs indiens en sciences sociales entre l'Inde et*

l'Europe. 2019. Tese (Doutorado – Doctorat en Anthropologie Sociale et Ethnologie) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França.

FERREIRA, Vinicius Kauê. Sociologia, Feminismos e Dalit Studies: o novo campo da Sociologia na Índia. In: SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; MINELLA, Luzinete Simões (Orgs.). *Gênero e Ciências: mulheres em novos campos*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia/NEIM, 2016. p. 261-286.

FERREIRA, Vinicius Kauê. *Anthropologie, altérité et ambivalence: contestations et discours de légitimité dans l'histoire de l'anthropologie en Inde (1910-2010)*. 2013. Dissertação de Mestrado – Master en Anthropologie Sociale et Ethnologie) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França.

GROSSI, Miriam Pillar; FERREIRA, Vinicius Kauê. Toward Linguistic Diversity in Anthropology. *American Anthropologist*, v. 117, p. 152-153, 2015.

PEIRANO, Mariza. 'In This Context': as muitas histórias da antropologia. In: PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia; PEIXOTO, Fernanda (Orgs.). *Antropologia, Histórias e Experiências*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

PEIRANO, Mariza. *Uma antropologia no plural. Três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

PEIRANO, Mariza. Debates embates na Antropologia: o Diálogo Índia-Europa. *Dados*, v. 33, n. 1, p. 119-146, 1990.

REGE, Sharmila. Exorcising the fear of identity. Interrogating the 'language question' in Sociology and sociological language. In: PATEL, Sujata (Ed.). *Doing Sociology in India. Genealogies, location and practices*. New Delhi: Oxford University Press, 2011. p. 213-240.

O NIGS COMO MEU SEHNSUCHTSORT (LUGAR DE SAUDADE)



IZABELA SCHLINDWEIN

A saída do interior para a Capital

O convite recebido para fazer parte deste livro vem a partir do tema “A Internacionalização do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS)”. Como pano de fundo: “As redes que propiciaram a ida a um centro de ensino no exterior e suas conexões”. Antes de falar de meu processo migratório para Berlim/Brandemburgo e Stuttgart/Baden-Württemberg, preciso escrever sobre os meus movimentos ainda no Sul do Brasil.

Eu conheci o NIGS em 2011, por meio de um e-mail que enviei para a professora Miriam Grossi quando morava em Joinville, Sul de Santa Catarina sem, na verdade, conhecê-la. Eu queria dar continuidade à minha pesquisa de mestrado na Universidade da Região de Joinville (Univille). Eu ainda cursava o Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e nem tinha defendido a dissertação, quando a professora me disse para fazer uma disciplina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para conhecer melhor as técnicas de pesquisa da Antropologia para a abordagem do meu tema.

Naquele segundo semestre de 2011, eu ainda não tinha defendido a dissertação, mas cursava as disciplinas de Relações de Gênero, já no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (professoras Miriam e Mara Lago) e Antropologia Cultural (Raquel Mombelli) para a elaboração de um projeto de tese para o próprio Programa Interdisciplinar da UFSC.

Eu já sabia que o tema da minha pesquisa de doutorado seria a continuidade do tema do mestrado: “Julia Engell-Günther: um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca”. Desde o princípio, eu sabia que a abordagem de gênero seria adotada e, por isso, achei que a nossa parceria ia dar certo. Como deu. Eu larguei a carreira de jornalista em Joinville para escrever a tese em Florianópolis. Ao despir-me desta primeira carreira, passei por um processo novo de adequação aos códigos e posturas de uma vida na academia.

Ao mesmo tempo que eu tive de assumir novas identidades e papéis dentro da universidade, o NIGS também deu a oportunidade para que eu atuasse em uma área que eu já conhecia e também gostava, que era o jornalismo. Eu então me dediquei a trabalhar como jornalista dentro do NIGS. Fazendo as páginas da professora e do núcleo de pesquisa. Assim, ia descobrindo mais sobre a literatura, suas áreas, rostos de pesquisadoras que tinham passado por ali. E vivia a me inspirar pelas tantas biografias.

Eu integrei o NIGS academicamente entre 2011 e 2015, desenvolvendo tanto as atividades que permearam a minha pesquisa quanto aquelas investigações assumidas pelo NIGS como grupo. Como pesquisadora em nível de doutorado e pós-doutorado, atuei nos projetos: Avaliação do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no Brasil; Feminismo, Ciências e Educação: relações de poder e transmissão de conhecimento; Teoria Feminista, Teoria Queer ou Teorias Sociais Contemporâneas? O campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil; Papo Sério; Discussões sobre Gênero, Homofobia e Prevenção com jovens do entorno da UFSC.

De abril de 2014 a março de 2015, cumpri estágio doutoral, com participação em disciplinas e eventos promovidos pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, sob a supervisão da professora Martha Zapata Galindo (do campo da Sociologia política). Neste período, conheci a rede Medidas de Inclusão Social e Equidade em Instituições de Ensino Superior na América Latina (MISEAL), coordenado pela professora Martha. Esta parte da pesquisa ocorreu por meio de uma bolsa do Deutscher Akademischer Austauschdienst (German Academic Exchange Service, DAAD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



Meu encontro com a África Sub-Saariana

Após desenvolver minhas pesquisas no NIGS e concluir o doutorado, eu trabalhei em um dos institutos de pesquisa da rede Leibniz em uma região agrícola na parte Oriental de Brandemburgo, a poucos quilômetros de Berlim. Nesta instituição, atuei como cientista convidada por dois anos, fazendo pesquisa de campo na África Sub-Saariana (Tanzânia) e coordenando um projeto sobre migração e segurança alimentar desenvolvido por um consórcio interdisciplinar de universidades e institutos de pesquisa.

O trabalho de campo na Tanzânia fez com que eu me confrontasse com uma realidade cultural bastante específica. Naquele momento, senti que era responsável por escrever sobre mulheres que eu não conhecia ou conhecia muito pouco. Mulheres que se comunicavam comigo apenas por meio de tradutor, que, além de incertezas em debates sobre gênero, tinham de lutar pela própria vida e de seus/suas filhos/as.

Eu deveria conhecer suas demandas, ainda em fase de apropriação. Pela primeira vez, eu tinha sujeitas de pesquisa. Mulheres de carne e osso, vivendo no presente, ainda lidando com suas questões subjetivas. Muito diferente das pesquisas de mestrado e doutorado, em que a minha sujeita vivia no século 19. Este desafio metodológico ainda me trazia outro grau de dificuldade, que era a relação com estudantes alemães de mestrado da Humboldt Universität. Pesquisadores/as ainda não familiarizados/as com as pesquisas de gênero e que pensavam esse “*corpus*” comigo.

Este trabalho foi feito em parceria com a Sokoine University of Agriculture, localizada em Morogoro, na parte oriental da Tanzânia e a 196 quilômetros a oeste da Capital Dar es Salaam. Em cooperação com a rede Leibniz de pesquisa, a universidade proporcionou um frutífero intercâmbio, trazendo estudantes para Berlim e vice-versa – apesar dos desafios acima mencionados.

Em parceria com as estudantes desses núcleos de pesquisa, atuei em dois artigos científicos e colaborei com uma tese de doutorado: a) “Percepções de uso do tempo em aldeias da Tanzânia: trabalhando com ferramentas sensíveis ao Gênero em reuniões de Educação Nutricional”; b) “Elas voltaram para casa superpoderosas: identificando masculinidades e feminilidades em situações de insegurança alimentar na Tanzânia” e c) “Desenvolvimento de ferramentas educacionais inovadoras para a segurança alimentar: envolvendo as vozes da comunidade na Tanzânia”.

O trabalho de pesquisa na rede Leibniz se expandiu e, entre 2016 e 2018, coordenei um projeto em parceria com uma doutoranda da Humboldt Universität. Era um consórcio científico que visava à reunião de uma rede interdisciplinar de especialistas. O objetivo final era a nossa candidatura a um projeto de pesquisa que pudesse entender os motores da migração em termos de crise e políticas relacionadas.

Estudantes de mestrado de três universidades diferentes na Alemanha desenvolveram seus trabalhos de campo em três países-pilotos: Colômbia, Tanzânia e Mianmar, gerando dados para esta proposta de pesquisa sobre migração global.

Em sua pré-fase, o projeto denominado “M3 Multidimensional Framework and Response Matrix for Migration” foi financiado pelo Leibniz Research Alliance Crises in a Globalized World. O consórcio reuniu instituições como Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK), o German Institute of Global and Area Studies (GIGA) e o Leibniz Center for Tropical Marine Research (ZMT).

A Interiorização na Internacionalização

Vivenciar a palavra “Internacionalização” em seu mais profundo significado em Berlim fez com que eu desejasse voltar para o “familiar”. Em 2019, eu quis viver um processo de “Interiorização”, aproximando-me mais de uma Alemanha cada vez mais real.

Pensando em meu processo migratório, imagino que o desejo de “ficar” em um lugar passa pela relação com os atores e atrizes locais. A meu ver, não há integração sem o encontro com esse “outro”, essa “outra”. Eu sabia que o meu processo de integração na Alemanha não se daria sem a minha iniciativa e nem mesmo pela via “campo teórico”. Como sim, pelo “campo da vida real”. É aí que começa a minha história com Stuttgart.

Eu queria aprender uma profissão em alemão. Tornar esse estranho cada vez mais familiar. Foi assim que eu decidi me dedicar a uma segunda formação, trabalhando em uma instituição intercultural Waldorf privada, resultado da política pública alemã para minimizar as desigualdades em um Ponto Focal do Norte de Stuttgart.

Por meio do estágio em escolas com crianças de diferentes faixas etárias, conheci a realidade pública e privada e sua rede de pais e professores. Sair da



minha zona de conforto, onde minha capa identitária de doutora me trazia alguns privilégios. Agora, eu estava vestindo a capa de aluna do ensino técnico. Eu deveria conhecer outros sistemas religiosos e culturas ultralocais, identificar códigos de conduta próprios, decifrar e traduzir sotaques, tomar decisões importantes e rápidas em outra língua, liderar grupos de aprendizagem e delegações, coordenar equipes. E ainda entender o desenvolvimento infantil e humano, Psicologia, Direito, Teorias de Aprendizagem e seus condicionamentos (Behaviorismo, Cognitivismo, Aprendizagem por Modelo). Tudo em uma língua diferente. E, mais do que isso, eu estava sendo avaliada como qualquer outro aluno.

E deveria provar que estava me tornando uma professora que entende qual é a ideia de “homem” (*Menschenbild*) pelo conceito alemão. Rousseau, Pestalozzi, Fröbel, Steiner, Montessori. O que esses autores pensavam aos olhos dos teóricos alemães? E até os Estudos de Gênero e os Estudos Culturais, ganharam um filtro alemão.

Ao chegar ao final do curso, sinto-me extremamente impelida a conhecer de novo a educação brasileira. Ver como atuam os educadores em minha língua, como aprendem as crianças brasileiras. Eu sinto que a minha identidade grita pela minha metade brasileira.

O alemão tem uma palavra chamada “*Sehnsuchtsort*”, que significa lugar de saudade ou nostalgia. É mais ou menos o que eu sinto ao ver uma foto de uma paisagem que me é familiar no Brasil, por exemplo. É como sentir “um mal-estar no presente, preenchido com uma saudade indefinida, que se expressa no retorno a uma época passada, transfigurado em forma de imagem”. E é assim que encerro esta parte do texto, em que exponho um pouco das minhas subjetividades no meu processo individual de internacionalização.

As chaves e suas portas: uma reflexão final

O NIGS me concedeu “chaves teóricas” e uma espécie de mapa para me guiar por esses novos caminhos. O mapa foi a minha tese. Ou melhor, mais do que isso, a tese foi o mapa e o próprio navio que me sustentou em um percurso de águas intranquilas.

A tese (o mapa e o veículo) me deu as perguntas e as respostas. O título “Os Natais da livre-pensadora alemã Julie Engell-Günther: relações de gênero e interétnicas no Brasil do século 19” me guiava para muitas reflexões ainda atuais.

Muitas vezes, a Julie Engell foi para mim aquela única companhia amorosa que me entendia em meu fazer docente. Foi a minha única conexão com a parte de mim mesma de que eu mais gostava e que estava aos poucos indo embora. Este foi um longo processo de sofrimento e solidão, que vivi sem mencionar a ninguém, pois acho que ninguém entenderia.

Qual é o lugar da mulher em uma colônia de cultura alemã (fosse na Alemanha ou no Brasil)? Quais são os confrontos culturais e de gênero entre Brasil e Alemanha? Qual nova identidade se formaria através de tantas “portas emperradas”? Mal sabia eu, então, que a própria tese seria meu manual de sobrevivência em minhas fricções culturais para além daquele período de tempo do doutorado. A tese era um documento que continha a minha vida. E duraria enquanto eu estivesse viva, pois estava em mim. Era a minha identidade ainda não apagada.

Com a ciência de que as chaves que eu tenho não abrem todas as portas, mas aquelas que conduzem para o mesmo lugar onde está esta/e outra/o niguiana/o, vejo que tudo fluiu para um bonito reencontro como uma linda ciranda de criança.

À rede NIGS, devo o meu fazer científico e minha práxis hoje e sempre! Obrigada, NIGS. E parabéns pelos seus ricos 30 anos de vida.

Dedico este texto à tradutora Elke Dislich, *in memoriam*. Eterna companheira de pesquisa do NIGS, entusiasta da ciência e apaixonada pela cultura brasileira.

CARTA A LAS Y LOS NIGSs DE AYER, HOY Y DE SIEMPRE



DINA SUSANA MAZARIEGOS GARCÍA

Escribir parte de mis memorias como integrante del Núcleo de Identidades de Género y Subjetividades de la Universidad Federal de Santa Catarina en Brasil-NIGS, sin duda alguna me atraviesa desde los afectos construidos, los conocimientos académicos aprendidos y el fortalecimiento de mi ser feminista antirracista.

En ese sentido, me gustaría iniciar diciendo que pasar un tiempo en Brasil hacía parte de un sueño acariciado por mucho tiempo, sin embargo, nunca imaginé de qué manera la vida me estaba preparando ese momento.

Para empezar, puedo decir que en 2007 fui seleccionada como una de las beneficiarias del Programa Internacional de Becas de la Fundación Ford capítulo Guatemala en América Central, mismo que daba la oportunidad de continuar con estudios de posgrados a líderes mujeres y hombres, indígenas, mestizos, afrodescendientes y otros que tuvieran el compromiso de contribuir con los conocimientos adquiridos en el fortalecimiento de la justicia social y el desarrollo económicos de nuestras comunidades, territorios y países.

Fui tomada en cuenta, por mi participación en el movimiento de mujeres en Guatemala, especialmente como lideresa del *Foro Nacional de la Mujer*, en ese entonces la red más grande de participación política de mujeres diversas con presencia en la mayoría de las comunidades urbanas y rurales del país y que nace a partir de la firma de los Acuerdos de Paz en 1997, luego de 36 años de guerra interna donde las mujeres los niños/as, las y los ancianos especialmente integrantes

de los pueblos originarios fueron despojados de sus derechos humanos individuales y colectivos.

En medio de todo este proceso de selección, también tuve que decidir cuál sería el programa y universidad en el que quería continuar mis estudios de posgrado, definitivamente mi elección era la Antropología Social y sin duda alguna, la Antropología brasilera es reconocida como una de las vanguardista a nivel latinoamericano e internacional y el programa de la de la Universidad Federal de Santa Catarina fue uno de los mejores que encontré, aunado a la posibilidad de contar con un Núcleo de estudios con perspectiva de género.

Estudiar en Brasil se constituyó en un reto muy grande, no solo por el idioma, sino por todo lo que este país representa social y culturalmente, especialmente para personas que como yo venimos de experiencias de vida distintas, pero al final de cuentas con cuestiones y problemáticas sociales, políticas, económicas y culturales muy parecidas.

A finales del mismo año, fui aceptada en el programa de La Maestría en Antropología Social de la UFSC, y tomando en cuenta mis interés de investigación logro ser parte dos Núcleos importantes y reconocidos no solo en esta universidad sino también fuera de ella, en ese sentido me refiero al NIGS y al NEPI, desde donde tuve el acompañamiento académico y sobre todo humano para el desarrollo de mi tesis de maestría, estudio que sin lugar a dudas me abre las puertas desde otras miradas y lugar de enunciación, a la comprensión e interpretación de la realidad de las mujeres intelectuales indígenas en Guatemala.

En ese sentido tengo que reconocer, que desde mi llegada al NIGS se me abren nuevos horizontes tanto en las construcciones personales como en las académicas y las de la lucha feminista antirracista, mi encuentro con la Dra. Miriam Grossi fue desde un principio, de aprendizaje, reconozco en ella no únicamente sus virtudes académicas, sino también las humanas y su compromiso con los feminismos y las posibilidades de abrir espacios de encuentro, debates y propuestas diversas y vanguardistas que como estudiantes y luego como profesionales podamos utilizar para fortalecer el proceso de nuestra conexión permanente desde la academia hacia las poblaciones a quienes la universidad se debe.

El NIGS un parte aguas en mi proceso académico y compromiso feminista antirracista, encontrarme con otras mujeres y hombres que cuentan con una visión incluyente y de respeto por la diversidad desde la academia y participación comunitaria, fue importante para mí, no solo al momento de encontrarme



estudiando la maestría, sino que también este potente impacto me ha acompañado hasta estos momentos.

Terminando la maestría, tuve la oportunidad de viajar para hacer un voluntariado y luego trabajar en el sur de África, específicamente en Angola, uno de los países subsaharianos reconocido por sus riquezas multiculturales y naturales, así como también, por sus carencias socioeconómicas y sociales luego de un proceso de colonización portuguesa y una guerra de liberación intensa que duró por más de 25 años.

Contexto por demás complejo, sin embargo, he de reconocer que todos los aprendizajes que me acompañaban desde mi natal Guatemala, los obtenidos durante la maestría y especialmente esa rica y transformadora experiencia desarrollada por mi paso en el NIGS, fueron esenciales para el desarrollo de mi trabajo que duró por más de tres años en Angola.

Al regresar a casa, casi de inmediato me incorporo como docente e investigadora de la tricentenaria Universidad de San Carlos de Guatemala, donde desde el Instituto Universitario de la Mujer-IUMUSAC, la Escuela de Trabajo Social y la Maestría de Género, Sexualidades y Políticas Públicas de la Escuela de Ciencia Política, logro ir trasladando los aprendizajes teórico metodológicos obtenidos durante la maestría y especialmente por mi pasaje por el NIGS, actualmente hago parte de la Red Iberoamericana de Investigación y Transferencia de Estudios y Prácticas Sociales de Género-GENRED y del Grupo de Trabajo: Territorios, Cuerpos y Feminismos de la CLACSO.

ENTRE REDES INTELCTUAIS E AFETIVAS NO BRASIL E NO MÉXICO: a produção de conhecimento coletiva



GABRIELA PEDRONI

A produção de conhecimento feminista nas universidades vem sendo realizada por diversas intelectuais ao longo das últimas décadas, a partir de diferentes articulações coletivas. Em geral, durante os estudos universitários, aprendemos e acreditamos que a produção de teorias é elaborada de maneira individual, em que os autores são apresentados como “gênios”, que tiveram ideias brilhantes e as publicaram inovando a sua área de conhecimento. Em confronto a esta ideia, procuro, neste ensaio, argumentar que a produção de conhecimento é algo muito mais coletivo do que individual; postulo que as palavras que são colocadas numa folha em branco são fruto de relações e trocas que estão na base da produção feminista.

Para reflexionar sobre a produção coletiva de conhecimento feminista, parto da minha experiência como estudante de pós-graduação, de modo a explicitar os caminhos que percorri durante minha pesquisa de mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Brasil, que me levaram ao México para continuar minha formação doutoral, no Doutora em Estudos Feministas da Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco. Essa trajetória de intercâmbio internacional foi possível porque outras mulheres, ao longo dos anos, teceram redes transnacionais tendo como base comum o feminismo e a antropologia. Neste momento, seguro entre meus dedos esta agulha para continuar costurando redes com mulheres em lutas nas universidades.



Feministas costurando comunidades afetivas transnacionais

Foi na ilha de Florianópolis que me encontrei com a mágica comunidade intelectual e afetiva do NIGS, uma rede que havia conquistado um espaço de destaque nos estudos feministas brasileiros ao longo dos anos. Foi a partir desse encontro que comecei meu Mestrado em Antropologia Social, sob a orientação da Professora Miriam Pillar Grossi, no ano de 2018. Os dois anos que se seguiram foram de muitos aprendizados e trocas com acadêmicas de diferentes locais do mundo, um momento de encruzilhada (Alencar, 2020) na minha trajetória acadêmica que apresentou caminhos possíveis até então impensáveis para mim. Deste modo, escrevo sobre esse espaço de produção de conhecimento comprometido e compartilhado que possibilitou a minha ida a um centro de ensino superior mexicano.

No período em que estive ativamente participando do Núcleo, aprendi muito sobre formas de produção de conhecimento coletiva, este que considero um dos princípios que regem a organização desta comunidade e está presente em diferentes atividades que realizamos. Aprendemos na prática que fazer ciência e fazer antropologia pode ser muito mais frutífero quando compartilhamos nossos conhecimentos e aprendemos a partir da troca respeitosa e da diversidade presente em cada integrante. Ao escrever sobre as mulheres na história da arte, Patricia Mayayo (1997) fala sobre a necessidade de desconstrução do discurso a respeito do mito do artista genial, em que por meio da narrativa da história como uma sucessão de grandes mestres homens que produziram suas obras geniais, privilegia a ideia de que a produção de conhecimento se dá de maneira individual, assim como esconde a associação entre o “gênio” e a masculinidade. Retomo esta crítica para postular que, também nas histórias das ciências sociais, existe esse discurso das grandes obras escritas por intelectuais geniais, escondendo, deste modo, o caráter coletivo na produção de conhecimento. Romper com este discurso pressupõe evidenciar que ao escrever nossas teses, artigos e textos acadêmicos, o fazemos em constante diálogo com outras pessoas e a partir de aprendizados que são produzidos em coletividade. Entendo a forma de trabalho coletiva das integrantes do NIGS como um modo de romper com esses mitos que são reproduzidos nos espaços acadêmicos.

A coletividade na formação acadêmica do NIGS se observa em diferentes atividades nas quais participei, em que pessoas de diferentes posições acadêmicas - desde bolsistas de graduação até pós-doutorandos - se reuniam por meio

de diferentes projetos para trabalhar em conjunto¹. Esses espaços nos relembram cotidianamente das redes que criamos em âmbito local com outras acadêmicas. Essas relações foram tecidas nos espaços conjuntos de produção e troca de conhecimento e vão formando comunidades que compartilham princípios epistemológicos na produção de conhecimento. São princípios epistemológicos feministas transmitidos através dos diálogos, dos encontros, das discussões e também das disputas conceituais. A partir dessa diversidade, propomos formas de produção de conhecimento que produzem fissuras nos padrões hegemônicos dos meios acadêmicos.

Mesmo sendo o NIGS um espaço que propicia a formação de redes locais de aprendizagem, a dimensão nacional e internacional sempre foi um traço transversal na vivência de muitos *niguanes*. Esse olhar para o mundo como uma potência de encontros se mostra por meio de organização e participação em congressos, do incentivo ao intercâmbio com pessoas de diferentes localizações dentro do mundo, do fomento ao aprendizado de novas línguas, da narrativa de experiências transnacionais de colegas. Todas essas atividades propiciaram uma atenção para a formação de redes nacionais e transnacionais de feministas acadêmicas, e de modo mais específico, de antropólogas feministas.

Um espaço fundamental para minha investigação de mestrado foi a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil, em especial a articulação do que se chamou “Circuito Lilás” – uma programação pensada para articulação de feministas antropólogas dentro do referido congresso. Entre antropólogas feministas, nos organizamos para contribuir com o congresso a partir da organização de uma Plenária de Antropólogas Feministas Mundiais, que reuniu em torno de duzentas mulheres de diferentes partes do globo para pensar os desafios da produção feminista antropológica nos mais diversos contextos políticos². Este momento contribuiu para a visibilização de agendas políticas e acadêmicas na produção ativista feminista transnacional, e me inspirou a pensar

¹ São exemplos os projetos de extensão, projetos de pesquisa, reuniões periódicas e seminários de teses. Para saber mais sobre oficinas sobre gênero e sexualidades nas escolas públicas, acessar o livro: *Oficinas de gênero, sexualidade e violências: metodologia de formação feministas*, organizado por Miriam Pillar Grossi e Tânia Welter (Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021). E sobre projetos de pesquisa coletivos, sugiro conhecer o “Projeto Direitos Humanos, Antropologia, Educação: experiências de formação em Gênero e Diversidades”, que tem algumas publicações no Dossiê de Revista Cadernos De Gênero e Diversidade, volume 6, número 1, publicado em 2020.

² Para saber mais sobre o congresso e o Circuito Lilás ver: Miriam Pillar Grossi; Tânia Welter. (Org.). *Etnografia de um congresso: a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil*. 1ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.



a “Antropologia Feminista” como uma categoria que mobilizava formas específicas de produção antropológica. Além disso, a partir do encontro com um grupo de antropólogas feministas mexicanas que foram ao congresso, se abriu a possibilidade de intercâmbio entre Brasil e México.

Esse contexto me possibilitou investigar a “Antropologia Feminista” que estava sendo levada adiante no México, a partir de uma rede formada por antropólogas feministas mexicanas. Assim, fiz trabalho de campo durante três meses no ano de 2019, onde fui acolhida por Mary Goldsmith, na Cidade do México, e por Marisa Ruiz, na cidade de San Cristóbal de las Casas, que me apresentaram as suas redes de antropólogas. Essa experiência durante o mestrado foi o que me oportunizou visualizar a continuação dos meus estudos acadêmicos em outro país, de modo que fui selecionada para o Doutorado em Estudos Feministas, na Universidad Autónoma Metropolitana, que me levou de volta ao México em 2020, em meio a uma pandemia global.

Feministas tecendo redes online

Com a vitória do presidente Bolsonaro, no final do ano de 2018, meu olhar para o mundo se tornou uma via oportuna para pensar a continuação dos meus estudos, uma vez que já prevíamos as inúmeras restrições orçamentárias que viria com o seu governo. Assim como muitos outros pesquisadores brasileiros, uma das formas que encontrei para continuar estudando foi prestar a seleção para o doutorado no México, por ser um país em que havia conhecido muitas antropólogas feministas a partir de minha dissertação de mestrado. Uma porta que abriu ao ser selecionada para cursar o Doutorado em Estudos Feministas, que teria seu início no mesmo momento em que o vírus chegava à América Latina, em meados de março de 2020. Nossas aulas retornaram em maio de 2020, já em formato online, e com a incerteza como uma constante que nos acompanha desde então. O isolamento social teve um impacto em todas nós; ainda estamos buscando compreender o significado deste período para nossas subjetividades e vínculos interpessoais. Para mim, que estava começando minha formação doutoral em outro país, implicou um distanciamento social e cultural que, sem dúvida,

colocou muitos desafios a serem superados, desafios que se apresentaram ainda mais difíceis em tempos pandêmicos³.

A pandemia alterou completamente todas as nossas atividades acadêmicas que passaram, quase automaticamente, ao ambiente virtual. Vínculos afetivos e de parcerias intelectuais se tornaram complicados de transpor para este novo ambiente, assim como as aulas tiveram novas dinâmicas. Atrelado a isso, eu tive que me adaptar à outra cultura universitária, em que as formas de produção de conhecimento, de escrita, de formação se mostraram muito diferentes das que estava acostumada no Brasil⁴, de modo que minha turma de doutorado, que é a segunda geração de estudantes desta pós-graduação, teve que aprender novos modos de organização e trocas entre estudantes além dos espaços formais de aprendizado. Demoramos um tempo para conseguir compartilhar incômodos com as pedagogias de formação apresentadas, mas quando conseguimos construir ambientes de trocas seguras entre nós produzimos uma catarse de experiências - angustias, sentimentos e ansiedades - provenientes da relação com acadêmicas deste doutorado. Este processo contribuiu para a compreensão destas experiências como processos sociais, mais do que individuais, e nos ajudaram a encontrar nossa voz enquanto estudantes para dialogar e pleitear demandas junto ao doutorado e às professoras. Entendo que essa articulação estudantil contribuiu para formarmos uma autêntica comunidade pedagógica (hooks, 2013), em que nosso interesse em aprofundar discussões feministas e compartilhar experiências de pesquisa e escrita promoveu um ambiente e uma dinâmica própria de aprendizado coletivo.

³ O que não esperávamos foi a emergência de uma pandemia mundial pela COVID-19, que se apresentou como um desafio burocrático para uma estudante que estava a ponto de começar seu doutorado. Isso implicou uma submersão, nos últimos dois anos, em trâmites burocráticos cada vez mais complicados de desenredar por conta da pandemia, como a retirada de visto estudantil para residência temporária no México, a retirada de documentos essenciais para implementação da bolsa com serviços estatais sem atendimento presencial. Nesse sentido, tive o apoio ativo da coordenadora do doutorado, Mónica Cejas, que me acompanhou em todos os infundáveis trâmites burocráticos.

⁴ Em primeiro lugar, a estrutura dos cursos da Universidad Autónoma Metropolitana, da unidade de Xochimilco, tem um calendário e uma organização distinta. O ano letivo é dividido em três trimestres, cada um com onze semanas de aulas três vezes na semana. Em cada trimestre o foco está em um módulo teórico e temático (ao invés de disciplinas), conduzido conjuntamente por duas professoras. E ao final de cada módulo, temos a exigência de entrega de um avanço da tese e de um ensaio. Essa nova dinâmica se apresentou como um desafio para nós, que estamos acostumadas com modelos semestrais de ensino. Atrelado a isso, existiram outras dinâmicas de sala de aula que fazem parte de uma postura diferente entre estudantes e professoras, de certo modo mais formais e hierárquicas que no Brasil.



A criação de redes nas universidades mexicanas tem sido um desafio para mim durante este período, mas houve alternativas que promoveram o encontro em ambientes coletivos. Enquanto o ambiente do doutorado possibilitou esta comunidade pedagógica entre estudantes, participo de um espaço coletivo entre antropólogas feministas de investigação. Sob a coordenação de Martha Patricia Castañeda Salgado, um grupo de antropólogas feministas organizadas⁵ se articulou em torno do Projeto de Pesquisa “Cartografías de la antropología feminista en México, Centroamérica y El Caribe”, que tem como objetivo investigar as *Antropologías Feministas* desenvolvidas nessa região da América Latina. Iniciamos as reuniões de forma virtual, e neste momento estamos dando os primeiros passos para reunirmos de modo presencial e híbrido. Esse é um dos projetos que tem me dado esperança para continuar, porque se aproxima do modo de produção de conhecimento que me sinto confortável de levar adiante dentro das universidades, ou seja, um modelo de produção de conhecimento coletivo.

A criação de redes desde México tem acontecido de maneira lenta e complicada principalmente devido ao contexto pandêmico, mas que buscamos superar a partir de encontros virtuais. Nesse momento em que as universidades estão reabrindo suas portas, sentimos as restrições que a pandemia causou ao tecido social e acadêmico. Tecido que vem sendo costurado por redes que teimam em se reencontrar apesar dos desafios dos isolamentos, espero que esses laços que foram construídos através de telas possam se fortalecer em espaços intelectuais e afetivos de encontros presenciais. De todos os modos, entendo que independentemente das formas em que estamos nos relacionando academicamente, seja virtual ou presencial, a solução é sempre a promoção e construção de espaços de formação feminista dentro das universidades. Um modo comunitário que é imprescindível para uma crítica aguçada aos modelos hegemônicos de produção de conhecimento, em que o respeito às diversidades seja um princípio inegociável para a atuação nestes espaços.

5 Este grupo de antropólogas feministas se denomina *Las del Fondo*, devido ao local em que tiveram lugar as conversas do grupo: uma das livrarias de Fondo de Cultura Económica, na Cidade do México, e em que participam Lina Rosa Berrio Palomo, Martha Patricia Castañeda Salgado, Mary Rosaria Goldsmith Connelly, Marisa G. Ruiz Trejo, Monserrat Salas Valenzuela y Laura Valladares de la Cruz. Antes desse projeto de pesquisa, essas antropólogas se reuniram para organizar o livro *Antropologías feministas en México: epistemologías, éticas, prácticas y miradas diversas*, publicado no ano de 2020.

Entre redes intelectuais e afetivas

Neste ensaio parto da minha experiência para refletir sobre o caráter coletivo na produção de conhecimento que vem sendo tecido por acadêmicas feministas latino-americanas em diferentes contextos, conformando redes intelectuais e afetivas que transpassam barreiras nacionais e geracionais. Entendo que essas redes são formas de comunidades epistêmicas (Castañeda, 2019) uma vez que nos trabalhos coletivos de produção de conhecimento articulam princípios e formas de investigação feministas que são compartilhados e que provocam fissuras nos modelos hegemônicos epistemológicos das ciências sociais. Ademais, a construção desses espaços passa sempre pelo afeto, na conformação destas redes construímos também amizades, laços de cumplicidade e admiração, que são parte importante para a costura dessas redes. Acredito que estamos formando redes intelectuais, mas também afetivas dentro das universidades, a partir de éticas feministas que são construídas tendo as diversidades como uma potência para a construção coletiva de outros modos de produção de conhecimento.

Referências

ALENCAR, Alexandra. Experiências e epistemologias negras que nos ensinam a ser. In: MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombini Wittmann (Orgs.). *Diálogos Sensíveis: Produção e Circulação de Saberes Diversos*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia. Antropología Feminista y Epistemología. In: PALOMO, Lina Rosa Berrio *et al.* (coords.). *Antropologías Feministas En México: epistemologías, éticas, prácticas y miradas diversas*. Ciudad de México, Bonilla Artigas: UAM- I, UAM-X y UNAM, 2019. p. 2-22.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MAYAYO, Patricia. *Historias de mujeres, historias del arte*. Madrid: Cátedra, 2003.

FEMINISMO, PESQUISA E INTERNACIONALIZAÇÃO: um relato pessoal



FERNANDA AZEREDO DE MORAES

Conversando recentemente com a Luciana Gransotto sobre a sua pesquisa que aborda as redes de resistência feministas de brasileiras na França, fui lembrada de um evento que marcou meu percurso como pesquisadora e minha vida pessoal: O Mundo de Mujeres 2008, em Madrid.

Na época, eu era estudante de graduação em ciências sociais na Universidade Federal do Paraná – UFPR. Uma primeira disciplina de Sociologia das Relações de Gênero, ministrada pela professora Marlene Tamanini (outra ex-niguiana), assim como os cursos de Indivíduo, Corpo e Sociedade, da professora Andréa de Oliveira Castro, Antropologia da Família, da professora Rosângela Digiovani, e os cursos de História do Corpo e História do Amor, ministrados pela professora Ana Paula Vosne Martins, me convenceram, já nos primeiros anos da minha formação, do meu interesse por uma abordagem centrada nos estudos de gênero e no pensamento feminista.

Aproximei-me, assim, da professora Miriam Adelman (igualmente ex-niguiana), que me convidou para integrar sua pesquisa sobre a inserção das mulheres no espaço do Jockey Club de Curitiba, como bolsista de iniciação científica (CNPq/PIBIC). Ao longo do ano de 2007, aprendi na prática sobre a pesquisa etnografia e sobre o trabalho acadêmico, apresentando os resultados de nossa pesquisa, junto com a Miriam Adelman, na ANPOCS, em um evento sobre a Sociologia do Esporte na UFPR, e preparando, a quatro mãos, um artigo para uma

publicação internacional¹. Fui também generosamente convidada pela Miriam a apresentar, junto com ela, o resultado do nosso trabalho no congresso Mundo de Mujeres, que seria organizado na Espanha, no ano seguinte. Pedi apoio financeiro para a organização do congresso, juntei minhas economias da bolsa, pedi ajuda para meus pais, e parti para minha primeira experiência transatlântica.

O Mundo de Mujeres expandiu meus horizontes: passei uma semana em intensas trocas com colegas da Coréia do Sul, da Índia, do Azerbaijão... cada uma com sua bagagem particular, nós tínhamos todas, em comum, a consciência de que o engajamento feminista era o caminho que nós havíamos encontrado para reconciliar reflexão teórica, vida pessoal e ação transformadora. Foi também nesse congresso onde conheci a Miriam Grossi, que se tornaria minha orientadora de mestrado em 2010, no PPGAS de Antropologia da UFSC.

Durante o mestrado na UFSC, o Congresso Internacional Fazendo Gênero, de 2010, a organização da Jornada de Estudos sobre a obra de Miguel Vale de Almeida, assim como os diferentes eventos e encontros relacionados à CAPES-COFECUB, prolongaram as vivências internacionais *in loco*. Durante meus primeiros encontros com a Miriam como minha orientadora de mestrado, lembro de ela mencionar a possibilidade de um doutorado no exterior, na França, plantando uma sementinha na minha cabeça, que levaria ainda alguns anos para germinar.

Após a defesa do mestrado, em 2012, eu tive a oportunidade de atuar como professora substituta na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná, e no departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. Assim, entre 2013 e 2016, me engajei com os debates feministas dentro da UFPR e participei de eventos sul-americanos na área dos estudos de gênero (em 2013, na *IX International Conference International Association for the Study of Sexuality, Culture and Society*, na Argentina, e, em 2015, na *XI Reunion de Antropologia del Mercosur*, no Uruguai), sem nunca me afastar dos eventos e discussões propostas pelo NIGS. Em 2017, terminado meu contrato na UFPR e aguardando (ansiosamente) o resultado do edital da CAPES para o doutorado pleno no exterior – para o qual eu havia postulado no ano anterior com um projeto de doutoramento na *Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales*, na França –, tive também a oportunidade de participar do congresso da IUAES realizado em Ottawa, no Canadá, no painel *Contemporary Anthropology in dialogue with Feminist and Queer*

¹ Adelman, Miriam; Moraes, Fernanda Azeredo de. « Breaking Their Way In: Women Jockeys at the Racetrack in Brazil » In: *Advancing Gender Research from the Nineteenth to Twentieth Centuries* ed. Bingley : Emerald, 2008, v.12, p. 99-123.



Theories. Esse breve contato com a antropologia canadense serviu para atizar meu interesse sobre as discussões relacionadas à história colonial da antropologia e sobre as possibilidades de reapropriação dos museus etnográficos pelas populações indígenas.

Ainda em 2017, participei do inesquecível 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11, organizado na UFSC. Na época do evento, eu já sabia que meu projeto de doutorado sobre as “mulheres de” na história da antropologia francesa tinha sido aprovado e eu me preparava para partir para a França em outubro. Se a minha inserção nesse país teve seus percalços, ela se fez possível apenas graças às redes internacionais que pude tecer desde o Brasil, e um dos fios iniciais me foi dado pelo NIGS. Minha integração entre os doutorandes do laboratório IIAC-EHESS, no qual estive afiliada entre 2017 e 2021, se fez por meio do colega niguiano Vinicius Kauê Ferreira, que já se encontrava nesse laboratório no final do seu doutoramento. No IIAC, eu conheci amigos e amigas, imigrantes dos mais diferentes países, algumas delas com quem eu viria a organizar projetos de reflexão feminista e decolonial nos anos a seguir.

Além dessa rede, não posso deixar de mencionar o fio do feminismo da UFPR, que se desenrolou até aqui através da organização do atelier *Du Brésil à la France, quels territoires pour des résistances communes? Des corps en lutte dans des institutions éducatives*, dentro do 8ème Congrès International des Recherches Féministes dans la Francophonie (Université de Nanterre), junto a colegas de diferentes universidades brasileiras. Devo citar, também, o engajamento artístico e político através dos debates relacionados à peça de teatro sobre a situação política no Brasil *Apnée: Un manifeste scénique de/sur/pour la démocratie au Brésil*, de Rita Grillo e Mariana Vaz, junto à colega filósofa Bruna Martins Coelho (Université Paris 8) em 2019, assim como na participação da conferência on-line *The Sexual Politics of Freedom*, organizada pelo *Irish Centre for Human Rights da National University of Ireland*, em 2020, convidada pela colega e amiga Lennita Ruggi (UFPR).

Minha experiência como doutoranda na EHESS ao longo desses anos tem sido intensamente enriquecedora e transformadora. Desde 2020, eu atuo junto ao programa ANR Les Cahiers Nambikwara de Lévi-Strauss, dentro do qual tive a oportunidade de transcrever documentos históricos e para o qual preparei, atualmente, um capítulo de livro sobre os diários de campo Dina Dreyfus Lévi-Strauss. Contudo, assumo ter me surpreendido desde a minha chegada na França com a forma como os estudos de gênero, a teoria feminista e a crítica decolonial – pilares da minha formação no Brasil – se encontram aqui em posição

marginal, em constante disputa por legitimidade. Frente a esse contexto, me vi empurrada, ao longo do meu percurso, a construir redes horizontais de reflexão e partilha em torno dessas perspectivas teóricas. A mais importante delas é, sem dúvidas, o atelier doutoral *Genre et Féminisme dans les Amériques Latines*.

Em 2019-2020, fui convidada a integrar a organização desse seminário, que existe desde 2017-2018, pela amiga e colega mexicana Yolínliztli Pérez Hernández. Em plena pandemia de Covid-19, junto com colegas doutorandas de diferentes áreas das ciências humanas, inscritas em diversas universidades parisienses, e com as mais diversas origens “latinas” (Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Paraguai, apenas para citar algumas), nós organizamos, com nossos próprios meios, um seminário on-line mensal que reuniu jovens pesquisadoras, assim como especialistas confirmados, em torno de temas como a legalização do aborto, o feminicídio, o *care*, o transfeminismo, o racismo, e tantos outros temas tão pouco visibilizados no debate acadêmico francês. Em 2021-2022, passamos a um formato híbrido e, atualmente, nós planejamos as atividades para o ano de 2022-2023, graças ao apoio do recém-criado EUR *Sciences sociales du genre et de la sexualité*, sinal salutar de institucionalização da perspectiva feminista na EHESS.

Além da perspectiva feminista, em 2019, eu partilhava com Yolínliztli (atualmente pós-doutora na Universidade de Bern, na Suíça) um percurso de pesquisa pouco comum: ao invés de fazermos dos nossos países de origem (México e Brasil) nosso “campo” de pesquisa, nós tomamos por objetos de reflexão fenômenos sociais franceses. Buscando aprofundar a discussão epistemológica e metodológica sobre esse caminho de pesquisa pouco usual, nós nos juntamos à outra colega mexicana, Yael Dansac (também mexicana) e ao colega Hicham Jamid (marroquino), ambos, na época, doutorandos, para organizar a *Journée d’Études “Quand le Sud pense le Nord : défis méthodologiques et enjeux épistémologiques”* (INED/EHESS). Após uma série de imprevistos – uma greve geral que tomou o país no final do ano de 2019 e a pandemia com seus sucessivos lockdowns em 2020 –, finalmente pudemos realizar esse evento on-line em dezembro de 2020. Com público espalhado entre a Europa, a África e a América Latina e com apresentadores de diferentes origens, o evento foi um sucesso. Como desdobramento, coorganizo, atualmente, em parceria com Yolínliztli e Emir Maheddin (CNRS), um número especial para a *Revista Journal des Anthropologues*, que deve ser publicado no final de 2022.

No que concerne à minha pesquisa de doutorado, tenho me inserido também, e gradualmente, em outras redes internacionais, para além da França: no mês de julho de 2022, participei do grupo de trabalho da *History of*



Anthropology Network, intitulado “*Race, Anthropology and (De)Coloniality*”, dentro da 17ª conferência da *European Association of Social Anthropologists*, junto a pesquisadores e pesquisadoras do Brasil, do Líbano, da Lituânia, da Alemanha, de Portugal e da Inglaterra. Enfim, minha inserção, em 2021, no Laboratório *Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain* (CRBC/EHESS), filiado ao laboratório *Mondes Américains*, graças à minha orientadora Monica Raisa Schpun, me reaproximou dos debates travados dentro do campo da história e dos estudos de gênero no Brasil, assim como de trabalhos realizados por pesquisadores e pesquisadoras brasileiros e brasileiras inseridos em diferentes universidades na França e no mundo.

Esse é o meu percurso de internacionalização, com um ponto de partida claro, mas com as próximas paradas ainda em aberto, marcado por diálogos com interlocutoras e interlocutores de múltiplas origens, por alianças fortes com colegas brasileiras e latino-americanas tecidos à partir de associações feministas transnacionais. O Mundo de Mulheres de 2022 vai acontecer em Moçambique e, infelizmente, não poderei participar. Guardo comigo, contudo, o broche do evento de 2008, assim como todas as amizades, parcerias e aprendizados que tive o prazer de cultivar e transmitir ao longo desses quase 15 anos de reflexão e engajamento.



Figura 1– Acervo pessoal da autora (2017)

TECENDO REDES INTERNACIONAIS CABO VERDIANAS COM E A PARTIR DO NIGS



CARMELITA AFONSECA

Conheci o Núcleo de Identidades e Subjetividades (NIGS) em 2013, na sequência do aceite da minha candidatura a uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo como proposta inicial de pesquisa “Gênero, Relações de Poder e Resistência: narrativas de mulheres e homens em situações de violências conjugais em Cabo Verde”.

Na altura, meu país de origem (Cabo Verde) tinha iniciado o processo de implementação do Decreto Lei n.º VII/84/11, que, à semelhança da Lei Maria da Penha do Brasil, tornou público o crime de “violência baseada no gênero”, ou VBG como vulgarmente conhecida e as discussões sobre o assunto estavam muito em voga. Nesse mesmo momento, eu trabalhava na direção do Centro de Investigação e Formação em Gênero e Família da Universidade Pública de Cabo Verde (CIGEF/Uni-CV) e representava a universidade no Conselho Nacional da Família (CNF)¹. Funções que me colocavam em contato direto com os representantes das instituições/ONGs/setores membros da Rede Interinstitucional de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica/Violência Baseada no Género (Rede Sol), e, por conseguinte, com os homens e mulheres que procuravam os serviços da referida Rede para denunciarem situações de violências conjugais.

¹ Órgão Consultivo das áreas do Desenvolvimento Social e Família, tutelado pelo Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, na altura, com representantes de vários ministérios, institutos, universidades e igrejas.



O contato com esses atores sociais e, de modo particular, com os operadores da lei, suscitou, na altura que preparava a minha candidatura para o doutorado, alguns questionamentos teórico-metodológicos que fizeram me aproximar da perspectiva da judicialização das relações sociais (RIFIOTIS, 2012); do poder como algo transitório na relação (FOUCAULT, 1979; GROSSI, 1998b) e da etnografia dos usos da lei em serviços de justiça (VIEIRA, 2011; VIANNA, 2014) nas diferentes instâncias da Rede Sol. Aportes teóricos e metodológico bastante usados nas pesquisas desenvolvidas no NIGS, mas desconhecidos e/ou pouco explorados no nosso contexto (Cabo Verde).

O interesse por abordagens que propunham superar o patriarcado enquanto operador de todas as desigualdades sociais (RUBIN, 1993; STRATHERN, 2006) me fez iniciar pesquisas por centros/núcleos que atuam no campo dos estudos de gênero e violências no Brasil. Nessa busca, pude aceder ao NIGS e ter o privilégio de conhecer a sua então coordenadora, professora Miriam Grossi, pesquisadora, que contribuiu e muito na materialização do meu projeto de formação avançada no Brasil e que me ajudou na construção como pessoa comprometida e engajada com/nas causas sociais, sem perder de vista o meu contexto de inserção social e o meu lugar de fala, para parafrasear Djamilia Ribeiro (2017).

Impulsionada pela professora Miriam Grossi, logo que iniciei o doutorado no PPGAS/UFSC, em agosto de 2013, comecei a participar, num primeiro momento, como ouvinte, nos encontros, seminários, palestras, oficinas e outras atividades desenvolvidas no NIGS e, num segundo momento, a partilhar as minhas experiências de pesquisa no campo dos estudos das violências de gênero, seja em palestras, ações de formação de curta duração, seja em seminários promovidos pelo núcleo.

A participação nesses eventos de partilha de experiências e de intercâmbio de conhecimentos; o acesso ao banco de dados do núcleo e às metodologias de pesquisa que valorizam a produção coletiva de conhecimentos, foram fundamentais para reforçar e ampliar as minhas redes de contatos dentro e fora do Brasil; meus conhecimentos teórico-metodológicos no campo dos estudos de gênero, violências e subjetividades, ao mesmo tempo que me permitiram aperfeiçoar a minha prática docente e de pesquisa. O potencial transformador da rede NIGS não se limitou às possibilidades de aprimoramento e aquisição de novos conhecimentos e metodologias de trabalho; ele também reforçou o meu comprometimento com a questão da igualdade, permitindo-me conscientizar da necessidade, enquanto acadêmica, de ter um posicionamento político e/ou de fazer militância que extravasasse o campo da academia.

Assim, o fim do Doutorado, que culminou, em 2018, com a defesa da tese “A Rede Sol e a Lei Especial contra Violências Baseada no Gênero: processos institucionais e narrativas de mulheres e homens em situação de violências conjugais em Cabo Verde”, me fez experimentar uma dupla sensação: muita felicidade, por ter chegado àquela etapa, não obstante as inúmeras barreiras enfrentadas, ao mesmo tempo que estava invadida por um sentimento de muita nostalgia, pois regressar a Cabo Verde me afastaria, ainda que apenas fisicamente, da dinâmica “própria” do NIGS e das emoções que o estar ali provocavam em mim.

As possibilidades de continuar o trabalho do NIGS em outro lugar me fizeram sentir que regressar a Cabo Verde não significava “uma perda”, mas a possibilidade de reforçar e alargar os meus conhecimentos e redes de contatos conseguidos por meio do referido núcleo.

Retornei ao meu país, em finais de 2018, altura em que a Uni-CV iniciara o arranque de mais um ano letivo (2018/2019). Retomei as minhas atividades de docência e dei seguimento à minha colaboração com o CIGEF nos domínios da pesquisa e atividades de extensão universitária.

O Mapeamento das Pesquisas sobre Gênero, Violências e Famílias em Cabo Verde (1990-2018) foi um dos primeiros trabalhos inspirado em pesquisas desenvolvidas pelo NIGS². Tratou-se da primeira compilação dos trabalhos produzidos em Cabo Verde em matéria de género, VBG e famílias, com o propósito de facilitar o acesso de pesquisadorxs que se interessam por estas questões, bem como de instituições/ONGS que atuam no campo da promoção de igualdade de género e proteção das famílias, aos trabalhos que vêm sendo produzidos no país, desde o início dos anos 1990. A observação, nesta primeira edição, de que a temática da família é relativamente pouco explorada quando comparada às questões relacionadas às violências nas relações de género, chamou atenção para a necessidade de (re)definir estratégias visando o reforço da produção científica nas áreas da família.

Nesta sequência, eu e a professora Fernandina Fernandes submetemos ao CIGEF o projeto de pesquisa “Dinâmicas familiares e conjugalguidades em Cabo Verde: o caso dos concelhos da Praia e de São Lourenço dos Órgãos”. O Projeto tinha como propósito refletir sobre as diferentes configurações familiares e conjugalguidades existentes e o processo da sua emergência na ilha de Santiago e,

² Esta pesquisa baseou-se na pesquisa “Gênero e violência: pesquisas académicas e brasileiras (1975-2005)”, organizada pelas professoras Miriam Grossi, Luzinete Minella e Juliana Cavilha Losso.



como finalidade, lançar as bases para um estudo diagnóstico nacional e informar um plano nacional de promoção e proteção das famílias em Cabo Verde. Após a aprovação do projeto pelo GIGEF e seus parceiros, iniciamos a pesquisa, cujo fecho culminou com o início da pandemia da COVID-19 e consequente confinamento social obrigatório. Uma situação que nos colocou diante de uma nova necessidade: a de reforçar os debates e pesquisas sobre temas como: violências, dinâmicas familiares, paternidades responsáveis, maternidades, desigualdades de gênero, entre outros temas que vinham sendo debatidos pelo CIGEF, mas que precisavam ser recolocados no novo cenário.

No seguimento, apresentei, em colaboração com as pesquisadoras Clementina Furtado e Carla Carvalho, dois projetos: i) “Ciclo de conversas: mudanças e intervenções organizativas em tempos de pandemia da COVID-19” e ii) projeto de pesquisa “Impacto do confinamento social obrigatório em contexto da pandemia da COVID-19 na (re)configuração das relações de gênero e poder no espaço doméstico”. No primeiro, as atividades foram desenvolvidas em duas edições (entre abril de 2020 e abril de 2021), reunindo pesquisadorxs nacionais, da nossa sub-região e internacionais, nas quais a rede NIGS esteve sempre implicada. No segundo projeto, procurou-se, por meio de combinação de operações metodológicas quantitativa (questionário – on-line) e qualitativa (entrevistas abertas), evidenciar se, à semelhança dos outros países, a implementação da medida de confinamento social obrigatório fez (re)configurar as relações de gênero, e, eventualmente, aumentar os casos de violência doméstica em Cabo Verde.

Esta e outras pesquisas recentes apontam não apenas as graves consequências que a pandemia está tendo em vários países, mas também as consequências desiguais entre diversos grupos, com destaque para as mulheres e os possíveis riscos que as políticas de igualdade possam enfrentar.

Tal conjuntura relevou a necessidade urgente de expandir e consolidar a Rede de Cooperación Interuniversitaria Canarias – África (países da África Ocidental), da qual faço parte desde a sua constituição, em 2017. A Rede propõe compartilhar, por meio de metodologias colaborativas inovadoras, conhecimentos, experiências e propostas de desenho de políticas de igualdade inovadoras, com atenção especial à diversidade cultural e propostas endógenas.

Enquanto uma das representantes da Uni-CV/CIGEF na Rede CIMPI, elaborei, em coautoria com as professoras Carla Carvalho e Clementina Furtado, o artigo “Les politiques de promotion de l’égalité de genre au Cabo Verde: le dialogue entre l’Académie, les Institutions Publiques et les ONGS” para a coletânea

Diagnóstico inicial RED CIMPI: Políticas de igualdad en universidades africanas y de las Islas Canarias e o Glosario de términos en políticas de igualdad de la Red CIMPI 2021.

Enquadrada no segundo projeto da Rede CIMPI, “Retos desde la innovación y la transferencia en políticas de igualdad: redes universidad sociedad entre Canarias-África – INTRAPI”, temos em curso a elaboração do Plano de Igualdade de Género da Uni-CV e, na Rúbrica transferência de conhecimentos, coordenei e facilitei a ação de formação “Género, Violência Baseada no Género e direitos humanos dos Imigrantes”, dirigida aos animadores comunitários da Associação Comunitárias Amigos de Safende (ACAS). Como resultado da implementação desse projeto foi concebido, pelos formadxs, sobre a minha orientação, o projeto de intervenção “Unidade de assistência psico-jurídica às Vítimas de VBG/VD”. Na sequência, concebeu-se o projeto de investigação-ação, “Cuidados Comunitários, Género e Diversidade: Diálogos Brasil-Cabo Verde”. Um projeto de extensão universitária cuja coordenação se encontra sobre a responsabilidade de duas pesquisadoras da Uni-CV (Eu e a Eufémia Rocha), uma da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (Miriam Vieira) e um da Universidade do Rio Grande do Sul – UFRGS (José Carlos dos Anjos). Além do envolvimento dessas universidades, a implementação do projeto ocorre em estreita parceria com a Comunidade Morada da Paz/Brasil - e Rede de Associações Comunitárias e Movimentos Sociais de Praia/Cabo Verde). *A relevância dessa proposta prende-se com o fato de propor uma abordagem que valorize outras epistemologias busque a interlocução entre a academia e a militância. Uma abordagem, que emerge da necessidade de desconstruir perspectivas eurocêntricas, que tendem a invisibilizar saberes, experiências e práticas não hegemônicas (SILVA, 2018).*

No quadro da parceria entre o CIGEF e o Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais (LPCS), importa destacar a minha colaboração, enquanto coordenadora do Curso de Ciências Sociais da Uni-CV (2019-2021), na concepção e instalação do Observatório de Violência e Criminalidade (OVC). Um dispositivo permanente e independente de acompanhamento, sistematização e análise de dados (quantitativos e qualitativos) sobre o fenómeno da violência e criminalidade em Cabo Verde. A finalidade do observatório é, por um lado, subsidiar debates académicos e públicos, fornecendo *inputs* para a definição de políticas públicas e, por outro, analisar e acompanhar de forma crítica e reflexiva as políticas públicas concebidas e implementadas no país. Atualmente, coordeno o OVC e, em colaboração com a Professora Fernandina Fernandes, apresentamos o projeto “Violências e criminalidades em Cabo Verde: uma análise a partir dos dados policiais,



processais e noticiados na imprensa escrita”. Um projeto concebido a partir do banco de dados sobre violências e criminalidades do referido observatório, elaborado pelos assistentes de pesquisa do CIGEF, sobre a coordenação dxs pesquisadores do CIGEF e do Centro de Políticas Sociais da mesma universidade.

Além das experiências adquiridas no NIGS terem sido importantes na retomada das atividades na Uni-CV, no CIGEF, na Rede Sol e na Rede CIMPI, possibilitaram a minha integração, em representação ao CIGEF, na Comissão Interministerial de Género de Cabo Verde, cujo propósito é a transversalização da abordagem de género no país. Fazer parte do grupo permitiu-me participar ativamente na elaboração do Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG – 2019-2021), instrumento para delinear as políticas públicas em matéria de igualdade de género e na concepção do Plano Municipal da Igualdade de Género – São Salvador do Mundo (2018-2020).

As experiências sobre organização de eventos adquiridas no NIGS foram de extrema valia para a organização do II Colóquio Internacional “Ciências Sociais e Disrupções Globais: desafios, reposicionamentos e possibilidades de novas respostas”, realizado nos dias 25 e 26 de novembro do ano 2021, na cidade da Praia. Neste evento, que envolveu pesquisadorxs de várias universidades, núcleos e centros de pesquisa nacional, regional e internacional, além de fazer parte da comissão científica e da comissão organizadora, no geral, i) coordenei a mesa “Antropologia Feminista em perspectiva comparada: diálogo Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau e México”, que envolveu a participação de três pesquisadoras vinculadas ao NIGS - Miriam Grossi e Alinne Bonetti e Gabriela Pedroni e, ii) em colaboração com as professoras Andrea Lobo e Patricia Godinho Gomes, facilitei o minicurso “Revisitando Género e feminismo(s): perspectivas ‘periféricas’ e possibilidades de diálogos”.

Importa ainda ressaltar o interesse da equipa do NIGS em desenvolver o projeto de comemoração dos 30 anos do NIGS em Cabo Verde mas que não foi possível devido à pandemia.

Referências bibliográficas

GROSSI, Miriam Pillar. (1998b). “Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal.” In PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam

Pillar (orgs). *Masculino, feminino, plural: gênero e interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, p 293-313.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

RIFIOTIS, Theophilos; VIEIRA, Danielli (2012). *Um olhar Antropológico sobre violências e justiças: etnografias, ensaios e estudos de narrativas*. Editora da UFSC: Florianópolis.

RIBEIRO, Djamila (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando.

RUBIN, Guyle (1993). *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa da Rocha e Sonia Corrêa., S.O.S Corpo, Recife.

SILVA Carmelita, (2018). *A Rede Sol e a lei especial contra violência baseada no gênero: processos institucionais e narrativas de mulheres e homens em situação de violência conjugais em cabo verde*, tese de doutorado apresentado ao programa de pos graduação em antropologia social na Universidade Federal de Santa Catarina.

STRATHERN, Marilyn (2006). *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da UNICAMP.

VIEIRA, Miriam Steffen (2011). *Categorias jurídicas e violência sexual: uma negociação com múltiplos atores*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

VIANNA; Adriana, (2014). *Etnografando documentos: uma etnografia em meios dos processos judiciais*. In: LIMA, A. C.; CASTILHO, S. e TEIXEIRA, C. (Orgs.). *Antropologia das Práticas de Poder - Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

MI “DÉCADA GANADA” EN EL NIGS: relato de una experiencia transformadora



JIMENA MASSA

Cada vez que mi compañera de maestría en el *Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social* de la *Universidade Federal de Santa Catarina* (UFSC), mi amiga Dina Mazariegos, contaba que había ido a tomar el té a la casa de la profesora Miriam Grossi yo sentía una mezcla de envidia y admiración. Como colegas de extranjería en la UFSC -Dina, guatemalteca y yo, argentina- entre nosotras intercambiábamos bastante más que lecturas: nuestra llegada a la antropología, nuestro extrañamiento sobre los usos y costumbres locales, nuestro ensayo y error con el idioma portugués, nuestra inserción en equipos de investigación y en grupos de pertenencia... Entre tanto, yo sabía que sobre aquellas mesas de té -que podían saborizarse con limonadas, tortas o piñones- circulaban proyectos de activismo feminista, propuestas de libros por escribir, invitaciones a eventos internacionales con nuevas agendas de género, comentarios sobre el último incidente político y bibliografía específica para el reciente tema de pesquisa de cada integrante del *Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades* (NIGS) que coordinaba -y aún coordina- la profesora Miriam. Aquellos encuentros gastronómico-intelectuales eran, según mi mirada de antropóloga reciente, pequeños rituales de intercambio de aprendizajes y afectos; momentos para tejer y consolidar redes académicas y amistosas; momentos de crecimiento... y degustación!

Mi deseo de formar parte del NIGS tenía su fundamento empírico. Además de asistir a seminarios y conferencias organizadas por el Núcleo, ya había probado algunos ingredientes de esa mesa generosa como invitada a un taller de tesis que,

en aquel año 2008, la profesora Miriam coordinó para lxs estudiantes de maestría y doctorado que orientaba. Yo investigaba sobre la cobertura mediática de un caso de violencia de género ocurrido en Argentina y era orientada por la profesora Carmen Rial, que no solo compartió conmigo su experiencia en etnografía de medios y análisis de eventos críticos sino que además me sugirió participar en el taller de tesis del NIGS. Allí las cuestiones de género y sexualidades eran el hilo conductor de investigaciones cuyos objetos eran tan diversos como fascinantes, y yo tendría la oportunidad de incorporar nuevas perspectivas a mi proyecto. Gracias a la generosidad de las participantes, pude repensar cada premisa y cada paso de mi trabajo. Pero además, aprendí a poner en juego conceptos y a cruzar perspectivas teóricas con problemas concretos y campos diversos. Porque el desafío era que todxs aportáramos a cada uno de los proyectos en marcha. Así, el intercambio sobre los distintos objetos de investigación, las críticas constructivas -fundamentadas con argumentos tan consistentes como respetuosos- y la heterogeneidad de miradas fueron claves para el desarrollo de mi trabajo y, sobre todo, para mi formación en los estudios de género. El taller fue una inmersión intensiva en los debates feministas de aquel momento; una usina de ideas, cuestionamientos y nuevas preguntas sobre asuntos que hasta entonces no figuraban en mi horizonte de preocupaciones.

Un par de años más tarde, cuando inicié el doctorado en Antropología Social ya bajo la orientación de la profesora Miriam, me torné integrante “oficial” del NIGS y, finalmente, me sumé a la rica mesa de los aprendizajes compartidos. Habitar ese espacio fue una experiencia transformadora no solo en términos académicos sino también en lo personal. Transitar el NIGS implicó un trayecto formativo que marcó mi devenir como antropóloga, como investigadora y como integrante de espacios colectivos en los que la educación pública universitaria se articula con otros actores sociales y se coloca al servicio de necesidades de emancipación muy concretas e inmediatas. En ese sentido, el NIGS fue también una escuela sobre cómo desarrollar proyectos que trasciendan las aulas y la endogamia de la producción académica.

Muchos de esos aprendizajes, que exceden largamente las bibliografías y las teorías, atraviesan hoy mi gestión como coordinadora del Programa de Género y Diversidad de la Facultad de Ciencias de la Comunicación (FCC) de la Universidad Nacional de Córdoba; un espacio dedicado a promover la transversalización de la perspectiva de género en las currículas de nuestras carreras y en las prácticas de docencia, investigación y extensión. Otro objetivo es desarrollar líneas de acción que contribuyan a garantizar la igualdad de género en la vida institucional de



la Facultad, y también incidir en la construcción de una comunicación social no sexista y con enfoque de derechos. De distintas maneras, los aprendizajes en el NIGS atraviesan las iniciativas que promuevo en este espacio de gestión institucional.

Recientemente, por ejemplo, presentamos un protocolo-guía para que cualquier integrante de nuestra Facultad que quiera solicitar el reconocimiento de su identidad de género pueda hacerlo con celeridad, confidencialidad y sin sortear ningún tipo de obstáculo. Sin duda, todo lo aprendido durante la organización de las sucesivas ediciones del *Trans Day*, promovidas por el NIGS entre los años 2010 y 2015, fueron un insumo clave para impulsar esta propuesta que viene a consolidar un derecho otorgado por la ley nacional de Identidad de Género (2012). Aquellas jornadas de discusión intensa en la UFSC, protagonizadas por activistas y académicxs trans, fueron fundamentales para la comprensión cabal del valor del reconocimiento de las identidades autopercebidas en la educación superior. Del mismo modo, mi experiencia como becaria del Programa Reuni, acompañando la trayectoria de estudiantes trans en la UFSC para el reconocimiento de su nombre social, me permitió conocer de primera mano la trascendencia de este derecho tanto en la vida de quienes requieren su ejercicio como en la vida de la propia Universidad, que se torna más inclusiva y plural cuando acoge la diversidad de identidades y provee herramientas para la emancipación de todxs sus integrantes.

Un tópico que atravesó buena parte de los proyectos y debates durante mi estadía en el NIGS fue el de las violencias de género: cómo abordarlas teórica y políticamente, cuáles son sus razones estructurales y qué impacto tienen en la vida personal y social. Todas esas discusiones que mantuvimos en aulas, pasillos y cafés acerca del carácter relacional de tales violencias, su dimensión productiva e inclusive la necesidad de desencializar los lugares de víctimas y victimarixs también resuenan con fuerza en el enfoque que hoy adoptamos en el Programa que coordino. Además de desarrollar una serie de actividades de formación respecto de la violencia simbólica y mediática en particular -inherentes al campo disciplinar de la Comunicación- aquí creamos un Equipo de Acompañamiento para acoger y asesorar a personas que transitan situaciones de violencia, e intentamos construir colectivamente herramientas para un abordaje que, sin excluir la denuncia y el pedido de justicia, trascienda el enfoque punitivista.

La idea de la extensión universitaria como diálogo de saberes fue otro aprendizaje valioso que coseché durante mis años de pertenencia al NIGS. En ese sentido, dos de las experiencias más ricas fueron los talleres sobre género y sexualidades que dictamos en escuelas públicas de Santa Catarina y el

Concurso de Cartazes, que tenía como signo distintivo la participación creativa de estudiantes secundarios. Consciente del impacto que ese contacto temprano con la Universidad puede tener en la trayectoria de vida de lxs adolescentes, hoy como docente de Comunicación recupero esa experiencia y disfruto de recibir a estudiantes que visitan la Facultad en nuestra “Jornada de Puertas Abiertas” y participan de nuestros talleres sobre cómo usar las redes sociales para producir información periodística o cómo evitar la viralización de noticias falsas. Ese primer acercamiento con el “mundo académico” y con algunos conocimientos que allí se producen constituye una oportunidad de conquistar nuevas herramientas para la ciudadanía pero también puede despertar un interés vocacional y, sobre todo, alimentar la creencia de que estudiar en la Universidad pública es posible.

Aprendizajes teóricos, políticos y pedagógicos

La formación adquirida en el NIGS, y en especial todo lo referido a la antropología feminista, resultó clave para mi inserción como docente de la licenciatura en Antropología de la UNC. Para el proceso de selección preparé, justamente, un trabajo práctico sobre “hacer género” y mis aportes a la materia provienen de las lecturas y discusiones a las que pude acceder en las distintas jornadas y actividades desarrolladas junto a mis colegas del Núcleo. En esa circulación permanente de textos y conceptos que nutría nuestra vida en el NIGS, el acceso a autorxs brasileñxs ha sido un aporte fundamental para mi formación en la teoría antropológica, y también en relación a la perspectiva del conocimiento situado ya que conocer la procedencia y problematizar las condiciones de producción de cada obra era una práctica habitual en los talleres y seminarios que el Núcleo organizaba.

Esa experiencia formativa, entonces, fue enriquecedora no solo en términos teóricos-conceptuales sino también en relación a un modo de abordar y debatir los textos; un ejercicio de lectura crítica permanente que me alertó sobre la necesidad de repensar algunas ideas consagradas y verdades políticamente correctas del campo de los estudios de género y los feminismos. Las largas e intensas discusiones en torno a la reproducción sin sexo o respecto a la maternidad por sustitución (barriga de alquiler) -por mencionar apenas dos temas controvertidos tanto en ámbitos académicos como políticos- alimentadas por posturas diferentes y a veces opuestas, me animaron a poner en cuestión presupuestos legitimados en mi propia investigación de entonces (sobre relaciones de parentesco de nietxs



restituidxs en Argentina) y a extender ese ejercicio en mi tarea como docente e investigadora. Esa saludable costumbre de *incomodar/me*, aprendida en el NIGS, también atraviesa mi tarea actual en el Equipo de Acompañamiento a personas que atraviesan situaciones de violencia de género (en la FCC), donde intentamos desencarnizar la condición de víctima y victimarix y poner en tensión los criterios construidos colectivamente en aquellas jornadas de debates apasionados en la UFSC.

Gran parte de mi formación en género y feminismos sucedió en el NIGS, junto a colegas comprometidas y generosas que me mostraron, más que conceptos o teorías, la importancia del análisis no complaciente, la necesidad de la crítica productiva y la riqueza de apostar a nuevas preguntas. Recuerdo, en particular, una discusión sobre la construcción del sexo “a la Laqueur” y la vibrante conversación que surgió gracias a las preguntas sorprendidas -y a veces desinformadas- de quienes participábamos de esas clases *abridorxs* de cabezas y caminos. Todas las preguntas eran válidas, sin distinción de edad ni trayectoria; todos los argumentos eran escuchados, con genuino interés y respeto. Lo mismo sucedía en cada jornada, cuando se discutían objetos de investigación, enfoques temáticos o perspectivas teóricas. Eran espacios de trabajo colectivo en los que la premisa de “pensar juntxs” abría un verdadero diálogo de saberes situados, marcados por nuestras distintas procedencias nacionales, disciplinares y sociales. Nadie salía igual de esos intercambios. Salvando las distancias, algo de ese espíritu de confraternización académica y creatividad compartida intento replicar en el Grupo de Lectura que coordino en la Facultad: “Lo que ellas dicen” -así se llama- es un espacio de lectura de autoras feministas en el que procuramos conversar y aprender de manera colaborativa y horizontal.

Finalmente, mi tránsito en el NIGS significó un aprendizaje de tipo político - pedagógico que marcó mi modo de estudiar, investigar, enseñar y habitar la universidad, donde quiera que ella esté. Un modo de concebir *lo educativo* que es siempre encarnado, sin perder de vista la epistemología de las perspectivas y las posibilidades singulares. En la tarea docente, por ejemplo, eso traduce en evaluaciones que intentan considerar el punto de partida de cada unx, atendiendo a ese proceso particular que implica un crecimiento en comparación con la propia situación inicial y no en virtud de la comparación con otrxs. Creo que tengo una mirada menos meritocrática y homoegeneizante de los procesos de aprendizaje. Intento, con suerte dispar -porque en aulas masivas esto no siempre es posible- replicar ese acompañamiento afectivo y estimulante que yo misma tuve en mis años *nigsianos*, sin perder de vista las circunstancias específicas de

cada estudiante y los modos en que los múltiples marcadores sociales condicionan sus trayectorias.

Mi experiencia “internacional” sucedió en Brasil; ese país fue mi “exterior” y, más precisamente, la UFSC, donde tuve el privilegio de recibir becas para formarme e investigar. Como decimos en Argentina para referirnos a una época de ampliación de derechos, allí tuve mi “década ganada”; tiempos en que el papel de las ciencias sociales y humanas no estaba en discusión y el financiamiento de la investigación era considerado una inversión y no un gasto. Pero sin duda fue mi inserción en el NIGS lo que me permitió aprovechar y disfrutar esas condiciones sociopolíticas favorables. Ese Núcleo lleno de debates y proyectos fue la caja de resonancia donde se intersecaron las mejores políticas públicas, el compromiso institucional y el deseo personal. El contexto de un Brasil generoso se tornó una oportunidad concreta y una realidad cotidiana gracias a la acogida de una maestra y su maravilloso grupo de trabajo que encendieron el fuego sucesivas veces para servir el té en una mesa repleta de sabores, aprendizajes y alegrías compartidas. Siempre seré grata por eso.

EL NIGS Y LA RED LISS



JOSÉ MARÍA VALCUENDE DEL RÍO

Me gustaría comenzar este breve texto agradeciendo la invitación a participar en una obra que tiene un claro carácter conmemorativo. Es para mi todo un honor contribuir modestamente a celebrar treinta años de trabajo bien hecho, tanto por parte del NIGS como por parte de su coordinadora, maestra de maestras¹, Miriam Pillar Grossi, a la que conozco desde hace 23 años y con la que he podido mantener la amistad a pesar de distancias y pandemias.

En el año 1999 tuve la oportunidad de realizar una estancia, durante un mes, en la Universidad Federal de Santa Catarina, de la mano de la profesora Miriam Pillar Grossi, financiada por la entonces denominada Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI). Cuando me puse en contacto con Miriam Pillar Grossi, proponiéndole el plan de trabajo, ella no me conocía, pero rápidamente aceptó mi propuesta, lo que me permitiría viajar a la Universidad Federal de Santa Catarina en Florianópolis y comenzar así mi vinculación con Brasil que mantengo por múltiples razones hasta hoy. Aquella estancia jugaría un papel importante en mi vida académica, en un periodo en el que trabajaba fundamentalmente el tema de fronteras y había comenzado a reflexionar en algunos textos sobre masculinidades. Mi estancia en la UFSC posibilitaría desarrollar, durante varios años, junto a otras colegas y amigas brasileñas investigaciones sobre fronteras en la triple frontera Brasil, Perú y Bolivia, continuando así una trayectoria que inicié en el sur de la frontera de España y

¹ En este texto utilizaré el femenino como genérico, incluyendo por tanto a ellas, ellos y ellos.

Portugal. También me permitió, y ese fue uno de los objetivos de aquel viaje, afianzar mi trayectoria investigadora en el ámbito del género y de la sexualidad.

Recuerdo de aquella estancia a un grupo de investigadoras y estudiantes, coordinadas por Miriam Pillar Grossi, que posteriormente serían profesoras en diferentes universidades brasileñas. Desde entonces mantuve contactos puntuales con Miriam Pillar Grossi, pero será a partir del año 2007 cuando iniciamos una nueva etapa. Es en ese año cuando entramos nuevamente en contacto para presentar un proyecto de investigación: el Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistorico de las Sexualidades, financiado por el Gobierno de España en el año 2008. Aquel proyecto se fue fraguando a partir de la colaboración de un excelente equipo de investigadoras de diversas universidades españolas y latinoamericanas, que jugaron un papel fundamental tanto en el diseño como en el desarrollo del proyecto, entre las que se encontraba Miriam. Es precisamente a partir de dicho proyecto que se conforma la Red Iberoamericana para el Estudio Sociohistorico de las Sexualidades (Red LIESS), que será reconocida oficialmente en 2013 por la Asociación de Universidades de Postgrado (AUIP). Una red que se ha ido consolidando con el tiempo a partir de diversas publicaciones, la realización de seminarios y encuentros conjuntos, la creación de la revista RELIES que lleva funcionando cuatro años y los congresos bianuales, realizados en Sevilla, Cuenca de Ecuador, Granada, México y que tendrán su continuidad en septiembre de 2022 en Natal en Brasil. Un congreso que se ha visto demorado por la pandemia de la COVID19, a pesar de la que una parte de las integrantes de la red pudimos mantener el contacto gracias a los seminarios virtuales coordinador desde la UFRN.

Precisamente la realización del Congreso en Natal pone de manifiesto la importancia de la participación de las investigadoras brasileñas en la Red LIESS. Actualmente nos encontramos con un total de 35 investigadoras, siendo no sólo uno de los grupos más importantes en número, sino también uno de los grupos más activos. De hecho, la participación de las universidades brasileñas se ha traducido en estancias de investigadoras españolas en universidades brasileñas, estancias de investigadoras brasileñas en universidades españolas, seminarios de investigación, diseño y participación en proyectos conjuntos, realización de artículos compartidos...

Hoy sería difícil concebir nuestra red sin entender el papel que desempeñan las investigadoras brasileñas, muchas de ellas integrantes del NIGS o que de una u otra forma se han visto influenciadas por esta red de investigación y especialmente por su coordinadora. La vida me ha dado la oportunidad de coincidir en Sevilla,



Florianópolis, Cuenca de Ecuador, ciudad de México..., con muchas de ellas. Y esta oportunidad se ha traducido no sólo en una fructífera relación profesional, también en una relación de amistad que nos ha permitido compartir saberes y afectos, enriquecernos profesional y personalmente. En este sentido me gustaría referirme especialmente a la coordinadora del NIGS. Miriam Pillar Grossi, que es para mí todo un referente. Admiro su producción, su rigor científico y su compromiso político. Todavía recuerdo uno de sus texto que me impactó en mi primera estancia en la UFSC, *Rimando amor com dor*, sus seminarios con los estudiantes, los momentos compartidos en París, Florianópolis y Sevilla o su conferencia, hace unos años, en la Universidad Pablo de Olavide, en la que, en cierta medida, tal vez sin saberlo, nos anunciaba lo que sucedería a nivel político en Brasil a partir de su reflexión de cómo determinados grupos religiosos se estaban apropiando de los logros sociales, que eran entendidos no tanto como la consecuencia de una acción política sino de la acción de Dios. Su quehacer científico ha estado profundamente vinculado a su compromiso político con los sectores sociales que han sido subalternizados: grupos racializados, disidentes sexuales y sexogénicos y sobre todo con las mujeres, a partir de un potente discurso feminista y de una perspicaz mirada antropológica. A este saber hacer se suma una impresionante capacidad de organización, desde la exigencia, sí, pero también desde la implicación personal.

Canta Carlos Gardel en un viejo y hermoso tango, Volver, que “veinte años son nada” puede ser... pero depende para qué... En este caso 30 años son mucho si vemos los extraordinarios resultados que ha conseguido este grupo de investigación, entre otros su articulación a nivel nacional y su importante peso en redes de investigación de carácter internacional. Así que, para terminar, sólo me queda festejar todo este trabajo bien hecho y soñar con volver, en este caso a Natal, donde las relaciones entre el NIGS y la Red LIESS seguirán tejiendo redes, afectos y saberes, contribuyendo a generar conocimiento desde el sur global y a visibilizar una importante producción científica que también se escribe en otras lenguas más allá del inglés. En Natal seguiremos conmemorando esta vinculación y tal vez, sólo tal vez, el preludio del final de una etapa oscura en Brasil y en otras partes del mundo, por soñar que no quede...

Parte IV

AS COMEMORAÇÕES DOS 30 ANOS

RESISTINDO EM TEMPOS SOMBRIOS: os últimos cinco anos do NIGS¹



Florianópolis, 13 de novembro de 2021.

Querida amiga secreta,

Acordo às 3hs da manhã deste sábado, 13 de novembro, que é o dia que decidimos ser a data oficial do aniversário do NIGS. (Re)construir a história de uma instituição não é tarefa fácil.

Iniciei muitas vezes a escrita desta carta, pensando em muitas coisas que gostaria de compartilhar nestes 30 anos do NIGS, mas, minha última tentativa, que já tinha resultado em uma longa missiva que contava histórias dos 30 anos do NIGS, se perdeu junto com um bloqueio de uso do programa Microsoft Word em meu computador. Parece que a tecnologia sempre nos prega peças, justamente nos momentos em que mais precisamos dela. Não tenho dúvida de que computadores “captam” os momentos mais desafiadores de nossas vidas e sempre, nestas horas, deixam de funcionar, queimam, fazem desaparecer nossos arquivos, nos deixam com uma terrível sensação de traição e de abandono, nos fazendo perceber que são máquinas parceiras de nossas vidas.

Nas cartas esboçadas anteriormente, analisava mais profundamente dois grandes momentos históricos do NIGS: os primeiros 10 anos, quando o criamos, e o longo e complexo processo de sua institucionalização e a década seguinte, marcada pelos “anos de ouro” que foram os 13 anos de governos Lula e Dilma,

¹ Carta para amigo secreto das atividades de comemoração dos 30 anos do NIGS.



onde desenvolvemos inúmeros grandes e importantes projetos de pesquisa e extensão e onde se formou a grande maioria das e dos egressos do NIGS. Estes anos dos governos do PT foram momentos de entusiasmo com as possibilidades de mudança social que projetos institucionais nos permitiam pelo estímulo para rompermos com os muros da universidade para escutar e dialogar com a sociedade civil. Foram também anos que nos permitiram levar adiante o compromisso (que já tínhamos, mas que pudemos desenvolver com apoio formal) de formação de número grande de estudantes (do ensino médio ao pós-doc), devido à abundância de recursos que tivemos para a ciência e formação de pós-graduação. Foram os anos dos projetos Papo Sério (apoiados com recursos do MEC-PROEXT, da extensão da UFSC, do PIBIC EM do CNPq, do PNPd CAPES), de mapeamento das pesquisas sobre violências contra mulheres (com importante apoio da Fundação Ford), de avaliação de políticas públicas como nos projetos das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres e do Prêmio Igualdade de Gênero (ambas financiadas pela SPM), dos projetos que se debruçaram sobre a educação em Santa Catarina (com apoio do PROSARE, Ministério da Saúde, PRONEM FAPESC, PNPd CAPES) e de formação de professoras (como o projeto que tivemos com o GEEMPA, que nos levou aos interiores de todo o Brasil, as três edições do GDE que fizemos em parceria com o IEG e outros cursos de formação esparsos). Anos dos convênios CAPES-COFECUB com a equipe de Toulouse e dos PROCAD com a UFRN, UFBA, UFAM, UFG e UFRGS. Anos de fortes e boas lembranças para todos nós.

Recomecei a escrita e decidi registrar aqui apenas minhas memórias dos últimos 5 anos e meio, desde nossa última comemoração coletiva de aniversário do NIGS, em abril de 2016. Sei que este não é o período mais alegre e glorioso de nossa história, mas acho que é preciso elaborar coletivamente o que aconteceu neste momento da história do país, que se refletiu na história mais particular de cada uma de nós e do NIGS como uma microinstituição. Este período histórico reflete a transformação geracional das pessoas que foram formadas na UFSC e que hoje se encontram em todo o Brasil e pelo mundo.

Impossível não lembrar da noite daquele domingo de 17 de abril de 2016, onde eu havia preparado um grande jantar para marcar o início de nossas comemorações. Durante o jantar, assistimos, incrédulos, aos votos pelo impeachment, com referência à “família” da grande maioria dos deputados brasileiros (e aqui falo no masculino, pois foi esta masculinidade hegemônica que esteve em cena naquela performance reproduzida como final de copa do mundo em um domingo à noite).

Sabemos bem tudo que se seguiu na vida política brasileira desde então. Pensar neste período, colocá-lo em palavras, tornar públicos meus sentimentos sobre o que vivemos é também uma tentativa de elaborar as perdas, retrocessos e desilusões que não paramos de vivenciar. Desde abril de 2016, estamos em luto com o golpe que tirou nossa primeira mulher presidenta do poder, que trouxe o governo Temer, que só tinha homens brancos e velhos, que nos paralisou frente à eleição de Bolsonaro. Deste então, não teve dia em que não tenhamos tido mais uma notícia de perda de direitos adquiridos, de violação de direitos humanos de todos os grupos subalternos e vulneráveis no Brasil, de ataque à ciência e às universidades, de contestação de nosso campo de estudos de gênero. Foram tantos e tantos momentos de luta onde tivemos de parar tudo para ir às ruas, para escrever manifestos, para lutar contra inimigos e contra a injustiça da prisão de Lula. E o NIGS em tudo isso? Como tantos retrocessos políticos impactaram nosso cotidiano, nossos projetos, nossas realizações?

Naquele abril de 2016, e a escolha da data de festa dos 25 anos do NIGS tinha outro objetivo, não explícito publicamente: comemorar o fim de uma etapa do tratamento do câncer de mama que descobri no dia 16 de outubro de 2015. A palavra câncer é quase que uma sentença de morte em nossa cultura e eu abracei meu tratamento com o rigor de minha formação científica e de minha formação antropológica, que me permitiam olhar para meu percurso terapêutico fazendo observação participante. Mesmo tendo seguido à risca os complexos protocolos oncológicos, sabia que a batalha não estava vencida e que precisava continuar a me cuidar e a desejar viver para garantir que a cada seis meses os exames mostrassem que não havia tido recidiva, que eu não tinha mais nenhum tumor em nenhum lugar do corpo. Seis anos depois, continuo nesta saga de cuidados e exames e celebro a saúde como um dos dons mais preciosos que temos.

Uma das decisões que tomei na manhã em que acordei da operação no hospital foi que me afastaria das relações abusivas e desrespeitosas que tinha em vários espaços institucionais da UFSC. Tive de repensar profundamente o que eu desejava para minha vida, pois meus projetos de futuro não podiam ser muito longos, uma vez que a morte estava ali, na espreita. E neste processo de repensar o futuro e as prioridades, o NIGS ocupava um lugar central. O núcleo era o espaço de transmissão de conhecimento individual (por meio da orientação de pesquisas de TCC, mestrado e doutorado) e coletivo (com os projetos institucionais que realizávamos).

A comemoração dos 25 anos do NIGS, com a presença de tantas e tantos ex-orientandes, foi a melhor forma de me dar vontade de continuar a viver. Os



25 anos do NIGS revelaram a força da rede de pesquisadoras e pesquisadores que haviam se formado na UFSC e que agora eram professoras e professores em várias universidades do Brasil e do mundo. Escutando, conversando, dialogando, percebi que podia “desapegar”, que podia investir em novos projetos, com menos compromisso em conseguir recursos para a sobrevivência individual de jovens estudantes para os quais os projetos institucionais do NIGS tinham sido vitais, tanto para sua sobrevivência, quanto para terem as condições materiais de realizarem pesquisas ousadas e originais. Percebi também que a Rede NIGS já não precisava mais de mim para existir e que já tinha sementes plantadas em todas as regiões do Brasil e em muitos dos núcleos “filhotes” já tinham crescido grandes árvores, com muitos frutos.

Foram, portanto, por conta destes dois movimentos: o de uma radical transformação em minha vida pessoal, depois de ter vislumbrado a morte, e o da tragédia política na qual o Brasil entrou em 2016, que os últimos 5 anos do NIGS foram diferentes.

No plano mais pessoal, de minha carreira, me dediquei, nestes últimos 5 anos, a novos projetos que me levaram de volta ao início dos anos 2000, quando estive fortemente engajada com a política associativa e institucional da antropologia brasileira e do campo dos estudos de gênero. Estes projetos se deram em dois planos, um mais individual e um mais coletivo. Nos dois planos, estiveram presentes tanto a equipe quanto as metodologias de ação coletiva construídas nas três décadas do NIGS.

No plano individual, vivi uma das maiores experiências de minha vida no ensino e pesquisa, ao ser professora visitante na Universidade de Columbia. Morar em Nova Iorque, frequentar os espaços onde Franz Boas e suas alunas Ruth Benedict e Margaret Mead fundaram a moderna antropologia norte-americana, trabalhar nos arquivos da antropologia do início do século XX, participar de mobilizações feministas de massa contra Trump, poder ensinar a estudantes de vários lugares do mundo, participar de mobilizações da rede internacional de resistência ao golpe contra a Dilma, foram algumas das vivências que a Cátedra Ruth Cardoso me permitiu em 2017. Me preparo agora para uma experiência similar, como professora visitante no IHEAL – Institut des Hautes Etudes en Amérique Latine na Université de Paris 3, que inicia em janeiro de 2022. Nestas duas experiências de ensino, construo meus programas e minhas aulas com base nas produções acadêmicas de toda nossa rede e aplico em aula as metodologias feministas que construímos através das diferentes ações grupais de nossa rede.

No plano coletivo, os dois primeiros que realizei já estavam em curso em 2016 e eram um compromisso maior com as duas comunidades intelectuais e políticas nas quais construí minha carreira. Com Cristina Scheibe e IEG, lideramos a organização do Mundo de Mulheres, que realizamos junto com o Fazendo Gênero, em julho de 2017, e acolheu 10 mil participantes em uma celebração coletiva que ecoa até agora em nossos corações e mentes feministas. Junto com este compromisso, voltei a assumir a coordenação geral do IEG em um momento de expansão de nosso espaço físico e frentes de ação com a criação do Espaço Cultural Gênero e Diversidades. Na coordenação do IEG, ampliei os aprendizados de gestão e formação de pesquisadoras que havíamos desenvolvido no NIGS para o espaço maior da UFSC.

Com uma rede de colegas e egressas da antropologia da UFSC, levei adiante o compromisso da ABA de organizar o congresso da IUAES, em 2018, na UFSC. Fazer o primeiro congresso mundial da antropologia no Brasil, com 1.500 participantes de 55 países do mundo, foi um belo desafio, tanto no plano político – por termos conseguido garantir um lugar de liderança brasileira na política antropológica mundial –, quanto no plano epistêmico, por mostrar que é possível produzir novas formas de pensar e fazer antropologia a partir das margens da produção antropológica hegemônica. Além de fornecer todo o apoio logístico que a secretaria do congresso exigia, o NIGS articulou, nesse momento, novas redes de pesquisa e extensão. Uma delas em torno de projetos de avaliação das políticas de educação e diversidade dos governos Lula e Dilma, que envolveram estudantes do Ensino Médio ao pós-doutorado e outra na ampliação de nossa forma de produzir conhecimento “corporificado” e “situado”.

Na energia de organização destes dois megaeventos globais, aceitei o desafio de ser presidente da ANPOCS em 2019/2020. Experiência política das mais difíceis que vivi, tanto por meu mandato ter coincidido com os dois primeiros anos do governo Bolsonaro e com o primeiro ano da pandemia, quanto pelas profundas resistências de nosso campo científico a inovações na produção do campo das ciências sociais no Brasil, entre elas, as envolvendo questões regionais, de gênero, orientação sexual, raça, deficiência etc.

Mas esta volta à arena da luta em defesa da pós-graduação, ciência e tecnologia me abriu novos caminhos. Um deles foi a expressiva eleição para representar a comunidade científica no Conselho Deliberativo do CNPq; outro foi o convite para me candidatar a um cargo na diretoria da SBPC. Nestes dois espaços, venho abrindo caminhos para a construção de políticas científicas de maior inclusão de pesquisadoras/es que atuam fora dos territórios hegemônicos de poder científico



no Brasil. Na convivência com “velhas raposas” da política científica e tecnológica, tenho aprendido muito sobre como lutar por recursos e produzir resistência política ao desmonte da ciência brasileira.

No final de 2019, o NIGS recebeu um grande reforço institucional, com a abertura de vaga no departamento de antropologia para a área de gênero e foi com alegria que acolhemos Alinne Bonetti como parceira na coordenação e nas atividades de orientação do núcleo. Pude, assim, me afastar definitivamente do PPGAS, programa de pós-graduação ao qual dediquei 30 anos de minha vida, mas, que, nos últimos anos, só me trazia tristeza e sofrimento.

Nos últimos 18 meses, com a pandemia, a UFSC e o NIGS estiveram fechados para ações presenciais, mas nunca tivemos tantos encontros e atividades virtuais. A pandemia nos trouxe a possibilidade de realizarmos, através de nossa rede global, inúmeras lives, aulas, reuniões e atividades coletivas. Pudemos também, neste período, fechar e publicar uma série de livros que estavam em “banho-Maria” devido a outras demandas urgentes dos últimos anos. Tania Welter foi a parceira essencial para levar adiante o projeto editorial do NIGS, que agora já toma voo próprio e se caracteriza por uma forte linha editorial no campo feminista e antropológico brasileiro. Foram, portanto, meses paradoxais em nossa vida de isolamento. Por um lado, sofremos com a tragédia de mortes pela Covid e política genocida do atual governo, mas, por outro, nos fortalecemos na articulação rizomática que foi fundamental para resistências políticas e epistêmicas em diferentes planos.

Chego hoje, neste dia de comemoração dos 30 anos do NIGS, agradecida ao universo por estar viva e por ter tido o privilégio e o prazer de construir esta imensa teia de produção de conhecimento e afeto, que é a rede NIGS. Comemorar estas três décadas significa, também, me permitir partir para novos projetos e novos desafios individuais e coletivos para as próximas décadas, que serão as últimas décadas de minha vida.

Um grande abraço.

Miriam Grossi

CONSTELAÇÃO NIGS – TECENDO O INFOGRÁFICO DA REDE



BÁRBARA MICHELE AMORIM

Muitas pessoas passaram pelo NIGS durante seus 30 anos de história e muitas trajetórias se construíram e consolidaram nesse Núcleo. Uma das frases que mais ouvimos durante todos os encontros comemorativos foi “o NIGS mudou minha vida”. E mudou de diversas formas: teórica, analítica, acadêmica, afetiva, amorosamente. Fazer o levantamento das pessoas que compõem o Núcleo e também seus “descendentes” partiu do próprio grupo, que sugeriu o levantamento durante nossa primeira reunião para organização do evento. Assim, a equipe de comunicação (Barbara Michele Amorim, Pâmela Laurentina Sampaio Reis, Carolina Giordano Bergmann, Francine Costa, Bruna Fani Duarte Rocha, Winny Gabriela Pereira de Santana, Viviane Pires dos Santos, Aleixo Fonseca, Átina Nadine Schipitoski Esteves e Priscilla Gusmão) partiu do currículo Lattes da professora Miriam Grossi para, a partir dali, “desemaranhar” a rede. Ilusão nossa, pois percebemos que diversas pessoas participaram ativamente das atividades do NIGS em momentos diferentes de suas vidas e outras tantas, depois de passarem pela orientação da professora, se tornaram orientadore e/ou orientande de ex-orientandes. Na verdade, seguir as relações que se criaram no NIGS nos fez perceber o incrível emaranhado de ensino, pesquisa, extensão e afetos que o Núcleo proporciona criar.

Objetivamente, a equipe responsável conversou com todas, todos e todes ex-orientandes que hoje são professoras, professores e professorus em instituições de ensino superior para sabermos quem eram suas/seus orientandes que

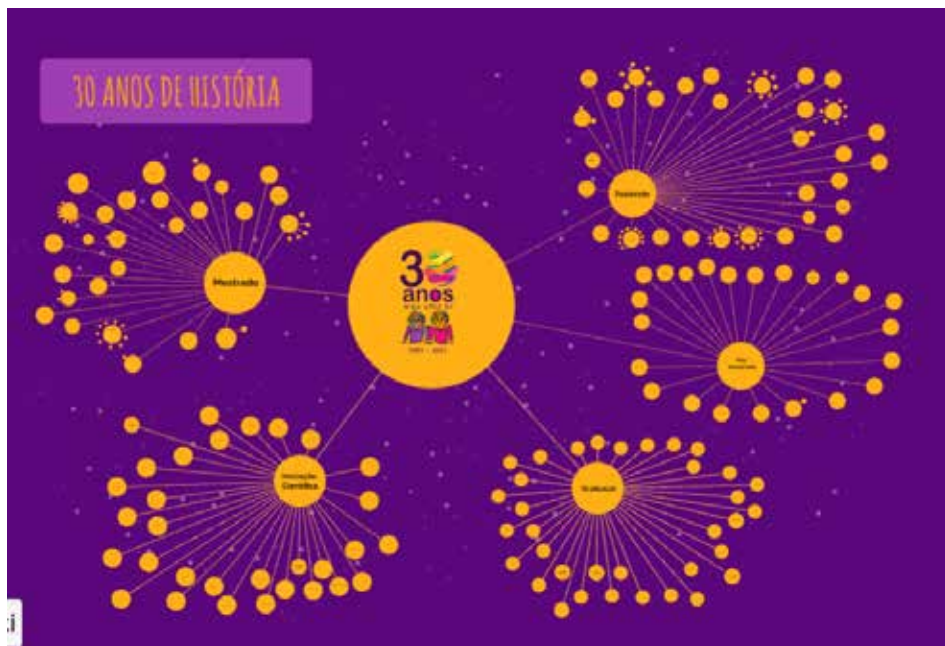


consideravam fazer parte da rede, enquanto “netas/netos/netes”. Pesquisamos os currículos Lattes de todas as pessoas que apareceram na página do NIGS; no currículo da professora Miriam Grossi e da professora Alinne Bonetti, que, desde 2019, também coordena o núcleo. Além disso, contamos com as memórias da própria professora Miriam.

Esse último ponto merece destaque. Tivemos dois encontros virtuais com a professora Miriam para conferirmos as informações que estávamos coletando e, sim, a professora lembrou de todas as pessoas. Mas não somente lembrou; a professora sabe a trajetória de cada uma delas, como foi a participação no Núcleo, onde continuaram seus estudos e trabalhos e onde se encontravam em 2021. Por isso não é difícil reconhecer que o NIGS é um núcleo de afetação. Afetação tal qual nos propõe Favret-Saada, onde se permite vivenciar o Núcleo (atravessadas/os/es por nossas histórias, temores e superações), aprender e ensinar, e também estar “livre jogo de afetos desprovidos de representação” (SIQUEIRA; FAVRET-SAADA, 2005, p. 161). Ninguém sai do NIGS. Primeiro porque as relações não se rompem ao final dos estudos na UFSC; os laços e parcerias permanecem. Também não se sai do NIGS porque, no momento em que se é afetada/o/e, já não se é mais a mesma/o/e e todas as relações e aprendizados permanecem. As redes criadas no núcleo não se restringem às pesquisas e bolsas de estudo, são redes “da vida, para a vida”.

Para simplificar a apresentação da constelação, dividimos-a em grupos, conforme a atividade/grau de formação: Iniciação Científica, Graduação, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado.

Figura 1 – Visão geral da constelação



Dentro de cada categoria, criamos um ponto para cada orientande. Para aquelas pessoas que já têm suas/seus próprios orientandes, criamos uma pequena constelação ao seu redor. Assim, nossa constelação contou com diversas pessoas e suprimimos aquelas que fizeram mais de uma formação no NIGS, para não aparecerem mais de uma vez no vídeo.

Segue a lista com todas as pessoas que já fizeram/fazem parte do NIGS em seus 30 anos de existência:



- Adriana Barth Barbaresco
Adriano Nuernberg
Alana dos Reis Verani
Aleixo Fonseca
Alessandra Caroline Ghiorzi
Alexandra Eliza Alencar
Alexandre Soli Soares
Aline Carolino
Alinne de Lima Bonetti
Ana Cristina Barreto Floriani
Ana Cristina Marques Lemos
Ana Maria Fonseca de Oliveira Batista
Ana Paula Garcia Boscati
Anahi Guedes de Mello
Andrieli da Silva Raupp
Anelise Fróes da Silva
Angela Célia Sacchi
Angela Medeiros de Oliveira
Anna Carolina Horstmann Amorim
Ari José Sartori
Arianna Sala
Arthur Leo da Costa Novo
Assis Menin
Atina Natine Schipitoski Esteves
Barbara Maisonave Arisi
Barbara Michele Amorim
Bernadette Grossi dos Santos
Bruna Carolina Bernhardt
Bruna Fani Duarte
Bruna Kloppel
Bruno Pereira Cordeiro
Camila Laurindo
Camila Pinheiro Medeiros
Carla Giovanna Cabral
Carmelita de Afonseca e Silva
Carmen Susana Tornquist
Carolina Giordano Bergmann
Caroline Gorski Marques Araújo
Caterina Rea
Clarice Krieger
Cláudia Lago
Claudia Lazcano
Claudia Regina Nichnig
Claudio Leite Leandro
- Crishna Mirella de Andrade Correa
Dalva Marisa Ribas Brum
Daniel Machado Conceição
Daniela da Silva Luiz
Daniela Novelli
Débora Luiza Pereira
Diego Pontes
Dina Susana Mazariegos Garcia
Diogo França Machado
Dora Giradello Hoff
Edmarcius Carvalho Novaes
Eduardo Frigério
Eduardo S. Saraiva
Eliane D'avila
Elisete Shwade
Emilia Haline Dutra
Emilia Juliana Ferreira
Euthália de Freitas Xavier
Everson Fernandes
Fatima Weiss de Jesus
Felipe Bruno Fernandes
Fernanda Azeredo de Moraes
Fernanda Cardozo
Fernando Altair Pocahy
Flávio Luiz Tarnovski
Francine Costa
Francine Rebelo Pereira
Gabriela Lauterbach Silva
Gabriela Pedroni
Gabriella Figueiredo dos Santos
Geni Nuñez Longhini
Gicele Sucupira Fernandes
Giovana Cristina Pansera
Giovanna Barros Gomes
Giovanna Licia Triñanes
Glauca de Oliveira Assis
Guilherme Laus
Helena Motta Monaco
Heloisa Lemes Silva
Isadora Vier Machado
Ivi Porfírio
Izabela Liz Schindwein
Jair Zandoná
Jefferson Virgilio

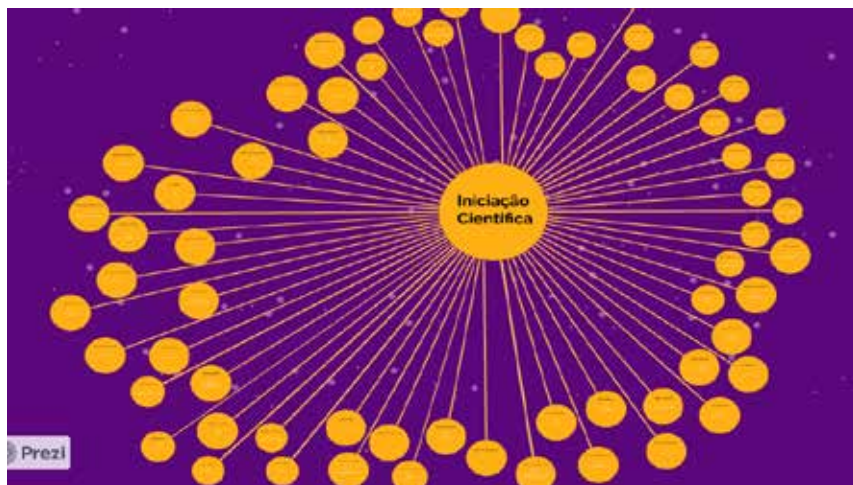
Jimena Maria Massa
Joana Pagliosa Corona (in memoriam)
João Batista Martins
Julia Moura Godinho
Juliana Cavilha Mendes Losso
Karine Antunes Pereira
Kathilça Lopes
Laís Eloá Pelegrinello
Laura Gelpi
Laura Martendal
Leandro Castro Oltramari
Leonardo de Miranda Ramos
Leticia Cardoso Barreto
Leticia Zanella Sais
Liza Bilhalva Martins da Silva
Luara Albino Gomes dos Santos
Luisa Naves Nabak Purcino
Maíse Zucco
Marcelo José Oliveira
Mareli Eliane Graupe
Maria Laura Gomez
Maria Luiza Bettiol Carneiro
Maria Luiza Scherem
Marie-Anne Leal Lozano
Marilene Maria Quadros
Marineide Silva
Marinês da Rosa
Marisa de Souza Napolini
Marisa Debatin
Marlene Tamanini
Martina Ahlert
Maurício Pereira Gomes
Melissa Barbieri Oliveira
Michela Villani
Miriam Adelman
Myriam Aldana Santin
Natan Schmitz Kremer
Nathália Dothling Reis
Nathalia Maia

Nattany Rodrigues
Nauana Antonello Ramos de Aguiar
Nayara de Lima Martins
Nayara Piloni
Olga Zigelli Garcia
Pâmela Laurentina Sampaio Reis
Patrícia Rosalba S. M. Costa
Paula Pinhal de Carlos
Pedro Rosas Magrini
Pilar Miguez
Polianna Alessio
Priscilla Gusmão
Raquel Wiggers
Raruilquer Santos Oliveira
Rayani Mariano dos Santos
Rita de Cassia Muller
Rosa Blanca Cedillo
Rosa Maria Rodrigues de Oliveira
Rosana Maria Badalotti
Roseli Buffon
Rozeli Maria Porto
Sabrina Medeiros
Sara Raquel Nacif Baião
Silvana Maria Bitencourt
Silvana Rassi Bruder
Silvia dos Santos Fernandes
Simone Lira da Silva
Simone Nunes Avila
Sophia Caroline Samenezes de Jesus
Suzana M. Vergara Martins Costa
Tania Welter
Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes
Tito Sena (in memoriam)
Vinicius Kauê Ferreira
Violeta Holanda
Virginia de Santana Cordolino Nunes
Winnie Santana

Foram, até 2021, 57 bolsistas de Iniciação Científica.

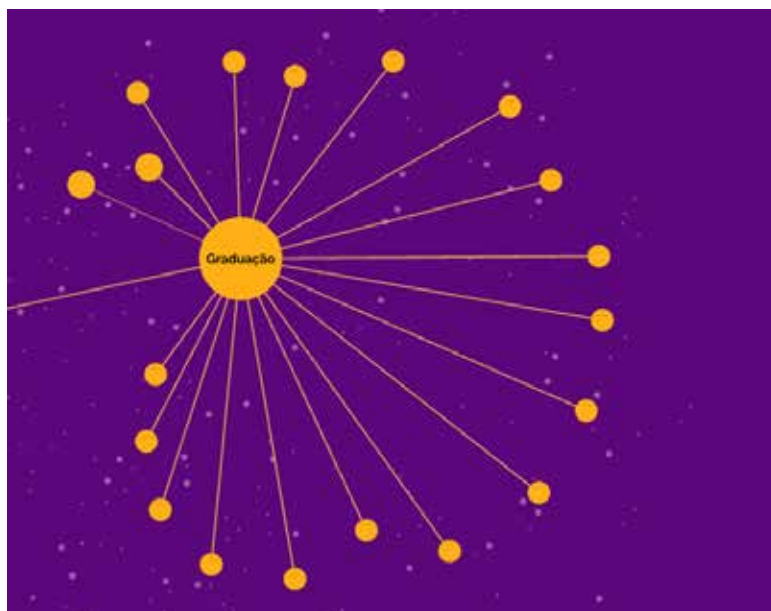


Figura 2 – Categoria Iniciação Científica



Passaram 34 orientadas/os/es na graduação.

Figura 3 – Categoria Graduação



Foram 28 mestres formadas/os/ess no NIGS.

Figura 4 – Categoria Mestrado



A professora Miriam orientou 35 doutorados.

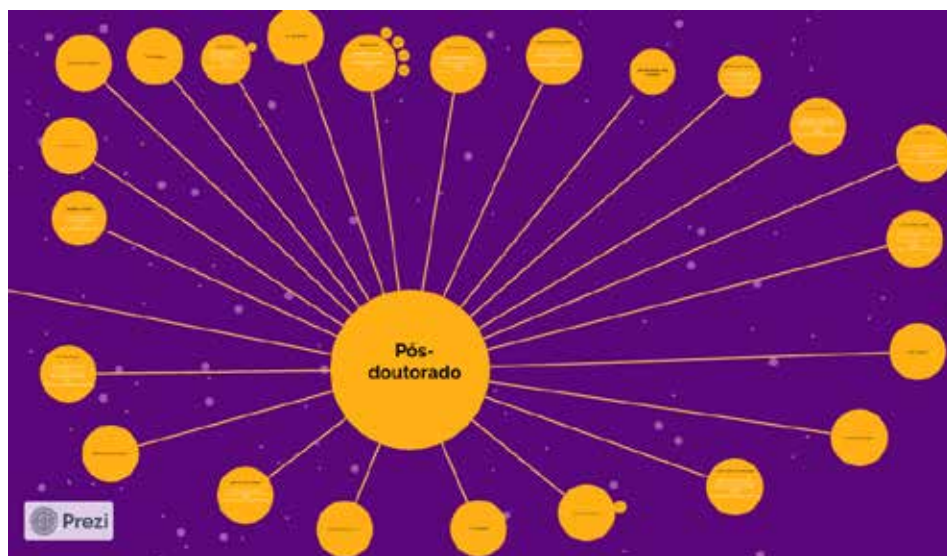
Figura 5 – Categoria Doutorado



E supervisionou 23 pós-doutorados.



Figura 6 – Categoria Pós-doutorado



Apresentamos a constelação completa, em formato de vídeo, durante o evento fechado às pessoas integrantes do NIGS, dia 15/11/2021. Posteriormente, a versão final revisada (sem as subconstelações) foi exibida no dia 15/12/2021, durante a Celebração de Comemoração dos 30 anos, ao vivo no YouTube. A constelação teve como objetivo trazer para o campo visual um mapa das redes tecidas no NIGS e acreditamos ter conseguido apresentar um pouco do que é nossa rede. O vídeo completo está disponível no link: <https://youtu.be/I8vG7ccWfh0>.

Referências

SIQUEIRA, Paula; FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 1 ago. 2022.

ARTESENAR, ORGANIZAR E DIVULGAR: NIGS 30 ANOS



CAROLINA GIORDANO BERGMANN

FRANCINE COSTA

PÂMELA LAURENTINA SAMPAIO REIS

Artesanar, organizar e divulgar um evento acadêmico/afetivo na modalidade remota nos exigiu, antes de tudo, a tomada de consciência de desenvolvermos um trabalho em equipe. O Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) nos ensina constantemente a andarmos coletivamente, de mãos dadas, formando uma grande ciranda de afetos que nos afetam. A comemoração dos 30 anos do Núcleo foi organizada por diferentes grupos de trabalho guiados por reuniões de alinhamento e resultou em uma série de atividades celebrativas, sendo algumas públicas e outra de caráter privado – para as pessoas que passaram e que estão atuando no NIGS.

O evento contou com uma equipe de comunicação (Bárbara Michele Amorim, Pâmela Laurentina Sampaio Reis, Carolina Giordano Bergmann, Francine Costa, Bruna Fani Duarte, Winny Gabriela Santana, Aleixo Fonseca, Átina Natine Schipitoski Esteves e Priscilla Gusmão) que teve a responsabilidade de produzir os materiais visuais e textos a serem publicados nas mídias sociais¹, atualizar o site e as páginas do NIGS nas redes sociais e organizar a distribuição dos kits com materiais do evento. Este kit era composto por uma camiseta

¹ Durante toda a organização dos 30 anos dos NIGS, utilizamos as seguintes mídias sociais: WhatsApp, Instagram, Facebook e YouTube.



e caderno com a logo colorida dos 30 anos do NIGS, chaveiro e alguns livros que foram organizados pelo NIGS ao longo deste período. As pessoas também tinham a opção de comprar os itens separadamente e toda esta logística também foi de responsabilidade desta equipe. Para que pudéssemos nos organizar em meio a tantas demandas, criamos um grupo no WhatsApp em 04 de junho de 2021. A partir deste momento, a maioria das nossas conversas foram feitas neste espaço e a nossa troca de mensagens foi constante durante todo o período de comemoração dos 30 anos.

A organização e o envio dos kits, coordenados pela Priscilla Gusmão, bolsista do NIGS, demandaram várias frentes de trabalho e a primeira delas foi organizar a confecção das camisetas. Este foi um processo de muitas trocas, pois cada pessoa tinha que escolher o tamanho e a estampa da sua camiseta e, para que isto fosse possível, Priscilla manteve contato direto com todas as pessoas interessadas. Foi um momento de comunicação intensa da coordenação do evento com várias/os participantes. Sobre esta situação, Priscilla relata:

Então ao organizar as camisetas, cores, tamanhos, estampas pude perceber como a relação é construída no on-line, porque aquelas pessoas, em sua maioria mulheres, não me conheciam pessoalmente. Percebi que fui moldando a maneira que eu escrevia e explicava as etapas das coisas e, conforme o tempo foi passando, tinha pessoas que comecei a procurar no privado para confirmar o pedido, para perguntar sobre o pagamento etc. Somente com essa dinâmica consegui visualizar o que era a Rede NIGS que a professora Miriam sempre insistiu desde o início que era importante lembrar durante todos os eventos. E também aceitar que, mesmo assim, ainda havia perdas de comunicação, que demandaram diálogos e aproximação com as pessoas da rede.

Após definir os tipos e a quantidade de camisetas que seriam confeccionadas, a segunda frente de trabalho foi pensar nos tipos de kits que seriam oferecidos. Inicialmente, o grupo definiu três tipos: o básico, composto por camiseta, chaveiro, caderno, e o livro *Oficinas de gênero, sexualidade e violências: metodologias de formação feminista*²; e dois kits para ajudar a pagar kits para estudantes de graduação e de pós-graduação que estavam sem bolsa de estudos. A diferença desses kits para o básico é que eles vinham com mais cadernos e livros. Posteriormente, mudamos a proposta e deixamos as pessoas escolherem a quantidade e quais livros elas gostariam de receber em seus kits como um presente em

² Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229982>.

comemoração aos 30 anos. Para isso, elaboramos um pequeno formulário onde cada pessoa poderia fazer esta indicação dos títulos que a interessava. A respeito desta etapa do trabalho, Priscilla destaca que: (...) eram muitos elementos para se lembrar e organizar. É de extrema importância, nesse momento, construir uma planilha com essas informações e compartilhá-la com sua equipe, assim, você consegue visualizar e destacar as informações. Depois de todos informarem os livros que desejavam receber, o trabalho foi de separação e montagem dos quase 60 kits e, para isto, algumas pessoas do grupo se encontraram na casa da professora Miriam Pillar Grossi e organizaram todos os pedidos.

Concomitantemente, uma outra frente de trabalho estava em atividade: a que organizava o recebimento dos pagamentos e o envio dos materiais. Cada pessoa interessada em adquirir o kit precisava nos informar o tipo de kit que queria, o tamanho e modelo da camiseta, quais livros gostaria de receber e o seu endereço completo para correspondência. Com a informação do CEP e a quantidade de livros que cada um desejava receber, foi possível simular o valor do frete no site dos Correios³ e repassar uma prévia do valor para a pessoa interessada. Foi necessário organizar uma planilha com todas as informações porque eram muitos kits diferentes a serem enviados para diversos lugares do país e até do exterior e o nosso objetivo era que todos recebessem o material, principalmente a camiseta, para participarem das atividades com ela. Após a confirmação do pagamento, o kit era enviado pelos Correios e, somente neste momento, o valor do frete era confirmado. Esta informação era repassada à pessoa e ela, então, fazia o pagamento do frete. Foi um trabalho que exigiu muita organização e coordenação, principalmente por envolver questões financeiras. Refletindo sobre esta etapa delicada do trabalho, Priscilla nos fala sobre a importância da confiança:

Mas o que gostaria de destacar, para além das quantidades de pagamentos, foi a confiança. (...) Essas pessoas não me conheciam em nada mas, ao saberem que era bolsista do NIGS e orientanda da professora Miriam, de certa forma essas informações estabeleceram a conexão necessária para que houvesse confiança, desmontando a minha insegurança inicial. A partir daquele momento, eu fazia parte da Rede.

Para a atividade de produção e divulgação dos materiais visuais, a equipe de comunicação teve que fazer o planejamento das ações articulado a um cronograma de postagens. Após várias trocas de ideias e levando em conta as

³ <https://www.correios.com.br/>.



habilidades, bem como a disponibilidade de tempo de cada uma das pessoas da equipe, decidimos fazer três postagens semanais no Instagram⁴ e Facebook⁵ até a data de início dos eventos dos 30 anos, sempre aos sábados, terças e quintas-feiras. Dividimos as publicações em três categorias: memórias e depoimentos dos integrantes e ex-integrantes do NIGS; livros; e eventos e projetos do Núcleo. É importante destacar que as memórias e depoimentos eram sempre publicados às quintas-feiras para ser um TBT⁶ e a categoria eventos e projetos incluiu os eventos organizados pelo Núcleo e os eventos nos quais esteve representado, bem como as defesas de teses e dissertações de seus integrantes.

Com as categorias definidas, uma parte da equipe ficou responsável por criar as artes das postagens, buscando criar um padrão de comunicação baseado no layout das publicações e, para isso, padronizamos as cores utilizadas nas artes e salvamos estes modelos em uma pasta compartilhada. Esta foi a forma que encontramos para agilizar o trabalho, pois, com os modelos prontos, o único trabalho que tínhamos era o de incluir o texto e as imagens que gostaríamos de publicar. Um segundo grupo ficou responsável por produzir o conteúdo escrito a ser publicado que, na maior parte, foi retirado do site oficial do NIGS, resumido e ajustado para a linguagem das redes sociais: foi necessário produzir breves resenhas de alguns dos livros já publicados pelo NIGS, bem como dos projetos e eventos organizados pelo Núcleo.

Após o término das postagens e dos eventos comemorativos, todo este material que foi produzido e postado nas redes sociais do NIGS foi compilado em um livro pela Bárbara Michele Amorim e está disponível para download na página do NIGS⁷. Também reunimos depoimentos e fotografias de pessoas que compõem a Rede NIGS que circularam ao longo do ano nas redes sociais e no site NIGS. Recebemos os depoimentos por meio de dois meios: enviamos uma mensagem para a lista de e-mails da rede anunciando as celebrações de 30 anos e convidando para participar, via depoimentos, com memórias escritas em forma de texto livre e, por meio de formulário on-line com roteiro de perguntas sobre a trajetória no NIGS, em ambas as ocasiões, solicitamos o envio de fotografias em

⁴ Perfil do NIGS no Instagram: <https://www.instagram.com/nigsufsc/>.

⁵ Perfil do NIGS no Facebook: <https://www.facebook.com/nignucleo/?fref=ts>.

⁶ TBT é a sigla para Throwback Thursday, uma gíria que significa Quinta-feira do retorno ou Quinta-feira da nostalgia, e é utilizada em legendas para fotos antigas que os usuários das redes sociais publicam às quintas-feiras.

⁷ <https://nigs.ufsc.br>.

ações realizadas no NIGS. O resultado desta ação trouxe personagens de diferentes períodos dos nossos 30 anos para a celebração com depoimentos afetivos carregados de boas lembranças que circularam ao longo do ano em nossas redes sociais e também um acervo de fotografias que contam momentos da história do NIGS.



Figura 1 – Exemplos de postagens no Instagram

Fonte: Elaborado pela comissão de divulgação (2021).

A organização das mesas comemorativas contou com uma coordenação e uma equipe de apoio. As professoras Miriam Pillar Grossi e Alinne de Lima Bonetti alternavam na coordenação das mesas comemorativas e foram responsáveis por convidar as e os docentes que iriam participar da atividade. Já a equipe de apoio ficou encarregada de promover a divulgação via lista de e-mails, WhatsApp, Instagram e Facebook, e de ajustar a transmissão. É importante ressaltar as complexidades que envolvem as dimensões da divulgação e da transmissão. A divulgação foi um ato afetivo de convidar as pessoas. Por isso, acompanhamos de forma sensível o trato com cada pessoa convidada a contribuir com o evento, tanto quanto com todas as pessoas que iriam receber os nossos convites. Isto é, ninguém poderia ficar de fora. Antes de iniciarmos a divulgação de cada atividade, realizávamos uma revisão constante das listas de transmissão, especialmente dos e-mails, pois, por meio desta, atingimos o máximo de pessoas. Já a transmissão



exigia um bom manejo entre a plataforma Zoom e YouTube⁸ simultaneamente e a perspicácia para resolver os eventuais problemas que atravessam a dimensão do ciberespaço.

Há de se destacar que, durante os eventos comemorativos, o NIGS compartilhou com o Instituto de Estudos de Gênero (IEG) uma atividade cujo foco eram as violências de gênero. O evento, intitulado “Violências de gênero”, foi vinculado à programação dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, organizado pelo IEG. A professora Alinne de Lima Bonetti coordenou a atividade, a professora Miriam Pillar Grossi fez a mediação e a Pâmela Laurentina Sampaio Reis ficou no apoio. A organização dessa atividade deu-se da seguinte forma: inicialmente, participamos das reuniões promovidas pelo IEG (professora Alinne de Lima Bonetti e Pâmela Laurentina Sampaio Reis), com o objetivo de apresentar toda a equipe envolvida na organização dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. A seguir, levamos os nomes já confirmados das pessoas convidadas pelo NIGS. Por fim, o IEG apresentou um quadro com as datas de cada atividade já com os nomes das pessoas encarregadas pela transmissão, pois essa atividade foi transmitida ao vivo pelo canal do IEG no YouTube.

A Mesa-Redonda “Violências de Gênero” ocorreu no dia 08/12/2021 e contou com as convidadas Analba Brazão (SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia), Crishna Correa (UEM), Isadora Vier (UEM), Mareli Graupe (Uniplac), Patrícia Rosalba Costa (UFS), Carmelita Afonseca (UNICV/CIGEF). A mesa foi precedida pelo ativismo de Tefa Polidoro, intitulado “Ternurinha fala sobre pão funcional e violências de gênero”. As convidadas receberam uma orientação prévia sobre a importância de realizarem inicialmente uma autodescrição. A professora Miriam Pillar Grossi fez uma primeira rodada de apresentação das convidadas que, num segundo momento, falaram sobre a relação que tinham com o tema da mesa a partir das suas experiências de pesquisa no NIGS. Durante as falas, recebemos vários comentários e questionamentos no chat do YouTube. Selecionamos algumas perguntas e as enviamos via grupo de WhatsApp criado juntamente com as convidadas, para fins de um diálogo mais específico sobre os detalhes da mesa. Após as convidadas responderem aos questionamentos levantados via chat, a professora Miriam Pillar Grossi encerrou a mesa, reforçando a trajetória desse tema ao longo dos 30 anos do NIGS.

⁸ Canal do NIGS no YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UCKDS6fMn9Dq2RRUYvGH-clJQ>.

Para partilhar experiências sobre o momento pandêmico excepcional em que estávamos vivendo durante a celebração dos 30 anos do NIGS, pensamos na roda de conversa “Docência e Metodologias de Ensino na Pandemia”, na qual convidamos professores que compõem a Rede NIGS e estagiárias docentes do NIGS para partilharem relatos de experiência.

Criamos um roteiro de problematizações que foi enviado junto ao convite para participar da roda de conversa. O primeiro momento, pensado para a apresentação, incentivou a fala aberta sobre memórias com relação a projetos no NIGS e como passar pelo NIGS ajudou e contribuiu para as carreiras como docentes. Para o segundo momento, propomos um relato sobre experiências de ensino e aprendizagem vivenciadas durante a pandemia. Propomos comentar como a pandemia alterou o contexto educacional, experiências exitosas nas aulas remotas e um balanço sobre o contexto educacional que vivíamos. Assim, cada pessoa convidada organizou suas reflexões com antecedência e compartilhou sobre memórias dos projetos em que participou no NIGS e experiências de ensino durante a pandemia.

Sob coordenação de Miriam Pillar Grossi, Francine Costa e Priscilla Gusmão, se reuniram nesta roda de conversa, ocorrida em 24/11/2021, de forma fechada, via plataforma on-line de reunião: Alexandra Alencar, Carolina Giordano Bergmann, Felipe Fernandes, Gicele Sucupira, Izabela Schindwein, Marcelo Oliveira, Mareli Graupe, Pâmela Laurentina Sampaio Reis, Patrícia Rosalba, Rosa Blanca, Rozeli Maria Porto e Winny Gabriela Santana. As duas horas de roda de conversa foram muito afetivas e promoveram um momento de celebração e encontro virtual. Muitas pessoas presentes não conversavam há anos e todas estavam entusiasmadas com o espaço de partilha, de poder falar sobre o que estavam vivendo e ouvir sobre as experiências de amigos que compõem a rede NIGS. Tivemos duas rodadas de relatos carregados de memórias e experiências, seguidos de momento para questões, perguntas, respostas, comentários. Encerramos este encontro com a apresentação da primeira versão do vídeo infográfico da constelação NIGS.

Fechamos as atividades de 2021 com a sessão solene “Cerimônia Comemorativa dos 30 anos do NIGS”, transmitida no canal YouTube IEG-UFSC sob coordenação das professoras Olga Zigelli Garcia e Miriam Pillar Grossi, apoio de Bárbara Michele Amorim, Átina Natine Schipitoski Esteves, transmissão por Francine Costa e equipe responsável pela execução da atividade. A abertura do evento solene foi realizada pelo vídeo infográfico da constelação NIGS e seguido de fala da professora Olga Zigelli Garcia, a mestre de cerimônia, contando sobre a



história do NIGS, marcada pelo compromisso acadêmico com o ensino, pesquisa e extensão, sob a ótica das pedagogias feministas, ajudando a consolidação da ciência brasileira.

Iniciamos com a mesa de abertura, que recebeu as seguintes autoridades para falas solenes: Profa. Cristiane Derani – Pró-reitora de Pós-Graduação da UFSC; Profa. Francis Tourinho, Secretária de Ações Afirmativas e Diversidades da UFSC; Profa. Maique Weber Biavatti – Superintendente de projetos da Pró-Reitoria de pesquisa da UFSC; Prof. Jacques Mink, vice-diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC; Profa. Joana Passos – Diretora do Centro de Educação da UFSC; Profa. Antonella Maria Imperatriz Tassinari – Coordenadora do Curso de Antropologia da UFSC; Profa. Letícia Maria Costa da Nóbrega Cesarino – Coordenadora do Curso de Ciências Sociais da UFSC; Profa. Eunice Nodari, coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC; Prof. Gabriel Coutinho, chefe do Departamento de Antropologia; Profa. Viviane Vedana – Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Antropologia da UFSC; Profas. Teresa Kleba e Débora Figueiredo – coordenadoras do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) – e Mayra Cajueiro – Diretora da Agência de Comunicação da UFSC – AGECOM.

Após a exibição de vídeo celebrativo com fotografias, registros e informações que contam sobre os 30 anos do NIGS e sua rede, se seguiu mais uma mesa, com as falas solenes das coordenações dos seguintes núcleos e grupos de pesquisa da UFSC, parceiros do NIGS: Profa. Antonella Maria Imperatriz Tassinari (NEPO) – Núcleo de Estudos dos Povos Indígenas da UFSC; Profa. Carmen Rial (NAVI) – Núcleo de Antropologia Audiovisual; Profa. Ilka Leite Imagem (NUER) – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas; Profa. Luciana Zucco (NUSSERGE) – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Saúde, Sexualidades e Relações de Gênero; Profa. Cristina Scheibe Wolff (LEGH) – Laboratório de Estudos de Gênero e História; Profa. Lais Antunes Willeham (AFRODITE) – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades; Profa. Mara Lago – Revista de Estudos Feministas (REF). Alguns núcleos convidados, como o NUR – Núcleo de Estudos sobre Religião, coordenado pela Profa. Maria Amélia Schmidt Dickie e NUPRA – Núcleo de Práticas Sociais, Relações Estéticas e Processos de Criação, coordenado pela Profa. Andréa Zanella, não puderam estar presentes.

Esta sessão solene foi finalizada com a fala da Profa. Miriam Pillar Grossi, fundadora e coordenadora do NIGS, que, emocionada, agradeceu às autoridades presentes e às suas respectivas falas celebrativas, contou sobre a criação do

Núcleo, em novembro de 1991, a caminhada que levou o NIGS a se tornar uma referência brasileira no campo dos estudos feministas e queer, desenvolvendo ações de ensino, pesquisa e extensão, as parcerias e ações conjuntas com várias entidades nacionais e internacionais e, por fim, agradeceu a todas as pessoas que fazem parte da história do NIGS e às pessoas que acompanharam a cerimônia ao vivo. A transmissão ao vivo passou por edição final e está disponível no canal YouTube NIGS Audiovisual⁹.

A última atividade das comemorações dos 30 anos do NIGS foi realizada em 22/7/2022, pois o ano de 2021 não foi suficiente para abarcar tamanha partilha de memórias, afetos e emoções. Para o encerramento de todo este ciclo de comemorações, realizamos uma “Roda de Conversa sobre as Questões Trans”, sob a coordenação da professora Miriam Pillar Grossi, com apoio de Aleixo Fonseca e Carolina Giordano Bergmann e com a participação de diversas pessoas que passaram pelo NIGS e que se envolveram em atividades e pesquisas com esta temática para compartilharem suas experiências.

Foi uma atividade fechada, realizada na plataforma *Zoom* e que, no momento, está sendo editada para posterior divulgação no canal *YouTube* NIGS Audiovisual. É importante destacar que esta atividade foi realizada em parceria o AFRODITE (UFSC), coordenado pela professora Olga Zigelli Garcia, Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos – Tirésias e o Núcleo de Estudos, Pesquisas em Antropologia da Saúde (NantS UFRN), ambos coordenados pelo Francisco Cleiton Vieira. Estiveram presentes na ocasião: Arthur Novo, Aleixo Fonseca, Claudia Lazcano, Francisco Cleiton Vieira, Laura Martendal, Lino Gabriel Nascimento, Melissa Barbieri, Olga Zigelli Garcia e Simone Avila. A roda de conversa despertou muitas lembranças sobre a história dos estudos trans no NIGS. Vários relatos emocionantes foram compartilhados nas suas duas rodadas de falas, com destaque ao pioneirismo de algumas ações, como o *Trans Day*¹⁰, por exemplo. O encontro encerrou com a sensação de que poderíamos permanecer por mais tempo trocando ideias e lembrando os momentos vivenciados no NIGS.

Nesses meses de atividades, ocorreu uma profunda mistura de afetos. Marcel Mauss (2003) já nos ensinou sobre a importância das trocas simbólicas

⁹ Acesse e assista à Cerimônia de Celebração dos 30 anos do NIGS de 15/12/2021 em: https://www.youtube.com/watch?v=Gj96qSvWIaQ&t=3221s&ab_channel=NIGSAudiovisual.

¹⁰ Mais informações sobre este evento estão disponíveis no link <https://nigs.ufsc.br/eventos/trans-day/>



e Simone Lira da Silva *et al.* (2020) sobre a mistura das almas durante a organização de um congresso. Nesse sentido, trocamos afetos e misturamos almas. Integrar as atividades de celebração dos 30 anos do NIGS nos fortaleceu enquanto pesquisadoras engajadas, possibilitou trocas de experiências, fortaleceu a rede NIGS, e, principalmente, construiu laços afetivos na equipe, que agora faz parte da história da rede NIGS. Foram dois semestres de intenso trabalho coletivo que nos ensinou, também, sobre os processos que envolvem a organização de um evento, pensar uma estrutura virtual especialmente para tempos de atividades remotas, o cuidado com cada detalhe, a atenção com todas as pessoas envolvidas e o respeito e acolhimento às histórias ali compartilhadas e construídas.

CARDS DOS 30 ANOS NIGS

Como contamos neste capítulo (Artesenar, organizar e divulgar: NIGS 30 anos), durante o ano de 2021, a equipe de comunicação da comemoração dos 30 anos do NIGS fez mais de 44 postagens na rede social Instagram (<https://www.instagram.com/nigsufsc/>) com o intuito de divulgar e lembrar os projetos, livros e eventos que o Núcleo organizou e participou ao longo de sua história. Ao final das comemorações, fizemos uma publicação eletrônica com o compilado dos cards. Este compilado, com 197 páginas, cada uma com um card, pode ser acessado na página do NIGS (<https://nigs.ufsc.br/>) no item (<https://drive.google.com/file/d/17lyIGjuF3e3UibkLKAd1cDmRR8dUULVH/view>).

Os cards foram elaborados por:

Aleixo Fonseca Bueno dos Santos, Atina Natine Schipitoski Esteves, Barbara Michele Amorim, Bruna Fani Duarte Rocha, Carolina Giordano Bergmann, Francine Costa, Pâmela Laurentina Sampaio Reis, Priscilla Gusmão P. Pereira, Winny Gabriela Pereira de Santana.

Os cards publicados neste livro eletrônico trazem depoimentos das seguintes egressas do NIGS:

Anna Amorim, Claudia Lazcano, Edmarcius Carvalho Novaes, Emília Dutra, Francine Pereira Rebelo, Giovanna Barros Gomes, Izabela Schlindwein, Julia Godinho, Laura Alves Gelpi, Leticia Sais, Marie Leal, Simone Lira da Silva, Tatiane Cerqueira Santos, Violeta Maria de Siqueira Holanda.

Estes depoimentos e informações estão organizadas da seguinte forma na publicação dos Cards 30 anos do NIGS.

1. Equipe de comunicação NIGS 30 anos
2. Nossa história
3. Nova Logo
4. Linhas de pesquisa
5. Coordenadoras
6. Depoimento - Marie Leal
7. Livros do NIGS - Trabalho de Campo, Ética e Subjetividade
8. Eventos Rede NIGS - Fazendo Gênero
9. Depoimento - Leticia Sais
10. Livros do NIGS - Jeito de Freira
11. Eventos NIGS - Café (Psico) Antropológico
12. Depoimento - Julia Godinho
13. Livros do NIGS - Caminhos Feministas no Brasil: Teorias e Movimentos Sociais
14. Projetos Rede NIGS - Papo Sério
15. Depoimento - Violeta Maria de Siqueira Holanda
16. Eventos NIGS - I Ciclo de Seminários Temáticos: Mulheres na Ciência
17. Eventos Rede NIGS - Seminário Exposição Internacional de Arte e Gênero
18. Depoimento - Anna Amorim
19. Biblioteca NIGS - Cientistas Sociais e o Coronavírus
20. Eventos Rede NIGS - 1º Encontro Bafo: Moda e dissidências sexuais e de gênero
21. Depoimento - Izabela Schlindwein
22. Livros do NIGS - Sexualidade, juventude e representações docentes
23. Eventos NIGS - Trans Day
24. Depoimento - Claudia Lazcano
25. Livros do NIGS - Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado
26. NIGS nas Paradas LGBTQTT de Florianópolis
27. Depoimento - Simone Lira da Silva
28. Biblioteca NIGS - Transformando a Educação em Santa Catarina
29. Depoimento - Laura Alves Gelpi



30. Biblioteca NIGS - Fuxico: uma maneira lúdica de contribuir para o aprendizado
31. Projeto NIGS - Momento Lilás
32. Depoimento - Edmarcius Carvalho Novaes
33. Biblioteca NIGS - Família, Gênero e Memória
34. Prática de Pesquisa
35. Depoimento - Giovanna Barros Gomes
36. Biblioteca NIGS - Etnografia de um Congresso
37. Depoimento - Emília Dutra
38. Antropologia, Política e Cotidiano
39. Biblioteca NIGS - Revista Papo Sério
40. Depoimento - Francine Pereira Rebelo
41. Biblioteca NIGS - Política e Cotidiano
42. Projetos NIGS - Cine DDHH
43. Depoimento - Tatiane Cerqueira Santos
44. Ciclo de Eventos Comemorativos 30 anos

Referências

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

SILVA, Simone Lira; GROSSI, Miriam Pillar; SANTOS, Caroline Amábile Vale; ZAMORA, Gabriel Darío López; TERTULIANO, Gabriela Alano; LANNES, Larissa; SCHEREN, Maria Luiza. Quando almas e trabalho se misturam: relatos da “secretaria” do 18º congresso mundial da IUAES sobre o trabalho em equipe. In: GROSSI, Miriam Pillar; WELTER, Tânia (Orgs.). *Etnografia de um congresso: a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil*. 1. ed. Brasília (DF): ABA; Florianópolis (SC): Tribo da Ilha, 2020.

OS 30 ANOS DO NIGS: analisando um evento científico feminista



PRISCILLA GUSMÃO P. PEREIRA

MIRIAM PILLAR GROSSI

Introdução

O objetivo deste artigo é descrever etnograficamente o processo de organização das comemorações da história de 30 anos do NIGS, buscando analisar como se deu a organização deste evento feminista¹, realizado integralmente on-line em tempos totalmente adversos devido à pandemia da Covid 19.

Em nossa primeira reunião, em setembro de 2021, como bolsistas PIBIC do NIGS², descobrimos que a primeira parte das atividades da iniciação científica seria dedicada a organização e realização do evento dos 30 anos do NIGS, como forma de aprendermos uma das atividades importantes da vida acadêmica, que é a organização de eventos científicos. Nosso principal desafio era conhecer a história do núcleo e entrar em contato com a REDE NIGS, rede de pesquisadoras/es egressas/os do núcleo que hoje estão espalhadas por instituições de todo o Brasil e em outros lugares do mundo. Um detalhe importante é que, até aquele momento em minha trajetória acadêmica, nunca havia organizado encontros acadêmicos e,

¹ A primeira versão deste artigo foi escrita por Priscilla Gusmão como relatório semestral de suas atividades enquanto bolsista PIBIC CNPq. A versão aqui publicada foi escrita em parceria com Miriam Grossi, orientadora do projeto de iniciação científica do projeto Etnografia das Políticas Públicas de Gênero e Diversidades no Campo da Ciência e Tecnologia.

² Atina Natine Schipitoski Esteves, Aleixo Fonseca e Priscilla Gusmão.



portanto, participar da organização dos 30 anos do NIGS era um grande desafio para mim, Priscilla³.

O que é um evento acadêmico feminista?

Se pesquisarmos nos sites de busca sobre o que caracteriza um evento acadêmico, descobrimos que não existe um único modelo deste tipo de evento. De acordo com o manual de eventos disponibilizado pela UNICAMP⁴, existem treze possibilidades de eventos acadêmicos: congresso, seminário, curso, palestra, feira, exposição, mesa-redonda, simpósio, jornada, painel, fórum, conferência e ciclo de palestras. Todos esses eventos têm como objetivo a reunião dos pares, a formalização de um campo acadêmico ou, ainda, a troca intensa de informações envolvendo várias pessoas daquele determinado meio; sem esses encontros, presenciais ou não, o pesquisador se sentiria isolado e frustrado, como explica a autora Bernadete Campello (2000) no capítulo Encontros científicos⁵.

No caso do evento dos 30 anos do NIGS, foi escolhido o modelo de mesas-redondas com temas que foram importantes na trajetória do Núcleo. Essas mesas contaram com a participação de pessoas que passaram pelo núcleo e suas pesquisas que tinham ou estavam relacionadas com o tema que seria apresentado.

Também neste levantamento bibliográfico sobre o que caracteriza e para que serve um evento acadêmico, parte importante dos textos e blogs existentes sobre o tema enfatiza o papel crucial da organização para o sucesso de um evento. E neste sentido foi possível perceber, nesse curto espaço de tempo de organização dos 30 anos do NIGS, o que funciona ou não para determinados tipos de eventos acadêmicos e, em particular, para um evento feminista.

Os 30 anos do NIGS: um evento feminista

Lembramos que o NIGS tem em suas raízes temáticas e teorias feministas e, por isso, a principal característica deste evento foi potencializar as vozes

³ Mantivemos no singular os trechos deste relato feitos na primeira pessoa por Priscilla Gusmão, pois retratam seus aprendizados e descobertas enquanto bolsista de iniciação científica.

⁴ Link para o manual: Eventos acadêmicos e científicos.

⁵ Capítulo do livro *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais* (2000).

femininas com um número significativo de falas de mulheres. Esta massiva presença de falas femininas não foi por acaso, mas parte da proposta epistêmica da história do núcleo. Também destacamos o lugar que a subjetividade ocupou no evento: os afetos foram destacados e valorizados em todas as mesas. Os temas das mesas refletiram também esta perspectiva teórico-metodológica. Foram eles: “O autocuidado como perspectiva teórica e metodológica na Rede NIGS”, “Parentalidades e Conjugalidades”, “Docência e metodologia de ensino na Pandemia” e “Violência de Gênero”.

A construção dos eventos comemorativos dos 30 anos do NIGS teve como objetivo principal celebrar os 30 anos da história deste núcleo importante para os campos de estudo feministas e queer no Brasil e também celebrar e rememorar uma parte da história da antropologia e da ciência brasileira. O evento tinha como objetivo reunir egressas/os do núcleo, registrar suas trajetórias acadêmicas e vivências pessoais para recuperar a história coletiva do núcleo.

Registramos em diário de campo todo o processo de organização do evento, em particular as reuniões com a equipe organizadora, as responsabilidades distribuídas na equipe, a execução de diferentes tarefas de preparação e o apoio durante a série de encontros virtuais que foram realizados no segundo semestre de 2021.

Tomamos como objeto de estudo as cinco atividades do ciclo de eventos dessa comemoração. Para esta análise, observamos quem foi convidado/a, quais são as relações que foram criadas através da passagem pelo NIGS e o que representou para essas pessoas egressas do núcleo fazerem parte desses eventos comemorativos.

A organização do evento em um contexto pandêmico

Uma etapa importante para a realização de um evento, acadêmico ou não acadêmico, é a pré-organização. É necessário ter atenção para esse detalhe, pois é a partir dele que as coisas darão certo ou não. Contávamos com uma equipe de nove pessoas: Professora Miriam Grossi na coordenação geral, a pós-doutoranda Bárbara Amorim, as doutorandas Caroline Bergmann, Francine Pereira, Pamela



Reis e Winny Santana, e as bolsistas de graduação Átina Esteves, Aleixo Fonseca e Priscilla Gusmão⁶.

Foi a partir de outubro que começamos de fato a nos organizar para planejar o evento com detalhes como: quem ficaria responsável por determinadas atividades, quem cuidaria do tempo, quem iria convidar e confirmar as pessoas, quem apresentaria as e os convidados etc. No meu caso, fiquei responsável por organizar uma das mesas e também com a demanda das camisetas comemorativas.

Também é importante fazer uma reflexão sobre o contexto em que nos encontrávamos: a pandemia de Covid-19. Uma das mudanças que a pandemia trouxe para o mundo acadêmico e fora dele diz respeito às outras possibilidades de compartilhamento de informações em eventos acadêmicos, por meio da modalidade de encontros virtuais.

Os eventos on-line permitiram a economia de tempo e de recursos que os deslocamentos para eventos presenciais exigem. Por ser virtual, foi possível ter pessoas de vários lugares do Brasil e do mundo presentes em eventos acadêmicos. E estes puderam se tornar mais democráticos e inclusivos através do livre acesso on-line a um público muito maior. Tudo passou a estar a um passo de um *click*.

Este fácil acesso que os eventos on-line permitiram foi uma das vantagens de termos comemorado virtualmente os 30 anos do NIGS. Na Etnografia do 18º Congresso da IUAES, escrita por mais de uma centena de pessoas que participaram de sua organização (GROSSI; WELTER, 2020), estão detalhados inúmeros procedimentos, atividades e etapas de organização de um congresso internacional presencial, cujo planejamento iniciou cinco anos antes da realização do congresso. Constatamos que, na modalidade, não era mais necessário planejar com tantos meses de antecedência a estrutura e o espaço físico do evento. Com um escopo muito menor e com atividades on-line, conseguimos organizar os eventos comemorativos aos 30 anos do NIGS em poucos meses. Todavia, aprendemos que também é necessário um planejamento meticuloso das atividades em um evento on-line e descrevemos abaixo as seis etapas que cumprimos para realizar o evento.

⁶ Apesar de ser uma equipe razoavelmente pequena, o NIGS tem a alegria de sempre conseguir apoio de outras voluntárias que ajudaram tanto na organização dos pacotes de livros e camisetas que foram enviadas às egressas do NIGS quanto durante o próprio evento on-line.

Primeira etapa: Organizar as datas das atividades. Sabíamos que a primeira mesa-redonda seria no dia 29 de outubro e que as restantes deveriam acontecer até dezembro de 2021 por ser o ano da efeméride.

Segunda etapa: Organizar as equipes, quem fica responsável pelo quê.

Terceira etapa: Cumprir os prazos de entrega dos afazeres de que cada uma/um ficou responsável.

Quarta etapa: Confirmar novamente a presença das e dos convidados e as e os responsáveis de cada mesa.

Quinta etapa: Divulgar o evento nas plataformas digitais.

Sexta e última etapa: Realização do evento.

Seguimos à risca todas as etapas, realizando as mesas-redondas na plataforma do Google Meet da UFSC, na qual gravamos todos os encontros para, posteriormente, editarmos e postarmos no canal YouTube nigsaudiovisual.

A seguir, analisaremos dois dos cinco eventos comemorativos, intitulados “Cartas Niguianas nos 30 anos do NIGS”, realizado no dia 15 de novembro de 2021, no qual participaram em torno de 60 egressas/os do Núcleo, e o evento “Comemoração dos 30 anos do NIGS”, realizado em 15 de dezembro de 2021, com a participação de autoridades da UFSC⁷ e parceiros institucionais do NIGS.

As cartas Niguianas

O primeiro evento, do dia 15 de novembro de 2021 começou às 18h e teve duas partes: a primeira com o lançamento dos livros e a segunda dedicada à troca de cartas entre os integrantes do núcleo.

O evento começou com o lançamento dos livros. Nesse momento, havia 56 pessoas na sala do Google Meet, em sua maioria mulheres. O primeiro a ser apresentado foi *Você trabalha ou só dá aula?*, que teve como um de seus objetivos entender o contexto do trabalho do professor universitário, apresentado pela professora Olga Zigelli Garcia que, no final da apresentação, agradeceu aos comentários e falou que “existiam duas Olgas, uma antes e uma depois da orientação da professora Miriam”.

⁷ Universidade Federal de Santa Catarina.



O segundo livro apresentado foi *Jeito de Freira*, da professora Miriam Grossi, e foi comentado pela professora Myriam Aldana Vargas Santin, que, emocionada, destacou a riqueza do trabalho de campo e a inspiração do fazer etnográfico para outros trabalhos. O último livro a ser apresentado foi o *Oficinas de gênero, sexualidade e violências: Metodologia de formação feminista*, organizado pelas professoras Miriam Grossi e Tânia Welter. Algumas pessoas que contribuíram para a elaboração do livro comentaram sobre as etapas de construção dele e a fala da Marisa de Souza Naspolini foi marcante, pois ela contou algumas das experiências vividas nas oficinas “Papo Sério!” que dão corpo ao livro. Essas oficinas eram realizadas nas escolas estaduais da grande Florianópolis e ela lembrou uma cena de violência trazida pelos alunos. Na continuidade, Emilia Dutra, que era bolsista do projeto “Papo Sério!” e escreveu seu TCC sobre ele, em meio a risadas, disse que o NIGS havia feito ela se tornar uma escritora, e Suzana Costa completou, comentando sobre a oportunidade de ter vivido essa experiência para sua carreira acadêmica. Foi um momento muito emocionante.

Na segunda parte do evento, a doutoranda Bárbara Amorim nos apresentou um Prezi, com um mapa da rede NIGS com suas filhas/os e netas/os, como chamamos carinhosamente as/os pesquisadoras/es egressas/os do núcleo e suas orientandas e seus orientandos. Logo depois, começamos as leituras das cartas trocadas entre membros da rede NIGS. Estas eram enviadas para pessoas que se tornaram as “guardiãs” de suas memórias. Para participar da dinâmica, alguns dias antes do evento, quem gostaria de participar colocava seu nome para sorteio e, assim, seu nome era sorteado para a pessoa que escreveria para outra pessoa e assim por diante. Na carta, tínhamos que escrever qual foi o papel do NIGS em nossas vidas e como começamos a fazer parte desse Núcleo. Na hora do evento, cada pessoa lia uma parte da carta que ficou como “guardiã” e destacava uma palavra que expressasse o sentimento principal da carta⁸. Alguns dos trechos lidos que destaquei de cartas das “guardiãs”: “Existem sentimentos que não podem ser descritos, apenas sentidos”; “O NIGS transpassa gerações”; “Vejo o NIGS como destino”; “Afeto e cuidado estão presentes”; “Ler essas trajetórias é uma aventura inesquecível e encantadora”; “Nem sempre é simples essa virada de ombro para

⁸ No final, percebemos que havia muitas pessoas para lerem suas cartas e, ao mesmo tempo, havia outras que acabaram não recebendo nenhuma para ler. Como o sorteio para troca dos nomes funcionou como um amigo secreto quem acabou não recebendo nenhuma carta para ler significava que alguma pessoa não havia enviado sua carta para sua guardiã, resultando numa quebra da corrente. Portanto não teria ninguém para ler a carta dessa pessoa que não recebeu nenhuma carta.

o passado”. Foi um momento muito emocionante, de troca e de afeto, mas que durou muito mais do que o previsto.

Cerimônia Institucional dos 30 anos do NIGS

O segundo evento aconteceu um mês depois, no dia 15 de dezembro de 2021. Contou com a presença de várias autoridades da universidade: pró-reitoras, coordenadoras do IEG e outros núcleos de estudos de gênero da UFSC, direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, chefe de departamento, coordenadoras de cursos de graduação e pós-graduação.

O evento se iniciou com a apresentação atualizada do Prezi da rede NIGS, contando quantas pessoas o NIGS já formou, suas nucleações, redes que construiu, os projetos desenvolvidos e publicações coletivas do núcleo. A professora Olga Zigelli Garcia coordenou o evento e deu a palavra às autoridades de diferentes instâncias institucionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Entre várias falas, destaco as feitas pelas coordenadoras/es de outros núcleos vinculados ao departamento de antropologia da UFSC, pelas professoras Antonella Tassinari, do Núcleo de Estudos dos Povos Indígenas (NEPI), Carmen Rial, do Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudo das Imagens (NAVI), e Ilka Boaventura Leite, do Núcleo de Identidade e Relações Interétnicas (NUER), que lembraram as parcerias desenvolvidas em diferentes projetos nas áreas de políticas públicas, história da antropologia e ações de extensão junto a escolas e movimentos sociais.

Na sequência, tivemos um instante com fotos de vários momentos passados das reuniões do NIGS, projetos e eventos. Seguimos até o final com intervenções de outras autoridades da UFSC, que destacaram a importância do NIGS para a universidade, em falas onde se observava muita emoção, e agradecimentos por terem sido convidadas para participar de um evento tão especial. Observamos também que algumas pessoas comentaram e usaram esse momento solene lembrando o papel que o NIGS teve no campo da educação, vinculando sua história com a da feminista negra norte-americana bell hooks, que havia falecido naquele dia. Encerramos o evento com os agradecimentos da professora Miriam Grossi, coordenadora do núcleo homenageado, visivelmente emocionada.



Comparando os dois eventos

O primeiro evento, intitulado “Evento 30 anos do NIGS”, que teve lançamento de livros, troca de cartas e *Happy Hour* dos afetos, foi realizado no dia 15 de novembro de 2021 e coordenado pela professora Miriam Grossi com o apoio de Bárbara Amorim, Marinês da Rosa, Alexandra Alencar e Giselle Guilhon. O segundo evento aconteceu no dia 15 de dezembro de 2021, encerrando as comemorações dos 30 anos do NIGS. Intitulado “Cerimônia Comemorativa – 30 anos do NIGS”, foi coordenado pelas professoras Olga Zigelli Garcia (Afrodite UFSC) e Miriam Pillar Grossi (NIGS UFSC).

A principal diferença entre os dois eventos foi que o primeiro teve um aspecto mais íntimo e fechado, para as pessoas que mantêm vínculo com o NIGS, e o segundo teve um aspecto mais formal e aberto, com foco nas relações institucionais do núcleo, tanto é que foi transmitido ao vivo pela plataforma do YouTube.

Observamos em ambos, expressões de coletividade, subjetividades, identidades e acolhimento. No segundo evento, observei diferenças nas falas das autoridades institucionais convidadas: algumas faziam uma rápida homenagem, outras lembravam ações desenvolvidas em parceria com o NIGS e, em algumas falas, destacou-se uma ligação mais “pessoal” com relação ao núcleo.

Foi interessante perceber que as diferenças entre os dois eventos vão para além do nome que é dado a ele, por exemplo, como o primeiro evento tinha um caráter mais íntimo; tendo a proposta do *Happy Hour*, as pessoas apareciam muito à vontade pensando o local da casa onde escolhiam falar.

Tempo de tela e tempo de fala

A questão do tempo foi uma questão importante e bem discutida durante todo o processo na preparação das mesas-redondas: pensar o dia, a hora, a quantidade de tempo para cada convidado falar. Constatamos que, em eventos virtuais, é importante ter maior controle do tempo de tela e do tempo de fala.

Em relação ao tempo de tela, constatamos que que eventos on-line não podem ser longos demais, pois o tempo de tela não pode ter a mesma duração do tempo presencial. A partir de nossa experiência de um ano de ensino a distância na UFSC, percebemos que, após uma hora de tela, as pessoas se sentem muito

cansadas e, conseqüentemente, perdem o interesse na atividade virtual. Sobre o tempo de fala, observamos que é preciso um tempo menor de fala para permitir que o tempo de tela do evento não seja tão longo. Assim como em uma sala de aula, o evento on-line tem que ter uma hora precisa de início e fim.

Também enfrentamos dificuldades em limitar o tempo de fala das e dos participantes porque as pessoas queriam resumir suas histórias de 30, 20, 10 anos de relação com o NIGS e tinham menos de 15 minutos para fazê-lo. Foi uma das partes mais complicadas, uma vez que as pessoas convidadas estavam muito empolgadas, querendo falar tudo que estavam sentindo naquele momento. Foi desconfortável pedir para encerrarem suas falas.

Apesar de saber que em um evento virtual é difícil produzir contatos e trocas que acontecem nos eventos presenciais, nos intervalos, nos *coffee breaks*, nas idas ao banheiro, ao sentar perto de um colega de profissão, isso ocorreu nos eventos comemorativos dos 30 anos do NIGS, pois as pessoas dialogavam por meio do chat e trocavam afetos publicamente em suas falas. Todavia, mesmo com estas trocas afetivas virtuais, sentimos falta do contato presencial, de que várias gerações do núcleo pudessem conviver em um mesmo espaço físico por mais tempo e compartilhar experiências e afetos.

Observações finais

Ao participar da construção e organização do evento dos 30 anos, pudemos observar a potência científica e metodológica que é o NIGS. Conhecido como uma rede que produz conhecimento com base numa pedagogia feminista, reafirmou esta perspectiva na realização do evento de 30 anos.

Como estudante de graduação e bolsista de iniciação científica recém-chegada no núcleo, pude conhecer muito da sua história nos três meses de preparação do evento, conhecendo pesquisadoras que haviam passado pelo NIGS quando ainda estavam fazendo a graduação, mestrado ou doutorado e que agora já eram professoras em diferentes universidades.

Entendi a história do Núcleo como produto de conhecimento engajado. O do Núcleo foi construído, em sua trajetória, pelo trabalho coletivo. A comemoração dos seus 30 anos do foi importante para nós, graduandas, para aprender que existe ciência de qualidade no Brasil. Também aprendemos, por meio dos



depoimentos de pesquisadoras que se formaram no NIGS, que a ciência se constrói a partir de uma longa história, que nada se faz do dia para noite.

Ter ajudado na organização, ter participado dos eventos, assisti-los, escrever sobre eles e analisá-los foi emocionante. Minha passagem pelo NIGS foi cheia de aprendizados. Compreendi, na prática, que não se faz ciência/pesquisa sozinha e quão importante é pertencer a uma “família científica”, como nos ensina a professora Miriam Grossi. Neste sentido, buscamos mostrar, neste artigo, como um núcleo de pesquisa feminista pode ser também um lugar de afeto e companheirismo, extrapolando seu caráter puramente acadêmico. O último evento pode ser considerado a síntese do que são esses 30 anos do NIGS: a construção de muito conhecimento científico, a formação de inúmeras cientistas, a consolidação de muitas amizades, o desenvolvimento de uma pedagogia feminista engajada. Tudo isso resume o NIGS, se é possível resumi-lo. Encerramos com a frase utilizada pelo Instituto de Estudos de Gênero em sua homenagem ao NIGS: “Liberdade é pouco. O que [desejamos] ainda não tem nome” (Clarice Lispector).

Referências

25 anos do NIGS/UFSC em depoimentos. *YouTube*, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8bRAMEGUTQc>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ALMEIDA, Marta. O papel dos congressos científicos na América Latina. SBHC, Boletim 13, 2017. Disponível em: http://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1006. Acesso em: 11 jan. 2022.

AS PESQUISAS sobre violência de gênero nos 30 anos do NIGS. *YouTube*, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4eKslsPXe78>. Acesso em: 11 jan. 2022.

CAMPELLO, Bernadete. Encontros científicos. In: CAMPELLO, Bernadete; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette M. *Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais*. Belo Horizonte: Aprender; Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em: https://biblio-2008.webnode.com.br/_files/200000040-76a3b771d5/fontes_de_informacao_para_pesquisadores_e_profissionais_parte_001.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

CERIMÔNIA Comemorativa 30 Anos do NIGS/UFSC. *YouTube*, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WBz0XG1fugw>. Acesso em: 11 jan. 2022.

DOS SANTOS, Matheus. *Impacto de eventos acadêmicos: um olhar sobre ENCONTRO PARAIBANO DE PROFESSORES DE INGLÊS*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2823/1/MTS20072017.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

EVENTOS Acadêmicos e Científicos. *Eventos & Normas*, Universidade Estadual de Campinas, 4 mar. 2022. Disponível em: http://www.reitoria.unicamp.br/manualdeeventos/eventos/proto-eventos_cientificos.shtml. Acesso em: 4 mar. 2022.

GROSSI, Miriam; WELTER, Tânia. Quando almas e trabalho se misturam: Relatos da “secretária” do 18 Congresso Mundial da IUAES sobre o trabalho em equipe. In: GROSSI, Miriam; WELTER, Tânia. *Etnografia de um Congresso: a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil*. Florianópolis: ABA Publicações; Tribo da Ilha, 2020. p. 25-48. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/217563>. Acesso em: 27 dez. 2021.

GROSSI, Miriam; WELTER, Tânia. Refletindo sobre a organização dos pré e pós-eventos. In: GROSSI, Miriam; WELTER, Tânia. *Etnografia de um Congresso: a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil*. Florianópolis: ABA Publicações; Tribo da Ilha, 2020. p. 313-338. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/217563>. Acesso em: 27 dez. 2021.

OLIVEIRA, Fabíola de. Você vai à SBPC? In: NADER, Helena B.; BOLZANI, Vanderlan; FERREIRA, José Roberto. *Ciência para o Brasil: 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. São Paulo: SBPC, 2019. p. 154-173. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/cienciaparaobrasil.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022. (Livro eletrônico)

TRANS Day. *UFSC-Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades*, 2022. Disponível em: <https://nigs.ufsc.br/eventos/trans-day/>. Acesso em: 4 mar. 2022.

VÍDEO comemoração 25 anos do NIGS. *YouTube*, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NHdrQUnipvw&t=19s>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DOCÊNCIA E METODOLOGIAS DE ENSINO NA PANDEMIA



MIRIAM PILLAR GROSSI¹
FRANCINE COSTA²
CAROLINA GIORDANO BERGMANN
FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES
IZABELA SCHLINDWEIN
MARCELO JOSÉ OLIVEIRA
MARELI ELIANE GRAUPE
OLGA REGINA ZIGELLI GARCIA
PÂMELA LAURENTINA SAMPAIO REIS
PATRÍCIA ROSALBA SALVADOR MOURA COSTA
ROSA MARIA BLANCA
ROZELI PORTO
WINNY GABRIELA PEREIRA DE SANTANA
VITÓRIA DA SILVEIRA ALVES³

¹ Responsável pela edição e revisão dos depoimentos orais que foram transcritos por Vitoria da Silveira Alves.

² Coordenou esta roda de conversa com o apoio de Priscilla Gusmão.

³ Responsável pela transcrição do evento.

*Há em mim
Todos os sonhos do mundo
Palavras verdadeiras para acalmar o coração
Encontros de mães e filhos
Irmãos vivendo com união
Amizades para toda eternidade
Animais sendo cuidados
Sem nenhuma forma de crueldade
Há em mim
Todos os sonhos do mundo!
Diversidade respeitada
União sem medo, sem nenhum segredo
Religião propagada, respeitada, sem ser violada
Desejos concretizados, afirmados!
Há em mim todos os sonhos do mundo
Reunidos em uma vida inteira!*

De Cláudia Gomes, “Sonhos utópicos”. In: Cadernos negros, volume 43, poemas afro-brasileiros⁴.

Para ilustrar a importância que damos no NIGS à reflexão teórica sobre nossas práticas de pesquisa, trazemos neste capítulo os depoimentos da Roda de Conversa sobre o ensino durante a pandemia que foi realizada em novembro de 2021 como parte das comemorações dos 30 anos do NIGS. Esta atividade teve como foco a docência e metodologias de ensino na pandemia, tendo em vista os aprendizados coletivos acumulados nas experiências de ensino e extensão vividos e construídos por participantes da Rede NIGS em diferentes momentos de suas trajetórias acadêmicas. Reproduzimos aqui os depoimentos feitos na segunda parte da Roda de Conversa⁵, seguindo a mesma ordem de falta das e dos participantes neste encontro.

“Eu gostaria de compartilhar com vocês duas experiências que eu tive durante a pandemia, não sei se foram muito exitosas, porque foi um momento de muita dor e muita insegurança. A primeira delas foi a disciplina *Diálogos*

⁴ Poema lido no final deste encontro por Francine Costa.

⁵ O vídeo transcrito desta roda encontra-se em livre acesso no canal NIGS audiovisual do YouTube.



Contemporâneos em Ciências Sociais, onde eu tive a oportunidade de lermos integralmente, com 19 estudantes, inspirados e inspiradas nas Jornadas do NIGS, o livro “Os Cientistas Sociais e o coronavírus”, que é um calhamaço de quase 700 páginas. Eu dividi as partes do livro e semanalmente cada estudante tinha que escolher três textos e comentar no fórum. Foi uma disciplina assíncrona e nós demos conta de ler a totalidade desse livro. Foi muito interessante e eu tive a oportunidade de publicar uma resenha do livro com estudante na Revista Sul-Sul. O que mais incomodou os estudantes foi a ausência de mais artigos sobre gênero. Eu achei um absurdo esta acusação porque é um livro organizado por Miriam Grossi, eu participando, Sérgio Carrara, todo o campo de gênero participando da coisa, recebendo uma acusação de que estava faltando gênero no livro. Isso foi eu acho até interessante para gente refletir, porque eles estavam reclamando com quem mais faz gênero, a professora Miriam e várias outras, as pessoas que mais fazem gênero, de que não tinha gênero. Eu achei interessante, mas foi super exitosa, porque a gente pôde debater a partir dessa publicação a pandemia. Uma segunda atividade foi a disciplina Teorias Feministas e Lesbianidades, na qual nós recebemos 70 cursistas de vários níveis de todo o Brasil, para estudar teorias lésbicas e teoria feminista, a partir da produção lésbica. Nós tivemos 18 aulas. Para cada uma delas, eu convidei uma pesquisadora diferente: a professoras Miriam Grossi, Fátima Lima, Anahí Guedes de Mello. Agora o PPGNEIM aprovou a publicação de um e-book sobre essa experiência. Foram duas experiências muito interessantes. O que eu mais gostei nessa experiência foi o fato de poder ter trazido aprendizados que eu tive na especialização em Mídias para Educação Online, que forma designer de AVA, que é uma nova profissão. Então, eu tive a oportunidade de me formar Designer de Ambiente Virtual de Aprendizagem, que é uma profissão que vai abrir concurso aí em todo o Brasil. Então hoje eu sou um designer de AVA e atuei como designer de AVA durante a pandemia pros meus colegas, tanto da antropologia, como da ciência política e do bacharelado. E, por fim, eu gostaria de dizer que o que eu acho que poderia ter melhorado é intensificado um pouco mais a interação síncrona, mas eu tenho uma militância também, dizendo que o síncrono também é esgotante e, talvez, ele não tenha a mesma eficácia do assíncrono. Eu perdi essa batalha durante a pandemia, mas, tudo bem, a gente nem sempre ganha na vida, não é? Tô muito feliz mesmo, mas tive algumas batalhas perdidas e essa foi uma delas.”

FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES (UFBA)

“Nesses últimos dois anos, a experiência como coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN foi muito marcante, especialmente por conta da pandemia. Dentre outros desafios, tivemos que reformular a dinâmica do programa, sobretudo das aulas. Todo mundo ficou perdido no início... as pessoas não sabiam muito bem o que fazer... foi então acordado que ministrariamos aulas síncronas e assíncronas, tal qual o restante da UFRN. E como nós professores/as do DAN, trabalhamos tanto na graduação como na pós-graduação, uma de nossas maiores preocupações era de que maneira iríamos sincronizar os horários da graduação e da pós, sem onerar ainda mais as colegas e os colegas por conta de calendários diferenciados. Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRN, sugeriu que as disciplinas poderiam ser ministradas por módulos, e assim o fizemos. Conseguimos, assim, conciliar os calendários. Contudo, sentimos especialmente que a turma de mestrado de 2020/2021 ficou bastante prejudicada. Essa turma acabou fazendo o curso praticamente on-line. Não deixou de ser interessante, porque foi um aprendizado para todo mundo essa questão do síncrono/assíncrono, mas perdemos muito no assíncrono. A gente ainda não tinha domínio suficiente para desenvolver o trabalho no assíncrono, porque os alunos estavam muito acostumados com a coisa do síncrono. Nós já trabalhamos há muito tempo com o ensino invertido, em que os estudantes leem os textos em casa para depois trabalharmos na sala de aula. Na verdade, isso que muita gente chama de novidade sobre a questão do ensino invertido, nós já fazemos há muito tempo. Mas que lição que eu tirei disso tudo? Que efetivamente, sob meu ponto de vista, as aulas em módulos não foram produtivas, e acabou por prejudicar muito as nossas e os nossos estudantes. E o que tentamos fazer para recuperar um pouco essas perdas na pós-graduação? Tentamos desenvolver outras disciplinas no semestre seguinte, que nos ajudaram a minimizar um pouco dessas perdas. O pessoal que faz pós-doutorado nos auxiliou muito nessa empreitada. Dividimos algumas disciplinas com eles e elas partindo de temas específicos para complementar as anteriores. Logicamente, quase morremos trabalhando. Assim, tentamos dar um retorno para as estudantes, conscientes de que isso ainda não era suficiente. Eu tenho certeza de que não foi suficiente. Eu acho que a experiência foi essa, não foi das melhores, na verdade, mas serviu como lição. E uma outra experiência que tivemos aqui - uma experiência muito ruim - foi a perda de um aluno cigano para a COVID-19. O PPGAS da UFRN foi o primeiro programa do Nordeste a colocar cotas para negros, indígenas e quilombolas. No ano passado, nós tentamos colocar também para ciganas, ciganos e pessoas trans. Conseguimos colocar para pessoas ciganas, mas não conseguimos para pessoas trans. Nosso primeiro aluno cigano, que foi Marcondes, fez esta seleção para o



mestrado. Uma figuraça, formado em direito, ativista e um grande líder em sua comunidade. E, infelizmente, ele morreu de COVID. E foi um choque para todo mundo, tanto para as/os professores, quanto para as turmas que já estavam super abaladas com a questão da pandemia. E os estudantes não sabiam o que fazer no início da pandemia. Alguns estudantes recém chegadas/os ao mestrado e ao doutorado haviam mudado de outros estados, de outras cidades, para estudar em Natal. Chegaram aqui, alugaram casa, tiveram gastos, muitas despesas. E muitas/os são alunas/os carentes que sabemos têm precárias condições e lutaram muito para estar aqui... E o que aconteceu? Chegou a pandemia e não se sabia o que fazer, então muitos/as alunas/os ficaram perdidas/os nessas condições. Aí, acontece essa perda inesperada e terrível para todas/os nós. Em relação às pessoas trans, estamos agora num grande movimento aqui. Eu já saí da coordenação, estou como vice, mas junto com o novo coordenador, Paulo Victor, estamos participando com o pessoal da Psicologia, que já nos chamou, e da saúde coletiva, para fazermos uma justificativa para as cotas de ingresso para pessoas trans na pós. Porque tem uma jurisprudência gigante no país inteiro. Vários programas de pós-graduação, especialmente em Antropologia, têm cotas para as pessoas trans e, nesse ano, a gente vai tentar de novo. Tudo isso aconteceu durante a pandemia, não parou mesmo. A gente pensava assim, “o que vamos fazer durante a pandemia? Como é que a gente vai trabalhar?”. Ledo engano, porque nós trabalhamos muito mais durante a pandemia do que poderíamos imaginar. Não tivemos mais o tempo de nos locomover para universidade, de encontrar fulano, conversar, bater papo, almoçar juntos. A gente não teve mais esses espaços de lazer, de conversa, de comensalidade, espaços que eu aprendi com a Miriam que são super importantes em todas as minhas atividades e principalmente nas disciplinas. Sempre fazíamos a hora do café. E isso é aprendizado NIGS. Na coordenação da pós, a gente sofre, mas é de um aprendizado gigante. Porque sem estes aprendizados eu não teria feito tudo que eu fiz, e não teria, por exemplo, saído vencedora do prêmio “Pesquisadora Destaque” na universidade.

ROZELI PORTO (UFRN)

“Vou falar de duas experiências distintas, uma na graduação e outra no mestrado. Quando começou a pandemia, no mês de março de 2020, nós trabalhamos por duas semanas de forma assíncrona, ou seja, nosso material já estava postado no classroom, porque era obrigado institucionalmente o uso do classroom,

tanto no Mestrado como na Graduação. Isso facilitava para os estudantes porque eu disponibilizava o material em PDF. Então, por duas semanas, foi permitido esse trabalho e esse diálogo via classroom. Na sequência, veio um ato normativo e nós tivemos que aprender, rapidamente, como funciona o Google Meet, como se faz esse agendamento, como que você pode agendar as aulas para o semestre todo na agenda do Google. E tínhamos que gravar e, também, em 48 horas, postar a gravação, o material utilizado nas aulas online síncronas no classroom. Isso continua até hoje e é obrigatório. Algumas disciplinas, ou seja, de alguns cursos, retornaram para o presencial na UNIPLAC, na Graduação. Nos Mestrados, nós não retornamos. Mas, na graduação como eu trabalho disciplinas teóricas, eu continuo trabalhando de casa de forma síncrona. A experiência do curso de Mestrado foi muito diferente. Eu dou aula em dois cursos de Mestrado aqui na instituição. Todas as estudantes acessam o Google Meet, todas deixam também a sua câmera aberta, e se alguma pessoa não possui uma boa conexão de internet, ela vai até a amiga mais próxima ou parente, ou seja, as aulas acontecem por meio de uma metodologia de seminários, de muito diálogo, e as pessoas podem interagir. Já na Graduação, a experiência é outra: apenas a professora fica com a câmera aberta. Eu trabalho nos cursos de licenciatura em Pedagogia, Música e Letras, e temos disciplinas compartilhadas. Ou seja, uma noite com estudantes de Música, Letras e Pedagogia, em torno de 80 numa sala on-line assim. E o desafio foi justamente explicar para essas estudantes que elas realizem as atividades na noite, pois não é obrigatório que elas participem na aula ou que abram a câmera. Elas possuem algumas semanas para fazer as atividades de forma assíncrona em função da má qualidade da internet. Qual foi a estratégia? Até recentemente, a função do docente era transmitir conhecimento; pós-década 1980 a função central do docente é a mediação, mediar conhecimentos, e, ultimamente, falamos que a nossa função é construir vínculos de aprendizagem com as/os estudantes. Como é que a gente constrói vínculos de aprendizagem, especialmente com estudantes de Graduação? Porque, com estudantes de Mestrado, eu não senti essa dificuldade. Como se constrói um vínculo de aprendizagem? Usei uma dinâmica, uma estratégia chamada de check-in e check-out. No início da aula, cada uma tinha que abrir o seu microfone, eu ia chamando aqui pela lista de pessoas, para perguntar: como passou a semana? Conseguiu ler o texto, o artigo? Porque toda aula é realizada a partir de um artigo, de um texto, de mais ou menos até 20 páginas. Então alguns diziam “ah não consegui nem olhar o texto”, “li a primeira página”, e para falar como estava se sentindo. E no final da aula, quando tínhamos menos alunos e não eram as aulas nos cursos com disciplinas compartilhadas,



eu chamava também pela lista, cada uma tinha que falar uma frase ou uma palavra de uma aprendizagem significativa, porque eu dizia para elas que elas tinham vários desafios: elas estavam nas suas casas, com suas/seus filhas/os, com seus companheiros, ficar ouvindo uma professora com uma aula extremamente teórica e chata não é tão atraente quando você tem responsabilidade de cuidar das/os filhas/os, de cuidar da janta. Porque as estudantes, quase 100% mulheres, elas também possuem outras responsabilidades. Então a gente tinha que pensar em aulas dinâmicas, mas que aquele conteúdo, aquele conceito, era trabalhado, mas tinha que encontrar como que faz esse vínculo de aprendizagem. Como isso impacta na vida pessoal e na vida profissional destas estudantes, destas mulheres e destas mães? E foi muito bacana. A gente ouviu como retorno que elas se sentiram ouvidas sem pressão porque elas podiam falar o que estavam sentindo e serem sinceras. Porque eu não iria verificar se leu ou não o texto, e no final também era livre, que podia falar uma frase, uma palavra, que contribuiu para o seu processo de formação. E tinha choro, tinha reclamações, esse também era um momento para conversarmos sobre os impactos da pandemia nas suas famílias. Eu costumava dizer para as estudantes: ‘Vocês devem estar participando aqui da aula não em função de ter presença ou ausência ou falta, mas para que isso possa contribuir para o seu processo de formação enquanto pessoa e enquanto profissional e cada aula, cada uma de nós, possa se tornar um pouco mais humana e por meio do conhecimento, por meio dos conceitos’. O desafio de trabalhar com Graduação, com mulheres, nesse período pandêmico, foi uma boa experiência. Nós tivemos uma avaliação institucional que mostrou que elas se sentiram respeitadas e ouvidas, porque conseguimos criar vínculos. Como que a gente dá esse sentido a esses vínculos de aprendizagem mediados pela tecnologia?”

MARELI ELIANE GRAUPE (UNIPLAC)

“Para quem não sabe, eu atuo na Universidade Federal de Santa Maria, no curso de Artes. No primeiro semestre do ano de 2020, dei aulas na Graduação, mas esse primeiro semestre foi catastrófico. Já no segundo semestre, a gente fez curso sobre como utilizar as tecnologias e então eu comecei a gravar as aulas. Minhas disciplinas foram híbridas no sentido de que a gente se reunia e nos primeiros minutos eu lançava alguns tópicos, a pauta da aula e depois as discentes e os discentes assistiam às aulas pré-gravadas no *Moodle*. Então isso foi uma experiência muito interessante. Eu tive muito trabalho porque eu tinha que gravar as

aulas com antecipação e disponibilizá-las no *Moodle*. Mas foi muito interessante porque depois as discentes e os discentes sempre voltavam muito felizes, porque se tinham problemas de conexão podiam assistir ao seu ritmo, quando voltasse a conexão ou, bem, tinha gente que não tinha internet nesse dia e podia assistir à tarde, ou em outro dia. Então ficaram assim super felizes. E no início também, eu gostava que abrissem, ligassem a câmera, mas depois, numa conferência, no período da pandemia, nos falaram que em muitas famílias só existe um computador, então os discentes e as discentes não podem ligar a câmera porque estão acontecendo várias coisas na sua casa, alguém fazendo a faxina, etc. Então decidi trabalhar com eles e elas com a câmera desligada e me dei conta de que, na verdade, estavam prestando atenção. Foi muito boa essa experiência. No nível do conhecimento, nós aplicamos o novo currículo na Graduação no ano de 2019 e no ano de 2020. Foi quando eu comecei a dar disciplinas que eu tinha pensado, desse novo currículo, onde eu dei uma virada para conhecer o que seria trabalhando por artistas mulheres. Eu dou a disciplina de História da arte. Comecei a dar aula, na disciplina de Arte e Subjetividades, focando na vida de artistas mulheres, artistas gays, artistas lésbicas etc. no período da história da arte moderna. Então foi muito interessante me focar nas trajetórias das artistas, o que também aprendi com a minha orientadora, ex-orientadora, professora Miriam Grossi. Foi muito bom, porque eu senti uma empolgação na turma, porque estava falando da vida das artistas, ou dos artistas ou des artistes, e várias das minhas alunas, alunos ou alunes, discentes, se identificavam com a vida dessas/es artistas e foi muito bom, mesmo estando da pandemia. Na verdade, eu utilizei essa disciplina como uma fuga, porque estamos na pandemia pessoal. Então eu fazia umas gravações, cheguei a fazer *podcast*, onde elas e eles podiam viajar, se imaginar em um outro universo. Buscava práticas artísticas, tem uma muito interessante onde temos uma artista que faz um mergulho. Claro, há umas falas que são de ficção, mas faz um mergulho literalmente no oceano e foi assim muito bom. Eu queria animar as minhas discentes, talvez porque eu também quisesse me animar. Foi muito interessante, pois virou uma sala multimídia e acredito que teve resultados positivos, em função das discussões, dos trabalhos escritos. Enfim, as narrativas de minhas discentes mostram que elas ficaram muito contentes e eu fiquei satisfeita. Obviamente, eu preferiria voltar ao presencial. Faz falta esse contato, estar enxergando os rostos. Obviamente, é muito melhor, mas, por enquanto, estou muito feliz.”

ROSA MARIA BLANCA (UFSM)



“Eu queria falar somente da minha experiência no ensino remoto nesses quase dois anos de pandemia, na gestão administrativa da UFS. Estou na Pró-Reitoria de Graduação já vai fazer três anos. Entrei em 2019 e peguei um momento presencial, e, logo em seguida, a gente pegou a pandemia. E aí eu queria trazer essa experiência, do que é estar na Pró-Reitoria de Graduação, no momento de pandemia, pensando todas essas novas formas de ensino. E obviamente sendo cobrada e sendo pressionada o tempo todo. Porque era um momento em que todas as Universidades estavam sem nenhum direcionamento de política educacional por parte do Ministério da Educação. Por isso todas as Universidades começaram a dialogar entre si por meio da ANDIFES ou do Fórum de Pró-Reitores de Graduação para tentar chegar a instrumentos que fossem muito parecidos, claro, respeitando as suas especificidades no planejamento dessa nova educação. Estou à frente de uma direção de 110 cursos de licenciaturas e bacharelado da Universidade Federal de Sergipe e, dentre outras coisas, temos os estágios. Então vocês imaginam que a primeira medida foi parar tudo. Os alunos querendo se formar porque a pressão era pela formatura. Ninguém estava pensando se a pandemia vai matar ou não vai matar. Havia a pressão para fazer os estágios, mas, como enfrentar essa pressão, como gestores da universidade, pensando que um aluno poderia morrer nos estágios? Enfim, foi uma situação de muito aprendizado, mas também de muita dor na condição da condução do sistema institucional. E aí, nessa condição, a gente precisou parar tudo, parou os estágios, parou tudo. Essa paralisação levou a muita insatisfação da comunidade acadêmica. A princípio entenderam, mas logo depois acharam que poderia voltar, afinal de contas, o Brasil não parou efetivamente, né? Então as coisas continuavam a acontecer, seja na engenharia, seja em outras áreas, então era preciso voltar. E aí a gente precisou pensar nesse meio termo, começar a pensar nas resoluções de ensino remoto. E aí que veio a construção coletiva dessas resoluções, e o manejo com os instrumentos tecnológicos para fazer reunião com todos os departamentos e todos os centros da universidade, as negociações com a comunidade acadêmica, o DCE, e os sindicatos de técnicos e sindicatos de professores. Em relação à dificuldade dos estudantes de ter acesso às redes, foi preciso pensar mecanismos de apoio, em verba na compra de instrumentos tecnológicos para que esses estudantes pudessem estudar. Então, a primeira resolução foi aprovada, na primeira semana, já sai com o apoio dos estudantes. Mas a gente encontrou um outro problema, que eram os docentes que não dominavam as tecnologias para as quais precisamos pensar em cursos de formação. Foi uma série de questões que quem está à frente da gestão nesse momento teve que enfrentar, com muita conversa, muito diálogo com toda

a comunidade acadêmica; mas, sobretudo, com outras universidades, outras instituições pra gente ver como é que estava sendo feito em outros lugares.”

PATRÍCIA ROSALBA SALVADOR MOURA COSTA (UFS)

“Mesmo me sentindo uma *outsider* porque eu não estou no campo da educação superior, minha contribuição pode se unir um pouco à fala dos colegas no sentido de que, nós, educadores, configuramos tempo e espaço para que o aprendizado ocorra a partir do próprio indivíduo. É claro que o professor tem um papel importante, mas não é o protagonista no processo de aprendizado. O professor é quem configura o tempo e o espaço para que, com liberdade, esse indivíduo encontre nele mesmo as suas potências para poder crescer, onde ele quer estar, onde ele mereça estar e onde deseja estar. Eu acho que isso a professora Miriam sempre fez muito bem com a gente, sempre valorizou muito essa autonomia. Aqui que a gente chama de *Selbstständigkeit* este ensino para autonomia. É claro que, no Doutorado, nós temos toda a autonomia do mundo, mas, para quem a gente pode dar autonomia? Quando a gente está pronto para essa autonomia? Essa responsabilidade toda de se conduzir nesse mundão por aí. Como eu estou trabalhando com crianças, o papel do professor virou esse papel de educador-farol que conduz, que mostra a luz para onde o caminho segue. Mas não necessariamente o aluno vai conseguir seguir sozinho, então a gente acompanha até uma parte. E aí é que está a questão: até onde a gente vai com ele? Enquanto o ensino público alemão focou no ensino on-line, cada vez mais reforçando as horas de tela, eu estava numa outra realidade, em que a gente reforçou o contrário, o offline. Então a gente trouxe o aluno para fora, na volta do lockdown, em que ele não ficou mais preso àquela tela estática, onde o olho faz aquele movimento, micromovimento, e a aprendizagem me parece um pouco até mecanicista. E a gente levou ele para o mundo um pouco mais real. Também sempre trabalhando com a noção de saúde. Um outro tipo de saúde. E é claro que educação e saúde também são inseparáveis. Acreditando que saúde não é só física, mas também psicossocial, e que também requer um tempo para si, para si mesmo, para encontrar essa coerência consigo e com o mundo. Essa conexão, esse *Bindung* consigo e com outro. Só assim que ocorre a aprendizagem. E desde o bebezinho, lá no berçário, até a idade adulta. Não tem como ter ensino sem afeto e não tem como ter ensino sem conexão. O ensino offline me trouxe aprendizagem de vida. Justamente o contrário do online: a necessidade do offline, da necessidade do seu contraste, da necessidade de ir



para fora, de respirar de novo, de olhar os alunos. Eu me lembro muito do olhar de um aluno que estava muito preocupado. Ele estava, na época do *Rubikon* que a gente chama, que é aquela idade da separação do eu com o mundo. Momento em que ‘eu me vejo sozinho, eu estou sozinho agora, eu sou um indivíduo’, a idade da adolescência. Ele tinha um olhar muito perdido, no nada, e estava muito preocupado porque o melhor amigo estava doente. Então, assim, eu imagino essa experiência, como foi marcante na vida dele naquele momento de adolescência e como isso vai ser marcante e ele vai levar pra vida dele inteira. E o que eu queria falar da experiência online que eu tive como aluna, no seminário de formação de professores. Foi muito difícil para mim porque eu quero me formar, e fico imaginando que tipo de educador eu vou me formar. Será que eu vou ser completa? Suficientemente completa e íntegra e responsável no meu papel? Quanto tempo eu preciso para assumir esse papel e se é legítima, então, essa forma de educar online, se ela é suficientemente integral? O que eu preciso agora para ser professor de alma e de corpo? Viver realmente o ser professor como uma tarefa de vida e não só uma profissão para ganhar um dinheiro por um tempo.”

IZABELA SCHLINDWEIN (STUTTGART / REUTLINGEN, BADEN-
-WÜRTTEMBERG, ALEMANHA)

“Estou há 10 anos na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. Fiz concurso porque a Miriam encaminhou o edital para a sua rede e estou até hoje aqui em Minas. Eu tenho uma experiência com a questão da pandemia, o ensino on-line ligado ao meu trabalho de pesquisa aqui na região de Minas com comunidades tradicionais e quilombolas. Eu circulo na roça e tenho contato direto com as escolas e levo todo trabalho de pesquisa para dentro da escola. É o primeiro público para o qual eu dou retorno do trabalho de pesquisa; geralmente, são jovens dessas comunidades nesses sertões daqui, nessas roças daqui. E uma coisa que me chamou atenção nessas comunidades: hoje não tem um trabalhador rural, pelo menos na região da roça de Minas Gerais, que não tenha um *portable*, que não tenha um celular. Inclusive, eles vão para a panha do café e não querem mais saber da primeira bicicleta porque eles querem logo adquirir o seu celular, o seu *portable*. E me chama atenção também a disseminação dessas tecnologias de portabilidade. O que o ensino pandêmico me chamou atenção? Na realidade, nós lidamos com uma juventude que tem uma relação muito forte, muito íntima e profunda com as tecnologias de portabilidade, inclusive uma juventude que, de

certa forma, já vem praticando subjetividade da maneira mais inventiva possível nas redes sociais. Mas por que essa juventude vem estranhando o ensino remoto? Para mim, a questão dos estudantes com a questão do ensino remoto não é nem com as ferramentas; o problema deles é que estão acostumados, e a gente tem um pouco essa prática, de lidar com os instrumentos e as redes sociais numa relação subjetiva. No ensino remoto, precisamos inventar uma outra subjetividade para lidar com o formal. Então, eu acho que o caminho é outro, tem que se reinventar: é a questão do síncrono e assíncrono. Porque a gente está lidando com uma juventude que, mesmo com pouco dinheiro, tem acesso à portabilidade. Isso é um ponto que me chama atenção e eu tenho refletido muito sobre isso, porque essa juventude sabe muito bem praticar subjetividade nas redes sociais, pelas tecnologias de portabilidade. Qual é o aspecto positivo que eu trago agora desse novo contexto? Primeiro, é o mergulho que os professores tiveram com estas novas ferramentas e o quão interessantes são alguns aspectos do ensino remoto. Eu sou defensor de bandeira, de, no próximo retorno normal estar prevista uma carga horária híbrida. Acho fundamental. Por quê? Porque torna o ensino interessante. Eu estou achando as ferramentas interessantes, claro, lidando com todas as dificuldades que vocês estão também, até peguei umas dicas aqui neste diálogo que eu achei muito boas e vou aplicar no meu caminho. E porque também acho que defender o ensino híbrido é ir no caminho institucional de defender a inclusão digital. Porque nós vamos ter que garantir acessibilidade para todos os estudantes, porque está lá agora institucionalmente formatado numa grade horária, uma carga horária que vai ser híbrida e as instituições, pelo menos no ensino público, têm que dar acessibilidade. Essa é experiência positiva que eu estou tendo e ela, para mim, tá muito instigante. Com todas as dificuldades, eu acho que a gente não está compreendendo direito ainda qual é a dificuldade que essa juventude tem com a questão do ensino remoto. Para mim, é a linguagem quadrada ainda do ensino, pois a gente ainda está querendo reproduzir uma metodologia que é do presencial para o ensino remoto, e aí temos essa dificuldade. Qual a experiência que eu passei? Eu sou professor de Antropologia visual já faz algum tempo e gostaria de compartilhar umas experiências de campo com vocês que têm sido fantásticas. E eu tenho ido para campo com um produtor visual, porque não dá conta de um etnógrafo resolver edição, resolver dicas, que só um cara ligado ao cinema pode dar conta e eu tenho um parceiro que é produtor visual e tem me acompanhado de campo e me acompanhou nessa disciplina. Coincidentemente, esse parceiro é meu filho, que é produtor audiovisual. Inclusive, vai para campo comigo, me ajuda no trabalho de filmagem de ciclo ritual, essas coisas todas.



O que eu fiz nessa disciplina? Bom, todos os estudantes têm celular e a proposta dessa disciplina, nesse semestre, foi mais ousada. Eu propus, já de início, para nós montarmos um festival de curtas etnográficos de celular. Em função da pandemia, fiz o meu primeiro curso on-line na vida e foi um curso de cinema com um cineasta fantástico. Paguei, não foi público, foi privado, muitas dicas boas. E aí eu levei essa experiência unindo com a experiência da etnografia e levei o meu filho, o meu parceiro produtor audiovisual para disciplina comigo e aí a proposta era a seguinte: ‘pessoal, daqui para frente, todo mundo é cineasta de si mesmo, já faz algum tempo, agora vamos ser cineastas de uma proposta de filmar dentro do contexto da pandemia’. Eu nunca me esqueço de uma frase de uma aluna que foi fantástica. Ela disse assim pra mim: ‘porra, Marcelo, mas como é que a gente vai fazer com essa monotonia, todo mundo dentro de casa?’. E eu brinquei com ela: ‘Filma monotonia, monotonia deve ter aspectos, deve ter valores, filma monotonia’. Olha, gente, foi uma experiência muito legal. O resultado final da disciplina vai se chamar Festival de Curta Celular. Foram 12 filmes de 10 minutos e vocês não queiram imaginar, eu tive um estudante que se revelou filmando a sua própria doença mental, ele tem uma síndrome de ansiedade, foi um negócio fantástico. Teve duas alunas que trabalhavam, filmaram a sua rotina, foi em parceria. Então foi uma experiência, assim, maravilhosa. Quando eu vi o resultado final, percebi que as aulas assíncronas operaram muito mais do que as aulas síncronas. Porque na assíncrona eu vi que eles acessaram o material, teve dicas de filme, sabe, desde aulas de ângulo, aulas de luz, depois aulas de etnografia. Estou muito instigado com a questão da pandemia, estou querendo retornar ao presencial, mas confesso que eu estou achando esse desafio muito interessante.”

MARCELO JOSÉ OLIVEIRA (UFV)

“Eu tenho quatro momentos dentro da pandemia. A primeira como servidora do IFC, onde trabalhava na Pró-Reitoria do Desenvolvimento Institucional, antes de meu afastamento para Doutorado. Tivemos de pensar nos protocolos, estabelecer os comitês científicos para fazer análise da Covid e da pandemia, comprar equipamentos para alunos, pensar nos planos de dados, lidar com os servidores, pensar na questão de atestado, no registro de ponto, toda essa parte administrativa que teve que mudar por conta da pandemia. Depois, eu vi o meu companheiro, que é professor na UFSC, ter que entrar nesse mundo das aulas virtuais e acompanhei o processo dele. Depois, vivi a pandemia como aluna e

agora estou vivendo como estagiária docente. O que eu vejo e sinto como estagiária é que uma das principais coisas é: como fazer para que os alunos fiquem na turma? Como fazer para que eles não evadam? Para que eles não desistam? Como tornar essas aulas interessantes? Então, com a professora Miriam e com a Winny, que também está fazendo estágio comigo na mesma disciplina, esse é um desafio que a gente enfrenta toda semana. Como pensar em aulas que agradem e que os alunos gostem de participar? Como fazer com que eles permaneçam na disciplina, e fiquem conosco até o final?”

CAROLINA GIORDANO BERGMANN (IFSC E PPGICH UFSC)

“A minha experiência na pandemia se dá em duas cenas. A primeira enquanto professora, lá em 2020, quando a pandemia estourou e eu tive que realmente procurar todas as gambiarras possíveis para dar conta de finalizar as minhas disciplinas. Eu conheci a Professora Miriam neste contexto da pandemia, quando eu estava buscando gambiarras metodológicas, para que eu pudesse dar conta de uma disciplina que eu estava ministrando na Universidade Estadual do Piauí e foi por um e-mail, por uma mensagem atrevida em que eu quase disse “pelo amor de Deus, contribua conosco”. Naquele momento, eu era uma pessoa completamente desconhecadora das redes sociais e tive que correr atrás desse prejuízo para concluir uma disciplina pelo Instagram. Há de se destacar a grande diferença institucional das Universidades, pois, na universidade na qual eu estava ministrando aulas, aqui no Piauí, nunca se tinha ouvido falar do *moodle*. Eu mesma nunca havia utilizado *moodle* e os alunos nem conheciam. Isso que já me leva para segunda fase, enquanto aluna do PPGICH e enquanto estagiária no semestre passado. Eu cheguei absolutamente sem saber nada com coisa nenhuma, em termos de toda essa instrumentalização do *moodle*. Tive o apoio da Francine, dando vários toques para que eu pudesse compreender como trabalhar com o *moodle*. Concordo com as questões sobre o aparato visual, trazidas pelo Marcelo, e com as questões da Carolina. O que fazer para que os estudantes fiquem? Como permanecer? Minhas maiores dificuldades foram: compreender todo o sistema e tentar realmente criar possibilidades para que a turma interagisse, ficasse na disciplina e tentasse, mesmo que minimamente, dar conta de responder às atividades propostas na plataforma.”

PÂMELA LAURENTINA SAMPAIO REIS (UEPI E PPGICH UFSC)



“Eu estou fazendo, junto com a Carol, o estágio docência na disciplina de Antropologia e Feminismo. Estamos tentando criar estratégias para que esses alunos não saiam da disciplina. A gente tem uma turma bem boa, é uma turma bem legal, e como a gente faz fóruns, grupos, eles criaram rapidinho um grupo no WhatsApp para discutir sobre a disciplina. Fizemos, na primeira aula, dois jogos, um para cada unidade da disciplina, com as autoras que iam ser lidas. Este jogo era para jogar no primeiro dia de aula e depois ir acompanhando durante as aulas quem estava sendo lida. Eu estou aprendendo a ser professora na pandemia. Em paralelo com o estágio docência, agora, na pandemia, eu estou fazendo um curso de Graduação de formação pedagógica em Sociologia e está sendo muito bom aprender a ser professora na pandemia.”

WINNY GABRIELA PEREIRA DE SANTANA (PPGAS UFSC)

“Inicialmente, eu queria agradecer ao professor Felipe, com quem eu fiz uma disciplina durante a pandemia. Eu aprendi muito com o uso do ambiente virtual do *moodle* e pude utilizar ideias suas no *moodle* da UFSC quando eu fiz estágio de docência. Eu tenho experiência na docência na Educação Básica, não estou em sala no momento, porque eu sou bolsista CAPES no PPGICH, mas eu fui professora durante sete anos, principalmente aqui na Prefeitura de Florianópolis. Neste ano, entre fevereiro e maio, eu fiz estágio de docência junto com a Valentina O Ryan, que é mestranda do PPGAS, na disciplina de Metodologia de pesquisa do curso de Antropologia – quarta fase –, junto com a professora Miriam Grossi. Uma das atividades que eu acho bem importante de destacar foi a escrita do diário de pesquisa. Fizemos pesquisa de campo dentro de casa, com experiências próximas. Um dos diários que a gente fez foi o diário visual, que se aproxima bastante da experiência narrada pelo Marcelo – lógico que nossa produção não foi tão grandiosa. Fizemos produções mais curtas, vídeos de até 2 minutos, experiência que foi bastante exitosa, a turma gostou bastante. Na última unidade das metodologias de pesquisa, onde trabalhamos com entrevista, trabalhamos com *podcasts* com a turma. E outra estratégia exitosa foi o planejamento semanal: a gente se encontrava uma vez por semana, acompanhava cada atividade desenvolvida, fazíamos feedback de todas as atividades assíncronas. Eu, professora Miriam e Valentina, líamos as postagens da turma e retornávamos o mais rápido possível. Isso possibilitou uma boa compreensão do processo de aprendizagem de cada estudante e a gente conseguiu acompanhar de perto,

principalmente por meio das aulas assíncronas. E uma outra questão que eu acho muito importante foi o ajuste do programa da disciplina ao longo de todo o semestre. A gente foi fazendo ajustes a partir das demandas da turma para garantir principalmente a continuidade da presença. Na primeira semana, tivemos alguns alunos que desistiram, mas os e as estudantes que realmente se engajaram na disciplina finalizaram a disciplina. Ficamos muito felizes de não ter uma grande evasão e eu acho que é um elemento que é muito importante nesse contexto em que a gente está vivendo, que é um momento bastante excludente.”

FRANCINE COSTA (PPGICH UFSC)

“Eu queria compartilhar com vocês o impacto bem maior que a pandemia teve no curso de Enfermagem que tem atividade prática, hospitalar, etc. A grande mudança que eu observei foi a minha mudança de paradigma. Porque antes a gente dava muita ênfase ao conteúdo e pouca ênfase ao compartilhamento da nossa vivência prática e, agora, pelo menos o grupo em que eu dou aula, a gente inverteu. O conteúdo está dado no momento assíncrono e, no momento síncrono, a gente não está trabalhando conteúdo, a gente está trabalhando as vivências práticas e, claro, *linkando* com conteúdo, mas não é mais aquele momento exclusivo de conteúdo. Eu não consigo me ver mesmo voltando para o presencial, voltando para essa coisa conteudista, eu não sei como é que eu vou fazer essa transição porque... Mas é uma coisa que a gente vai aprender junto e eu achei ótima a tua ideia, Miriam, da gente montar um grupo que fique compartilhando experiências pedagógicas para a gente crescer junto, tanta experiência bonita a gente ouviu aqui que a gente pode aprender com colegas.”

OLGA REGINA ZIGELLI GARCIA (UFSC)

“Para fechar esta roda de conversa, eu quero, primeiro, agradecer à Francine Costa pela brilhante condução dessa atividade e a todas e todos participantes por tudo que vocês compartilharam. Foi tudo super rico, super intenso. Cada relato, cada experiência que foi trazida nos fizeram lembrar de algo parecido com o que tínhamos feito e nos deu outras ideias para aplicar em nossas aulas. Eu queria perguntar pra Izabela: “Quando é que vocês voltaram pro *offline*? Nós ainda não voltamos”. E agradecer à Patrícia e à Carolina pelos relatos de experiências



de gestão acadêmica durante a pandemia, pois eu nunca tinha pensado na densidade do trabalho de quem estava na gestão. Nós estávamos naquele desespero de dar aulas, mas quem estava na gestão também teve desafios enormes a enfrentar. E nesses vários relatos de experiências concretas de ensino que foram apresentadas aqui vejo várias questões recorrentes: o síncrono/assíncrono, as metodologias para atrair e manter os alunos na turma, os sentimentos de sucesso ou fracasso. Marcelo trouxe essa experiência audiovisual muito interessante. Rozeli colocou a questão da morte de um aluno durante a pandemia e eu fiquei pensando sobre a importância de elaborarmos coletivamente o luto presente durante a pandemia: se o/a aluno/a do programa morre, o que a gente faz? Isso não pode passar despercebido, tem que ser parte fundante do nosso processo de ensino-aprendizado. Eu acho que talvez esse tenha que ser mesmo um enfrentamento nosso, desse luto coletivo: como é que a gente vai enfrentar? Como é que a gente vai voltar às aulas presenciais com estas faltas? Realmente, essas são questões que a gente ainda tem que trabalhar.

Eu acho que todas as questões que foram colocadas aqui são super interessantes e que trazem mil questões para pensarmos sobre o que faremos quando voltarmos ao presencial. Eu vejo assim todo mundo dizendo: “queremos voltar”, “queremos viver novamente o presencial”. Eu, pessoalmente, estou vendo muitas vantagens no virtual. Agora, eu estou aqui na casa da minha mãe, em Porto Alegre, dei aula hoje de manhã e agora estou conversando com vocês que estão em muitos lugares de todo o Brasil. Claro que não podemos desconsiderar as críticas e os alertas contra o ensino virtual. Os argumentos sindicais apontam que o ensino a distância é um dos projetos deste Governo para acabar com as universidades públicas. Mas eu acho que é bom não termos vergonha de assumir que tem também coisas positivas no virtual. Eu acho que nós temos que escrever, publicar, compartilhar esses relatos que fizemos das nossas experiências didáticas. Eu acho que contar como é que são nossas experiências de ensino é muito, muito importante de compartilhar coletivamente. Eu estou bem contente de ter feito este encontro em novembro de 2021 porque, certamente, no ano que vem, quando publicarmos o livro dos 30 anos do NIGS, já estaremos numa outra dimensão. Ao preparar o encontro de hoje, estava me dando conta de como minha forma de ensinar mudou, que minhas reflexões de seis meses atrás já mudaram muito, que eu já não tenho as mesmas coisas para dizer agora e que a cada semestre da pandemia fui incorporando e repensando o ensino virtual. Discutir a nossa prática pedagógica não pode ser algo a ser feito só durante a pandemia. Eu gostaria muito de participar com vocês de um círculo permanente de discussão

para discutir o ensino, experiências pedagógicas e trocar questões sobre a orientação. Lanço aqui a ideia de darmos continuidade a este círculo da discussão de nossas experiências pedagógicas por mais tempo. Ninguém é obrigado a participar o tempo todo, um/a entra, outra/o sai, dependendo de nossa necessidade de troca sobre estas questões.”

MIRIAM PILLAR GROSSI (UFSC)

CONTRIBUIÇÕES PARA O ACERVO AUDIOVISUAL do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da UFSC



SUZANA MORELO VERGARA MARTINS COSTA

Este curto artigo irá tratar sobre o acervo audiovisual do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – NIGS/UFSC. Busca contribuir para a catalogação e democratização do vasto material audiovisual produzido pelo Núcleo. Ele nasce fruto de meu envolvimento com o acervo audiovisual do NIGS. Foi no ano de 2015, em meu segundo semestre do curso de graduação em Antropologia, que entrei em contato com o acervo audiovisual do NIGS. Era bolsista de extensão do Projeto de Extensão Papo Sério e realizei a filmagem e a edição de diversos *teasers* e materiais audiovisuais sobre o VII Concurso de Cartazes contra Lesbo/homo/transfobia nas escolas. A começar com as múltiplas idas às escolas da Grande Florianópolis, a exposição final no hall do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e a premiação na reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina. Desde então, estive intensamente vinculada à produção audiovisual do NIGS.

Ao refletir sobre a produção audiovisual do NIGS, fica clara a importância de uma boa catalogação e organização deste material a fim de se conhecer, preservar e compartilhar a memória e história do núcleo. Com a vontade de contribuir para este processo, penso que podemos dividir o material audiovisual do NIGS em três grandes áreas: fotografias, vídeos e materiais gráficos. Atento, aqui, para todos os materiais editados e já disponíveis on-line no canal do YouTube. Escolho este recorte por um viés subjetivo, uma vez que foi pela ferramenta do YouTube que tive acesso ao material audiovisual do NIGS e a busca pela democratização dos conteúdos produzidos na Universidade, marca do núcleo e de minha formação.

Para isso, divido o material em onze “playlists”, brincando com a forma de se organizar, concentrar, catalogar materiais no canal do YouTube. São elas¹:

1) Projeto Papo Sério: quando a Universidade vai à escola; Vídeo-relatório do Projeto de Extensão Papo Sério – NIGS UFSC; 26º SIC – Suzana Morelo Vergara Martins Costa – Projeto Papo Sério, mais fotos e vídeos de oficinas e idas às aulas disponíveis nos equipamentos do NIGS.

2) Concurso de Cartazes: Sete anos do Concurso de Cartazes contra Lesbo/homo/transfobia e heterossexismo nas Escolas; I Teaser VI Concurso de Cartazes; II Teaser VI Concurso de Cartazes; TEASER Prêmios VI Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia, Transfobia nas escolas; Teaser V Concurso de Cartazes (HALL da Reitoria); VI Concurso de Cartazes: E.E.B Aldo Câmera da Silva; VI Concurso de Cartazes: EEB Bela Vista; VI Concurso de Cartazes: E.E.B. Aderbal Ramos da Silva; VI Concurso de Cartazes –Escola Estadual Presidente Roosevelt; VI Concurso de Cartazes: E.B.M. Almirante Carvalhal; VI Concurso de Cartazes – EJA Presídio Regional de Tijucas; VI Concurso de Cartazes: Escola de Educação Básica Coronel Lehmkuhl²; VI Concurso de Cartazes – Exposição; VII Concurso de Cartazes 2015 – Cerimônia de Premiação; Teaser EEB Professor Silveira de Matos – VII Concurso de Cartazes (2015), mais fotos e vídeos disponíveis em acervo.

3) Gênero e Diversidades na Escola: Teaser de Divulgação do Ciclo das Videoaulas do GDE; Making OFF das Videoaulas; Formatura GDE – Polo de Pouso Redondo; Apresentação do Curso Gênero e Diversidade na Escola: Videoaula 1; Importância do GDE: Ciclo de Videoaulas GDE; Educação Infantil: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Gênero e Educação: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Sexualidades e Teoria da Sexualidade: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Guerrilha de Linguagem: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Políticas Públicas para as Mulheres: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Questões Indígenas: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Estigma e Discriminação: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Não violência Contra a Mulher: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; História dos Feminismos: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Homofobia e Homossexualidades: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Questões Raciais e Cotas: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Lesbianidades: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; História dos Feminismos: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Mulheres na Literatura

¹ Acesse o canal do YouTube do NIGS: <https://www.youtube.com/channel/UCKDS6fMn9Dq2R-RUYvGHclJQ>.

² Disponíveis no canal do YouTube do IEG: VI Concurso de Cartazes - Exposição.



Inglesa: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Mulheres na Literatura Negra: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Mulheres no Esporte: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Prevenção HIV/DSTs na Escola: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Gênero e Religiosidades: Ciclo de Videoaulas GDE 2012/2013; Palestra de Maria Luisa Femenias (Universidade de La Plata – Argentina) Contribuições Filosóficas de Judith Butler para a teoria feminista contemporânea (GDE); 4ª Reunião Geral do GDE (03.04) = Parte 1; 4ª Reunião Geral do GDE (03.04) – Parte 2.

4) Jornadas NIGS4: Jornada Internacional do NIGS: Cláudia Fonseca: “Desafios Éticos da Pesquisa Antropológica Contemporânea⁵; Jornada Gênero, Feminismos e Ciência: Painel – Mulheres na História da Antropologia e Museologia (2008 a 2013); Jornada Gênero, Feminismos e Ciência: Mesa-Redonda sobre Mulheres nas engenharias e ciências biológicas; Jornada Gênero, Feminismos e Ciência: Mesa-Redonda sobre Mulheres nas engenharias e ciências biológicas; Vídeo comemoração 25 anos do NIGS; Depoimentos 25 anos do NIGS.

5) TRANSDAY: IV TRANSDAY: Roda de conversa 1: “Ativismo trans: repercussões das lutas no Brasil, mais fotos disponíveis em acervo.

6) Outros Olhares Sobre A Antropologia⁶: Vídeo-relatório 18º Congresso Mundial IUAES – Capes e CNPq; A História da Antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina; Na Antropologia tem mulheres (e muitas!): a presença feminina no 18º IUAES 2018.

7) Eventos: Mesa-Redonda Direitos LGBT no Brasil e na França: Parentalidades Trans; Miriam Grossi “Oficinas de Etnografias – Entre o conceito e o método, partilhas profissionais; Para que servem as Ciências Sociais – Aula com a Profa. Miriam Grossi e Profa. Elisete Schwade; Conferência CIEDSI México 2018 – Teorias y Movimientos Queer y Feminista; Lançamento do Livro “Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado” – 15/07/2020.

8) Cine DDHH: Debate sobre o filme “Mignonnes”; Debate sobre os curtas “O dia de Jerusa” e “Kbela”; Debate sobre o filme “Acusados”; Debate sobre o filme “As sufragistas”; Dia nacional da visibilidade lésbica com o CINE DDHH!

3 Disponíveis no canal do YouTube do IEG: Apresentação do Curso Gênero e Diversidade na Escola: Videoaula 1.

4 Disponíveis no canal do YouTube do IEG: Palestra de Maria L. Femenias: “Contribuições Filosóficas de Judith Butler...”

5 Idem.

6 Disponíveis no canal do YouTube do IEG: Palestra de Maria L. Femenias: “Contribuições Filosóficas de Judith Butler...”

9) **GENIGS:** Sete encontros de 2021 disponíveis.

10) **Antropologias Feministas Mundiais:** World Feminist Anthropologies Teaser – Divulgação/Divulgation; Marisa R. Trejo – Antropologias Feministas Mundiais/World Feminist Anthropologies – Marisa R. Trejo.

11) **NIGS 30 Anos:** Constelação NIGS 30 anos; Vídeo-dados NIGS; Cerimônia de Celebração dos 30 anos do NIGS; NIGS 30 Anos – História das mulheres na Antropologia (27/08/21).

Pode-se perceber que, somente em seu acervo disponível on-line, o NIGS já possui um vasto material de estudo e produção de conhecimento nas mais diferentes áreas dos estudos antropológicos, feministas, de gênero e educação. Não trarei, neste artigo, os materiais audiovisuais que não estão disponíveis on-line em razão do tamanho curto do artigo, mas compartilho que seja em nossa pequena sala no Departamento de Antropologia, ou nas compartilhadas pastas do drive. Nas fotografias impressas ou nos vídeos disponíveis no YouTube, há um vasto registro das mais variadas ações do núcleo, materiais que ajudam a compor o grande mosaico de seus 30 anos de história. Uma história de intensa atividade e produtividade, compromisso com a sociedade civil, formação de professoras e pesquisadoras, intenso diálogo com a pesquisa e políticas públicas brasileiras. História de afetos, grandes *afetos alegres*.

Deixo o convite para que nos debrucemos sobre o material audiovisual do NIGS não só para contribuir para sua construção, compartilhando fotos e materiais de registro individual de sua época no NIGS, provocação para as antigas e novas integrantes do núcleo, mas para aprendermos, pesquisarmos e produzirmos conhecimento e ações coletivas. Com certeza, o vasto material audiovisual do NIGS é fonte de pesquisas nas áreas da educação, das sexualidades, das teorias e metodologias antropológicas feministas, das teorias LGBTQIA+, histórias das mulheres, histórias da antropologia, estudos de gênero, políticas públicas e tantas outras frentes deste Núcleo de 30 anos de história. O material trazido aqui, vídeos do YouTube, demonstra bem como o Núcleo desenrolou-se com o tempo e a história, buscando sempre estar em diálogo com o presente.

Deixo, por fim, mais um convite, para que sigam acompanhando as redes e o canal do YouTube do NIGS, pois muito material ainda será lançado. Ressalto a “playlist” dos 30 anos do NIGS, com um vasto material sobre as redes e afetos do Núcleo.

Vida longa ao NIGS!

Evoé!!

SOMEWHERE OVER THE RAINBOW

Carta para amigo secreto das atividades de comemoração dos 30 anos do NIGS



Belo Horizonte, 9 de novembro de 2021.

Cara colega,

Não nos conhecemos, mas se você faz parte do NIGS, então já temos muito em comum.

Minha ligação com a UFSC, e com o NIGS, começou em 1997, e, por uma sincronicidade, me levou às margens do Rio Negro, mais precisamente à Praia da Ponta Negra, em Manaus. Um colega me pediu que eu levasse uma professora de Santa Catarina para passear um pouco pela cidade. Essa professora era Miriam Grossi. Todos que a conhecem sabem do seu carisma, de sua capacidade de entusiasmar, de puxar nossa língua e nossa memória. Penso que nunca falei tanto sobre minha experiência de campo com garimpeiras e sobre minha experiência desastrosa no mestrado em Antropologia da UNB.

Havia muito tempo que não pensava nisso. Minha vida no departamento de Ciências Sociais da UFAM era muito corrida e cheia. Havia, nessa época, apenas 5 professores de Antropologia para atender a 40 cursos. Essa situação não dava brecha para reminiscências. Tentar fazer outro mestrado não passava por minha cabeça, mas ela introduziu esse pensamento.

Por inúmeros motivos e mais sincronicidades, de ordem emocional e profissional, chegando minha vez na fila para sair para qualificação, lembrei da conversa com a Miriam e resolvi tentar a seleção do mestrado na UFSC. Minha ida pra Floripa coincidiu com a morte do meu irmão mais velho por acidente de carro e a volta de Miriam de dois anos de pós-doutorado. Por isso ela pôde ser minha orientadora e eu pude entrar no núcleo, que ainda não se chamava NIGS.

Quando Miriam me levou para conhecer o espaço do núcleo, fiquei pasma com as histórias que contou da produção do núcleo até dois anos antes, antes de ela sair para o pós-doutorado. Ela contou de como ele era aparelhado e de como ele o havia encontrado ao voltar: só havia sobrado um armário pequeno com acervos de jornais e revistas. Até os computadores haviam sido levados embora. Ela disse que teríamos que recomeçar tudo, e que começaria a buscar o material necessário. O primeiro semestre de 1999 foi um tempo de reestruturação. Quase não houve atividade, mas, pra mim, foi importante conhecer os orientandos da Miriam: Ari Sartori, que estava terminando de escrever a dissertação de Mestrado, e Alinne Bonetti, que estava voltando do trabalho de campo. No segundo semestre, começaram as reuniões de apresentação dos trabalhos dos dois orientandos e um dia Miriam apareceu com a notícia de que a Revista Estudos Feministas, a REF, talvez viesse para a UFSC, com todo seu acervo. Eu não sabia o que era a REF, pois nunca tinha sido uma militante Feminista, apesar de ter trabalhado com os estudos de mulheres. Fiquei muito apreensiva. Não sou muito de ficar perguntando e a Miriam também não falou muito. Mas a revista veio, colocamos prateleiras em todas as paredes da sala do núcleo, e aí começaram os primeiros mutirões de empacotamento por coleções e fomos enchendo as prateleiras. Nesse tempo, eu passava todo meu tempo vago lendo os dossiês publicados nas revistas. Assim, conhecia bem o que tinha sido publicado para vender as revistas em todos os eventos em que participávamos.

Depois que a REF chegou, Miriam pediu sugestões para nomear o núcleo. Não sei como ele se chamava antes. Depois de vários palpites (o único de que me lembro era Afrodite), sugeri NIG, porque, naquele dia, minha turma do mestrado teve aula sobre gênero e ela falou muito sobre a pesquisa de Robert Stoller e de ele ter cunhado o termo Núcleo da identidade de gênero, que, na aula, denominamos de NIG. Então pegamos esta sigla e acrescentaram o S de subjetividades, que estava no título da publicação *Trabalho de Campo e Subjetividade*. O nome ficou. Com as figurinhas que se transformaram em nossa marca, também tive uma pequena participação, pois havia encontrado no lixo do nosso andar um livro sobre Arte Aborígene Australiana e fiquei fascinada com as pinturas. Quando



Miriam chegou, também se espantou de terem jogado o livro fora. Mais tarde, nos inspiramos em uma das imagens para produzir nosso logo. Até hoje, quando faço meus mosaicos, me inspiro na arte que vi nesse livro. A partir de 2000, era evento atrás de evento para participar e íamos em todos vender revistas.

Se começar a falar um por um e de quanta coisa importante que aprendi, como professora, como aluna, como colega, como pessoa, como feminista, não termino mais essa carta. O mais importante de tudo pra mim e que possibilitou todos os outros aprendizados foi o ambiente de harmonia interpessoal, o ambiente de ajuda e aprendizado conjunto. E por isso tudo sou imensamente grata.

Cada vez que pude voltar para algum evento organizado pelo era uma alegria imensa. Principalmente por conhecer novas e novos nigueanes, e poder respirar essa energia boa.

Um forte abraço

Bernadette

DESENHO E MANDALA

BERNADETTE GROSSI DOS SANTOS

No primeiro desenho, posso ver-me sozinha, recebendo influências difusas, esparsas, presa num segmento isolado.



Figura 1 – Desenho

Fonte: Elaboração da autora.



A outra imagem é de uma mandala Olho de Deus. Quis muito aprender a fazer depois que uma companheira do grupo de artesãs do qual fazia parte me explicar sua procedência e significados. É uma mandala de origem Mexicana. É conhecido também na língua H'uichol pelo nome Sikuli, que significa visão e entendimento do desconhecido.



Figura 2 – Mandala

Fonte: Elaboração da autora .

Aprendi que é preciso mentalizar os desejos positivos na feitura da mandala para que essa energia impregne a mandala e o lugar de onde essas energias reverberarão. Ela pode ser feita de fios de linha, lã, e outros materiais. Essa foi feita com lã de tapete. As linhas coloridas não podem ser presas por nós, pregos ou cola. Uma segue a outra por super ou sobreposição. Apenas no fechamento há um nó do laço que a finaliza e pendura. Quanto mais cores, mais desejos, mais poder; quanto mais varetas se acrescenta, mais se aproxima da geometria sagrada presente no mundo (do átomo aos orbes) e também mais difícil de fazer.

Fiz muitas delas para presentear, mas guardei apenas três. Essa me faz lembrar da experiência com o NIGS. Há, no centro, a energia laranja: sucesso, força, saúde e comunicação. Rodeado pelo azul: céu, tranquilidade, harmonia e serenidade. Depois o rosa: amor, sensibilidade, as virtudes do bom senso entre a inteligência do fogo e da calma, da negociação, entre o vermelho e o branco, a inteligência do fogo e da calma. Mais azul e aí vem o vermelho: pulsar, energia, luta, paixão. Mais azul, e então o amarelo: sol, prosperidade, alegria, luz, celebração. Mais vermelho. Há um espaço vazio em que cabe tudo. O que vem de fora que permeia, viabiliza, interage. Mais vermelho e chega o verde: saúde, harmonia, esperança. Mais laranja e verde, para lembrar do início e fechar com esperança.

Com o NIGS, aquela primeira imagem se transformou em uma estrutura forte com linhas firmes, de cores vivas e compartilhadas sem nenhum nó que interrompa as energias. As individualidades estão postas, mas não há solidão nelas. Há caminhos a serem escolhidos, mas todos eles com uma base firme, suportados pela força gravitacional de apoio e proteção do centro.

Parte V

LEGADOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E POLÍTICOS DO NIGS

O MODO NIGS DE SABER-FAZER

Antropologia Feminista no sul do Brasil



ALINNE DE LIMA BONETTI

1 Introdução – ou sobre o que faz da antropologia, feminista

Há quem caracterize as relações entre as epistemologias feministas e as antropológicas de desajeitadas (STRATHERN, 2009[1987]; 2014 [1981]), dadas as premissas que sustentariam suas abordagens: generalizações universalizantes ideologicamente fundamentadas, de um lado, e escrutínio relativizador das ideologias, de outro, inviabilizando as condições de possibilidade de uma antropologia feminista. Em posicionamento crítico aos limites da análise sobre a relação desajeitada, associo-me a um conjunto de antropólogas feministas, como Martha Patricia Castañeda (2011), Mónica Tarducci (2010) e Henrietta Moore (1990), que assumem a Antropologia Feminista como um campo epistemológico específico.

Trata-se de um campo que pode ser caracterizado “por aplicar na investigação antropológica um ponto de vista sustentado na teoria feminista e na perspectiva de gênero” (CASTAÑEDA, 2011, p.35). É importante reiterar que

(...) antropologia feminista não é, entretanto, a mesma coisa que antropologia do gênero. (...) é perfeitamente possível fazer uma clara distinção entre o estudo da identidade de gênero e a sua construção cultural (antropologia do gênero) e o estudo do gênero como um princípio da vida social humana (antropologia feminista) (MOORE, 1990, p. 187-188).



Como argumentei em outro lugar (BONETTI, 2011), a antropologia feminista deve ser entendida como um campo epistemológico especialmente engajado que encontra no método etnográfico (e no seu potencial relativizador) a sua marca distintiva e que toma como seu objeto as alteridades complexas interpeladas por relações de poder e seus desdobramentos na produção de desigualdades. Neste contexto, tais alteridades são entendidas como produtos de distintos feixes articulados de marcadores sociais, cujas combinatórias são variáveis em função dos contextos e situações em que estão inseridas. Embora gênero, enquanto um princípio da vida social humana, tenha preeminência nesta combinatória, ele não pode ser tomado isoladamente.

A Antropologia Feminista é, portanto, um campo epistemológico antropológico vocacionado para a produção de uma teoria etnográfica (PEIRANO, 2014) de alteridades complexas, com a preeminência do gênero como princípio da vida social humana, implicadas nos processos de distribuição de poder. Esta peculiaridade confere-lhe um caráter especialmente engajado, embora não ideológico. À primeira vista, esta distinção parece soar apenas retórica, já que tanto o conhecimento ideológico quanto o engajado estão comprometidos com a problematização do poder. Contudo, ela é central para a antropologia feminista e, em particular, ganha especial importância na que produzimos no Brasil, contexto em que o “conhecimento e comprometimento político estão unidos em uma configuração única” (PEIRANO, 2006, p. 57) e que, ironicamente, há grande resistência ao reconhecimento da antropologia feminista como um campo epistemológico.

Enquanto a produção de conhecimento ideológica estrutura-se a partir de um conjunto de verdades formatadas pelas demandas políticas que, ao não serem questionadas e problematizadas, resultam em comprovações de dogmas e visões preconcebidas, a engajada, ao partir do questionamento destas verdades, está especialmente preocupada em revisar as próprias certezas, mesmo sob o risco de ver o seu projeto de conhecimento se esvaír, uma vez que as questões de pesquisas levadas a campo são sempre alvo de descentramentos e reelaborações. Nesta distinção, a “alteridade mínima”, tal como proposta por Mariza Peirano (2006) para analisar a antropologia brasileira, ganha especial importância. Numa relação de pesquisa em que sujeito cognoscente e sujeito cognoscível se justapõem, partir do princípio da dúvida se torna um imperativo, associado aos processos de reflexividade e a problematização constante do lugar da subjetividade na produção de conhecimento – o que se poderá perceber de maneira muito evidente na linhagem teórica do NIGS, um dos centros produtores da antropologia feminista brasileira.

Como pesquisadora do e sobre o campo político feminista, já há alguns anos venho me dedicando a analisar uma das suas significativas formas, o feminismo acadêmico. Ele pode ser tomado genericamente como a associação entre teoria e práxis feminista feita nas universidades, como o definem Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (1994) – esta uma das pioneiras da antropologia feminista brasileira –, além de responsável por um *corpus* conceitual específico. Neste âmbito, a Antropologia tem grande protagonismo e profunda contribuição, sendo possível a identificação de alguns nichos irradiadores de produção antropológica feminista brasileira com grande reconhecimento nacional e internacional (BONETTI, 2015; 2018).

Na configuração deste campo de produção de conhecimento que começa a ganhar fôlego nos anos 1980, com diferentes gerações de pesquisadoras, o processo de nuclearização foi uma das estratégias utilizadas para a sua consolidação. Assim, núcleos e grupos de pesquisa nas universidades brasileiras fomentaram a antropologia feminista, ainda que em formações interdisciplinares. Na década de 1990, houve um aumento no número de núcleos ainda com características interdisciplinares, mas com uma certa preeminência da perspectiva antropológica associada à assunção da categoria analítica gênero como principal referencial teórico.

No sul do Brasil, a Universidade Federal de Santa Catarina se posiciona como um dos mais destacados polos de produção antropológica feminista, com destaque para o Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS), fundado em 1991, associado ao Departamento de Antropologia (PEREIRA, 2021). Seguindo um modelo de nuclearização que reúne orientadora e suas orientandas, a história do NIGS, nos seus trinta anos de existência, confunde-se com a trajetória de sua fundadora, a antropóloga Miriam Pillar Grossi, e com o seu modo de produzir teoria antropológica feminista situada no sul do Brasil, com interlocução global. É, portanto, sobre esse saber-fazer antropológico feminista que passarei a refletir.

Antes de seguir adiante, importa explicitar meu posicionamento neste contexto. Meu interesse e empenho nessa temática não é gratuita, faço parte dessa linhagem antropológica feminista que tem uma origem comum: a formação antropológica com a “frente feminina da antropologia da UFRGS (BONETTI, 2021), Claudia Fonseca, Daisy Barcellos e Maria Noemi Castilhos Brito, que conformam o grupo de pioneiras da antropologia feminista no sul do Brasil, embora nem todas se autodeclarassem feministas. No início dos anos 1990, fui iniciada na Ciência da Alteridade na melhor tradição etnográfica, com a antropóloga Claudia Fonseca, sendo ensinada a problematizar os contornos das relações entre



alteridade e desigualdades, a partir do princípio do comprometimento ético-político com as populações pesquisadas. As provocações feministas foram incorporadas depois, ao integrar o NIGS, durante o mestrado em Antropologia Social na UFSC, sob orientação de Miriam Pillar Grossi. Foi durante o mestrado que fui iniciada nas provocações feministas à antropologia, via problematização da relação entre gênero e poder e seus impactos na subjetividade e no fazer etnográfico. À relação entre alteridade e desigualdade anterior foi incorporado um outro elemento: o gênero e seu exponencial campo de problematizações. A partir daí, passei a interessar-me sobre o movimento feminista brasileiro, como objeto de análise antropológico. Passados mais de vinte anos desse momento inaugural, retornei ao NIGS como professora pesquisadora.

Seguindo o legado antropológico feminista de reverenciar nossas mestras, aquelas que nos antecederam, trilharam caminhos difíceis, proporcionando nos sentir parte de um coletivo que nos antecede, imbuída da questão “O que é esse fazer antropológico feminista tão próprio do NIGS?”, buscarei identificar algumas das características e legado do modo NIGS de saber-fazer antropologia feminista. Vejamos.

2 Princípios do fazer antropológico feminista do NIGS

Como referi, a trajetória do NIGS confunde-se com a da sua fundadora e é na confluência das suas trajetórias que podemos encontrar alguns princípios significativos desse fazer antropológico feminista que estão intimamente relacionados.

2.1 Feminismo como régua e compasso

Conforme relata em seu memorial de concurso para professora titular, embora já tivesse experiências de associativismo comunitário em função do contexto familiar de origem, é no encontro com o feminismo francês, entre 1977 e 1978, que a militância passa a fazer da trajetória pessoal, política e teórica de Miriam Grossi (2015), quando ainda era estudante de Ciências Sociais na UFRGS. Mobilizada pelo debate francês, de característica fortemente interdisciplinar, em diálogo profundo com a psicanálise lacaniana, integra um dos primeiros grupos feministas gaúchos, o Grupo Ação Mulher (GAM), do qual se originou o SOS

Mulher, grupo feminista reflexivo e de acolhimento a mulheres em situação de violência. Ao mesmo tempo que militava politicamente, era formada em Ciências Sociais pela Frente Feminina da Antropologia da UFRGS, por meio de que conjugou a formação teórica e etnográfica com a então emergente antropologia da mulher e suas problemáticas em torno da opressão feminina.

O sotaque francês da antropologia feminista niguiana é também garantido pelas influências teóricas oriundas de diálogos não apenas com teorias feministas francesas, em especial da história social – Michelle Perrot, por exemplo –, mas também com a sociologia e a etnologia do campo de estudos de parentesco – Agnès Fines e Françoise Héritier –, e a sociologia de gênero e sexualidade – Michel Bozon, Daniel Welzer-Lang, Sam Bourcier, cujas ideias passam por uma espécie de leitura crítica antropofágica localizada: são revisadas, expostas e justapostas às teorias locais, em particular as epistemologias feministas e antropologias latino-americanas e brasileiras, com especial ênfase ao campo ativista. Será a partir deste princípio que as principais linhas de pesquisa e de orientação no NIGS se desenvolverão: estudos sobre violência contra as mulheres, sobre política, movimentos sociais e políticas públicas, com especial ênfase para o campo da Educação, família, parentesco, gênero, sexualidade, religião e o lugar das mulheres na história da antropologia e da Ciência. Essa pluralidade temática ressoa o conselho da mestra pioneira, Claudia Fonseca, que exortava à curiosidade antropológica, nos ensinando que a antropóloga não pode ser monotemática, o que nos leva a outro princípio.

2.2 “Fonsequianas para sempre!”

A frase sempre lembrada nos encontros do NIGS reverencia o legado etnográfico de Claudia Fonseca, antropóloga da geração pioneira da UFRGS, que marca fortemente a antropologia feminista niguiana. A fé no trabalho de campo de inspiração fonsequiana (FONSECA, 2009), como fonte da produção do conhecimento antropológico na construção de teorias etnográficas, é parte significativa da transmissão antropológica feminista de Miriam Grossi no NIGS. Como um saber-fazer artesanal, que se aprende fazendo, uma das características deste processo pedagógico é a de acompanhamento ao trabalho de campo, seja pela incursão ao campo junto com suas orientandas, seja pela leitura atenta dos diários de campo produzidos pelas alunas, com o intuito de identificar as regularidades, extrair categorias analíticas e contribuir no processo de interpretação do material etnográfico.



O apego ao empírico, entendido como tudo aquilo que nos afeta os sentidos e, com isso, provoca estranhamento (PEIRANO, 2014) e curiosidade sobre o comportamento humano modelado e partilhado, e a preponderância da etnografia revela que esta é tomada não apenas como um método; é, antes, a experiência de produção de conhecimento por um corpo no mundo diante da alteridade, demarcando a inseparabilidade da teoria e da prática. Com isto, reitera-se a relevância da observação participante como ideia-valor da etnografia (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998), desenvolvida a partir do treinamento antropológico da percepção, do pensamento e das sensibilidades (FAVRET-SAADA, 2005), complementada pela escrita das notas de campo, do diário de campo, do texto analítico em busca da produção das teorias etnográficas.

E no processo de transmissão da prática artesanal da escrita etnográfica está uma das principais características do saber-fazer niguiano: a organização da escrita do diário de campo, de modo a prever um espaço para vazão da experiência subjetiva inerente ao processo etnográfico. Assim, Miriam ensina a relevância da (ins)descrição da experiência subjetiva inspirada pelos ensinamentos do sociólogo francês René Lourau (1933-2000), cuja proposta metodológica reservava o lado direito do caderno de campo para o registro de dados objetivos e analíticos da pesquisa e, o esquerdo, para aqueles oriundos das experiências subjetivas das pesquisadoras em campo. Trata-se, portanto, de trazer para o centro da cena etnográfica a presença da subjetividade, como reflete Anahí Mello, orientada por Miriam Grossi em sua tese inovadora sobre autoetnografia:

A divisão dos diários de campo em direito e esquerdo é uma das dicas mais sensíveis e valiosas da professora Miriam Grossi, ensinada a suas alunas e alunos em todas as suas aulas como parte dos métodos e técnicas de pesquisa em Antropologia. Ela sugere dividirmos o diário de campo em duas partes, onde no lado direito (lado da razão) escrevemos tudo o que reporta à objetividade; no lado esquerdo (lado das emoções), à subjetividade. Para a Antropologia interessa os dados etnográficos do “lado objetivo”, mas, ensina-nos Miriam Grossi, muitas vezes a objetividade só se revela quando apoiada pela dimensão da subjetividade (MELLO, 2019, p. 35).

O que nos leva ao terceiro princípio estruturante da antropologia feminista niguiana, que se revela na contribuição mais original do legado de Miriam Grossi e do NIGS: a produção de uma teoria etnográfica da subjetividade.

2.3 A produção de uma ciência da alteridade encarnada – o lugar da subjetividade

A problemática do lugar da subjetividade na sua articulação com a categoria gênero na produção de conhecimento antropológico foi o motor mobilizador da organização do NIGS, como a denúncia seguida de problematização do “mito do antropólogo assexuado” (GROSSI, 1992; GROSSI *et al.*, 2018) e seus desdobramentos para a prática etnográfica. Esse conjunto de reflexões se configura como a marca da antropologia encarnada niguiana, caracterizada por uma experiência “de dentro”, localizada, cujas narrativas valorizam etnograficamente as experiências pessoais dentro do cenário etnográfico, as ambivalências e emoções no/ do ofício etnográfico (GROSSI, 1992).

Desta forma, as sensibilidades, emoções, reflexividade e subjetividade são elementos centrais nessa produção de conhecimento. Mas qual subjetividade? Aquela que possibilita revelar o jogo de alternâncias entre dois universos simbólicos distintos, da pesquisadora e da pesquisada, em direção à intersubjetividade. É por meio desse processo de possibilidade de emergência da intersubjetividade que se pode compreender o fluxo contínuo da vida cotidiana ao mesmo tempo que desvela a relação etnográfica de produção de significados em ação por meio da relação entre contextos, situações e sentidos. Há, portanto, uma reabilitação dos afetos e das experiências de afetação (FAVRET-SAADA, 2005) como parte do processo epistemológico implicado na produção de conhecimento da alteridade.

Neste sentido, é necessário afastar as tentações do subjetivismo – traduzido em etnografias confessionais (FONSECA, 1999) ou ainda em “EUnografias” (DIAS, 2007), um mau uso da subjetividade que promove a experiência individual da pesquisadora como o centro da análise, inviabilizando a experiência da alteridade. Antes, a reabilitação da subjetividade na produção de conhecimento antropológico diz respeito à ideia de se partir do sujeito para se chegar ao coletivo, ao comum e partilhado – que é o que concerne ao ofício antropológico. E esse alerta é particularmente relevante no âmbito da produção de uma antropologia feminista e os desafios de superação de conhecimentos ideológicos: provocar a ruptura epistemológica necessária para pensar de um outro lugar; produzir deslocamentos, abrir mão das certezas e se deixar afetar e atravessar pela experiência. O que remete, inevitavelmente, à outra área de intensa reflexão niguiana: a ética.

Por meio da reflexão ética, também se colocará em foco as implicações políticas na reprodução do método antropológico e do lugar da subjetividade na



inter-relação das alteridades. Mas que ética? Em consonância com a antropologia feminista niguiana, recorro novamente à inspiração de Claudia Fonseca, de forma a qualificar os contornos que a reflexão ética assume nesse contexto. Seria uma ética do desconforto ou da inquietação, sujeita à experiência da própria pesquisadora, associada à trajetória de suas vivências “de nunca se sentir completamente à vontade com aquilo que parece evidente (...) Esse desconforto implica a possibilidade de se enganar e, assim, de rever, em função de novos acontecimentos, a postura (política e intelectual) adotada em época anterior” (FONSECA, 2010, p. 61-62).

Este conjunto de princípios presentes, na práxis antropologia feminista niguiana, fundamenta uma série de ações, formas e processos educacionais envolvidos na transmissão e aprendizado recíprocos que têm lugar no espaço-tempo do NIGS, o que podemos identificar como a sua pedagogia antropológica feminista.

3 A pedagogia antropológica feminista niguiana

Foco de constante atenção, investimento analítico e reflexão, os processos de ensinagem-aprendizagem são *loci* privilegiados de explicitação dos princípios do saber-fazer antropológico feminista no cotidiano do NIGS. É nesse espaço-tempo, eminentemente coletivo – é bom que se destaque –, que se dá o aprendizado de um jeito único de ser antropóloga feminista, composto por distintas posições de sujeito: professora, orientadora, pesquisadora, extensionista, ativista, gestora, articuladora de redes, entre tantas outras possibilidades.

A imaginação e criatividade feministas são mobilizadas na inventividade e ousadia para a transgressão dos modelos pedagógicos tradicionais. Partindo do pressuposto de que não se aprende solitariamente e tampouco em uma relação diádica exclusiva – como na de orientadora/orientanda –, no NIGS, as aprendizagens se processam no coletivo, em diferentes formatos. A intencionalidade por trás é a de mobilização dos afetos, matéria-prima dos processos pedagógicos, por meio de diferentes didáticas: seja pela associação do lúdico na produção de artefatos como jogos, ou uso criativo das cartas de Tarô; pelo uso de recursos artístico-culturais, como teatro, cinema e exposições – a exemplo do Concurso de Cartazes do Projeto Papo Sério (GROSSI, WELTER; BONETTI, 2021); pela comensalidade – importante prática feminista de congregação em torno da partilha

da alimentação, como piqueniques, mesas partilhadas e experimentação de receitas diferentes; pela prática coletiva de autocuidado, como oficinas de meditação associada a técnicas de ioga, dança de diferentes matrizes culturais.

Entendo esse conjunto de práticas como o mais eloquente exemplo da materialização dos princípios niguianos de saber-fazer antropologia feminista articulados: trata-se da produção intencional da experiência sensível do estranhamento frente à alteridade a ser vivenciada por um corpo no mundo aprendente, que é também ensinante, a partir da transformação das emoções e afetos em conhecimento. Como frutos destas práticas se tem a criação de um sentimento de pertencimento a uma coletividade, materializado em redes afetivo-científicas de pesquisadoras espalhadas pelo país e pelo mundo. É recorrente se ouvir, na avaliação dos processos pedagógicos ao final dos semestres das disciplinas de Prática de Pesquisa – por meio das quais as estudantes do curso de Ciências Sociais da UFSC experimentam o cotidiano de um grupo de pesquisa –, a vocalização da especialidade do NIGS: acolhimento que redundava na produção de conhecimento associada à de laços afetivos.

É importante olhar com um pouco mais de atenção à produção do sentimento de coletividade, que se materializa em diferentes formatos, com especial destaque para as atividades extensionistas e formativas. Proponho compreendê-lo na chave analítica de um coletivismo engajado, traduzido no estímulo ao comprometimento com o grupo, no desenvolvimento da escuta ativa e no cultivo da reciprocidade acadêmica assentados na prática da generosidade hermenêutica, entendida como a pressuposição do interesse do que nossas interlocutoras têm a dizer, alimentada pela curiosidade sobre a alteridade que nos provoca a imaginação sobre outras formas e possibilidades de vidas vividas.

No que tange às extensionistas, as quais se associam às de incidência político-ativista, é relevante destacar a sua centralidade na trajetória do NIGS. Forte tradição da práxis antropologia feminista niguiana, a Extensão Universitária está presente desde a fundação do Núcleo, seja por meio de práticas de educação popular e de participação em manifestações políticas públicas em um diálogo implicado com movimentos sociais, seja por meio de ações na educação básica, materializando a função social da universidade pública. Toda a prática extensionista está atravessada pelo comprometimento com a transposição didática de conceitos abstratos para a experiência concreta, a partir do diálogo ativo com os saberes locais, com a indelével marca antropológica feminista de “transformar a prática em teoria” (GROSSI, WELTER; BONETTI, 2021, p. 14).



Já as atividades de formação, efetivadas em práticas como Grupo de Estudos do NIGS (GENIGS), Seminários de Tese e Jornadas de Autoras que reúnem pesquisadoras em diferentes níveis de formação (graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado), pressupondo a experiência da diferença por meio do exercício da horizontalidade no reconhecimento de que todas são aprendentes e ensinantes, nos seus distintos momentos da trajetória acadêmica. Estas práticas, partes essenciais da formação das pesquisadoras niguianas em seus diferentes níveis, possibilitam a produção de questões comuns, inspiradoras para as problemáticas individuais de pesquisas, reiterando, assim, o sentimento de coletividade.

4 “O NIGS é um trem em alta velocidade do qual não se consegue mais saltar” – algumas sínteses

A metáfora foi utilizada por Claudia Lazcano, em recente evento comemorativo aos 30 anos do NIGS, para descrever a intensidade da sua experiência de aprendizado no núcleo durante o seu estágio pós-doutoral. Considero-a significativa e altamente ilustrativa da experiência total de formação antropológica feminista proporcionada pelo núcleo, sob a batuta da sua fundadora-coordenadora, a antropóloga feminista Miriam Pillar Grossi. Esta metáfora ajuda a sintetizar os argumentos ensaiados neste texto, de modo a responder a questão-guia sobre o que é esse saber-fazer antropológico feminista tão próprio do NIGS.

A perspectiva feminista, de natureza interdisciplinar, interpela e provoca deslocamentos constantes nas teorias antropológicas. Como resultado das provocações, emerge uma antropologia encarnada e engajada, marcada pela experiência “de dentro”, localizada em constante assombro e curiosidade com as alteridades complexas e a problematização das relações de poder nas suas mais distintas configurações e desdobramentos temáticos. Neste processo, a experiência etnográfica ganha preeminência por meio do investimento de produção de conhecimento por um corpo no mundo diante da alteridade, demarcando a inseparabilidade da teoria e da prática, em direção à produção de uma teoria etnográfica da subjetividade.

O legado feminista é, assim, recorrentemente acionado por meio da imaginação e criatividade para a inovação pedagógica de maneira mobilizadora dos afetos nos processos de ensinagem-aprendizagem. A ela é associada o legado antropológico de tradição etnográfica, mediado pela experiência da alteridade.

Desta combinação resulta a antropologia feminista tão própria do NIGS, empenhada na produção de redes afetivo-científicas com forte sentimento de coletividade, empenhada na produção de conhecimento socialmente significativo e transformador. Vida longa à capacidade transgressora da imaginação feminista somada à antropológica!

Referências

BONETTI, Alinne de Lima. A “frente feminina” da antropologia no sul do Brasil: Maria Noemi Castilhos Brito, Claudia Fonseca e Daisy Macedo de Barcellos. *In: CONGRESSO IUAES 2021, Apresentação oral*, Yucatan, México, 09-13 de novembro de 2021.

BONETTI, Alinne de Lima. Feminismo acadêmico e a antropologia no Brasil: mapeando a constituição da antropologia feminista brasileira. *In: 18º CONGRESSO MUNDIAL DE ANTROPOLOGIA. Anais...* Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. v. 1.

BONETTI, Alinne de Lima. Feminismo acadêmico e antropologia feminista no Brasil: Trânsitos e deslocamentos entre militância e produção de conhecimento. *In: XII CONLAB. Apresentação Oral*, Universidade Nova de Lisboa/Portugal, 01-05 fev. 2015.

BONETTI, Alinne de Lima; LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. *Gênero, mulheres e feminismos*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia/NEIM, 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. Teoria e Práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Estudos Feministas*, NE, nno 2, p. 387-400, 2º. Semestre de 1994..

DIAS, Mônica. A pesquisa tem mironga. *In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. Entre saias justas e jogos de cintura*. Santa Cruz do Sul/Florianópolis: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul/ Mulheres, 2007. p. 73-92.



FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, n.13, p. 155-161, 2005.

FONSECA, Claudia. Que ética? Que ciência? Que sociedade? In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (Orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres/Editora da Universidade de Brasília, 2010. p. 39 -70.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. *Revista da Associação Nacional de Pesquisa em Educação*, São Paulo, ANPED, n. 10, p. 58-78, jan.-abr. 1999.

FONSECA, Claudia. Trajetória de uma antropóloga com sotaque: entrevista com Claudia Fonseca. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 331-352, jul./dez. 2009.

GROSSI, Miriam P. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”: repensando o trabalho de campo a partir da subjetividade do(a) antropólogo(a). In: GROSSI, Miriam P. (Org.). *Trabalho de Campo e Subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.

GROSSI, Miriam P. et al. (Orgs.). *Trabalho de campo, ética e subjetividade*. Tubarão/Florianópolis: Copiart/Tribo da Ilha, 2018.

GROSSI, Miriam Pillar. *Pesquisa e militância no campo acadêmico da Antropologia – trajetórias de ensino, pesquisa, administração e práticas de extensão*. Memorial de concurso para professora titular. Ilha de Santa Catarina: NIGS/UFSC, 2015. (Série Cadernos NIGS – Pesquisas)

GROSSI, Miriam Pillar; WELTER, Tânia; BONETTI Alinne de Lima (Orgs.). *Oficinas de gênero, sexualidade e violências: metodologia de formação feminista*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021.

MELLO, Anahí Guedes de. *Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue*. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

MOORE, Henrietta. *Feminism and Anthropology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990 (1988).

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos* [online], v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>. Epub 24 nov. 2014. Acesso em: 04 mar. 2022.

PEIRANO, Mariza. A alteridade em contexto: o caso do Brasil. In: PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 53-70.

PEREIRA, Débora Luiza. Antropologia e feminismo no sul do Brasil: o caso de SC. *Relatório Final de Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC)*. Departamento de Antropologia, CFH/UFSC, 2021. (Orientação: Alinne de Lima Bonetti)

STRATHERN, Marilyn. A cultura numa bolsa de malha: a fabricação de uma subdisciplina na antropologia. In: STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TARDUCCI, Mónica. La profesora feminista como agente de transformación. In: MINOSO, Yulderkis E. (coord.) *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano*. Buenos Aires: En la frontera, 2010. p.153-160.

TORNQUIST, Carmen Susana. Vicissitudes da subjetividade: Autocontrole, auto-exorcismo e liminaridade na antropologia dos movimentos sociais. In: BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (Org.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/EDUNISC, 2007. p. 41-72.

MOMENTO LILÁS NO NIGS: práticas de *autocuidado* para o *ser-corpo* desde a Pandemia Covid-19



MARINÊS DA ROSA

Introdução

O artigo aborda uma das experiências de *autocuidado* desenvolvidas no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC) durante os dois primeiros anos da pandemia Covid-19. Nomeado como Momento Lilás, a prática relaciona-se à *metodologia feminista* que fundamentou uma das pesquisas de doutorado¹ com mulheres no cárcere, durante o período de 2018 e 2021, a partir da escuta sentida, um recurso teórico-metodológico, que pressupõe a prática de pesquisa e extensão alicerçada na *subjetividade* inerente da interação com/entre as atrizes sociais envolvidas.

O objetivo é apresentar uma prática feminista, cujo objeto são os corpos enclausurados por circunstâncias do isolamento social. Trata-se de um grupo que nomeio como “Marias na academia”. São mulheres diversas, vinculadas ao NIGS/UFSC, que atuam como pesquisadoras, professoras, feministas e militantes. Para isso, apresento o *Momento Lilás*, discuto como chego às atividades de hatha yoga, a partir do cárcere, associadas à gramática do *ser-corpo* e, as noções de *corporalidade no autocuidado*, entendido como ação política feminista, em

¹ ROSA, da Marinês. Escrita de si das “Marias no cárcere”: escuta sentida como proposta teórico-metodológica decolonial. 2021. 313f. Tese doutoral (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

um cenário pandêmico, como alternativa de enfrentamento às situações advindas do isolamento social.

Momento lilás entre as “Marias no cárcere”: performance e corporeidade

O *insight* para o “Momento lilás” surgiu ao conhecer um programa de rádio chamado “Momento do Presidiário”². Junto com minha orientadora Miriam Pillar Grossi, pensamos que nomear a atividade de pesquisa no cárcere como “Momento Lilás” seria um contraponto: *se há um momento do presidiário, por que não um momento feminista?* Para nós, estrategicamente, resolvemos possíveis dificuldades para a realização da proposta teórico-metodológica, considerando que: adotar a cor lilás como adjetivo não seria associado diretamente ao feminismo por quem não conhece a simbologia que esta cor tem para o movimento. E, simultaneamente, seria viável mobilizar as noções de *performance* em Victor Turner (1987) e Erving Goffman (2005), pois ambos comungam o entendimento de vida social como uma experiência de teatro. Ou seja, inserida no campo da disciplina, era necessário criar o “Momento lilás” como ambiente propício à *performance* como *antidisciplina*, de acordo com a crítica de Mariza Peirano (2006) à *performance* ocidental, para a interação entre as interlocutoras, mulheres no cárcere, e, entre elas e eu.

Naquele cenário, a pergunta que eu fazia era: O que vou encontrar na escrita dos corpos das “Marias no cárcere”³? Esta reflexão suscitou/suscita o entendimento que, durante as pesquisas, meu corpo está em campo, sempre na *interação* com outros corpos. É certo que minhas experiências de movimento e constante busca pelo despertar do corpo, por meio de aprendizagens outras, impulsionaram o exercício teórico em um processo que designo como *práxis*, justamente por entender que as *subjetividades* emergem a partir dos nossos corpos que, por sua vez, são instrumento de produção de dados etnográficos.

² O Momento do Presidiário é oferecido pela Igreja Universal do Reino de Deus, como uma das atividades no “Projeto Universal nos Presídios”, cuja abrangência compreende todas as regiões do país. Disponível em: <http://programamomentodopresidiario.blogspot.com.br/p/programa-momento-do-presidiario.html>. Acesso em: 13 maio 2017.

³ Nome designado às interlocutoras da pesquisa no cárcere.



Da *fenomenologia da percepção* de Maurice Merleau-Ponty (2006), capturei a noção de *corporeidade*. O teórico postula a noção de corpo para além de uma entidade físico-biológica, como o *locus* da experiência humana singularizada e enraizada neste mundo. Isto é, seria concebível a proposição de que *somos um corpo* configurado por diversas dimensões desse ser. Enquanto que, na perspectiva cartesiana, o entendimento seria de que *temos um corpo*, objeto do ser. Logo, para o estudo no cárcere foi importante compreender que *ser-corpo* implica em uma gramática. Então, necessariamente, eu não poderia chegar àquele espaço com uma “metodologia pronta”, pois, embora possa parecer que no cárcere tudo está estagnado, há movimento de corpos que associo à *agência de potência e resistência*, tendo em vista as concepções de Michel Foucault (2006) sobre a realidade *biopolítica-histórica* dos corpos.

A experiência de ser-corpo por meio da hatha yoga no cárcere

Durante a pesquisa doutoral, meu *corpo em campo*, no “corpo a corpo” com as interlocutoras, previa a prática de *hatha yoga*⁴ como uma retribuição à presença delas nos encontros. Para isso, em dois mil e dezesseis, dediquei-me também à formação em *hatha yoga*. À época eu, assim como todas as pessoas que conhecem os benefícios da *Yoga*⁵, como conhecimento milenar, aguardava sua inserção no Sistema Único de Saúde por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC)⁶ no conjunto de princípios terapêuticos de cuidado com a saúde. Felizmente, isso aconteceu em dois mil e dezessete⁷.

⁴ A *Hatha-Yoga* surge no período medieval quando “os anseios giram em torno do desenvolvimento do potencial do corpo-mente por inteiro e no mundo, e não da fuga da vida para obter a iluminação. Esta linhagem não pretende descuidar do corpo, mas realizar o Si-mesmo e o corpo transmutado vivenciando o universo manifesto em suas diversas dimensões” (FEUERSTEIN, 1998, p. 66-67).

⁵ Segundo Mircea Eliade, a *Yoga* designa um amplo conjunto de práticas de meditação, posturas corporais, ética e metafísica, inicialmente desenvolvidas das correntes filosóficas hinduístas.

⁶ Dentre os princípios essenciais da PNPIC estão: universalidade, integralidade, equidade, vínculo terapêutico, integração social, aspecto amplificado saúde/doença e humanização (BRASIL, 2012, p. 110).

⁷ No Brasil, o *Yoga* e mais 13 práticas foram incluídas no Sistema Único de Saúde em 2017, instituídas pela Portaria nº 849, de 27 de março de 2017. Sendo assim, define-se que as práticas citadas nesta portaria atendem às diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde e entraram em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2017).

Minha inspiração parte da experiência com a *hatha yoga* desde dois mil e nove, como uma forma de *autocuidado*⁸. Embora ela possa ser praticada individualmente, já que não requer a interação direta com outras pessoas, algo que chama atenção é o aprendizado, haja vista nossa inserção em eventos da vida, sempre relacionados ao ser consigo mesmo, com a outra e com o mundo. Isso para dizer que propondo a *hatha yoga* a partir de algumas concepções de Michel Foucault (2004), como um caminho do *corpo*⁹ em busca do *cuidado de si*¹⁰ para as *práticas sociais*. Segundo ele, é pelo desenvolvimento dessas práticas que cada um constitui a si próprio, os modos de subjetivação. A subjetividade acontece no corpo, nas relações que se estabelecem no corpo de cada sujeito: *Para que a prática de si alcance o eu por ele visado, o outro é indispensável* (FOUCAULT, 2004, p. 158).

Desse modo, afetada pela *gramática do cuidado* em Joan Tronto (2009), caracterizada pela lógica de dar, receber e retribuir, entendi que a prática da *hatha yoga* poderia subsidiar a proposta teórico-metodológica da *escuta sentida*, tendo em vista os *dispositivos de controle e punição* sobre os corpos das mulheres no cárcere. Eu tinha em mente que as *ásanas* tonificam os músculos, acalmam o sistema nervoso e equilibram secreções glandulares. Os *pranayamas* proporcionam um domínio dos processos vitais do corpo, mantendo o controle das funções fisiológicas e psíquicas. Na meditação, ocorre a diminuição dos níveis de cortisol e adrenalina, fator que beneficia a ação do sistema nervoso parassimpático, diminui as frequências cerebrais e estimula os neurotransmissores (dopamina, melatonina e serotonina) responsáveis pelo bem-estar agindo, assim, na diminuição dos níveis de ansiedade (MEDEIROS, 2017).

⁸ Em dois mil e nove fui diagnosticada com uma doença autoimune que requer, como todas as patologias, atenção com o corpo no sentido holístico. No interior de Mato Grosso, uma das opções de tratamento que encontrei foi a prática de *hatha yoga*. A partir daí passei a escutar-me e cuidar-me, o que implica, tendo em vista a noção de *ética do cuidado*, o cuidado como prática na interação com as outras.

⁹ Nesta perspectiva, baseio-me na concepção do autor ao entender que o *corpo* é constituído por relações vivenciadas pelo sujeito que propiciam a corporeidade, através de relações de si para consigo e nas relações socializadas entre sujeitos (FOUCAULT, 2013).

¹⁰ O conceito de *cuidado de si* está relacionado à realização de uma genealogia do sujeito, durante o terceiro momento de sua trajetória acadêmica, associado à escrita da História da sexualidade, onde problematiza resistências às relações de poder (FOUCAULT, 2004, p. 277).



Nesse processo, do lado de fora, eu experimentava formas de soltar¹¹ meu corpo reconhecendo-o, como expressão política, à medida que aprendia a perceber outros corpos. Na *fenomenologia*¹² de Maurice Merleau-Ponty (2006) encontrei elementos para compreender que o reconhecimento da outra, em sua singularidade e diferença, comporta uma dimensão perceptiva que se opera pela via da *experiência sensível*.

Então, da pesquisa no cárcere, a experiência do *ser-corpo* por meio da *hatha yoga*, talvez mais expressiva, tendo em vista a *gramática do ser-corpo*, tenha sido manifestada na *escrita de si* de “Maria das Dores”. Durante um dos encontros do *Momento lilás*, quando fazíamos a leitura de um texto, ela se levantou discretamente e foi para um cantinho da sala em que estávamos. Posicionada com o corpo em direção à luz que entrava entre as grades, ela entrou em posição de *lótus*, fechou os olhos e permaneceu por alguns instantes praticando a respiração consciente como se estivesse muito distante dali. Ao retornar para o grupo, disse: “Pronto, fui ali me encontrar.”

Momento lilás entre as “Marias na academia”: autocuidado como prática política

Em 2020, num panorama de apreensão e tristeza decorrentes da pandemia COVID-19, enquanto assistimos a ascensão dos números de pessoas que perderam vidas, nos percebemos “enclausuradas”, de certa forma, diante das

¹¹ Parece-me importante lembrar minha opção, nesta escrita, por contextualizar meus movimentos em busca de conhecimentos e experiências além da academia, como atitude decolonial, inspirada em Catherine Walsh (2017). Destaco percursos breves de aprendizados em outras direções, pois preciso conhecer meu corpo e os seus limites, para exercitar a prática da *escuta sentida* na interação com *as outras*. Soltei meu corpo entre as “Madalenas na Luta”, as “Cores de Aidê”, por vezes, no “Baque Mulher” entre oficinas de biodança e técnicas de relaxamento. Em cada experiência senti dores e solturas também, pois vivenciar temas como as violências de gênero, no teatro das oprimidas, no batuque e letras do maracatu, levou-me ao meu (re)conhecimento como uma “Madalena”, que associo a uma “Maria no Cárcere”. Quero dizer que relacionar o cuidado com o corpo nas interações passou a ser minha prática política, tendo em vista o que aprendia na academia sobre a *ética do cuidado* em Michel Foucault, por exemplo.

¹² *O mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é, portanto, inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas em minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha* (MERLEAU-PONTY, 2006).

necessárias medidas de biossegurança expressas no isolamento físico e social, segundo órgãos responsáveis pela saúde mundial. Como consequência, dentre as inúmeras transformações sociais, do dia para a noite, o cenário da sala de aula, laboratórios e núcleos de pesquisas, foi compactado e adaptado aos cômodos em nossos lares. Sem dúvidas, o evento impactou cada uma de nós, considerando nossa diversidade. No entanto, foi possível entender que o sentimento de insegurança, medo e, por vezes, solidão, ecoou coletivamente em canais de comunicação virtuais, tais como o aplicativo *whatsapp*.

Como o NIGS é reconhecido por congregar uma rede atuante de pesquisadoras, entre integrantes que permanecem por algum tempo e as permanentes, que se alastra pelo Brasil e mundo, o diálogo por meio do aplicativo *whatsapp* é um importante instrumento que possibilita o contato virtual direto e instantâneo com as integrantes. Sabe-se, também, que a atenção ao *cuidado* é uma prática histórica do núcleo ao longo de seus 30 anos de existência. Assim, mobilizadas pelo *afeto* que nutre a *Rede NIGS*, emergiram propostas de práticas de *autocuidado*, especialmente, no momento de enfrentamento ao mal-estar coletivo expresso, sentido e percebido no cenário pandêmico.

Inspirada em Audre Lorde (2020), pensamos que, naquele momento, o *autocuidado* entendido por nós como uma ação de resistência política que emana da prática individual e se expande para a coletividade, a partir de relações de *reciprocidade* e *interdependência* por meio do cuidado mútuo, seria uma prática possível. Esta definição é diferente do conceito de autocuidado relacionado a autonomia dos sujeitos em termos políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos, como tentativa de diminuir a responsabilidade do Estado sobre a população, reduzindo custos, aliando-se às lógicas neoliberais, para a promoção da Saúde.

Então, num certo dia, escrevi para o grupo que faria uma prática de *pranayama* e deixaria gravada. Aos poucos, as colegas foram relacionando seus nomes à participação. Marcamos um horário para a sessão com a intenção de estabelecer uma conexão. O fato é que a *hatha yoga* estava me ajudando nos momentos difíceis que vivenciávamos, comuns às colegas da *Rede Nigs*. Entre perdas de familiares e amigos, sofriamos com as adaptações de modos de vida e a permanente ameaça de contaminação com a doença.

Foi neste panorama que a professora Miriam Pillar Grossi sugeriu a criação de um grupo de *whatsapp* específico para práticas de *autocuidado*, devido ao fluxo de informações diversas trocadas no grupo da *Rede Nigs*. Logo, a partir da



experiência de *autocuidado* no cárcere, trouxemos o *Momento Lilás* agora, para as “mulheres na academia”. Sentimos que naquele momento, sem querer sublimar a situação das “Mulheres no cárcere”, vivenciamos uma espécie de “clausura” com efeitos sobre nossos corpos e mentes, tendo em vista o que aprendemos sobre *corporeidade* com Maurice Merleau-Ponty (2006), a respeito do/de *ser-corpo*. Além da *hatha yoga*, associada ao *reiki*¹³, com outras colegas do grupo que trouxeram suas vivências, atuamos na interface da interdisciplinaridade e “saberes periféricos” a academia, aos moldes do que propomos na Comissão de bem-estar do 18º Congresso Mundial da *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences* (IUAES)¹⁴.

Durante os primeiros encontros do “Momento lilás”, a primeira percepção foi a ansiedade relatada pelas “Mulheres na academia”, sobretudo, em momentos específicos para a respiração consciente e centramento no que denominamos como “meditação guiada”. A falta de hábito para alguns instantes de autocuidado no cotidiano também foi observada, pois a rotina de trabalho acadêmico das participantes, embora se resuma a horas diante do computador, nem sempre é possível a atenção ao corpo e, suscetíveis desgastes gerados por movimentos repetitivos, postura na cadeira e, por vezes, alimentação desequilibrada e apressada. Relatos de sono conturbado e crises de choro também surgem do grupo de mulheres. É certo que algumas participantes vivenciaram, durante o confinamento, as consequências de tripla jornada, ainda mais severas, como cuidadoras de outras pessoas.

Entre as “Marias da academia”, por meio da *escuta sentida*, no decorrer das práticas no “Momento lilás”, conhecemos depoimentos como o de “Maria Flores”: “*estou me dando conta de que não sei respirar...*” E, ainda: “*Eu adormeci escutando a meditação guiada e só acordei no outro dia...*” De certo modo, ainda que, de forma virtual, houve o contato entre corpos que propiciou a construção da confiança expressa em trocas de experiências e percepções que podemos

¹³ O Reiki é uma prática oriunda do Japão caracterizada por imposição de mãos nas superfícies corporais ou próximo delas com a intenção de transmitir uma energia universal como forma de equilíbrio energético para si ou nos outros. No Brasil, a prática, assim como a yoga, é designada como termo PIC - Práticas Integrativas e Complementares, relacionado às terapias energéticas. (NCCAM, 2014).

¹⁴ Etnografia de um congresso: a organização do 18º Congresso Mundial em Antropologia no Brasil. Org: Miriam Pillar Grossi e Tânia Welter. 1.ed. Brasília (DF): ABA; Florianópolis (SC): Tribo Ilha, 2020.

nomear como “subjetividades emergentes”, tendo em vista os afetos recíprocos e o que estamos propondo como *gramática do ser-corpo* (Merleau-Ponty, 2006).

Logo, as **práticas de autocuidado para o ser-corpo desde a Pandemia Covid-19**, durante o “Momento lilás”, propiciaram uma potente resistência no período pandêmico, bem como as consequências sentidas, tais como: a invisibilidade e constantes violências (in)corporadas no cotidiano institucional acadêmico, entendido como um espaço distante de experiências de *autocuidado*. O conjunto de benefícios físicos, emocionais e psíquicos, foram comprovados nos efeitos da ampliação da consciência, silenciamento da mente e alongamento do corpo num encontro consigo, assim como nos ensinou “Maria das Dores”, no espaço do cárcere.

A noção do *ser-corpo* através da abordagem do *autocuidado* no “Momento lilás” pode ser considerada uma “desobediência epistêmica” pois é uma atuação potencialmente política e coletiva de enfrentamento à exploração, exclusão, violências que incidem sobre todas nós, sentidas em forma de solidão, sofrimento e adoecimento. Há, portanto, como nos ensina Audre Lorde (2020) uma dimensão ética contra hegemônica que reconhece e garante a sustentabilidade de si própria para a manutenção do grupo, quando ela expressa: “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas...”. Neste sentido, é muito bom comemorar os trinta anos do NIGS, somando com as inúmeras práticas de *autocuidado*, ao longo de décadas. Cuidemo-nos!

Referências

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *Ética, Sexualidade, Política*. Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectiva, 2005.

GROSSI, Miriam Pillar e WELTER, Tânia. (Orgs). *Etnografia de um congresso: a organização do 18º Congresso Mundial em Antropologia no Brasil*. 1.ed. Brasília (DF): ABA; Florianópolis (SC): Tribo Ilha, 2020.



LORDE, Audre. *Sou sua irmã: escritos esparsos*. (org.) RIBEIRO, Djamila. Trad. BORGES, Stephanie. São Paulo: UBU, 2020.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PEIRANO, Mariza. *Temas ou teorias? O estatuto das noções de ritual e de performance*. Campos, v. 7, n.2, p. 9-16, 2006.

ROSA, Marinês da. *Escrita de si das “m[A1] arias no cárcere: escuta sentida como proposta teórico-metodológica decolonial*. 2021. 313f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

TRONTO, Joan C. *Um monde vulnerable. Pour une politique du care*. Avant-propos de Liane Mozère. Préface inédite de l’auteur. Trad. par Hervé Maury. Paris: Découverte, 2009.

TURNER, Victor W. *The anthropology of performance*. New York: PAJ Publications, 1987.

WALSH, Catherine. *Entretejiendo lo pedagógico y lo decolonial: luchas, caminos y siembras de reflexión-acción para resistir (re) existir y (re) vivir*. Alter/nativas. E-Book, 2017.

TRANS DAY NIGS – Contribuições para a despatologização das identidades trans



SIMONE AVILA

A minha entrada no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) se deu em 2010, quando iniciei o Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Era ano eleitoral para presidência da república. Durante o período eleitoral, nós, do NIGS, tínhamos dúvidas se seria adequado ou não nos manifestarmos publicamente a respeito da mudança de opinião da então candidata Dilma Rousseff em relação ao aborto devido às pressões religiosas por sermos um núcleo de pesquisa da academia.

Após intensos debates na equipe, resolvemos nos manifestar, lançando dois manifestos. Em uma reunião de equipe realizada em setembro de 2010, comentei com os colegas e professora Miriam Grossi sobre a campanha internacional *Stop Trans Pathologization 2012 – STP*, promovida por ativistas da Espanha e da França desde 2007. Essa temática estava diretamente relacionada à minha pesquisa de doutorado sobre transmasculinidades. Essa mobilização internacional circulou por todo o mundo com os objetivos de lutar pela despatologização das identidades trans e retirar a transexualidade dos catálogos de doenças, o DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), da *American Psychiatric Association*, e a CID (Classificação Internacional de Doenças), da Organização Mundial da Saúde (OMS), que, na época, estavam em fase de reformulação, e que outubro era o mês da despatologização trans. Propus fazermos algo a respeito. A partir disso, o NIGS se uniu oficialmente a essa campanha, na perspectiva de que



as pesquisas acadêmicas devem propiciar reflexões que produzam transformações sociais (AVILA, 2014).

Foi neste contexto que organizamos o Trans Day NIGS 2010, o primeiro evento da campanha *Stop Trans Pathologization – 2012* realizado no Brasil. Naquele ano, foi um evento pequeno, que reuniu cerca de vinte pessoas para uma roda de conversa sobre o tema com um homem trans e uma mulher. Em 2011, aquela roda de conversa se transformou no “Trans Day NIGS – Seminário Transfobia, Cidadania e Identidades Trans” e passou a ser um seminário anual até 2016.

O Seminário Trans Day NIGS, desde a primeira edição, teve como objetivos a participação no circuito internacional de atividades que marcaram a luta pela despatologização das identidades trans ao redor do mundo, promover um espaço de encontro e diálogo entre pesquisadores/as sobre transexualidades, travestilidades e intersexualidades, ativistas e formuladores/as de políticas públicas em diversos campos, articulando teorias trans e as reivindicações políticas, por meio de rodas de conversas, manifestos visuais e diferentes formas de expressões artísticas.

Essa luta repercutiu na publicação, em maio de 2013, da quinta versão do DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), na qual a transexualidade, antes considerada um “transtorno de identidade de gênero”, ou seja, um “transtorno mental”, passou a ser “disforia de gênero”. Após a imensa repercussão que o movimento STP tomou, na CID 11, publicada em 2018, a transexualidade deixou de ser considerada um transtorno mental, e passou a integrar um novo capítulo de “condições relacionadas à Saúde sexual” sob o nome de “incongruência de gênero na adolescência e vida adulta” e “incongruência de gênero na infância” (OMS, CID 11). Todos os países tiveram de se adaptar à nova CID até janeiro de 2022.

A partir de 2015, o Seminário passou a ser itinerante, com o estabelecimento de novas parcerias institucionais e ampliação do diálogo com outros países da América Latina. O VI Trans Day NIGS foi realizado em 2015, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), uma universidade pública brasileira. A UNILA foi escolhida para sediar o seminário por ser uma universidade voltada para a integração latino-americana e por ter como característica o incentivo à cooperação solidária entre instituições de ensino superior, organismos governamentais e internacionais. A parceria entre acadêmicas da UNILA e do NIGS/UFSC remonta a 2012, quando a professora Barbara Arisi realizou pós-doutorado com bolsa PNPd CAPES no quadro do projeto Antropologia, Gênero e Educação, coordenado pela profa. Miriam Grossi junto ao NIGS-UFSC.

É importante notar que o Paraná é um estado considerado como extremamente conservador. Por exemplo, em Foz do Iguaçu, em 2015, quando realizamos o evento Trans Day na cidade, havia diversos outdoors com propaganda contra o que as/os deputadas/os da bancada evangélica chamam de “ideologia de gênero” (ARISI; AVILA; SALA, 2016, p. 487-488).

O VII Trans Day NIGS, o último evento da série, aconteceu em Porto Alegre, na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), em 2016. Esta instituição foi escolhida por ser uma universidade voltada para a área da saúde, campo no qual se articulam diferentes perspectivas de se compreender as transexualidades, algumas com paradigmas distintos que opõem visões às vezes conflitantes. Destaco a parceria estabelecida para a organização do evento entre o NIGS e o Grupo de Estudos em Gênero, Sexualidade e Saúde – EGSS, grupo coordenado pela professora Débora Coelho e professor Alexandre Almeida. O EGSS atua desde 2010 em ações de ensino, pesquisa e extensão na abordagem de temáticas na interface gênero, sexualidade, educação e saúde. A temática da transexualidade ocupa também espaços importantes em ações do EGSS, em especial em projetos de pesquisa em andamento e em elaboração, sob responsabilidade do e da docente coordenador/a do grupo.

O Trans Day NIGS foi o ponto de partida para uma sucessão de atividades realizadas na UFSC e se constituiu como uma referência, no Brasil, para as reflexões e debates acerca da despatologização das identidades trans e dos direitos de um segmento com pouca visibilidade no campo LGBTQIA+. A Campanha STP foi encerrada em 2017, tendo em vista que alcançou os objetivos propostos de retirada da transexualidade como transtorno mental da CID e do DSM. Deste modo, entendemos que o Trans Day também alcançou os objetivos e foi encerrado.

Referências

ARISI, Bárbara M.; AVILA, Simone; SALA, Ariana. Sexualidade no interior brasileiro: Uma experiência de educação para diversidade sexual e de gênero em Foz do Iguaçu. *Amazônica Revista de Antropologia*, v. 8, n. 2, p. 480-495, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5053/4422>. Acesso em: 24 jul. 2022.

AVILA, Simone. *Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. CID 11. OMS, 2018. Disponível em: <https://icdcdn.who.int/icd11referenceguide/en/html/index.html#2.32.17and18and19Chapter17an%20d18and19|chapter-17-conditions-related-to-sexual-health|c2-33-17>. Acesso em: 23 jul. 2022.

A TRANSGRESSÃO DA LINGUAGEM no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades



ALEIXO FONSECA BUENO DOS SANTOS

MIRIAM PILLAR GROSSI

ALINNE DE LIMA BONETTI

Introdução

Os eventos de comemoração dos 30 anos do NIGS - Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da UFSC, ocorridos em 2021, coincidiram com o começo da iniciação científica de Aleixo no núcleo. No quadro do projeto Outros Olhares sobre a História da Antropologia, seu objeto de investigação se desenhou em torno do processo de construção de um núcleo de antropologia feminista ao longo dos seus trinta anos de desenvolvimento. Nesse contato com o cotidiano do núcleo, chamou a sua atenção o fato de que as pesquisadoras e integrantes dos eventos falavam, majoritariamente, utilizando o gênero feminino como forma de se referir ao grupo de participantes, mesmo que neles houvesse homens.

No processo coletivo de trabalho no NIGS ao longo do período da iniciação científica, associado a outras bolsistas e pesquisadoras do núcleo, ele contribuiu para a construção de um mapa genealógico do NIGS, englobando todas as pessoas que dele participaram em seus trinta anos de história. O resultado deste levantamento das trajetórias das egressas do núcleo foi apresentado no evento celebrativo no final de 2021. Mesmo que toda a pesquisa para a produção deste



mapa e o trabalho para a construção dos eventos comemorativos tenham sido realizados virtualmente, devido à pandemia de COVID-19, as coordenadoras e pesquisadoras do núcleo construíram um espaço de acolhimento e afeto que, em meio a tantos aprendizados e mesmo ou apesar da distância, nos permitiu sentirmo-nos parte imprescindível da construção coletiva da história dos 30 anos do NIGS.

Foi pelo estranhamento com o uso intencional da feminilização da linguagem que Aleixo percebeu a potência dessa prática e como uma troca aparentemente tão simples de gênero na fala pode provocar reflexões e transgredir todo um sistema de invisibilização e desqualificação de identidades de gênero que não sejam exclusivamente masculinas e cisgêneras. Tal prática deve ser entendida na chave analítico-política da “guerrilha da linguagem” (GROSSI, 1998), que se apresenta como forma de enfrentar o sexismo linguístico e devolver, principalmente às mulheres, mas não só, o protagonismo que possuem por direito. Inspirado por esta descoberta, Aleixo agregou ao seu objeto de pesquisa inicial, a análise do uso da guerrilha da linguagem no cotidiano do núcleo, lançando atenção à existência trans nesta história, cuja presença tem aportado provocações em torno da linguagem, foco deste capítulo.

Masculino genérico e as estratégias transgressoras da guerrilha da linguagem

Partindo da constatação que a língua é “um elo fundamental do indivíduo com sua cultura” (GROSSI, 1998, p. 08), pensamos a sua utilização e as suas implicações nas relações de poder contemporâneas. Segundo Carmen Rosa Caldas-Coulthard, a construção da identidade é feita pela linguagem, e constata que o sexismo se apresenta também nela: “a opressão de gênero não é simplesmente refletida na linguagem, mas é também um resultado dela” (CALDAS-COULTHARD, 1991).

Guilherme Mader (2015) tem refletido sobre o discurso e a linguagem como ferramentas de manutenção e reprodução das relações sociais e de poder no geral. Ele argumenta que a utilização do “masculino genérico” se apresenta no seguinte contexto:

A expressão do gênero gramatical em português é, na maioria das vezes, obrigatória, e existem apenas os gêneros gramaticais masculino e feminino, não havendo um gênero gramatical específico para o gênero humano. Uma das estratégias mencionadas para contornar esse problema é recorrer a um dos gêneros existentes, no caso do português, ao masculino ou ao feminino. Entre esses dois, escolhe-se em português, na maioria das vezes, o masculino. E aí entra a questão do sexismo gramatical: por que escolhemos o masculino, e não o feminino? (MÄDER, 2015, p. 99).

Segundo o autor, é evidente a influência que as relações desiguais de poder entre homens e mulheres tem na linguagem, criando situações em que mesmo havendo um único homem entre 999 mulheres, serão todas referidas no masculino devido à presença deste sujeito masculino. Nesse sentido, o “Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem” publicado em 2014 pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo do Rio Grande do Sul aponta:

Em si, a língua não é sexista, embora o seja o uso que dela fazemos. Por isso, a forma de mudar uma linguagem sexista, excludente e discriminatória, é explicar qual a base ideológica em que ela se sustenta, assim como oferecer alternativas concretas e viáveis de mudança (TOLEDO; ROCHA; DERMMAM; DAMIN; PACHECO, 2014, p. 15).

A nomeada “guerrilha da linguagem” (CALDAS-COULTHARD, 1991) surge como resposta ao sexismo reconhecido na Língua Portuguesa, por meio de uma engenharia linguística: “o movimento de engenharia ou reforma linguística foi quando as mulheres saíram em campo para investigar como eram marcadas inferiormente em termos de linguagem” (CALDAS-COULTHARD, 2020). Seguindo esta perspectiva, pesquisadoras feministas passam a utilizar uma forma de feminino plural, referindo-se a grupos de duas ou mais pessoas no feminino, mesmo em casos de maioria masculina.

Para evitar a utilização do masculino genérico, busca-se alternativas transgressoras das normas da linguagem, encetadas pela prática feminista da guerrilha da linguagem, sejam elas pela feminilização da linguagem, por substituição, por equivalência, ou pela utilização da linguagem neutra. Importa, ainda, complexificar o processo de transgressão linguística, problematizando a adoção de grafismos como X e @ como substitutos das marcas de gênero, como em “todxs ou tod@s”. Tais mecanismos de substituição tem se disseminado como uma forma politizada de transgressão linguística. No entanto, como apontado pela pesquisadora do NIGS/UFSC, Anahí Guedes de Mello, no “Guia de Orientações



Básicas sobre Gênero, Deficiência e Acessibilidade e Deficiência no Seminário Internacional Fazendo Gênero” (2017), estes caracteres dificultam a leitura e acessibilidade de pessoas com deficiência.

De modo a superar a inacessibilidade do uso de outros grafismos, uma alternativa para a marcação/flexão de gênero em português seria a chamada linguagem neutra. Esta forma de linguagem faz uso, principalmente, do sistema de pronome elu/delu, que por sua vez se refere a todos os indivíduos, independentemente de gênero e demais variáveis sociais. Assim, para substituir os artigos “os/as” utiliza-se “es”, assim como no caso de “ele/ela” utiliza-se o pronome “elu”, alterando as terminações (como no caso de “todos/as” que se torna “todes”).

Materiais, métodos e atividades

Para o desenvolvimento da pesquisa sobre a problematização feminista da linguagem na história do NIGS, utilizamos neste artigo duas estratégias da guerrilha da linguagem: a feminilização e a neutra, escolha que também objetiva transgredir e provocar as normas tradicionais de escrita científica, ampliando o escopo da guerrilha da linguagem sob égide feminista. No que tange à pesquisa, para a sua realização assistimos aos vídeos do canal NIGS Audiovisual de modo a compreender a história da antropologia na UFSC e o caminho institucional do NIGS. Associado à análise dos vídeos, fizemos um levantamento de TCCs, dissertações de mestrado e teses de doutorado em que as questões da linguagem foram problematizadas e identificamos três diferentes tipos de produções: a) as pioneiras na problematização da linguagem em suas pesquisas; b) as de pessoas cis que estudaram questões trans; c) e as de pessoas trans. Chegamos ao universo de dez pesquisadoras. A partir da análise, classificação e categorização do material investigado, identificamos dois distintos modelos predominantes de linguagem de gênero: o masculino genérico tradicional e estratégias de guerrilha de linguagem como a feminilização linguística, a dupla flexão de gênero e a linguagem neutra.

A guerrilha da linguagem e suas estratégias nas produções textuais

- As pioneiras na guerrilha da linguagem

Neste grupo estão os trabalhos de Ari José Sartori e de Anahi Guedes de Mello. Marcado por ser o primeiro trabalho produzido pelo núcleo a utilizar a guerrilha da linguagem, a partir da feminilização, na sua dissertação de mestrado em antropologia “Homem e as Políticas de Empoderamento das Mulheres: a emergência do ‘gênero’ entre sindicalistas de esquerda”, defendida em 1999, o antropólogo Ari José Sartori aponta que a linguagem científica tradicional - no caso do masculino genérico - reflete e perpetua relações de poder e opressão. Como estratégia denunciatória e transgressora, Ari propõe o uso do A (letra a maiúscula) como forma de destacar quando se refere no texto a situações com maioria de mulheres em atividades coletivas do sindicato que estudou. Já Anahi Guedes de Mello, em seus artigos “Gênero e Deficiência” (2012) e “Dos pontos de vista antropológicos, queer e crip” (2018), apesar de se utilizar do masculino genérico para debater a transversalidade de gênero e deficiência, problematiza a utilização de grafismos como X e @ como substitutos da marca de gênero nos termos, denunciando o capacitismo irrefletido no uso da linguagem científica tradicional, conforme referido anteriormente.

Pesquisadoras cis, temáticas trans e a guerrilha da linguagem

Este grupo reúne os trabalhos de Fernanda Cardozo, Simone Ávila, Crishna Correa e Melissa Barbieri. Fernanda Cardozo, em seu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, defendido em 2006, intitulado “Parentesco e parentalidades de travestis em Florianópolis/SC”, utiliza tanto do masculino genérico quanto de estratégias de guerrilha da linguagem para discutir “os laços de parentesco e de filiação que unem travestis de camadas populares a crianças pelas quais aquelas sejam, direta ou indiretamente responsáveis” (CARDOZO, 2006, p. 15). A autora, pioneira em sua pesquisa de 2006 ao usar o feminino para se referir às travestis estudadas, opta pelo uso do @ para se referir a suas interlocutoras. Tal uso se dá em uma conjuntura da política científica em que o @ era uma das opções utilizadas no campo dos estudos e ativismos feministas no Brasil como alternativa à linguagem masculina genérica, exatamente por sua grafia lembrar o artigo feminino “a”. Entretanto, a autora usou outras estratégias linguísticas, como no excerto: “Eliana, filh@ mais nov@, também prestou auxílio no cuidado dos filhos de irmãs e irmãos. Segundo ela... “Observamos que a autora transita entre o uso do feminino e do @ ao se referir às travestis entrevistadas, o que parece apontar para uma ambiguidade no uso do feminino para as próprias travestis estudadas, apesar da válida tentativa de transgressão linguística.



Simone Nunes Ávila, em sua tese de doutorado junto ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, intitulada “FTM, transhomem, homens trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo”, defendida em 2014, utiliza-se tanto do masculino genérico quanto de estratégias de guerrilha de linguagem para debater a emergência das transmasculinidades e a constituição de novas e diversas identidades, como pode ser visto na passagem “[...] onde ambos/as são observadores/as e observados/as, questionam e são questionados/as, deslocam-se e se influenciam, da mesma forma que com outros/as pesquisadores/as” (ÁVILA, 2021, p. 65). Por sua vez, a pesquisadora Crishna Correa, na esteira da problematização realizada por Anahi Guedes de Mello acerca dos grafismos “x” e “@”, em sua tese de doutorado, defendida no Programa interdisciplinar em Ciências Humanas em 2017, intitulada “Subjetividades em Trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil”, se soma à guerrilha da linguagem feminista, como se pode depreender do excerto a seguir:

Existe uma discussão dentro dos debates feministas, principalmente dentro das teorias queer, sobre o gênero gramatical. Como o gênero está muito presente na língua brasileira, em nosso país a discussão se tornou muito relevante, a ponto de muitas pessoas optarem por utilizar o “@” ou “X” no lugar dos artigos e vogais que designam gênero. Não está claro ainda para os feminismos no Brasil qual seria o modo mais apropriado de escrever, partindo de uma perspectiva não sexista e não binária. De início, me parecia melhor utilizar o “x”, por parecer neutro, mas Anahi Guedes, uma colega do NIGS que trabalha com acessibilidades, ao ler este texto me alertou para o fato de que o X e o @ tem um problema com a acessibilidade, pois não são reconhecidos pelos softwares que auxiliam na leitura de pessoas cegas. Dessa forma, decidi por utilizar a opção as/os (CORRÊA, 2017).

Em outra tese do PPGICH, intitulada “Trans Tornando o Campo do Direito: uma análise da construção da categoria transexual na doutrina jurídica brasileira e seus efeitos no reconhecimento das pessoas trans como sujeito de direitos” (2017), Melissa Barbieri de Oliveira utiliza-se do masculino genérico e quanto de estratégias da guerrilha da linguagem e reflete “sobre os discursos e práticas acionadas para abordar as transexualidades” no Brasil entre 1986 e 2015, acompanhando “a construção da categoria transexual na teoria jurídica brasileira” (OLIVEIRA, 2017, p. 17). Além do masculino genérico que se faz presente em algumas passagens do texto, a dupla flexão de gênero tem maior destaque, como pode ser visto no seguinte trecho: “as entrevistas concretizadas, com autores/as,

advogados/as militantes, juristas, colegas professores/as nos cursos de direito, pós graduandas/os e graduandas/os foram relacionadas, conforme o perfil das/os entrevistadas/os abaixo” (BARBIERI, 2017, p. 120). Assim, fica evidente que, apesar de cisgêneras, todas as pesquisadoras citadas do NIGS tiveram a preocupação em incorporar estratégias da guerrilha da linguagem.

Pesquisadoras trans e a guerrilha da linguagem

Ao longo de seus 30 anos, o NIGS teve duas pesquisadoras (Laura Martendal e Sophia Amenezes) e dois pesquisadores trans e trans não binárie (Arthur Costa, Lino Gabriel dos Santos e Aleixo Fonseca). Estas, estes e estu pesquisadoras desenvolveram pesquisas de graduação e mestrado no período em que estavam no NIGS e um doutorado após sua formação no NIGS. Incluímos, na análise, além dos trabalhos produzidos no período de formação no NIGS, aqueles que foram desenvolvidos em momento posterior à participação como pesquisadoras/es do NIGS mas no qual incluem as reflexões sobre linguagem que iniciaram em etapa anterior e que portanto refletem o pioneirismo do NIGS nesta reflexão feminista sobre a linguagem.

Laura Martendal (2015; 2018), mulher trans, estudante do Serviço Social que foi bolsista de iniciação científica no NIGS entre 2012 e 2013, defendeu seu TCC em 2015, intitulado “Experiência(S) Profissionais(S)? Relatos de mulheres transexuais”. Sua pesquisa analisou a relação entre mulheres trans e o mercado de trabalho, partindo de discussões teóricas e de entrevistas com seis mulheres trans acima de quarenta anos que residem na cidade de Florianópolis. Ao longo do texto, apesar de utilizar o feminino na escrita para se referir a pessoas que utilizam os pronomes femininos, ao referenciar um grupo de pessoas com gêneros diversos, a autora faz uso do masculino genérico, bem como de estratégias de guerrilha da linguagem de gênero, como exemplificado na seguinte passagem: “Sem o respeito a sua identidade de gênero por professores (as) e alunos (as), elas (eles) acabam por abandonar os estudos e, após, enfrentam problemas para conseguir empregos não precarizados” (MARTENDAL, 2015, p. 23).

Sophia Caroline Samenezes de Jesus desenvolveu pesquisa de iniciação científica no NIGS durante o ano de 2015 e escreveu relatório final intitulado “O exercício do feminismo e a ruptura com o dimorfismo de gênero: transmissão de saberes feministas e queer em movimentos sociais contemporâneos”, em que analisou a temática das identidades de gênero por meio de pesquisa bibliográfica. Embora ainda se utilize do masculino genérico, sua argumentação visa



problematizar teoricamente o uso da linguagem associada à identidade de gênero. Segundo a autora,

A identidade de gênero será estudada dentro e fora das narrativas heterossexualizadas e condicionadas ao determinismo sexual; dentro dessa lógica, esperamos interromper com uma prática linguística ritualizada dos estereótipos de gênero binário e de uma única sexualidade compulsória. A própria estabilidade dessas categorias de análises dentro de uma produção em contextos é necessária para ressignificação da morfologia humana e das normas que regem a qualidade do que deve ser considerado humano. As novas abordagens e conceitos neste trabalho serão feitos através da desqualificação, da despatologização e da despsequiatria das possibilidades constantes do que possa ser o humano. (JESUS, 2015, p. 03)

Lino Gabriel dos Santos, por sua vez, homem trans graduado em Moda, foi pesquisador do NIGS durante seu período de transição no início do curso de mestrado. Na sua dissertação de mestrado em Antropologia/UFSC, intitulada “Não tinha espaço pra mim nessa história: Moda, raça e resistência no espaço escolar” (2018), faz uso tanto do masculino genérico quanto de estratégias de guerrilha da linguagem de inspiração feminista, como se pode perceber no excerto: “Por esse motivo, optei por realizar uma pesquisa para entender, inicialmente, a relação entre moda e educação e, junto a isso, a relação entre professoras/es e alunas/os fora do padrão estético considerado normal” (SANTOS, 2018, p. 21). Nela, trata da relação entre os corpos negros e a moda, com foco no ambiente escolar, pensando os dispositivos de racialidade e as subjetividades destes corpos frente aos apagamentos e generalizações acerca de identidades racializadas.

Já o jornalista Arthur Leonardo Costa Novo, homem trans que realizou seu mestrado em Antropologia Social na UFSC como pesquisador do NIGS entre 2011 e 2013, defendeu sua tese de doutorado intitulada “Famílias em transição: uma etnografia sobre racionalidade, gênero e identidade nas vidas trans” na UFRN no ano de 2021. Nela, faz uso apenas do masculino genérico, como no exemplo “Os interlocutores foram mães de filhos trans, homens trans e mulheres trans com quem realizei 14 meses de pesquisa de campo etnográfica em João Pessoa, na Paraíba, entre 2018 e 2019” (NOVO, 2021, p. 11). Não problematiza a questão da linguagem para dissertar acerca da relação entre o indivíduo em transição e sua família, pensando as particularidades da transição em cada fase da vida e seu acesso aos direitos para pessoas trans e travestis.

A guerrilha da linguagem nos eventos produzidos pelo NIGS: Trans Day e o Ciclo NIGS 30 anos

O evento Trans Day, concebido e organizado por Simone Nunes Ávila durante sua formação doutoral no NIGS/UFSC, foi um evento que marcou a luta contra a Transfobia e pela despatologização das identidades Trans no Brasil. O evento tinha um formato original na época, sendo realizado por meio de rodas de conversa, seminários abertos, debates e instalações artísticas, e teve cinco edições anuais, entre 2010 e 2015. Ao analisar os materiais de divulgação do evento, é perceptível o esforço na utilização de estratégias da guerrilha da linguagem, como pode ser visto no texto de apresentação do Trans Day: “Nessa edição (2012), as rodas de conversas versaram sobre políticas públicas para a saúde trans e ambulatórios “T”, nome social como estratégia de inclusão e aspectos jurídicos e (in)visibilidades trans, nas quais estavam presentes ativistas e pesquisadores/as”. Ademais, realizando a audiência do material audiovisual do evento, podemos perceber a utilização de estratégias de guerrilha da linguagem por quase todos participantes, sendo pelo uso do feminino plural ou da menção do masculino junto ao feminino - como em “alunos e alunas”.

Analisamos, por fim, a forma linguística utilizada nos eventos comemorativos dos 30 anos do NIGS, realizados em 2021. Em sua maioria, as pesquisadoras e participantes iniciavam suas falas saudando “todas, todos e todes” lançando mão de diferentes recursos da guerrilha da linguagem: seja no formato de variação de gênero entre masculino, feminino e neutro quanto da feminilização como pode ser visto na roda de conversa “Parentalidades e Conjugalidades LGBTQIA+”.

Conclusões

Neste artigo, refletimos sobre como a questão da linguagem foi importante na história do NIGS em seus 30 anos de existência. Vale ressaltar que grande parte das pesquisadoras mencionadas se identificam como cisgênero - isso porque o acesso de pessoas trans ao ensino superior ainda é restrito -, refletindo na participação de apenas cinco estudantes trans num universo de mais de duzentas estudantes que tiveram formação de pesquisa ao NIGS em seus 30 anos de história. Analisando parte da produção teórica nos 30 anos de história do NIGS/UFSC, fica evidente a politização do conhecimento a partir da assunção da guerrilha da



linguagem como uma potente ferramenta de transgressão dos moldes científicos cisheteromasculinistas tradicionais de se produzir conhecimento.

Tomando-se as produções de pesquisadoras cis de modo geral, podemos perceber o esforço em transgredir as normas tradicionais, embora ainda sob a égide do masculino genérico. Para Ari Sartori, como pioneiro em sua utilização no final dos anos 1990, o feminino plural se mostra como uma ferramenta importante dentro da metodologia feminista, retirando as mulheres dos bastidores e colocando-as no palco principal. Já nas produções de Fernanda Cardozo, Simone Nunes Ávila e Melissa Barbieri de Oliveira, produzidas entre 2006 e 2014, a linguagem utilizada é uma mescla entre o masculino genérico e estratégias de guerrilha da linguagem, apontando novamente para o esforço e preocupação com o sexismo linguístico, - esforço que também se faz presente na articulação dos eventos Trans Day realizados neste mesmo período, quanto na comemoração dos 30 anos do núcleo em 2021. Crishna Corrêa, por sua vez, faz uso apenas da estratégia de dupla flexão de gênero, enquanto Anahi Guedes de Mello, apenas o masculino genérico, nos escritos analisados.

No que se refere às produções des estudantes trans, Lino Gabriel dos Santos e Laura Martendal também utilizam da mescla entre o masculino genérico e a estratégia de dupla flexão de gênero. Já Arthur Leonardo Costa Novo e Sophia de Jesus escrevem apenas usando o masculino genérico em seus textos. As recorrências dos usos do masculino genérico da Ciência ocidental masculinista marcada pelo “truque de deus” (HARAWAY, 1995) por pesquisadoras cis e trans denotam o enraizamento de séculos de uma epistemologia masculinista empenhada em se hegemonizar como universalista. A sua identificação e reiteração somente nos reforça a importância da guerrilha da linguagem para a transformação e ampliação das nossas formas de produção de conhecimento. Por fim, mas não menos significativo, este artigo, produzido por estudante trans não binária, iniciada cientificamente pela epistemologia feminista do NIGS/UFSC, e pela interlocução de duas professoras cis, todes feministas, foi redigido a partir da guerrilha da linguagem, transitando entre a feminilização e a linguagem neutra como formas provocativas de transgredir e ampliar as formas canônicas de produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo/** Simone Nunes Ávila ; orientadora, Miriam Pillar Grossi; coorientador, Richard Miskolci. - Florianópolis, SC, 2014;

BERLUCCI, Pri; ZANELLA Andrea. **Manifesto Ile para uma comunicação radicalmente inclusiva**, 2015;

BERLUCCI, Pri; ZANELLA Andrea. **Um guia para promover a linguagem inclusiva em português**, 2020;

CAMERON, D. **Feminism and linguistic theory**. London: Palgrave, 1992;

_____. **Verbal hygiene**. London: Routledge, 2012;

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. **Orientações para a inclusão linguística de pessoas trans**. Babel & TransEmpregos, Outubro de 2020, Berlim, Santa Catarina, São Paulo, 1991;

CARDOZO, Fernanda. **Parentesco e parentalidades de travestis em Florianópolis/SC. Cadernos NIGS: pesquisas / Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. -- v.1, n.1 (2010). — Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade, 2010.**

_____. **Linguagem e Gênero**, Editora Atica, Brasil, 1991;

CORRÊA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em Trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil**. Tese (doutorado), Florianópolis, 2017;

DOS SANTOS, A. L. P. **Língua para todes: um olhar formal sobre a expressão do gênero gramatical no Português e a demanda pela língua(gem) inclusiva**. Revista Ártemis, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 160–178, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2019v28n1.41827;

GUIA de linguagem inclusiva. Todxs nós. HBO. 2020. Disponível em: <https://pji.portaldosjornalistas.com.br/wp-content/uploads/2020/05/GuiaTodxs-Nos.pdf>;



HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 5, p. 7–41, 1995.

JESUS, Sophia Caroline Samenezes de. O exercício do feminismo e a ruptura com o dimorfismo de gênero (Transmissão de saberes feministas e queer em movimentos sociais contemporâneos) **Relatório final de pesquisa**. Orientação de Miriam Pillar Grossi, 2015. 9p.

MARTENDAL, Laura. Relatos de minhas experiências na UFSC com relação ao uso do “nome social”. In: GROSSI, Miriam Pillar e FERNANDES, Felipe Bruno Martins (orgs). **A força da “situação” de campo**: ensaios sobre antropologia e teoria queer. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018. p. 171-178.

MATERNDAL, Laura. “Experiência(S) Profissionais(S)? Relatos de mulheres transexuais”. **Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MELLO, Anahi Guedes. **Dos pontos de vista antropológico, queer e crip**: corpo, gênero e sexualidade na experiência da deficiência. In: GROSSI, Miriam; FERNANDES, Felipe Bruno (org). **A força da “situação” de campo**: ensaios sobre antropologia e teoria queer. Florianópolis: EDUFSC, 2018. p. 255-278;

_____. **Gênero e deficiência**: interseções Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro, 2012;

_____. FERNANDES, Felipe Bruno M. **Guia de Orientações Básicas sobre Gênero, Deficiência e Acessibilidade no 13º Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11**. Florianópolis, 2017, 23 p. Cartilha da Comissão de Acessibilidade do 13º Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);

_____ e NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero e deficiência**: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2012, v. 20, n. 3 [Acessado 27 Dezembro 2021], pp. 635-655;

OLIVEIRA, Melissa Barbieri de. **Trans Tornando o Campo do Direito**: uma análise da construção da categoria transexual na doutrina jurídica brasileira e seus efeitos no reconhecimento das pessoas trans como sujeito de direitos / Melissa Barbieri de Oliveira; orientadora, Miriam Pillar Grossi, coorientadora, Mara Coelho de Souza Lago, 2017.

PINHEIRO, Larissa Roberta Rosa. **Linguagem neutra: a reestruturação do gênero no Português brasileiro frente às mudanças sociais**. 2020. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS, Lino Gabriel Nascimento e GROSSI, Miriam. “Marginais” na escola: moda como dispositivo de reconhecimento entre docentes e estudantes em situações de subalternidade. In: WELTER, Tania et ali (org). *Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina*. Tubarao/Florianópolis: Copiart/Editora Mulheres, 2017, p.231-249.

SARTORI, Ari José. **Homens e as políticas de empoderamento das mulheres**. UFSC, 1999.

USO DAS LINGUAGENS INCLUSIVA E NEUTRA MOSTRA MOVIMENTO DAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO. UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 16 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pesquisador-da-ufmg-revela-curiosidades-e-mudancas-na-comunicacao-brasileira>>.

PARENTALIDADES E CONJUGALIDADES LGBT: duas décadas de pesquisas das redes lideradas pelo NIGS



ATINA NATINE SCHIPITOSKI ESTEVES

MIRIAM PILLAR GROSSI

Introdução

Neste artigo, analisamos um dos temas que percorreram a história dos 30 anos do NIGS: o estudo de questões envolvendo parentalidades e conjugalidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais e pessoas Trans (LGBT)¹. Este campo de investigação envolveu diversos/as pesquisadores/as de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. A área de estudos sobre parentalidades e conjugalidades é muito extensa e está sempre se renovando, pois são temáticas que aparecem de acordo com o contexto político e social de cada época. As pesquisas sobre este tema iniciaram-se no final dos anos 1990, quando a temática das parentalidades e conjugalidades LGBT se tornou uma questão política global importante². Foi possível perceber isso ao analisar o desenvolvimento deste campo de estudos na

¹ O uso da sigla LGBT, nesse contexto, se deve por conta que a temática do artigo é em relação ao livro *Conjugalidades, parentalidades e identidade lésbicas, gays e travesti*, lançado em 2007, ano em que a sigla era mais curta. Quando me refiro aos dias mais atuais, insiro a sigla LGBTQIA+, utilizada nos dias atuais

² O interesse surgiu principalmente quando a fundadora do núcleo, Miriam Grossi, realizou seu estágio pós-doutoral entre 1996 e 1998, na França, pois foi lá que acompanhou as lutas da APGL# – Association des parents et futurs parents gays et lesbiense – e os debates públicos sobre o projeto de lei de Parceria Civil, intitulado PACS, tema que posteriormente também passou a ser debatido no Brasil.

trajetória do NIGS. Neste artigo, buscamos comparar pesquisas produzidas nos últimos vinte anos, tomando como foco artigos publicados em dois livros publicados pelo NIGS sobre o tema.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa de iniciação científica foi a observação participante da roda de conversa “Parentalidades e conjugalidades”, que aconteceu dia 29 de outubro de 2021, no ciclo de comemorações dos 30 anos do NIGS. a leitura de dois livros: *Conjugalidade, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*, de 2007, com organização de Miriam Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello, e *Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil*, de 2020, organizado por Miriam Pillar Grossi, Leandro Castro e Vinicius Kauê Ferreira, e levantamento de informações sobre a carreira das pesquisadoras e pesquisadores que participaram da rede de estudos de parentalidade e conjugalidades, por meio da consulta a seus CVs Lattes.

A trajetória do estudo das parentalidades e conjugalidades LGBT dentro do NIGS

No início dos anos 2000, quatro estudantes desenvolveram pesquisas no NIGS sobre a temática das parentalidades e conjugalidades LGBT. Camila Medeiros e Fernanda Cardozo realizaram suas pesquisas de iniciação científica e conclusão de curso em Ciências Sociais sobre maternidades lésbicas, parentalidades e maternidades travestis. Eduardo Saraiva e Flávio Tarnovski estudaram a paternidade gay, o primeiro em doutorado defendido no PPGICH sobre a conjugalidade gay de homens que tiveram filhos em relações heterossexuais e o segundo em mestrado em antropologia sobre homens que buscaram ser pais após se reconhecerem como gays.

Estes estudantes foram o núcleo pioneiro de estudos sobre parentalidades e conjugalidades LGBT, e participaram da fundação da rede nacional, criada em 2004, apoiados com verba do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em um projeto universal sob a coordenação de Miriam Pillar Grossi no NIGS, Luiz Mello na Universidade Federal de Goiás e Anna Uziel



na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O projeto foi desenvolvido entre 2005 e 2007, contando com perspectivas antropológicas, sociológicas e psicológicas, em pesquisas qualitativas simultâneas em três regiões diferentes do Brasil. Na continuidade desta primeira pesquisa em rede, foi desenvolvido um projeto de cooperação internacional CAPES-COFECUB com a equipe coordenada por Agnès Fine na Ecoles de Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS) e Université de Toulouse Le Mirail, que deu continuidade e ampliou internacionalmente a rede Parentalidades e Conjugalidades.

O início do debate nos anos 2000: “Conjugalidade, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis”

O livro *Conjugalidade, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis* foi escrito no começo dos anos 2000, um período no qual ainda eram iniciais os debates sobre o conceito de família. O livro foi lançado em 2007, e se compõe de 19 artigos. Para fazer uma análise mais apurada das mudanças dentro da comunidade LGBTQIA+, foram escolhidos cinco desses artigos, visando compará-los com artigos do livro de 2021.

O capítulo “A construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica”, do doutor em sociologia e psicanalista Antônio Cristian Paiva, tem como foco entender como as relações de conjugalidade homossexuais estavam transformando o conceito de família no Brasil. O autor se propôs a mostrar como a homoconjugalidade foi construída, buscando entender estas novas relações a partir do que ele denominou de “um terreno vazio que precisou ser construído, repensado e testado”.

O autor reflete sobre a construção da conjugalidade homossexual argumentando que os homens cisgêneros homossexuais são, desde a infância, socializados em um meio patriarcal, o que acarreta uma criação de que homem deve ser “viril”, sustentar a família, não demonstrar sentimentos, e que a falta de fidelidade também é colocada como um estereótipo de masculinidade e a construção social de que homens possuem um alto e constante desejo sexual é um dos estereótipos que dificultam a conjugalidade gay.

Dando continuidade a este tema, o capítulo “Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina”, da psicóloga Adriana Nunan, analisa os entraves que enfrentam os casais do mesmo sexo. Inicia

abordando a problemática da aceitação da família: sempre difícil, e, em alguns casos, inexistente. Foca seu texto sobre a “socialização masculina” de casais gays, na sociedade patriarcal: dificuldade emocional, excessiva competitividade e competitividade financeira entre o casal, e reflete como essas questões interferem na relação. Conclui que a socialização masculina implica “perda da masculinidade”, caso o padrão imposto não seja cumprido.

Já o psicanalista Eduardo Saraiva, em seu capítulo “Encontros amorosos, desejos ressignificados: sobre a experiência do assumir-se gay na vida de homens casados e pais de família”, analisa casos de homens que foram casados em relacionamentos heterossexuais por muitos anos, tiveram filhos e depois se assumiram homossexuais. Nas entrevistas feitas, ele percebeu que o primeiro casamento dessas pessoas era, muitas das vezes, por demanda social e pressão. Muitos contam que até sentiam alguma atração pela mulher no início, porém, no fundo, sempre souberam a verdadeira vontade, e tentavam reprimir isso por conta da família que haviam formado com uma mulher e filhos. Eles não se sentiam incluídos nos estereótipos e, por conta disso, ficavam receosos em largar a vida estável de casados.

Ainda abordando família e construção de relações, o capítulo “Performatividade de gênero, performatividades de parentesco: notas de um estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis/SC”, escrito por Fernanda Cardozo, é o único artigo no livro de 2007 que aborda a questão de pessoas travestis. Na maior parte dos casos, a família não entendia a transição, e continuava utilizando o nome de nascimento delas, tratando-as somente no masculino. Porém, elas eram incluídas no universo da estrutura familiar a partir de papéis femininos, pois, mesmo que fossem nomeadas no masculino, eram procuradas por suas famílias para desempenhar papéis normalmente creditados às mulheres, como é o caso dos serviços de cuidados.

Os dois últimos capítulos do livro *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis* aqui analisados tratam o tema homoconjugalidade e homoparentalidade em países europeus: na Espanha e França. Em “Matrimônio entre pessoas do mesmo sexo na Espanha. Do perigo social à plena cidadania, em quatro estações”, o cientista social Luiz Mello analisa como estava o cenário antes e como ficou depois da aprovação da lei de casamentos homossexuais em 2006 na Espanha. A lei aprovada tornou todos os casais igual perante a lei: independente do sexo, todos passam a ter direito ao casamento e à parentalidade. O autor mostra que algo que facilitou a aceitação social do “fato homossexual” foi



a presença desses casais na TV, pois, assim, o imaginário social começou a tratar isso como algo normalizado, assim como quaisquer outros casais.

No capítulo “Parceria civil e homoparentalidade: o debate francês”, Anna Paula Uziel e Miriam Pillar Grossi apresentam e debatem sobre o PaCS (Pacte Civil de Solidarité), ou, então, lei da parceria civil, que aconteceu na França, em 1999. As autoras mostram que, mesmo sendo um grande passo político, o PaCS ainda manteve a proibição de homossexuais terem filhos por reprodução assistida e outros métodos semelhantes, o que se tornou uma das principais reivindicações dos movimentos LGBTs franceses naquele momento.

A continuação do debate na década de 2010: o livro Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil

O livro *Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil*, produzido na década de 2010 e lançado em 2021, se localiza em um contexto bem diferente do livro anterior. No Brasil, o direito ao casamento e à parentalidade para homossexuais já estava garantido, a antiga sigla LGBT se tornou LGBTQIA+ e pessoas transexuais ganharam mais visibilidade e mais direitos. Contudo, mesmo com esses novos direitos adquiridos, a área de estudo sobre conjugalidades e parentalidades LGBTQIA+ não se esgotou, pois novas questões se colocaram para esta população.

Para comparar com os artigos do primeiro livro, escolhemos seis de 20 capítulos.

O capítulo “Tornar-se pai homossexual na França: a construção social do desejo de ter filhos”, do antropólogo Flávio Luiz Tarnovski, analisa, a partir da etnografia realizada entre 2006 e 2008 junto a APGL (Association des parents et futurs parents gays et lesbiens), a associação que é criada como um lugar onde as pessoas conseguem encontrar outras que desejam também ter filhos. Ele constatou que uma das formas de parentalidade mais utilizada pelos pais foi a de “co-parentalidade” que “[...] consiste em uma associação com um parceiro de outro sexo, segundo modalidades muito variadas, para fazer uma criança, com ou sem relações sexuais, e criá-las em alternidade” (TARNOVSKI, 2021). Observando que a homoparentalidade se tornou um desejo por parte de homens gays, o desejo de ser pai como fruto de uma decisão bem calculada, pois o processo de

construção de coparentalidade pode levar facilmente mais de nove meses, sendo, portanto, uma decisão que, logisticamente, não acontece “sem planejar”, como acontece em relacionamentos heterossexuais. O autor conclui que o desejo da homoparentalidade não surgiu somente agora, por conta da jornada individual de cada um, e sim porque o contexto histórico e político da França permitiu a expressão deste desejo.

Em “Sob o mesmo teto? Discussões sobre família e homossexualidade no Brasil”, Claudia Regina Nichnig e Miriam Pillar Grossi fazem uma análise da relação dos casais homossexuais com suas famílias de origem. Um primeiro tipo analisado são famílias que não aceitam completamente a união, mas não se opõem, o que acabava gerando situações como nunca usar a palavra gay ou lésbica ou usar o termo “namorado” ou “namorada”, chamando o/a parceiro/a de “amigo” ou “amiga”, o que faz que os casais homossexuais possuam menos liberdades afetivas do que casais em espaços compartilhados. As autoras notaram que, no Brasil, por questões financeiras, as famílias de origem e casais homossexuais dividem casas, mesmo não havendo a aceitação completa das relações.

O artigo “A questão trans na França e no Brasil: tão longe e tão perto!”, escrito por Simone Ávila e Miriam Pillar Grossi, busca entender a questão trans em duas realidades. Na França, ser transexual está extremamente relacionado com a cirurgia de readequação de gênero que, no entanto, não é de fácil acesso. No Brasil, também o acesso é difícil, mesmo podendo ser feito pelo sistema público. As autoras também abordam a militância transexual nos dois países, mostrando que, na França, o movimento começou a ganhar força e organizações a partir de 1990 e que, no mesmo período, no Brasil, o movimento transexual estava atrelado à comunidade LGBTQIA+.

O último artigo aqui analisado é o “Ser gay na telenovela: refletindo sobre as intersecções de gênero, raça, idade e classe social em insensato coração”, da antropóloga Carmen Rial e da jornalista Melina de la Barrera Ayres. *Insensato Coração* é uma novela que foi transmitida em 2011, mesmo ano em que foi permitido por lei o casamento e parentalidade de casais homossexuais, e a análise dessa novela e dos personagens gays que existem nela foi uma maneira de entender como a discussão estava sendo feita pela mídia sobre o assunto naquele momento, quando aconteceu a implantação da lei que reconhecia o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Assim, a realidade se encontrou com a ficção no final da novela, quando dois personagens gays se casaram e planejavam ter muitos filhos. Porém, as autoras pontuam que os personagens eram brancos, de camadas médias altas,



enquanto o personagem gay negro, assassinado por conta da homofobia, era preto e pobre.

Análise e comparações

Analisando os dois livros lançados pela mesma rede, com diferença de 14 anos, foi possível traçar algumas análises e comparações de como o tema de parentalidade e conjugalidade LGBTQIA+ se desenvolveu nas duas primeiras décadas do século XX. *Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil* (2021) se aprofunda em resultados das primeiras pesquisas publicadas no livro *Conjugalidade, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis* (2007).

Alguns tópicos que observamos foram a conjugalidade homossexual, os estereótipos sobre pessoas LGBT, o conceito de família, a abordagem das questões trans e o papel da mídia como reflexo dos valores da sociedade.

Sobre a conjugalidade de casais homossexuais, um tema que apareceu bastante no primeiro livro era o estereótipo de que toda a comunidade LGBT era promíscua e ameaçava os “valores tradicionais” da família. O preconceito dos anos 1980/90 ligado à epidemia da AIDS como um “câncer gay” estava ainda muito atrelado aos homossexuais. Esse estereótipo, como mostraram os artigos apresentados, atrapalhavam a aceitação da família e do próprio indivíduo. No livro de 2007, destacamos o artigo do Antônio Paiva sobre a homoconjugalidade, no qual ele mostra como, no início do século XX, a homoconjugalidade estava começando a ganhar visibilidade, junto com o crescimento do movimento LGBT. Já no livro de 2021, no artigo de Flávio Luiz Tarnovski sobre ser pai gay na França, a questão da homoconjugalidade se amplia para a homoparentalidade. O debate da homoconjugalidade ganhou espaço e mais aceitação. No artigo de Antônio Paiva, ele mostra como assumir a conjugalidade era difícil em meio a tantos estereótipos e como a parentalidade era um passo maior ainda, isso também considerando que, no início do século, não havia nem uma lei permitindo a adoção por pais homossexuais, o que hoje já tem. Na França, a homoparentalidade surgiu com força antes mesmo da legislação oficial, pois se a pauta é direitos iguais, por que pessoas homossexuais não podem ser pais/mães? Por que casais em situação de homoconjugalidade não podem ter filhos assim como casais héteros têm? Esses eram os questionamentos feitos.

O conceito de família nuclear sofre significativa mudança nas pesquisas publicadas nos dois livros. Em 2007, quando o livro foi lançado, havia o questionamento se as famílias LGBTs seriam diferentes do modelo de família heterocentrado de pai, mãe e filhos. No livro de 2021, esta não é mais uma questão problematizada, uma vez que há consenso de que as famílias LGBTs não diferem das heterossexuais no que se refere a seus valores e organização. Sobre a aceitação das famílias de origem, parece não ter havido muita mudança nos dois períodos, com famílias mais acolhedoras e outras com valores conservadores. As primeiras discussões do livro de 2007, questionando o significado da palavra “família” para pessoas LGBT, abriram portas tanto para o reconhecimento do judiciário para a oficialização de casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por casais homossexuais, quanto para a ampliação de significados para o conceito de família no Brasil, para além do modelo tradicional e conservador.

Em relação à aceitação das pessoas trans, foi possível perceber que, tanto no Brasil quanto na França, trata-se de uma questão que continua exigindo muitas lutas pelos direitos mais básicos, apesar de alguns avanços significativos entre 2007 e 2020, como o reconhecimento do nome social de pessoas trans nos espaços educacionais no Brasil e reconhecimento do direito à reprodução na França. O livro de 2007 trouxe o debate sobre a relação de mulheres travestis com suas famílias e mostrou como o reconhecimento efetivo, como a utilização dos pronomes adequados, ainda estava muito inicial. Já em 2021, este reconhecimento social era maior, sobretudo na aceitação do nome social em espaços escolares e universitários.

No que diz respeito à representação na mídia, é inegável que teve um papel importante em tornar as temáticas da parentalidade e conjugalidade LGBT palatáveis à sociedade brasileira. A importância da contribuição da mídia para a inserção da homoconjugalidade e homoparentalidade no imaginário social é um assunto que atravessou os textos e a roda de conversa. No livro de 2007, Luiz Mello já deu indícios disso, mostrando o caso da Espanha em 2006, quando havia acabado de ser aprovado o casamento homossexual. O autor mostrou que a presença de casais homossexuais na mídia ajudou a tornar o cenário fértil para a aprovação da lei. No livro de 2021, essa ideia é reforçada: Carmen Rial e Melina de la Barrera Ayres mostram como as novelas brasileiras e a representatividade LGBTQIA+, na maioria das vezes, estavam alinhadas com os debates que estavam sendo feitos no momento ou com estereótipos. De forma positiva ou negativa, a mídia influencia e transmite o que está acontecendo ao seu redor.



Os debates dos dois livros falam dos momentos históricos nos quais estão inseridos. Segundo Miriam Grossi (2022)³, no início dos anos 2000, os movimentos LGBT estavam começando a ganhar mais força enquanto movimento de rua com as grandes paradas do orgulho LGBT, financiadas em parte graças às políticas públicas dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. Casais homossexuais ainda não podiam casar segundo a lei brasileira, todavia, foi um período em que o poder executivo tinha a agenda progressista, portanto, da mesma forma em que ainda havia muitos preconceitos enraizados, também havia um esforço de mudança e de ideia de progresso. Contudo, a conquista de direitos da comunidade LGBTQIA+, além de precisar estar aliada com o imaginário social, precisa de um governo progressista. No caso da França, isso se mostrou real, a liberação para casais homossexuais terem filhos por reprodução assistida demorou tanto para acontecer por conta do governo conservador de direita que havia no país. No Brasil, atualmente, se vive um problema semelhante, um “novo fascismo”, no qual os estudos de gênero e sexualidade ganharam uma nova dimensão na esfera pública, com a criação do Ministério da Família e dos Direitos Humanos. A conquista de direitos para a comunidade LGBTQIA+ está cada vez mais lenta, a maior luta é não perder os direitos já conquistados. Os resultados desse período conservador aparecerão nos estudos que serão feitos nos próximos anos.

Conclusão

O foco do presente artigo foi estudar a trajetória dos estudos de homoparentalidade e homoparentalidade desenvolvidos pela Rede NIGS entre o início dos anos 2000 a 2021. Para isso, comparamos artigos de dois livros publicados pela rede Conjugalidades e Parentalidades do NIGS e mostramos como a rede inicial, formada por professores de diferentes universidades e suas orientandas, produziu um campo de pesquisa inovador. Esta rede se manteve em conexão até os dias atuais, se renovando com o ingresso de novos membros que produziram novas pesquisas.

Nesses quase 20 anos, muitas coisas mudaram. O movimento LGBTQIA+ ganhou mais força, o governo no Brasil passou de progressista para conservador e durante todas essas mudanças políticas os casais homossexuais continuam

³ Conferência “Gênero e sexualidade como lutas sociais e pauta moral no Brasil em 3 tempos”, canal YouTube SPBCNET, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

lutando pelo reconhecimento da conjugalidade e direito à parentalidade. Comparando os dois livros e os depoimentos feitos durante as comemorações dos 30 anos do NIGS, observamos este crescimento, renovação e consolidação da rede em nível internacional. O NIGS celebra alegremente fazer parte dessa história.

Referências

AYRES, Melina de la Barrera; RIAL, Carmen. Ser gay na telenovela: refletindo sobre as intersecções de gênero, raça, idade e classe social em insensato coração. *In: FERREIRA, Vinicius; GROSSI, Miriam Pillar; OLTRAMARI, Leandro (Orgs.). Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil.* Florianópolis (SC): Tribo da Ilha, 2021. p. 355-374.

CARDOZO, Fernanda. Performatividade de gênero, performatividades de parentesco: notas de um estudo com travesti e suas famílias na cidade de Florianópolis/SC. *In: GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Luiz; UZIEL, Anna (Orgs.). Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.* Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 233-252.

CONSTRUÇÃO. *In: DICIO, Dicionário Online de Português, 2020.* Disponível em: <https://www.dicio.com.br/construcao/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Luiz; UZIEL, Anna. Introdução. *In: GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Luiz; UZIEL, Anna (Orgs.). Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.* Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 9-88.

GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna. Parceria civil e homoparentalidade: o debate francês. *In: GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Luiz; UZIEL, Anna (Orgs.). Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.* Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 189-212.

GROSSI, Miriam Pillar; NICHNIG, Claudia Regina. Sob o mesmo teto? Discussões sobre família e homossexualidade no Brasil. *In: FERREIRA, Vinicius; GROSSI, Miriam Pillar; OLTRAMARI, Leandro (Orgs.). Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil.* Florianópolis (SC): Tribo da Ilha, 2021. p. 77-96.



GROSSI, Miriam Pillar; ÁVILA, Simone. A questão trans na França e no Brasil: tão longe e tão perto!. In: FERREIRA, Vinicius; GROSSI, Miriam Pillar; OLTRAMARI, Leandro (Orgs.). *Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil*. Florianópolis (SC): Tribo da Ilha, 2021. p. 157-178.

MELLO, Luiz. Matrimônio entre pessoas do mesmo sexo na Espanha. Do perigo social à plena cidadania, em quatro estações. In: GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Luiz; UZIEL, Anna (Orgs.). *Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 169-188.

NUNAN, Adriana. Influência do preconceito internalizado na conjugualidade homossexual masculina. In: GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Luiz; UZIEL, Anna (Orgs.). *Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 47-68.

PAIVA, Antônio Cristian Saraiva. A construção da homoconjugualidade numa perspectiva micropolítica. In: GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Luiz; UZIEL, Anna (Orgs.). *Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 23-46.

SARAIVA, Eduardo. Encontros amorosos, desejos ressignificados: sobre a experiência do assumir-se gay na vida de homens casados e pais de família. In: GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Luiz; UZIEL, Anna (Orgs.). *Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 69-88.

SBPCnet. Mobilização em defesa da Ciência. “Gênero e Sexualidade no Brasil em 3 tempos: Miriam Pillar Grossi (UFSC/SBPC)”. *YouTube*, 26 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=im80apkc9xQ>. Acesso em: 17 jan. 2022.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. Tornar-se pai homossexual na França: a construção social do desejo de ter filhos. In: FERREIRA, Vinicius; GROSSI, Miriam Pillar; OLTRAMARI, Leandro (Orgs.). *Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil*. Florianópolis (SC): Tribo da Ilha, 2021. p. 47-76.

ORGANIZAÇÃO DO 18º IUAES: uma metodologia de ensino e de política científica



SIMONE LIRA DA SILVA

Neste texto, relato um pouco do aprendizado de metodologias de ensino e de política de internacionalização que obtive como pós-doutoranda do NIGS. Comecei a participar desta rede de pesquisa ao atender ao convite de professora Miriam para trabalhar no 18º Congresso Mundial da IUAES, em julho de 2017. Depois, em 2018, fortaleci estes laços ao passar no pós-doutorado para atuar no projeto “Etnografando a cosmopolítica das antropologias mundiais: a International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES) e World Council of Anthropological Associations (WCAA)”. Em ambas as ocasiões, fui introduzida ao comprometimento de internacionalizar as redes de pesquisa brasileiras, de fortalecer a Associação Brasileira de Antropologia e de ensinar através do engajamento dos estudantes nos projetos de extensão. Neste texto, busco sintetizar alguns pontos desta experiência.

O NIGS, Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, é conhecido e reconhecido como importante centro de pesquisa e produção de conhecimento político engajado. Além de produzir conhecimentos sobre teorias feministas, gênero e violência, temas geralmente permeados por polêmicas e controvérsias, a maior parte dos(as) estudantes que passam pelo núcleo também está à frente do debate público que envolve esses temas. No NIGS, se estimula uma metodologia engajada na defesa dos direitos das populações estudadas e na defesa da ciência brasileira.



Em 2018, a professora Miriam Pillar Grossi, coordenadora do NIGS, organizou o 18º IUAES, maior Congresso Mundial de Antropologia promovido a cada cinco anos pela União Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas (IUAES). O evento foi sediado pela Universidade Federal de Santa Catarina e articulado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e pela IUAES. Na edição de 2018, o evento teve 38 eixos temáticos que abrigaram a inscrição de 188 painéis abertos, 1873 apresentações de trabalhos em painéis abertos, 27 painéis fechados, 113 apresentações de trabalhos em painéis fechados, 13 simpósios, 91 conferencistas em simpósios, 31 mostras fotográficas, 18 mostras audiovisuais, 26 workshops, oito plenárias, 43 conferencistas em plenárias e quatro keynotes. Além dessas atividades, o congresso contou ainda com 79 lançamentos de livros, 21 experiências antropológicas, oito pré-eventos, quatro pós-eventos, atividades culturais, atividades de bem-estar, atividades para crianças no evento e feira de artesanato (GROSSI; SILVA, 2020, p. 339).

Mesmo esse sendo o maior evento mundial de Antropologia, a professora Miriam Grossi assumiu o compromisso, e o risco, de inserir estudantes em diferentes níveis de formação e de diferentes áreas do conhecimento para organizá-lo. Ao invés de contratar uma empresa especializada para fazer a organização do evento, abriu diferentes editais para selecionar estudantes que passaram a trabalhar na secretaria e na monitoria do evento. Eu fui uma dessas estudantes. Levei algum tempo para entender que estar à frente de uma secretaria de evento, com uma equipe interdisciplinar que envolvia estudantes de graduação em ciências sociais, antropologia, letras e relações internacionais, era parte de um projeto maior de formação para a organização de eventos e para a atuação na política científica. Trata-se de oportunizar aos estudantes um laboratório vivo de disputas políticas, éticas, administrativas, financeiras, no qual eles poderiam ver e participar das soluções criadas para atender às demandas surgidas no processo. Trata-se de um compromisso com a extensão, o qual foi objeto de análise, juntamente com estes estudantes, no artigo “Reflexões Antropológicas sobre a extensão: o projeto de realização do 18º Congresso Mundial da IUAES na UFSC”, publicado pela Revista Altera, em 2019.

Além das atividades rotineiras de uma secretaria, os estudantes que participaram do projeto também eram incentivados a realizarem pesquisas sobre os(as) antropólogos(as) que compareciam ao Congresso e que não estavam necessariamente vinculados(as) à antropologia norte-americana ou europeia, ensinada em nossas universidades. Esta atividade era parte de outro projeto de extensão, chamado “Outros Olhares sobre a História da Antropologia”, que tinha à frente

das atividades o estudante de mestrado Leonardo de Miranda Ramos, o qual orientava os demais integrantes do grupo sobre como ser um facilitador para introdução dos demais à vida e à obra dos(as) antropólogos(as) apresentados(as) nos seminários quinzenais ou mensais. Esta metodologia de ensino foi apresentada no GT “Antropologia, gênero e sexualidade em contextos educativos”, da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, em dezembro de 2018.

São experiências como estas que permitem ver como é possível ensinar sem ficar preso a uma sala de aula ou a uma carteira. O NIGS foi, para mim, o local de aprender fazendo. Hoje, em retrospectiva, é fácil dar nome ao que aprendi (política científica, ensino, extensão, trabalho coletivo), mas o processo para esse aprendizado estava nos percalços do cotidiano administrativo e burocrático de promover um evento, parcialmente custeado por recursos públicos, que se propunha ser inclusivo e que envolvia muitas pessoas na tomada de decisões.

A passagem pelo NIGS e pela organização do 18º IUAES me fez entender o papel das associações e agências de amparo à pesquisa no desenvolvimento da ciência e na internacionalização das redes de pesquisa. Ao responder às críticas sobre a necessidade de associação na Associação Brasileira de Antropologia, para poder participar do congresso (as quais também compartilhava), aprendi muito sobre a história e a função da associação. Foi preciso conhecer a fundo a atuação dessa associação junto às populações estudadas e aos(as) antropólogos(as) judicializados(as) por conta dos laudos produzidos em seus trabalhos, para justificar, junto aos colegas, a importância de fortalecer instituições que possam nos representar profissionalmente.

A organização foi operacionalizada pelo trabalho coletivo de diversas comissões organizadoras que trabalhavam no encaminhamento de assuntos específicos como: tradução, programação, editoração, monitoria, infraestrutura, comunicação, cultura, festa, instalações artísticas, experiências antropológicas, bem-estar, crianças no evento, alimentação, hospedagem solidária, lançamento de livros, licenciatura indígena, articulação com comunidades indígenas quilombolas e ciganas, feira de artesanato, rede global de antropologia feminista, acessibilidade, pré e pós-eventos, além de colaboradores de outras instituições, como o Instituto Federal de Santa Catarina e a Universidade Estadual de Santa Catarina. As ações e decisões tomadas por cada uma dessas comissões sempre passavam, em algum momento, pela equipe da secretaria, seja para providenciar documentos necessários às ações, seja para repassar e pedir autorização/financiamento à diretoria da ABA ou da IUAES para a realização de cada uma das atividades pensadas e articuladas por estas comissões. Estas comissões também



eram acionadas pela secretaria sempre que havia uma demanda específica por parte dos congressistas.

Outro grande desafio foi tornar o evento acessível no aspecto financeiro, no linguístico e na estrutura física de que dispúnhamos. Realizá-lo dentro de uma universidade pública e não na área privada de um hotel ou de centro de eventos certamente era um grande passo, mas estava longe de ser suficiente. Para isso, foram criadas muitas estratégias, tais como a isenção do valor de inscrições para participantes originários de minorias étnicas ou nativas e para estudantes que se voluntariassem a fazer a monitoria do evento. Os recursos obtidos com agências financiadoras foram, em parte, destinados a custear hospedagem e alimentação para pesquisadores de baixa renda. Também houve grande esforço na elaboração de editais e na avaliação de cada caso para identificar a quem custear, além, é claro, das negociações com as comissões e diretorias das associações para chegar a um acordo sobre os critérios de concessão do financiamento. Outra faceta da acessibilidade era conseguir fazer com que profissionais de mais de 50 países conseguissem se comunicar durante o evento. Para tentar contornar esta demanda, foi contratado um serviço profissional de tradução de eventos e criada uma comissão de tradução que trabalhou antes, durante e após o evento, enfrentando diversos tensionamentos, principalmente na medida em que o inglês foi se tornando a língua franca do Congresso, mesmo não sendo a língua da maioria dos participantes (SILVA *et al.*, 2020, p. 107). Em paralelo, também tínhamos uma comissão de acessibilidade que tentou atender a demandas pontuais de locomoção e permanência no evento.

E por último, mas não menos importante, estava o trabalho de captação de recursos e de prestação de contas. A coordenação do evento conseguiu financiamento junto ao CNPq, à CAPES, à FAPESC e à Wenner-Gren Foundation. Obter recursos junto a essas agências de fomento implica montar um projeto para concorrer em cada edital, distribuir os recursos obtidos segundo as regras de cada edital, manter um rigoroso arquivo de todos os gastos e elaborar relatórios para a prestação de contas. Nesse processo, participei, principalmente, da fase de prestação de contas, que se estende desde 2018 até hoje, 2022, já que as agências de fomento brasileiras ainda nos solicitam resposta às diligências e documentos complementares para justificar os gastos realizados.

O NIGS, em seus 30 anos de história, portanto, precisa ser pensado para além das funcionalidades de formação de recursos humanos qualificados para o ensino e a pesquisa geralmente atribuídas a um núcleo de pesquisa. Através do espaço do NIGS, se construiu também sólidas frentes de atuação em diversos

setores da sociedade, comprometidas com a política científica, com as políticas de inclusão e reconhecimento da diversidade, com o ensino e com a extensão.

Referências

SILVA, Simone Lira da *et al.* Reflexões Antropológicas sobre a extensão: o projeto de realização do 18º Congresso Mundial da IUAES na UFSC. In: *Áltera*, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 55-82, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/44108>. Acesso em: 28 jul. 2022.

RAMOS, Leonardo de Miranda de. Outros Olhares sobre a História da Antropologia: Experiências Pedagógicas de Formação na Preparação do 18th IUAES World Congres. GT Antropologia, gênero e sexualidade em contextos educativos. 32º REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Anais...* Disponível em: https://www.31rba.abant.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=95. Acesso em: 28 jul. 2022.

GROSSI, Miriam Pillar; SILVA Simone Lira. Relatório final do 18º Congresso Mundial da IUAES. In: GROSSI, Miriam Pillar; WELTER. Tânia. *Etnografia de um Congresso: a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

SILVA, Juliana Bem Brizolla *et al.* Os traduzíveis e os intraduzíveis da vida real. In: GROSSI, Miriam Pillar; WELTER. Tânia. *Etnografia de um Congresso: a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil*. Brasília: ABA; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES



Aleixo Fonseca Bueno dos Santos é graduande em Ciências Sociais, pesquisadore do NIGS, artista, trans não binárie, ativista LGBTQIAP+; atualmente, realizando o TCC acerca da Não Binariedade aliada aos estudos decoloniais e de gênero. Foi bolsista PIBIC no NIGS pelo projeto “Outros Olhares Sobre a História das Ciências Sociais” e escreveu um artigo acerca da linguagem inclusiva na história do núcleo. Entre os seus temas de interesse e pesquisa, estão: gênero, sexualidade, feminismo, transgeneridade, não-binariedade, liminaridade, teoria feminista, teoria queer, antropologia feminista e teoria antropológica. Contato: aleixo.p.f@gmail.com

Alinne de Lima Bonetti é antropóloga, licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS (1997), mestra em Antropologia Social pela UFSC (2000) e doutora em Ciências Sociais, área estudos de gênero, pela Unicamp (2007). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade (NIGS) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG). É pesquisadora colaboradora do Grupo de Pesquisa Tuna – gênero, educação e diferença, da Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Entre os seus temas de interesse e pesquisa, estão: gênero, poder, política, feminismo, desigualdades e suas interseccionalidades, teoria feminista, antropologia feminista e teoria antropológica. Contato alinne.bonetti@gmail.com

Anna Carolina Horstmann Amorim é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestra e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora adjunta do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambai, e do Mestrado Profissional em Ensino de História

– PROFHISTÓRIA. Pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia – CEPEGRE – UEMS. Realiza pesquisas nas áreas de gênero, feminismos, lesbianidades, homoparentalidades, parentesco, educação e diversidade. Contato: annac.hamorim@gmail.com

Ari José Sartori é antropólogo, mestre (1999), doutor (2010) e pós-doutor (2018) em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. É professor associado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Campus Chapecó, e pesquisador efetivo do Instituto Brasil Plural (INCT). Possui experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Cultural, atuando, principalmente, nos seguintes temas: teoria antropológica, antropologia da educação, ensino da antropologia, estágios supervisionados, formação de professores, relações de gênero, sexualidade e educação. Contato: ari.sartori@uffs.edu.br

Átina Natine Schipitoski Esteves é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina, já realizou três Iniciações Científicas, nas áreas de Nutrição, Linguagem e Gênero. Atualmente é pesquisadora no Núcleo de Identidades e Subjetividades (NIGS) e desenvolve pesquisas sobre a trajetórias das professoras aposentadas do curso de Ciências Sociais na UFSC. Contato: atinaesteves@gmail.com

Barbara Michele Amorim possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), mestrado e doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013 e 2018). É pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na UFSC e pós-doutoranda em Sociologia e Ciência Política, pela mesma instituição e pesquisadora nos núcleos: NIGS (Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades), NUSEC (Núcleo de Sociologia Econômica) e NESFIHS (Núcleo de Estudos em Sociologia, Filosofia e História das Ciências da Saúde). Atualmente desenvolve pesquisas relacionadas às pioneiras do curso de Ciências Sociais da UFSC e ao sofrimento psíquico das/os estudantes da UFSC causados pelos assédios. Contato: bmichele.amorim@gmail.com

Bernadette Grossi dos Santos é professora aposentada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em Antropologia pela Universidade de



Brasília (UNB), mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membro ativo do NIGS de 1999 a abril de 2003.

Bruna Fani Duarte Rocha é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Letras-Português pela mesma instituição. Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS-UFSC). Tem uma forte atuação política junto a movimentos contra violência obstétrica. Além disso, atua como professora do estado de Santa Catarina. Contato: faniduartee@gmail.com.

Carla Giovana Cabral é professora e pesquisadora na área Ciência, Tecnologia e Sociedade na Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ECT-UFRN), Brasil. Com doutorado em Educação Científica e Tecnológica, na Graduação, está vinculada ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia. No Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, atua na orientação de professoras/es da Educação Básica que cursam o mestrado profissional. Na coordenação do Grupo de Pesquisa Pandora – Democracia e Gênero em Ciência e Tecnologia, lidera pesquisas e contribui com projetos locais, nacionais e internacionais. Em paralelo à carreira acadêmica, dedica-se ao estudo da flauta transversal e à escrita de poemas. Contato: carla.gio.cabral@gmail.com

Carmelita Afonseca possui Graduação em Sociologia pela Universidade Jean Piaget, de Cabo Verde (2005), Mestrado em Ciências Sociais pelas Universidades de Cabo Verde (Uni-CV) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2009) e Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2018). Docente afeta à Faculdade de Ciências Sociais Humanas e Artes da Uni-CV desde 2008, onde coordenou o Centro de Investigação e Formação em Gênero e Família (CIGEF) (gestão 2009-2013), o Grupo Disciplinar de Ciências Sociais (gestão 2019-2021) e o Observatório de Violência e Criminalidade (OVC) (desde 2021). Desenvolve pesquisas nas áreas de: Gênero e relações de poder, dinâmicas familiares e conjugualidades na contemporaneidade; mobilidades no espaço CEDEAO e impacto nas relações de gênero; Violência Baseada no Gênero (VBG) em Cabo Verde. Contato: carmelita.silva@docente.unicv.edu.cv

Carolina Giordano Bergmann é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC). Mestra em Música pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Graduada em Educação Artística, com Habilitação em Música, pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS-UFSC). Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Catarinense (IFC). Contato: carolinabergmann@gmail.com.

Caterina Alessandra Rea é professora Adj C I na UNILAB – Universidade (Federal) da Integração da Lusofonia Afro-brasileira – Campus de São Francisco do Conde – BA. Na UNILAB/Campus dos Malês, coordena o Grupo de Pesquisa FEMPOS/Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias anti-hegemônicas. Desde abril de 2019, integra o Programa de Pós-graduação do Núcleo de Estudos da Mulher (PPGNEIM), Possui Graduação em Filosofia pela Università Cattolica de Milão (Itália), DEA (Diplôme d'Études Approfondies) e Doutorado em Filosofia pela Université Catholique de Louvain – Bélgica e Master 2 em Clinique du Corps et Anthropologie Psychanalytique pela Université Denis Diderot – Paris VII. Trabalhou como “Assistant” em Antropologia Filosófica no Institut Supérieur de Philosophie, Université Catholique de Louvain, como Chargé de cours en Sciences Humaines, Arts et Culture na Université Charles de Gaulle – Lille 3 e como pós-doutoranda no Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade (NIGS). Tem experiência na área de Filosofia, Estudos de Gênero, Teoria e Crítica Queer of Colour (QOC), Feminismos transnacionais e Estudos pós-coloniais. Contato: caterina@unilab.edu.br.

Claudia Regina Nchnig é feminista, historiadora, advogada e doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Estudos de Gênero, e pós-doutora em História e Antropologia Social. Possui Graduação e Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí, Especialização em Direito Civil e Direito do Trabalho. É professora visitante no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul. Atua, principalmente, nos seguintes temas: violências de gênero, feminismos no Brasil, família no Brasil contemporâneo, gênero e direito, conjugalidades entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, conjugalidades e homoparentalidades no Brasil e na França, mulheres indígenas. Atualmente, é doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Contato: claudianichnig@gmail.com.



Crishna Mirella de Andrade Correa possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (2003), Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007), é doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UFSC). É professora da Universidade Estadual de Maringá, integrante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS-UFSC), coordenadora do Núcleo de Extensão Maria da Penha (NUMA-PE-UEM). Trabalha com temas relacionados à teoria dos direitos fundamentais e estudos de gênero: violência de gênero, nome social e transexualidades, gênero e feminismos, subjetividades e estudos interseccionais entre gênero, raça e etnia. Contato: crishnamirella@gmail.com

Dina Susana Mazariegos García, mestiza, feminista antirracista, educadora popular, cristiana, Licenciada en Trabajo Social por la Universidad San Carlos de Guatemala, com maestría en Antropología Social de la Universidad Federal de Santa Catarina, Brasil, pensum cerrado del Doctorado de Ciencias Sociales de la USAC. Integrante del Grupo de Trabajo CLACSO “Cuerpos, Territorios y Feminismos” Con Estudios de género e interculturalidad. Además, 15 años de experiencia en investigación social tanto en la Dirección General de Investigación de la USAC- DIGI, como en el Instituto Universitario de la Mujer de la Universidad de San Carlos de Guatemala-IUMUSAC. Experiencia docente universitaria en la USAC y en la URL; 25 años de trabajo organizacional comunitario con organizaciones de mujeres, pueblos originarios y jóvenes en Guatemala, Honduras, México, Canadá y Angola. Contato: dinasusanamazariegos@yahoo.com

Eduardo Steindorf Saraiva é psicólogo, psicanalista, mestre em Educação (UFRGS), doutor em Ciências Humanas (UFSC), Pós-Doutorado em Psicologia Social (UERJ). Professor adjunto no Departamento de Ciências da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul-RS. Nesta mesma universidade, também integra o corpo de docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Psicologia. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de educação, psicologia e justiça. Integrante do GT da ANPEPP intitulado Psicologia e Estudos de Gênero. Integrante dos grupos de pesquisa Políticas públicas no tratamento de conflitos (Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Direito – UNISC) e PEABIRU: educação ameríndia e interculturalidade (Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação da UNISC e da UFRGS). Contato: eduardo@unisc.br

Elisete Schwade é professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1987), Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993), Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2001), Pós-Doutorado na University of British Columbia – UBC (2008-2009). Coordena o Grupo de Pesquisa Gênero, Corpo e Sexualidade. Suas áreas de interesse em pesquisa incluem os seguintes campos temáticos e etnográficos: gênero e subjetividade; sociabilidades e estilos de vida; assentamentos rurais; gênero e educação. Contato: eliseteschwade@gmail.com

Fabiane Ferreira da Silva é doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande (2012), mestra em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007) e graduada em Química Licenciatura – Habilitação Ciências, pela Universidade Federal do Rio Grande (2003). Professora associada da Universidade Federal do Pampa, com exercício no Campus Uruguaiana. Atua no Curso de Ciências da Natureza – Licenciatura e no PPG em Educação em Ciências. Tem experiência na área de Educação, Educação em Ciências e Química, com ênfase na formação inicial e continuada de professoras(es), nas modalidades presencial e a distância, atuando, principalmente, com os seguintes temas: currículo, ensino de ciências e química, corpo, gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e cultura. Integrante do Grupo de Pesquisa Tuna – Gênero, Educação e Diferença da UNIPAMPA. Integrante do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola da FURG. Mãe do Diogo (Licença gestante 27/11/2021-25/05/2022). Contato: fabianesilva@unipampa.edu.br

Fátima Weiss de Jesus possui Graduação em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999-2000), Mestrado e Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003 e 2012), com pesquisa sobre Vivência Religiosa, Homossexualidades e Trânsitos de Gênero numa Igreja Inclusiva no Brasil. Atualmente, é professora associada no Departamento de Antropologia (DAN) e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (GESECS). Sua atuação tem ênfase em Antropologia, nos seguintes temas: gênero, religião e religiosidades; sexualidades; poder, sacerdócio feminino; Educação, Direitos Humanos e Diversidades (sexual e de



gênero) e direitos sexuais e reprodutivos, saúde e direitos. Contato: fatimaweiss@gmail.com

Felipe Bruno Martins Fernandes é professor da Universidade Federal da Bahia, no Departamento de Antropologia e Etnologia. Coordenador do Gira – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação. Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas. Mestre em Educação pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (2007). Doutor em Ciências Humanas, área de Estudos de Gênero, pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011) (com estágio doutoral no Center for Lesbian and Gay Studies – CLAGS da City University of New York – CUNY) e integrante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Possui PPós-Doutorado em Estudos de Gênero (PPGICH-UFSC), em Anthropologie Sociale (EHESS – Toulouse) e em Antropologia da Educação (PPGAS-UFSC). Seus interesses de pesquisa são as políticas públicas de gênero e diversidade, bem como práticas de associativismo em movimentos LGBTTTT e feministas. Atualmente, pesquisa a educação escolar indígena no estado da Bahia. Suas áreas principais de interesse são Ensino de Gênero, Sexualidades, Diversidade e Antropologia. Contato: fernandes.felipebruno@gmail.com

Fernanda Azeredo de Moraes é bacharel em Ciências Sociais pela UFPR e mestre em antropologia social pela UFSC. Atualmente, realiza uma tese em antropologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, França) intitulada “Femmes de science: genre et collaboration scientifique dans l’Anthropologie Française des années 1930”. Áreas de interesse: estudos de gênero, teoria feminista, história da antropologia, antropologia da ciência, sociologia do trabalho doméstico. Contato: fermoraesazeredo@gmail.com

Francine Costa É doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UFSC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Ensino de História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em História pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER-UFSC) e ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS-UFSC). Contato: francinne.costa@gmail.com.

Francine Pereira Rebelo é cientista social, antropóloga e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). É coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI/ IFAM Campus Parintins. Feminista e mãe do Raul. Atualmente, é doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestre em Antropologia Social pela mesma universidade. Tem Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais. Tem interesse nas áreas de Gênero, Trabalho, Maternidades/ Maternagens e Etnologia Indígena. Contato: rebelofrancine@gmail.com

Francisco Vitor Macedo Pereira é docente efetivo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, vinculado ao Instituto de Humanidades, com atuação no curso de Bacharelado em Humanidades e no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH-UNILAB), professor da Pós-Graduação *lato sensu* (UAB-UNILAB) do Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos. É doutor em Filosofia Prática pela Universidade Federal de Pernambuco (2012), atuando, principalmente, nos seguintes temas: estética da existência, filosofia da educação, ontologia do presente, subjetividades na contemporaneidade, estudos de gênero, relações étnico-raciais, filosofia afro-brasileira e ensino de filosofia. É vice-líder do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Fenômeno Religioso Tierno Bokar (CNPq – UNILAB), membro do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Dandara (CIEG DANDARA – CNPq-UNILAB), membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimentos, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global e do Grupo de Estudos e de Pesquisas Pensamento em África (CNPq-UNILAB) e membro do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Educação Tutorial da UNILAB. Contato: vitor@unilab.edu.br

Gabriela Pedroni é antropóloga e advogada, graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, atualmente, doutoranda em Estudos Feministas pela Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco. Tem interesse nos temas de gênero, sexualidades, teorias feministas, antropologia feminista e interseccionalidade. Contato: gabipe-droni28@gmail.com

Isadora Vier Machado é graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (2007), mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (área de concentração: Direito, Estado e Sociedade, 2010), doutora pelo Programa



de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina (área de concentração: Estudos de Gênero, 2013). Tem experiência nos seguintes temas: Lei Maria da Penha, Criminologia, Direito Penal. Contato: isadoravier@yahoo.com.br

Izabela Schindwein desenvolveu, a partir do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC e da rede NIGS, sua tese em parceria com o Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim (Bolsa DAAD-Capes). Como pós-doutora na UFSC-NIGS, atuou, em 2015, no projeto “Avaliação do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no Brasil”, da extinta Secretaria de Política Pública para as Mulheres. Depois de migrar para Berlim, atuou como pesquisadora em um consórcio de universidades e institutos de pesquisa europeus, envolvendo países parceiros como Tanzânia, Mianmar e Colômbia (2016- 2018). Contato: izabela.liz80@gmail.com

Jimena Massa é doctora y magíster en Antropología Social (UFSC), licenciada en Comunicación Social (UNC, Argentina), docente en las licenciaturas en Comunicación Social y Antropología de la UNC, y coordinadora del Programa de Género y Diversidad de la Facultad de Ciencias de la Comunicación de la misma Universidad. Está interesado en las áreas de estudios de medios, género, identidades y parentesco. Contato: jimenamassa@gmail.com

José María Valcuende del Río. é catedrático de Antropología Social, Departamento de Antropología Social, Psicología Básica y Salud Pública de la Universidad Pablo de Olavide e Coordinador de la Red LIESS. Actuando principalmente en los siguientes temas: Antropología Social, Espacio Social, España, Identidades Colectivas, Portugal y Territorios y Fronteras. Contato: jmvalrio@upo.es

Juliana Cavilha é pós-doutora no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na UFSC (2015-2016). Foi Visiting Scholar na Universidade de Wisconsin-UW, em Madison-USA (2015). Pós-doutora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na UFRGS (2010-2012). Doutora e mestre em Antropologia Social na UFSC. É professora da Faculdade Estácio Florianópolis, professora tutora no Centro Universitário Estácio de Sá de Santa Catarina. Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Internacionalização e coordenadora da CPA da Estácio Florianópolis. Presidente da ONG Abacateiro Instituto de Pesquisa e Formação. Contato: julianacavilha@gmail.com

Letícia Cardoso Barreto é professora da área de Psicologia Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), na cidade de Divinópolis. É doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com área de concentração em estudos de gênero; mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com área de concentração em Psicologia Social e psicóloga formada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou estágio pós-doutoral junto ao Observatório Interinstitucional Mariana-Rio Doce, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com financiamento da CAPES-FAPEMIG. É coordenadora, junto com Mara Salgado, do grupo de pesquisa e extensão PIPA – Práticas Interseccionais e Participativas, vinculado à UEMG-Divinópolis e registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Coordena projetos de pesquisa e extensão com destaque para a pesquisa “Psicologia Social, Feminismos e suas interfaces”, que está mapeando a produção acadêmica no campo. Contato: leticia.barreto@uemg.br

Luma Nogueira de Andrade é docente efetiva da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB, vinculada ao Instituto de Humanidades, com atuação no curso de Bacharelado em Humanidades e Licenciatura em Pedagogia, e nos Programas de Pós-Graduação PPGEF-IFCE/UNILAB e MASTS (UNILAB). É pós-doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa/Portugal, doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará/Brasil, tem experiência na área de gestão e ciências humanas, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Direitos Humanos, Diversidade Cultural, Etnicorracialidade, Gênero e Sexualidade, Educação, Políticas Públicas e Movimentos Sociais. Ex-presidenta da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH/ABETH. Vencedora do II Prêmio Ciências (MEC/CNPq, ONU), vencedora do Prêmio Educando pela Diversidade Sexual (Senado Federal), vencedora do Prêmio Artur Guedes e vencedora do Prêmio Internacional Stonewall 50 anos. Vice-líder do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero – CIEG DANDARA (CNPq/Unilab). Contato: luma.andrade@unilab.edu.br

Mara Salgado é psicóloga pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui Pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/FCT). Professora do Departamento de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Divinópolis. É vice coordenadora, junto com Letícia Cardoso Barreto, do grupo de



pesquisa e extensão PIPA – Práticas Interseccionais e Participativas e coordenadora do grupo GECRIPED – Grupo de Estudos Críticos da Psicologia da Educação e do Desenvolvimento: infâncias e resistências heliotrópicas, ambos vinculado à UEMG-Divinópolis. Coordena projetos de pesquisa e extensão que investigam aspectos psicossociais da maternidade, da infância e da resistência às opressões sociais. Sugiro inserir áreas de interesse Contato: mara.salgado@uemg.br

Marcelo José Oliveira é professor associado II de Antropologia Social no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa-MG. Tem Pós-Doutorado (Bolsista CNPq) junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2014). Pós-Doutorado (Bolsista CAPES) junto à Universidad Complutense de Madrid (2010). Doutorado (2008) em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio doutoral (Bolsista CAPES) junto à EHESS-Paris. Mestrado em Antropologia Social (1997) e Bacharelado em Ciências Sociais (1994) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Área temática de atuação: Teoria Antropológica; Gênero e Migração; Cultura Urbana; Cultura Popular; Patrimônio Cultural e Memória Social; Educação e Cultura. Contato: oliveiramcarcelo389@gmail.com

Márcia Regina Calderipe Farias Rufino é professora do Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Antropologia urbana e marítima, relações de gênero, atuando, principalmente, nos seguintes temas: gênero e sociabilidades contemporâneas, feminismos, processos urbanos e globalização, práticas turísticas, conhecimentos tradicionais. Cooordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (GESECS-UFAM), membra do Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (NAVI-UFSC). Contato: marciacalderipe@gmail.com

Mareli Eliane Graupe é doutora em Educação e Cultura pela Universidade de Osnabrueck, Alemanha. Professora nos Programas de Mestrado em Educação e Mestrado em Ambiente e Saúde, na Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL/Uniplac). Integrante do Instituto Estudos de Gênero (IEG-UFSC). Temas de interesse: gênero, educação, sexualidades, violências de gênero. Contato: prof.mareli@uniplaclages.edu.br

Marinês da Rosa é doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UFSC), mestre em Sociologia Política e graduada em Ciências Sociais pela UFSC. Pesquisadora no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS-UFSC). Professora de Ciências Sociais na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Contato: marinesrosa@gmail.com

Marlene Tamanini é graduada em Ciências Sociais e Políticas, mestre em Sociologia, doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com Doutorado Sanduíche no IRESCO/FR. Realizou estudos pós-doutorais na UB/Barcelona. É professora titular (agora aposentada) do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Coordena o Núcleo de Estudos de Gênero da mesma universidade. É membro da Rede Latina de Pesquisadores em Biotecnologias Reprodutivas (REDLIBRE). Contato: tamaniniufpr@gmail.com

Martina Ahlert é graduada em Ciências Sociais (UFRGS, 2006), tem mestrado (UFSC, 2008) e doutorado em Antropologia Social (UnB, 2013). Fez estágio de Pós-Doutorado na mesma área, no Museu Nacional (UFRJ, 2018). Atualmente, é professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Na mesma instituição, atua no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e coordena o Laboratório de Estudos em Antropologia Política (LEAP). Tem como áreas de interesse: política, família, programas sociais e religião afro-brasileira. Contato: ahlertmartina@gmail.com

Melissa Barbieri de Oliveira é doutora em Ciências Humanas pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração Estudos de Gênero. Mestre em Ciências Jurídico Civilistas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2000). Advogada e professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão, Paraná. Na União, participa do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos – GPDH, bem como do Grupo de Estudos Corpo, Gênero e Diversidade – CGD. Na extensão, coordena o projeto “Diálogos Interdisciplinares para a promoção da cidadania da população Trans: Direitos Humanos, Gênero e Sexualidades”. Membro do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família e membro da Comissão Estadual da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-PR. Contato: melissabarbieri@hotmail.com



Miriam Adelman é mestre em Sociologia pela New York University e doutora em Ciências Humanas pela UFSC. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFPR, continua vinculada aos programas de Pós-Graduação em Sociologia e Estudos Literários dessa instituição. É também fotógrafa, escritora e tradutora. Contato: miriamad2008@gmail.com

Miriam Pillar Grossi é professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Visitante no IHEAL - Université de Paris 3, Columbia University, ISCTE, EHESS e Universidade de Brasília. Coordenadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Realiza pesquisas sobre gênero, sexualidade, educação, políticas públicas, gênero e ciências, história da antropologia e metodologias de pesquisa. Contato: miriamgrossi@gmail.com

Myriam Aldana Vargas possui Graduação em Sociologia, Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (1994) e Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2005). Vinculada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da UFSC. Integrante do Católicas pelo Direito de Decidir/Brasil. Tem experiência na área de Ciência Política, Políticas Públicas e Cidadania, Relações de Gênero e Assessoria Antropológica. Contato: myriamaldanavargas@gmail.com

Olga Regina Zigelli Garcia é enfermeira, Mestre em Enfermagem, Doutora em Ciências Humanas, com área de concentração em Estudos de Gênero. Professora titular do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. Professora e subcoordenadora do primeiro Curso de Especialização a Distância: Gênero e Diversidade na Escola, promovido pelo IEG-UFSC em parceria com o MEC-SECADI. (2015-2017). Tem experiência na área de Enfermagem e estudos de gênero com ênfase em sexualidade da mulher, atuando, principalmente, nos seguintes temas: sexualidade da mulher, prevenção de câncer cérvico-uterino e de mama, sexualidade na gestação e puerpério, na conjugalidade, terceira idade, sexualidade do paciente em regime de internação hospitalar, gênero e sexualidade, sexualidade e diversidade sexual humana, sexualidades não normativas, transexualidades. Realiza consultas de Enfermagem em Sexualidade, como trabalho de extensão universitária. É pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e também do Instituto de Estudos de Gênero – IEG/UFSC; Líder do Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em sexualidades – AFRODITE-UFSC-CNPq. Desenvolve pesquisas nas temáticas de

sexualidade, gênero e diversidade sexual. De abril de 2017 a agosto de 2018 ocupou o cargo de coordenadora de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero da Secretaria de Diversidades e Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina; coordenadora do Espaço Cultural Gênero e Diversidades da UFSC (2020-2022). Coordenadora do Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (2021-2022) Atualmente, é pró-reitora de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: zigarcia@gmail.com

Pâmela Laurentina Sampaio Reis é doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). Mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisadora associada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (UFSC) e do Grupo de Pesquisa Sexualidade, Corpo e Gênero (UFPA). Já foi professora temporária na Universidade Estadual do Piauí e na Universidade Federal do Piauí. Como pesquisadora na área de gênero, identidades e subjetividades, trabalha com temas ligados a gênero, violência de gênero, lesbianidades, feminismos, história da antropologia, sociabilidades, subjetividades. Contato: pamelalaurentinasr@gmail.com

Patricia Rosalba Salvador Moura Costa é Professora do Departamento de Educação e Ciências Agrárias e da Terra e do Mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora do XiqueXique: grupos de pesquisa em gênero e sexualidade. Contato : patriciarosalba@academico.ufs.br

Priscilla Gusmão P. Pereira é graduanda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Também é bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), de 2021 a 2022. Possui Curso Técnico nas áreas de produção e comunicação em moda pela Faculdade SENAC (2021). Assuntos de interesse: moda e gênero, comunicação de moda, estudos afro-brasileiros, Antropologia visual e economia circular. Contato: priscilla_gusmao@outlook.com

Rosa Maria Blanca é docente, pesquisadora, curadora e artista, possui Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (CAPES)/Universidade Federal de Santa Catarina (2011), com a tese bilingue “Arte a partir de uma perspectiva queer/Arte desde lo queer”. Realizou o Doutorado Sandúche na Universidad Complutense de Madrid (CAPES-DGU), estudando a produção eletrônica do conhecimento. Possui Mestrado em Artes Visuais (CAPES)-Universidade Federal de Rio Grande



do Sul (1999), Brasil, e Graduação em Ciencias de la Comunicación (SEP)-Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (1989), México. Tem experiência na área de Arte, com ênfase na Metodologia da Pesquisa Inter e Transdisciplinar, atuando em: Teoria da Arte, Arte Contemporânea, Estética, Fotografia, Estudos Queer e E-science. É coordenadora do Grupo de Pesquisa de Arte e Subjetividades (LASUB) e Líder do Projeto de Pesquisa “Arte en los márgenes: extranjeridades y (des)localizaciones” (FIPE/UFMSM). Na Universidade Federal de Santa Maria, atua como docente do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGART), do Departamento de Artes Visuais (DAV), e como editora gerente da Contemporanea – Revista do PPGART-UFMSM); é curadora da Exposição Internacional de Arte e Gênero (MARQUE, Florianópolis, 2013, 2017 e 2021), e membro integrante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS-CNPq-UFSC). Contato: rosa.blanca@ufsm.br

Rozeli Porto é professora associada II do Departamento de Antropologia (DAN) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Vice-Coordenadora do PPGAS UFRN (biênio 2021-2023). Possui Graduação em Ciências Sociais (1996), Mestrado e Doutorado em Antropologia Social (2002/2009) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estância de doutorado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa-PT. Pós-Doutorado em Antropologia Social pela Universidad de Sevilla-España (2016). Vencedora do Prêmio “Pesquisadora Destaque UFRN”, edição 2021, da grande área de Ciências Sociais, Humanas, Letras e Artes. Faz parte do Grupo Gênero, Corpo e Sexualidades (GCS-UFRN), da Red Del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistorico de las Sexualidades/Espanha (RED LIESS), do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS-UFSC), da Rede de Antropologia e Saúde (RAS), do LEVIS (Laboratório dos Estudos da Violência-UFSC) e da Rede COVID-19 Humanidades (UFRGS). Sócia efetiva e membro do conselho científico do Comitê Gênero e Sexualidades e do Comitê Antropologia da Saúde da Associação Brasileira de Antropologia – ABA. Tem experiência na área de Teoria Antropológica, Antropologia do Corpo, da Saúde e da Doença, Antropologia das Relações de Gênero (com enfoques e articulações em Saúde Reprodutiva, Itinerários Terapêuticos, Doenças pan/epidêmicas, Feminismos e Violências). Contato: rozeliporto@gmail.com

Simone Avila é doutora em Ciências Humanas na área de Estudos de Gênero pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014). Realizou estágio de Doutorado na Universidade Aix-Marseille, França, por meio do convênio CAPES-COFECUB.

Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993). Graduação em Fisioterapia pela Faculdade de Ciências da Saúde Instituto Porto Alegre (1986). Atualmente, é pesquisadora bolsista da Aids Healthcare Foundation – AHF Brasil, atuando na coordenação operacional do projeto de pesquisa “Vinculação e retenção de pessoas com HIV em serviços públicos de saúde: um projeto demonstrativo na Região Metropolitana de Porto Alegre, RS, Brasil”. Este projeto é uma parceria entre a AHF, Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul e Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Contato: simoneavila10@gmail.com

Simone Lira da Silva é graduada e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutora e pós-doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando, principalmente, nos seguintes temas: etnografia, antropologia urbana, antropologia brasileira, catadores de lixo, identidade, patrimônio cultural e antropologias mundiais. Contato: simonelira-dasilva@gmail.com

Suzana Cavalheiro de Jesus é doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui Graduação em Educação Especial, Graduação em Sociologia, Especialização em Gestão Educacional e Mestrado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), no Curso de Educação do Campo – Licenciatura (Campus Dom Pedrito) e no Programa de Pós-Graduação em Ensino (Campus Bagé). É líder do Grupo de Pesquisa “Tuna: gênero, educação e diferença” (CNPq/UNIPAMPA). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena e Antropologia Educacional, atuando, principalmente, nos seguintes temas: teorias indígenas do conhecimento, educação escolar indígena, educação do campo, infância, políticas públicas, marcadores sociais da diferença e suas interseccionalidades. Contato: suzanacavalheiro@yahoo.com.br

Suzana Morelo Vergara Martins Costa é antropóloga formada pela UFSC. Mestre em Teatro pela UDESC. Atriz dos grupos Teatro em Trâmite e o Bando do Centro Cultural Casa Vermelha. Pesquisadora da rede NIGS e do grupo de Imagens Políticas – PPGAC-UDESC. Editou diversos materiais audiovisuais do acervo NIGS, entre eles o curta-documentário “Projeto Papo Sério: quando a Universidade vai à escola” e o curta “Na antropologia tem mulheres (e muitas!)”:



a presença feminina no 18º IUAES 2018”. Em 2020, criou o projeto de entrevista on-line “Cenadelas: Mulheres, Teatro e a Ilha das Bruxas”. Contato: suzanavergara10@gmail.com

Tânia Welter é doutora em Antropologia Social (UFSC), com estágio na Universidade Nova de Lisboa (UNL-Portugal). Presidenta do Instituto Egon Schaden (mandato 2020-2022) e integrante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Atuou como professora na Graduação e Pós-Graduação em diversas universidades do estado de Santa Catarina – UDESC, UFSC, UFFS, FACVEST e na educação básica da Rede Pública do Estado de Santa Catarina. Contato: taniawelter@yahoo.com.br

Vinicius Kauê Ferreira é professor no Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Realizou Doutorado em Antropologia Social na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, França, e seu Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Suas pesquisas articulam perspectivas etnográficas e históricas das geopolíticas do conhecimento no campo das ciências sociais e da antropologia em particular. Nos últimos anos, tem desenvolvido pesquisas sobre as circulações acadêmicas de pesquisadores indianos na Europa, articulando antropologia histórica das circulações intelectuais, antropologia política das instituições acadêmicas e antropologia das emoções na reflexão sobre construção de subjetividades no contexto universitário. Fundou a Revista *Novos Debates*, associada à ABA, e da qual é editor-chefe. Além disso, é co-chair da Commission on Migration da IUAES, co-chair da Task Force on Precarity da WCAA e coordenador da SEPHIS. Contato: vinicius.ferreira@uerj.br

Violeta Maria de Siqueira Holanda é docente efetiva da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, vinculada ao Instituto de Humanidades, com atuação nos cursos de Bacharelado em Humanidades e Antropologia e nos Programas de Pós-Graduação Associado em Antropologia (PPGA UFC-UNILAB) e Enfermagem (UNILAB), professora da Pós-graduação lato sensu (UAB/UNILAB) do Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos. Realizou Pós-Doutorado na Universidade de Sevilha/Espanha (2021) e no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UFSC), em 2018, com atuação do NIGS-UFSC. Desenvolve pesquisas nas áreas da Antropologia das Populações Afro-brasileiras, Gênero, Feminismos Plurais, Violência Doméstica e Familiar, Saúde Sexual e Reprodutiva, Diversidades,

Interculturalidade e Direitos Humanos. É integrante da Rede Cearense de Educação em Direitos Humanos e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), líder do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero – CIEG DANDARA (CNPq/Unilab). Contato: violeta@unilab.edu.br

Vitória da Silveira Alves é graduanda em Antropologia, pesquisadora do NIGS, atualmente é bolsista PIBIC/CNPq no projeto “Políticas e Experiências de Equidade, Formação e Inclusão: uma etnografia sobre práticas de gestão, ensino, orientação e extensão em universidades públicas brasileiras”. Entre seus temas de interesse e pesquisa estão: antropologia da saúde, corpo e corporalidade, estudos do corpo gordo, antropologia da técnica, antropologia da política, decolonialidade, teoria feminista e antropologia feminista. Contato: silveiravicks@gmail.com

Winy Gabriela Pereira de Santana é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS-UFSC). No ano de 2018 foi bolsista de extensão/UFMS no projeto de ensino e extensão Cursinho Pró- ENEM, ministrando aulas de sociologia. Contato: winnysantana82@gmail.com.



Miriam Pilar Grossi é professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professora Visitante no IHEAL - Université de Paris 3, Columbia University, ISCTE, EHESS e Universidade de Brasília. Coordenadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Realiza pesquisas sobre gênero, sexualidade, educação, políticas públicas, gênero e ciências, história da antropologia e metodologias de pesquisa.



Simone Lira da Silva é graduada e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutora e pós-doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando, principalmente, nos seguintes temas: etnografia, antropologia urbana, antropologia brasileira, catadores de lixo, identidade, patrimônio cultural e antropologias mundiais.



Patricia Rosalba Salvador Moura Costa é professora do Departamento de Educação e Ciências Agrárias e da Terra e do Mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora do XiqueXique: grupos de pesquisa em gênero e sexualidade.

“Tecendo redes em antropologia feminista e estudos de gênero: 30 anos do NIGS UFSC” é um livro que apresenta o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), durante suas três primeiras décadas de existência (1991-2021). O livro reúne artigos de pesquisadoras e pesquisadores que se formaram nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas e nos cursos de graduação em Antropologia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina e que hoje atuam em diferentes instituições universitárias do Brasil e do mundo. Os textos, produzidos em um ano pleno de eventos comemorativos, que se deu no contexto do isolamento social da pandemia do Covid 19, estão reunidos em cinco eixos temáticos: Nucleação, Experiências de interiorização, Experiências de internacionalização, Comemorações dos 30 anos e Legados teórico-metodológicos do NIGS. Eles revelam memórias pessoais, lembranças institucionais, e experiências afetivas da comunidade intelectual que compõe este amplo rizoma que chamamos de “Rede NIGS”. O livro põe em evidência a importância da produção coletiva de conhecimento, assim como diferentes impactos acadêmicos, teóricos e políticos da antropologia feminista e dos estudos de gênero, irradiados a partir da formação intelectual do NIGS/UFSC.



ISBN: 978-65-86602-41-8

